

Lodonha Maria Portela Coimbra Soares  
Maria Carolina Rosa Gullo  
Silvio Luiz Gonçalves Vianna  
Organizadores

# A ECONOMIA E O TURISMO CONSTRUINDO PARADIGMAS PARA OS NOVOS TEMPOS

XVIII ESAES – Encontro sobre os Aspectos  
Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS

Volume 2



# **A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos**

## **Volume 2**

**XVIII ESAES – Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais  
da Região Nordeste do Rio Grande do Sul**

**2 de outubro de 2019**

### **Coordenadores**

#### **Lodonha Maria Portela Coimbra Soares**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (1982) e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Atualmente, é professora adjunta na Universidade de Caxias do Sul, coordenadora de TCC e Atividades Complementares no curso de Ciências Econômicas e Coordenadora do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da UCS. Atua como pesquisadora no Observatório do Trabalho, Núcleo de Inovação e Desenvolvimento da UCS, dedicado a investigações interdisciplinares sobre o mundo do trabalho. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Geral, atuando, principalmente, nos seguintes temas: crescimento econômico, desenvolvimento econômico, competitividade, inovação tecnológica, industrialização e mundo do trabalho.

#### **Maria Carolina da Rosa Gullo**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Economia, ênfase em Desenvolvimento, também pela UFRGS (2010). Professora adjunta na Universidade de Caxias do Sul, onde leciona disciplinas da área de economia, principalmente as relacionadas aos temas: economia regional e urbana, economia do meio ambiente e economia política. Possui ainda experiência como consultora na área de Economia Ambiental e de Planejamento regional e urbano. Atualmente é diretora do Centro de Ciências Sociais da Universidade de Caxias do Sul.

#### **Silvio Luiz Gonçalves Vianna**

Administrador formado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Desenvolve pesquisas na área de Administração e Turismo, com ênfase em Competitividade das Destinações Turísticas e Qualidade de Vida. Professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordena o Grupo de Pesquisas do CNPq voltado às pesquisas de Turismo e Desenvolvimento Regional vinculado à Universidade de Caxias do Sul (UCS).



## **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Presidente:*  
José Quadros dos Santos

## **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Reitor:*  
Evaldo Antonio Kuiava

*Vice-Reitor:*  
Odacir Deonizio Graciolli

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:*  
Juliano Rodrigues Gimenez

*Pró-Reitora Acadêmica:*  
Nilda Stecanelia

*Diretor Administrativo-Financeiro:*  
Candido Luis Teles da Roza

*Chefe de Gabinete:*  
Gelson Leonardo Rech

*Coordenadora da Educs:*  
Simone Côrte Real Barbieri

## **CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS**

Adir Ubaldo Rech (UCS)  
Asdrubal Falavigna (UCS) – presidente  
Cleide Calgaro (UCS)  
Gelson Leonardo Rech (UCS)  
Jayme Paviani (UCS)  
Juliano Rodrigues Gimenez (UCS)  
Nilda Stecanelia (UCS)  
Simone Côrte Real Barbieri (UCS)  
Terciane Ângela Luchese (UCS)  
Vania Elisabete Schneider (UCS)

© dos organizadores

**Revisão:** Izabete Polidoro Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

E56e	Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS (18.: 2019 out. 2: Caxias do Sul, RS) A economia e o turismo construindo paradigmas para os novos tempos [recurso eletrônico] / ESAES; coord. Lodomha Maria Portela Coimbra Soares, Maria Carolina da Rosa Gullo, Silvio Luiz Gonçalves Vianna. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2019. Dados eletrônicos (1 arquivo: 2 registros).  ISBN 978-65-5108-003-6 Obra em volumes. Apresenta bibliografia. Modo de acesso: World Wide Web.  1. Rio Grande do Sul - Aspectos econômicos - Congressos. 2. Rio Grande do Sul - Aspectos sociais - Congressos. 3. Planejamento regional. I. Soares, Lodonha Maria Portela Coimbra. II. Gullo, Maria Carolina da Rosa. III. Vianna, Silvio Luiz Gonçalves. IV. Título.	CDU 2. ed.: 330(816.5)(062.552)
------	---	---------------------------------

Índice para o catálogo sistemático:

- |   |                           |
|---|---------------------------|
| 1. Rio Grande do Sul - Aspectos econômicos - Congressos | 330(816.5)(062.552)       |
| 2. Rio Grande do Sul - Aspectos sociais - Congressos    | 316.334.2(816.5)(062.552) |
| 3. Planejamento regional                                | 332.14(816.5)(062.552)    |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Ana Guimarães Pereira CRB 10/1460.

Direitos reservados à:



**EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul**

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972– Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: [www.ucs.br](http://www.ucs.br) – E-mail: [educs@ucs.br](mailto:educs@ucs.br)

XVIII ENCONTRO SOBRE OS ASPECTOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO NORDESTE DO RS

A ECONOMIA E O TURISMO CONSTRUINDO  
PARADIGMAS PARA OS NOVOS TEMPOS



## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<b>18. Relação entre investimento e crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil, de 1997 a 2018.....</b>	<b>9</b>
<i>Carlos Gilbert Conte Filho; Vinícius Spirandelli Carvalho; Thales de Oliveira Costa Viegas</i>	
<b>19. O déficit habitacional no COREDE Vale do Rio dos Sinos.....</b>	<b>28</b>
<i>Aline Mendes da Rosa; Angélica Massuquetti; Karen Forneck Cardoso Michels</i>	
<b>20. Um estado e duas realidades: uma apreciação do desenvolvimento dos COREDES Serra e Sul do Estado do Rio Grande do Sul à luz da teoria de desenvolvimento regional .....</b>	<b>45</b>
<i>Gustavo Tessaro; Angélica Massuquetti</i>	
<b>21. Análise das finanças do município de Montenegro a partir da implantação do novo plano de carreira em 2015 .....</b>	<b>65</b>
<i>Renan Roberto Boos; Angélica Massuquetti</i>	
<b>22. Dinâmica da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul .....</b>	<b>85</b>
<i>Thales de Oliveira Costa Viegas; Carlos Gilbert Conte Filho; Vinícius Spirandelli Carvalho</i>	
<b>23. Salário no setor turístico em 2016: uma abordagem econométrica para o Estado do Espírito Santo.....</b>	<b>104</b>
<i>Lázaro Cesar Dias; Claiton Ataídes de Freitas; Évilly Carine Dias Bezerra; Priscila Soares dos Santos</i>	
<b>24. Reestruturação no departamento de Recursos Humanos de um hospital filantrópico.....</b>	<b>121</b>
<i>Zilmar Jonas Fonseca Marciano; Ricardo Alberti; Andrieli de Fátima Paz Nunes; Denise Adriana Johann</i>	
<b>25. Planejamento tributário como meio de desenvolvimento econômico: o caso de uma fabricante de máquinas para fruticultura, situada em um destino turístico da Serra gaúcha.....</b>	<b>136</b>
<i>Bruna Anziliero; Alex Eckert; Jéssica Paula Perotoni; Romário de Souza Gollo; Marlei Salete Mecca</i>	

- 26. Sustentabilidade ambiental em meios de hospedagem na Serra gaúcha:  
um estudo dos hotéis de Caxias do Sul (RS) .....157**  
*Bruna Rosa Leston; Marlei Salete Mecca*
- 27. A experiência turística e a relação com a intenção de retorno: um estudo  
com visitantes de encontro de carros antigos do município gaúcho  
de São Marcos (RS) .....170**  
*Fabrício Fontana Michelon; Marlei Salete Mecca*
- 28. A contribuição da agricultura para o crescimento e desenvolvimento  
econômico brasileiro: uma análise empírica .....183**  
*Fernanda Cigainski Lisbinski; Claiton Ataídes de Freitas; Daniel Arruda  
Coronel*
- 29. Mulheres da Vila Maringá: Geração de renda e autonomia .....207**  
*Milena Prevedello Rubin; Isabela Marques Kumer; Vitória Melo dos Santos;  
Natália Funghetto Dapieve; Vânia Medianeira Flores Costa*
- 30. Relação dos estilos de liderança dos gestores e o desempenho  
individual no trabalho dos colaboradores .....223**  
*Andrielle de Moraes Dias; Suelen Cesar Lemos; Thalles Vargas de Vargas;  
Andressa Schaurich dos Santos*
- 31. Competitividade das exportações brasileiras de carne de frango:  
uma análise empírica .....241**  
*Marcelo Schwalm Bender; Johannes Schwertner; Daniel Arruda Coronel*
- 32. Migração recente em território de migrações históricas.....254**  
*Vania Beatriz Merlotti Herédia; Maria do Carmo Santos Gonçalves;  
Julia Zeilmann Jaeger; Débora Kieling Pavan*
- 33. Elaboração do programa de treinamento e desenvolvimento para  
novos funcionários da equipe comercial da empresa Alfa .....266**  
*Natália Funghetto Dapieve; Martin Malfussi Vargas; Vânia Medianeira  
Flores Costa*
- 34. O protecionismo no setor de bebidas e tabaco: uma simulação aplicada  
com o modelo de equilíbrio geral .....285**  
*Mosár Leandro Ness*

## **Apresentação**

No dia 2 de outubro de 2019, ocorreu a XVIII edição do evento “Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS” – ESAES, realizado no campus-sede da Universidade de Caxias do Sul. Originalmente, o evento era realizado, exclusivamente, sob a coordenação do curso de Ciências Econômicas e, desde 2014, firmou-se a parceria com o Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTURH). A comissão organizadora conta com a participação de professores representantes do curso e programa envolvidos, sendo composta pelos professores Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, Dra. Maria Carolina Rosa Gullo e Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna.

Já são dezoito edições do ESAES e, nesse período, o evento se consolidou como um importante fórum de discussões direcionadas para questões regionais, envolvendo os aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, nas suas diferentes vertentes (cultural e ambiental), nas esferas local, regional e estadual. Teve como foco principal a região de abrangência da UCS, bem como outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, são apresentados trabalhos multidisciplinares e interdisciplinares, de diferentes áreas do saber.

No ano da maioria do evento, o tema escolhido para nortear os artigos submetidos foi “A economia e o turismo: construindo paradigmas para os novos tempos”. Com base no tema escolhido, buscou-se atrair pesquisadores e estudiosos da nova forma de fazer e pensar a ciência, no contexto de um mundo globalizado tecnologicamente e com compartilhamento de ideias. Assim, as pesquisas apresentadas preocuparam-se em encontrar e/ou propor soluções para os problemas que impactam no desenvolvimento de Caxias do Sul, da região e do País.

Tendo em vista o exposto acima, o presente *e-book* é resultado da produção acadêmica de pesquisadores e estudiosos da UCS e de diversas Instituições de Ensino Superior, do Estado do Rio Grande do Sul, envolvendo diferentes áreas do saber, como: Economia, Turismo, Contabilidade, entre outras, que se submeteram à avaliação por parte de uma comissão científica, com o propósito de garantir a qualidade das apresentações e dos debates, durante o evento.

Nessa oportunidade, aproveito para agradecer a comissão organizadora pelo empenho e pela dedicação, assim como um especial agradecimento aos

bolsistas do Observatório do Trabalho da UCS e aos funcionários da Instituição, que auxiliaram e contribuíram para o sucesso do evento. Também, não posso deixar de agradecer à coordenação do curso de Ciências Econômicas e à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTURH), pois essas colaborações viabilizaram a realização do XVIII ESAES.

**Palavras-chave:** Economia. Turismo. Desenvolvimento. Observatório. Paradigma. Novos tempos

*Profª. Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares*

# 18

## Relação entre investimento e crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil, de 1997 a 2018

Carlos Gilbert Conte Filho<sup>1</sup>  
Vinícius Spirandelli Carvalho<sup>2</sup>  
Thales de Oliveira Costa Viegas<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade avaliar qual das teorias acerca da relação entre investimento e crescimento do produto melhor se aplica ao comportamento da economia brasileira entre 1997 a 2018, ou seja: a teoria keynesiana do multiplicador do investimento ou a teoria do acelerador do investimento. Na teoria keynesiana é o investimento que induz ao crescimento, enquanto na teoria do acelerador do investimento é o crescimento do produto que promove o investimento. Os testes econôméticos apontam que é o crescimento do produto que induz o investimento, confirmando a concepção de que na economia brasileira vigora o modelo do acelerador do investimento. Os resultados apontam que para cada 1% de crescimento econômico, os investimentos se elevam, no longo prazo, em 2.29%.

**Palavras-chave:** Teoria keynesiana. Modelo do acelerador do investimento. Causalidade de Granger.

### Introdução

A economia brasileira apresenta dois períodos distintos no que se refere ao crescimento econômico. O primeiro se inicia a partir de 1929 com a crise americana que atingiu os países primário exportadores da América Latina (CANO, 2015, p. 446) e perdura até fins da década de 1970, quando ocorreu uma forte intervenção do Estado na economia. O segundo período começa a partir do segundo choque do petróleo (1979), e marca o início de uma fase em que o Estado deixa a cargo do setor privado a função de ser o principal investidor produtivo na economia. A partir da década de 1980, o setor privado cumpre um papel cada vez mais significativo no crescimento do produto, visto que, a partir de então, há uma queda na taxa de investimento realizada pelo governo (GIAMBIAGI, 2016). Desde então, o Estado se encarrega das atribuições de assegurar a propriedade privada, a defesa nacional, a regulação econômica, o

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia. UFSM. <http://lattes.cnpq.br/6040967059163332>. E-mail: cgconte@terra.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Economia. UFSM. <http://lattes.cnpq.br/5221654203946670>. E-mail: v.spirandelli@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Economia. UFSM. <http://lattes.cnpq.br/9822044929381830>. E-mail: thales.viegas@ufsm.br

combate à inflação, a oferta de serviços públicos e a promoção de políticas sociais.

Isto posto, cumpre notar que o presente artigo tem como objetivo fundamental responder à seguinte questão: Foram os investimentos que levaram ao crescimento do produto na economia brasileira entre 1995 a 2017 ou, o contrário: o crescimento do produto incentivou os empresários a aumentarem os investimentos produtivos? A partir dos testes econométricos, é possível estimar a relação causal e, a partir dos resultados obtidos, apontar alternativas para impulsionar o crescimento da economia. O período em análise corresponde às séries temporais disponíveis pela nova metodologia do IBGE modificada em 2010.

Kumo (2012) publicou um trabalho correlato para a África do Sul, em que realizou testes de causalidade de Granger entre crescimento econômico e investimento em infraestrutura para o período de 1960-2009. O autor constata que há uma forte causalidade entre investimento em infraestrutura econômica e crescimento do produto interno bruto, que atua em duas direções. A primeira aponta que investimentos em infraestrutura determinam o crescimento econômico de longo prazo, bem como o crescimento econômico tem efeitos de *feedback* em mais investimentos públicos em infraestrutura.

Além desta introdução, o presente estudo é composto por mais duas seções: na segunda seção é apresentada a teoria keynesiana e a teoria do acelerador do investimento. Estas são teorias que fundamentam a relação causal testada, ou seja, a relação entre a formação bruta de capital fixo e o crescimento do produto da economia. Na terceira seção, é apresentada a metodologia econométrica, bem como os resultados obtidos. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **Panorama teórico**

As duas correntes teóricas analisadas neste estudo são a Teoria keynesiana e o Modelo do Acelerador do Investimento.

Ao contrário da escola clássica, em que a economia é vista como um sistema de trocas puras, cuja moeda não tem função alguma além de meio de

troca (portanto, é neutra) e na qual predomina a Lei de Say,<sup>4</sup> Keynes analisa o ambiente econômico, destacando que a incerteza é fator preponderante e a moeda é o ativo de maior liquidez. A primeira ruptura da abordagem keynesiana, em relação aos clássicos, se associa à identificação de uma circulação financeira, que quebra a ligação única da moeda com a circulação de bens. Keynes enxerga o ambiente econômico como uma economia monetária, na qual a moeda transcende à função de facilitadora de trocas. Além de reserva de valor e unidade de conta – tal como postula a escola clássica – Keynes aponta uma terceira característica: a moeda possui valor intrínseco.

Em períodos de crise, frente a eventos futuros inesperados, os agentes dão preferência à ativos líquidos (preferência pela liquidez). O dinheiro (ativo de maior liquidez por ter aceitação geral e instantânea) possui vantagens em relação a outros ativos, no sentido de atender às contingências inesperadas e às oportunidades imprevistas de realizar compras vantajosas, além de conservar um ativo de valor fixo em termos monetários, para honrar uma obrigação estipulada em moeda (KEYNES, 1992, p. 182). Essa característica faz com que a moeda se torne o ativo mais desejado da economia em períodos de maior nível de incerteza. Esta maior valorização da moeda se reflete nas taxas de juros. Segundo Keynes (1992), este conjunto de características faz com que os indivíduos retenham moeda para especular, além de precavê-los frente a eventos futuros incertos.

Segundo o autor, os agentes econômicos pouparam uma parcela da renda, como forma de se proteger frente a situações de crise e/ou visando ao consumo futuro – denominada Propensão Marginal a Poupar (PMgP) – que, por sua vez, é residual da função consumo:

$$C = \alpha + cY \quad (1)$$

Onde  $\alpha$  é o consumo autônomo dos indivíduos, ou seja, é o consumo de subsistência que independe da renda. O componente  $c$ , por seu turno, é o fator associado à renda que mede quanto o indivíduo consome da renda ( $0 < \beta < 1$  e, portanto, o fator que determina a Propensão Marginal a Consumir – PMgC).

---

<sup>4</sup> De acordo com a Lei de Say, toda a renda gerada no processo produtivo retorna ao mercado sob a forma de demanda por produtos.

Segundo Keynes:

A evidência tem mostrado que a propensão a consumir é positiva, mas menor do que a unidade; que o consumo é uma função crescente da renda e que as pessoas têm uma propensão a poupar também positiva, em razão de suas *expectativas* acerca dos futuros. Em outras palavras, as pessoas retêm moeda pelos motivos transação, precaução e especulação (*apud* SOUZA, 1999, p. 157).

Em suma, a PMgC é determinada por três fatores (SANDRONI, 1999, p. 503):

- 1 - pelo montante da renda;
- 2 - pelas circunstâncias objetivas; tais como as variações nos salários, o nível de tributação e os controles governamentais;
- 3 - pelas necessidades subjetivas; tais como as inclinações psicológicas e os hábitos dos indivíduos.

A decisão de compra (PMgC) determina, portanto, a renda ( $Y = C + I$ ) que é distribuída entre salários e lucros. A distribuição entre salários e lucros, por sua vez, compõe a dinâmica da economia keynesiana, intimamente ligada aos investimentos.

Quando os investimentos se intensificam, mais trabalhadores são empregados e a renda dos agentes econômicos aumenta, resultando no aumento do consumo e da poupança. A poupança se eleva visto que um aumento da renda não resulta na elevação do consumo na mesma proporção (a PMgC da renda é menor do que um), pois os agentes também valorizam o consumo futuro. A partir da função consumo (relação entre poupança, consumo e nível de renda), o investimento é capaz de gerar a renda que, consequentemente, se divide entre o consumo e a poupança, no final do período em questão. Algebricamente estas relações são:

$$Y = a + cY + I \quad (2)$$

$$S = Y - C \quad (3)$$

$$S = I \quad (4)$$

Pode-se dizer que há uma relação direta entre investimentos e poupança: quando a renda se eleva em decorrência de aumentos dos investimentos, a quantidade poupada também se eleva. Logo na perspectiva keynesiana são os investimentos que determinam a renda e a poupança.

A teoria keynesiana foi, portanto, a primeira a tratar as decisões de investimento como independentes na economia, considerando essa variável tipicamente endógena, isto é, uma teoria em que o investimento responde às mudanças provocadas em outras variáveis (SERVÉN; SOLIMANO, 1993).

A partir da análise do consumo e da poupança, Keynes formula o Princípio da Demanda Efetiva – núcleo da teoria keynesiana. Demanda Efetiva é a expectativa de demanda que determina o produto (e o emprego) e, consequentemente, a oferta agregada das empresas, originária da decisão de produzir dos empresários. Já essa demanda é subjetiva e indeterminada: Keynes aponta que o futuro é incerto por natureza e, portanto, imprevisível. São as expectativas de longo prazo que embasam as decisões de investimento. Estas expectativas determinam a demanda corrente, que orienta a expectativa de curto prazo que, por fim, determina o nível de produção dos agentes, formando um círculo econômico interligado entre todas as variáveis.

Em uma economia capitalista, a poupança se liga ao setor produtivo – via investimentos –, através do setor monetário e financeiro. Contudo, este setor é sensível a choques exógenos na economia, transmitindo o grau de insegurança e a preferência pela liquidez através da taxa de juros. Por sua vez, os fatores que levam as famílias a pouparem não são os mesmos que levam os empresários a investirem. Enquanto as famílias pouparam pautadas pela remuneração do capital, prevendo um consumo futuro (taxa de juros); os empresários demandam os recursos do sistema financeiro observando o custo do capital, mas também pautados pelo estado de ânimo em investir. Desse modo, os agentes econômicos podem optar por poupar, sem que essa poupança se torne, necessariamente, investimentos no setor produtivo. Quando a taxa de juros sofre ameaças exógenas que venham a resultar em maior nível de incerteza, os juros se elevam deprimindo o ânimo dos capitalistas em investir e, assim, o montante poupanço não se refletirá todo em investimentos produtivos. Em um ambiente como este, os recursos próprios dos capitalistas tendem a migrar para aplicações financeiras – pois este se mostra tão ou mais rentável do que o setor produtivo –, ou os recursos de terceiros não são demandados em virtude da incerteza que permeia a economia. É, portanto, o otimismo em relação ao futuro que fará com que o capitalista opte por direcionar recursos ao setor produtivo, em detrimento de deixá-los no setor financeiro. Segundo Keynes, com base nas quase rendas

esperadas, o empresário calcula a Eficiência Marginal do Capital (EMgK), que é comparada ao retorno de um investimento financeiro alterativo.

Keynes assume que as pessoas têm preferência pela liquidez e são avessas a riscos, ao mesmo tempo em que retêm moeda para especular. A taxa de juros, por sua vez, representa o custo de oportunidade de reter moeda ou, em outras palavras, o quanto se deixa de ganhar retendo moeda ao invés de aplicá-la no mercado financeiro. É, portanto, uma recompensa pela decisão de poupar e emprestar esse montante de capital, sob condições de risco (pois não se sabe se o tomador do empréstimo terá condições de pagar a dívida). O objetivo do pouparador é ampliar a magnitude de seu dinheiro no futuro (motivo especulação), na medida em que abre mão da liquidez imediata que este ativo proporciona. Quando a economia sofre algum tipo de choque exógeno, os poupadões irão preferir entesourar a riqueza da forma mais segura possível (leia-se retendo moeda). De outro modo, os que arriscam emprestar o seu capital exigirão maior recompensa pelo risco assumido.<sup>5</sup> Neste contexto, a taxa de juros se eleva, causando flutuações no mercado financeiro e, consequentemente, nos investimentos produtivos. São essas oscilações do mercado que tornam os investimentos instáveis por natureza.<sup>6</sup>

A relevância das expectativas para a realização de investimentos no lado real da economia está relacionada à existência de incerteza, decorrente do *gap* temporal entre a tomada de decisão e a realização do investimento e da produção. Ademais, as expectativas se relacionam ao ambiente econômico em que está inserida a tomada de decisão do investimento e daquele existente quando se obtêm os resultados deste investimento. Sob essa perspectiva, a decisão de investir é realizada em condições de incerteza, as quais requerem suposições sobre os retornos futuros e os custos do capital no presente. As flutuações do investimento e, por conseguinte, da demanda agregada, são resultantes da escolha intertemporal do empresário entre reter ativos de liquidez universal (moeda) ou empreendê-los na criação de ativos de liquidez específica (investimento). Esta decisão é determinada pela comparação entre a

---

<sup>5</sup> Por sua vez, no que se refere à demanda por moeda, esta se torna negativamente relacionada com a taxa de juros: quanto mais alta for a taxa de juros, menor será a demanda por moeda (e vice-versa).

<sup>6</sup> Quanto maior for a taxa de juros, maior terá de ser o retorno futuro esperado dos investimentos para compensar a decisão de realizar um determinado empreendimento.

taxa de juros (recompensa pela renúncia à liquidez) e a eficiência marginal do capital (EMgK).

Keynes analisa a viabilidade de executar um determinado investimento através da eficiência marginal do capital (EMgK). Esta se relaciona ao retorno esperado do investimento sob condições de incerteza. Para Keynes, o preço de oferta dos bens de capital e a quase renda esperada destes ativos específicos determinam a EMgK. De outro lado, a preferência pela liquidez e a oferta de moeda são fatores que determinam a taxa de juros. Com base na comparação entre a EMgK e a taxa de juros, o empresário decide sobre o seu investimento que, via multiplicador,<sup>7</sup> determina a demanda agregada e, consequentemente, a renda da economia.

O investimento, portanto, é função do incentivo a investir, dado o estado de ânimo dos capitalistas frente à taxa de juros atual e a expectativa futura, quanto ao retorno do capital investido. A função investimento keynesiana pode, então, ser expressa da seguinte maneira:

$$I = f(\text{EMgK}, i) \quad (5)$$

Em que EMgK é a eficiência marginal do capital e  $i$  é a taxa de juros atual no mercado financeiro.

A eficiência marginal do capital depende das expectativas dos empresários e do preço de oferta do capital. Quanto maior a expectativa do empresário, maior será a eficiência marginal do capital; quanto maior o preço de oferta do bem de capital, menor será a eficiência marginal do capital.

---

<sup>7</sup> Segundo Keynes, um gasto inicial se propaga na economia muito além do gasto original. Isso se deve ao efeito multiplicador. Quando uma empresa decide investir, o gasto decorrente da compra de um bem de capital gera renda para a empresa que vendeu o bem. A empresa vendedora de bens de capital, diante da renda auferida pela venda daquele bem, poupa uma parte da renda recebida e gasta o restante na compra de outros bens. Este fenômeno se estende ao longo da academia, e os agentes gastam uma parte da renda recebida e pouparam o restante. Assim, embora a injeção inicial fosse de uma determinada quantia, a renda total gerada nesta economia pode se estender  $n$  vezes na economia via multiplicador. Keynes fornece uma equação simples para calcular o número de vezes que um gasto inicial se estende na economia.

$$\text{Multiplicador} = \frac{1}{(1 - \text{PMC})} = \frac{1}{\text{PMP}}$$

Esta equação mostra que quanto mais alto for o consumo, maior é o multiplicador. A reação em cadeia se move mais rapidamente se a Propensão Marginal a Consumir for elevada e, por outro lado, mais lenta quanto maior for a Propensão Marginal a Poupar.

Como a decisão de investir parte da comparação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, Keynes afirmou que “[...] a taxa efetiva de investimentos será levada até o ponto em que não houver mais nenhum tipo de bem de capital cuja eficiência marginal exceda a taxa corrente de juros” (KEYNES, 1992, p. 150).

Quando um empresário decide realizar um determinado investimento, ele opta por comercializar o bem produzido com os consumidores em um momento futuro, visto que transcorre um tempo entre a decisão de investir e sua concretização. Neste ínterim, ou seja, no intervalo de tempo entre o instante em que o empresário decide investir e o momento em que o produto final é comercializado, o empresário incorre em custos, o que significa assumir riscos. O capitalista, então, tem de fazer projeções sobre o valor do bem produzido no futuro. Deve analisar o potencial de aceitação desse produto no mercado, bem como comparar a renda frente aos custos assumidos no presente. São as perspectivas do negócio que motivarão a decisão de investir: “[...] todas as vezes que tiver de ser tomada uma decisão, ela o será levando em conta este equipamento e estes estoques, mas à luz das expectativas atuais a respeito dos custos e das vendas futuras” (KEYNES, 1992, p. 78).

Os investimentos ocorrerão até o ponto em que a eficiência marginal do capital do último investimento realizado for igual à taxa de juros. A partir deste ponto, investimentos no setor financeiro se mostrarão tão ou mais lucrativos (podendo envolver riscos muito menores). Logo, quanto menor for a taxa de juros, maiores serão os investimentos, já que diversos projetos que não se justificariam a uma taxa de juros elevada, se justificam com a redução desta.

Enquanto Keynes aponta, portanto, que a renda – via demanda efetiva – é determinada pelos investimentos, o modelo do acelerador dos investimentos (e as extensões deste modelo) aponta que é o crescimento da economia que gera um aumento da taxa de investimento.

O precursor do modelo do acelerador dos investimentos – o economista americano John Maurice Clark (1917) – relacionou a taxa de crescimento da demanda por bens de consumo com a taxa de crescimento da demanda por bens de produção.

No modelo do acelerador, o investimento é uma proporção fixa das mudanças no produto, isto é, dado um aumento na relação capital/produto, o

investimento necessário está associado a um certo nível de crescimento do produto, de forma que a relação se mantenha constante. Matematicamente, o modelo toma a seguinte forma:

$$I = \Delta K = \alpha \Delta Y \quad (6)$$

Onde  $\alpha$  reflete a relação incremental capital-produto ( $K/Y$ ), suposta constante.

Assumindo que o estoque de capital desejado ( $K^*$ ) tem relação estável com o nível de produção ( $Y$ ), o modelo fica determinado por:

$$K^* = \alpha Y \quad (7)$$

$$I = K_{t+1} - K_t = \alpha Y_{t+1} - \alpha Y_t = \alpha(Y_{t+1} - Y_t) = \alpha \Delta Y \quad (8)$$

O modelo do acelerador, no entanto, não leva em conta a possibilidade de correlação serial do investimento, ou seja, a existência de defasagens no processo de tomada de decisão e implementação do investimento privado. Logo, neste modelo, o volume de investimento corrente apenas ajusta parcialmente o estoque de capital atual ao nível desejado. Assim, o nível de capital no período  $t$  depende apenas do nível de capital do período anterior.

As limitações presentes no modelo do acelerador dos investimentos fizeram com que fossem inseridas no modelo variáveis com defasagem, além da variável produto já prevista. Com a incorporação de defasagens, o modelo do acelerador passou a ser denominado “Modelo do Acelerador Flexível dos Investimentos” e a função toma a seguinte forma:

$$K - K_{t-1} = I = \lambda(K - K_{t-1}) \quad (9)$$

Onde  $0 < \lambda < 1$  indica a velocidade de ajustamento do estoque de capital. A equação investimento fica, então, determinada por:

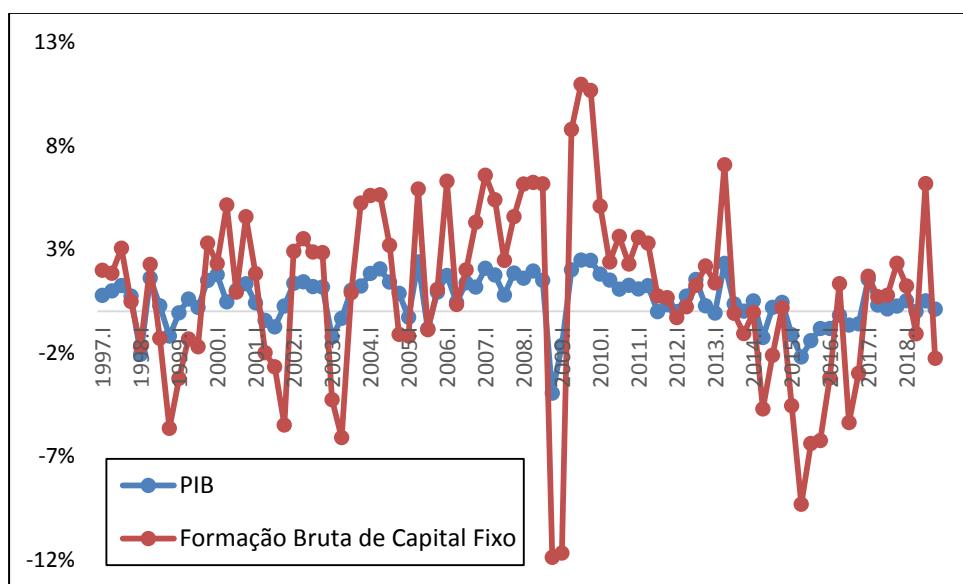
$$I = \lambda[\alpha Y - K_{t-1}] \quad (10)$$

Comparando-se as duas versões do modelo do acelerador, percebe-se que a sua versão inicial não inclui defasagens, além de supor uma relação  $\frac{K}{Y}$  constante. Além disso, também pressupõe um ajustamento instantâneo, de modo que  $\lambda = 1$ .

## Análise econométrica

O objetivo desta seção é realizar o teste empírico da causalidade entre o produto interno bruto (PIB) e a formação bruta de capital fixo (FBCF) no Brasil, entre 1997 a 2018. Para a análise à qual se propõe este estudo, foram utilizadas séries de tempo com variação real em relação ao trimestre anterior com ajuste sazonal disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através das Contas Nacionais Trimestrais. O gráfico abaixo sintetiza os dados utilizados:

Gráfico 1 – Variação real trimestral do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo com ajuste sazonal entre 1997 a 2018



Fonte: IBGE (2019).

As séries utilizadas nas estimações das equações de investimento são séries temporais ordenadas no tempo. Os métodos usuais de estimação – Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) – pressupõem que essas séries temporais são estacionárias (média e variância constante), e só assim podem apresentar estimadores consistentes. A estacionariedade de um processo estocástico é devido à ausência de raiz unitária ou de tendência estocástica no processo autorregressivo que gera as séries de tempo. São os testes de raiz unitária que verificam a presença (ou ausência) de raiz unitária nas variáveis utilizadas nas estimações e, consequentemente, conduzem o estudo para uma determinada

metodologia. Logo, o primeiro passo de uma análise econométrica é verificar se as séries temporais<sup>8</sup> são estacionárias em nível. Somente após esta análise é que se pode determinar a metodologia que deve ser empregada.

Utilizando o pacote econômétrico E-views 10, foram realizados os testes de raiz unitária *Augmented Dickey-Fuller* (ADF), Phillips-Perron (PP) e Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin (KPSS) das séries de tempo em análise neste estudo. O número de defasagens foi definido a partir da minimização do critério de Schwartz. O valor crítico para estabelecer a existência ou não de raiz unitária foram tabuladas por MacKinnon (1996). Utilizou-se um valor crítico de 5% como referência para a determinação da existência (ou não) de raiz unitária. Por sua vez, para determinar o nível de integração das variáveis, utilizou-se a hipótese de que todas elas possuíam intercepto. Na maioria dos testes a hipótese nula é de que a série tenha raiz unitária e, portanto, não seja estacionária. No teste KPSS, por sua vez, a hipótese nula é de que não existe raiz unitária. O Quadro 1 sintetiza os resultados:

Quadro 1 – Teste de Raiz Unitária sobre as variáveis

Variável	ADF (valor crítico a 5%)	PP (valor crítico a 5%)	KPSS (valor crítico a 5%)	Grau de Integração
FBCF	-5,801085 (-2,895109)	-5,582322 (-2,895109)	0,212926 (-0,463000)	I(0)
PIB	-6,410591 (-2,895109)	-6,369197 (-2,895109)	0,339319 (0,463000)	I(0)

Fonte: Resultados gerados pelo E-Views 10 (2019).

A análise da raiz unitária mostra que ambas as séries de tempo utilizadas neste estudo são integradas de ordem zero, ou seja, são estacionárias em nível. Neste caso, a metodologia usual dos Mínimos Quadrados Ordinários é condizente para apresentar resultados consistentes.

Entretanto, o objetivo deste estudo é realizar o exame de precedência temporal, para então estimar a função que indicará as elasticidades de longo prazo. O método usual para verificar a precedência temporal das variáveis é o teste de causalidade de Granger.

<sup>8</sup> Uma série temporal é um conjunto de observações feitas num certo período. Podem ser determinísticas (determinadas por uma função matemática) ou estocástica (resultado de um processo probabilístico).

De acordo com Enders (*apud* BUENO, 2008, p. 190), o teste de causalidade de Granger assume que todas as variáveis são estacionárias. A ideia básica por trás do teste de Granger é assumir que o futuro não pode causar o passado nem o presente. Ou seja, a questão fundamental é saber se o escalar  $Y$  ajuda a prever o escalar  $Z$ . Se isso não acontece, então diz-se que  $Y$  não-Granger-causa  $Z$ .

O teste de causalidade de Granger assume que a informação relevante para a previsão das respectivas variáveis  $Y$  e  $Z$  está contida apenas nas séries de tempo sobre essas duas variáveis. Dessa forma, uma série temporal estacionária  $Y$  causa, no sentido de Granger, outra variável  $Z$ , se melhores previsões estatisticamente significantes de  $Y$  podem ser obtidas ao incluirmos valores defasados de  $Z$  aos valores defasados de  $Y$ . Formalmente, o teste envolve estimar as seguintes regressões (supondo um sistema bivariado):

$$Y_t = \sum_{j=1}^p \theta_j Z_{t-j} + \sum_{j=1}^p \theta_j Y_{t-j} + \varepsilon_{1t} \quad (11)$$

$$Z_t = \sum_{j=1}^p \theta_j Z_{t-j} + \sum_{j=1}^p \theta_j Y_{t-j} + \varepsilon_{2t} \quad (12)$$

Onde  $\varepsilon_{jt}$  são os resíduos (não correlacionados).

A equação 11 aponta que os valores correntes de  $Y$  estão relacionados a valores passados do próprio  $Y$  assim como a valores defasados de  $Z$ ; enquanto a equação 12 postula um comportamento similar para a variável  $Z$ .<sup>9</sup> Em termos gerais, desde que o futuro não pode predizer o passado, se a variável  $Y$  Granger causa a variável  $Z$ , então mudanças em  $Y$  precedem temporalmente mudanças na variável  $Z$ . É possível, contudo, distinguir quatro situações diferentes para a causalidade de Granger, são elas:

- 1 - causalidade unilateral de  $Y$  para  $Z$ ;
- 2 - causalidade unilateral de  $Z$  para  $Y$ ;
- 3 - bicausalidade (quando os coeficientes defasados de  $Y$  e  $Z$  forem estatisticamente diferentes de zero em ambas as regressões);

---

<sup>9</sup> A hipótese nula do teste de causalidade de Granger ( $H_0: \theta_{j-3} = \theta_{j-2} = \theta_{j-1} = \theta_j = 0$ ) indica que  $Y$  não Granger causa  $Z$ .

4 - independência (quando, em ambas as regressões, os coeficientes defasados de Y e Z não forem estatisticamente diferentes de zero).

Um ponto importante na análise da relação de causalidade entre duas variáveis diz respeito à escolha do número apropriado de defasagens a ser utilizado no teste, visto que o teste é sensível ao número de defasagens escolhido. Davidson e MacKinnon (1993), por sua vez, argumentam que a escolha de um número elevado de defasagens é preferível, uma vez que assim o analista pode verificar como a exclusão de algumas defasagens afeta o resultado das estimações.<sup>10</sup> Novamente, utiliza-se o método de modelagem de Hendry (1995), o qual sugere que a escolha do melhor modelo deve ser feita partindo-se de um modelo geral com mais defasagens do que o necessário (*general do specific modelling*).

Isto posto, foi aplicado o teste de causalidade de Granger com oito defasagens. O Quadro 2 sintetiza os resultados:

Quadro 2 – Teste de causalidade de Granger sobre as séries de tempo

Hipótese nula	Estatística F	Probabilidade de aceitar a hipótese nula
PIB não causa Granger em FBCF	2.53713	0.0184
FBCF não causa Granger em PIB	0.33992	0.9470

Fonte: Resultados gerados pelo E-Views 10 (2019).

De acordo com os resultados obtidos, observa-se que, para os dados trimestrais referentes ao PIB e a FBCF entre 1997 a 2018, o crescimento do PIB precede o crescimento da FBCF. Sendo assim, o resultado aponta que, para a economia brasileira no período selecionado, a premissa teórica do modelo do acelerador do investimento se verifica.

Verificada a causalidade entre as séries de tempo, o próximo passo é testar o modelo sugerido pela teoria. Para analisar o modelo do acelerador dos investimentos para a economia brasileira é utilizada a seguinte função:

---

<sup>10</sup> A escolha de poucas defasagens pode causar viés devido à omissão de variáveis relevantes. Por outro lado, a escolha de mais variáveis do que o necessário pode levar ao viés de inclusão de variáveis irrelevantes, o que é menos sério do que a exclusão de variáveis relevantes.

$$FBCF = c + \beta PIB + \varepsilon \quad (13)$$

Onde  $c$  é o intercepto da reta estimada,  $\beta$  é o coeficiente de inclinação da reta estimada e  $\varepsilon$  o termo de erro.

O resultado da regressão é sintetizado pelo Quadro 3.

Quadro 3 – Coeficientes estimados por MQO

Variável	Coeficiente estimado	Estatística t	Probabilidade de aceitar a hipótese nula
Constante ( $c$ )	-0,883240	-3,652863	0,0004
PIB	2,294628	12.26205	0,0000
$R^2$		0,636145	
Estatística F		150,3578	0,0000
Estatística Durbin-Watson		2,185504	

Fonte: Resultados gerados pelo E-Views 10 (2019).

De acordo com o Quadro 3, a cada 1% de aumento do PIB, a FMBC aumenta 2,29%. Se não houver crescimento do produto, a regressão aponta que a FBCF cairá -0,88%. Além disso, a regressão aponta que 63,61% das variações da FBCF, a partir de variações no PIB, ficando o restante a cargo do termo de erro (36,39%), ou seja, por outros parâmetros que não estão presentes na regressão estimada.

Na metodologia dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), é necessário que o termo de erro assuma um comportamento determinado, para que os estimadores sejam do tipo BLUE, ou seja, se estimem os melhores estimadores lineares não viesados, a saber:

- 1 - o valor médio do erro aleatório tem que ser ZERO:  $E(e) = 0$
- 2 - a variância do erro tem que ser constante ao longo da reta estimada:  

$$\text{var}(e) = \sigma^2$$
- 3 - os termos de erros encontrados não podem ser correlacionados:  

$$\text{cov}(e_i, e_j) = 0$$
- 4 - a variável x não é aleatória e deve conter, pelo menos, dois valores diferentes;
- 5 - (Opcional) os valores do termo de erro ( $e$ ) se distribuem normalmente em torno da sua média.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Os resultados da estatística descritiva para o termo de erro são apresentados a seguir, no Quadro 4:

Quadro 4 – Estatística descritiva para o termo de erro estimado na regressão

Estatística descritiva	Coeficiente estimado	
Média	-0,000000000000000184	
Mediana	-0,22432	
Valor Máximo Observado	9,593389	
Valor Mínimo Observado	-5,163611	
Desvio Padrão	2,547794	
Kurtosis	4,982297	
Teste Jarque-Bera	27,5353	Probabilidade = 0,000001
Número de observações	88	

Fonte: Resultados gerados pelo E-Views 10 (2019).

Pelos resultados obtidos, é possível observar que o termo de erro tem média zero. É necessário que haja pelo menos dois termos com valores distintos. De acordo com os resultados, há 88 observações. Destas, a que apresenta o valor máximo é distinta da que apresenta o valor mínimo. Além disso, para testar a normalidade da distribuição do erro utiliza-se o teste Jarque-Bera. O resultado deste teste mostra que a probabilidade de se rejeitar a hipótese nula (normalidade) é de 0,000001%. Para se testar a autocorrelação serial, utiliza-se o teste Durbin Watson. De acordo com valores críticos obtidos na tabela de Durbin Watson para uma regressão com 88 observações e uma variável explicativa, entre 1,540 a 2,46 não existem evidências de autocorrelação. Como o resultado do teste Durbin-Watson (Quadro 3) foi 2,185504, aceita-se a hipótese nula de que as observações são não autocorrelacionadas.

Por fim, para testar se a variância do erro é homocedástico, ou seja, se a variância é constante, utilizou-se o teste Breusch-Pagan-Godfrey. O resultado deste teste é apresentado no Quadro 5:

Quadro 5 – Teste de heterocedasticidade de Breusch-Pagan-Godfrey do termo de erro

Estatística	Resultado	Probabilidade de rejeitar a hipótese nula
Estatística F	3,425370	0,0676

Fonte: Resultados gerados pelo E-Views 10 (2019).

De acordo com o teste de heterocedasticidades, observa-se que a probabilidade de se rejetar a hipótese nula (homocedasticidade) é de 6,76%, ou seja, em 93,24% das vezes, as observações do termo de erro são homocedásticas.

## **Considerações finais**

O presente estudo se propôs a realizar uma investigação empírica para o período de 1997 a 2018, com dados trimestrais. O objetivo era averiguar se, para a economia brasileira, é o crescimento do Produto Interno Bruto que leva a um crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo, ou o inverso.

Os resultados apontam que o modelo do acelerador dos investimentos governa o comportamento da economia no período em análise. Além disso, observou-se uma elevada elasticidade entre o crescimento do produto e o crescimento da FBCF (2,29%). Ou seja, a taxa de investimento aumenta 2,29%, à medida que o PIB cresce 1%.

Os resultados das estimativas realizadas neste trabalho apontam, portanto, que o efeito acelerador é estatisticamente significante; contudo, o efeito multiplicador não apresenta significância estatística, no caso do Brasil, o que pode ser explicado pelo elevado custo do capital, elevada ociosidade do parque produtivo, baixo nível de dinamismo da estrutura produtiva doméstica, má distribuição de riqueza e renda e alto grau de dependência externa.

O elevado custo do capital é característica do baixo nível de poupança da economia brasileira. Tal característica é agravada pelos episódios de crises financeiras internacionais (década de 1980, 1995-2001 e 2008-2009), entre as quais figuraram crises do balanço de pagamentos, crises cambiais, bancárias e financeiras, cujo traço comum constitui-se nas repetidas fugas de capitais dos mercados emergentes.

Ademais, há que se considerar que o elevado custo de capital conduz a um elevado grau de ociosidade da capacidade produtiva instalada, repercutindo em um maior espaço para crescimento sem a necessidade de investimentos. Não obstante, também houve políticas de incentivo à demanda, como a política fiscal expansionista com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), implementada em 2008.

O baixo dinamismo da estrutura produtiva doméstica, por seu turno, deriva da distribuição de renda desigual, o que implica uma reduzida propensão média a consumir, o que explicaria parcialmente a baixa significância estatística do multiplicador dos investimentos.

Por fim, uma perspectiva panorâmica da inserção externa da economia brasileira nos apresenta uma realidade em que o crescimento do país é condicionado pelos ciclos de crescimento externo. Isso explicaria parte da estagnação da década de 1980, em razão da reversão dos fluxos de capitais estrangeiros, bem como o constrangimento da década de 1990, condicionado pelo esforço de estabilização macroeconômica. Neste caso, a taxa de câmbio permaneceu relativamente apreciada, impedindo que o Brasil se beneficiasse, efetivamente, da ampla liquidez internacional. Por fim, houve um breve ensaio de crescimento na primeira década dos anos 2000, condicionado pelo aumento do preço das *commodities* no mercado internacional.

Diante dos resultados deste estudo e dos apontamentos apresentados, é desejável que o Brasil elabore políticas industriais, comerciais e de educação que viabilizem uma inserção internacional mais favorável. Também é desejável que sejam realizadas reformas no sentido de reduzir as desigualdades sociais e melhorar a propensão média a consumir. Tais transformações permitiriam um ganho em termos de dinamismo econômico doméstico, atraindo mais investimentos e ampliando os impactos de tais inversões na economia brasileira.

#### **Referências**

- AGÉNOR, P. R. **The economics of adjustment and growth.** San Diego: Academic Press, 2000.
- ASADA, T. Investment and finance: a theoretical approach. **Annals of Operation Research**, v. 89, p. 75-87, 1999.
- BACHA, E. L.; BONELLI, R. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 3, p. 163-189, 2005.
- BAER, W. **A economia brasileira.** 2. ed. São Paulo: Ed. Nobel, 2003.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2007. Disponível em: [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br). Acesso em: 20 de novembro de 2007.
- BUENO, R. L. S. **Econometria de séries temporais.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 444–460, jul./set. 2015.
- CASTRO, A. B. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 83, jul./set. 2001.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Os anos 90 e os desafios da reestruturação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2000.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista.** 2002. Tese (Doutorado) – Fundação Economia e Estatística, Porto Alegre, 2002. v. 1.
- FOLEY, D.; MICHL, T. **Growth and distribution.** Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea.** 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2016.
- GORDON, D. M. Putting the horse (back) before the cart: disentangling the macro relationship between investment and saving. **Economics and Social Justice**, p. 441-491, 1999.
- GORDON, D. M.; WEISSKOPF, T. E.; BOWLES, S. Power, profits and investment: an institutionalist explanation of the stagnation of U.S. net investment after the mid-1960s. **Economics and Social Justice**, p. 237-263, 1999.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO, R. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2005.
- GUJARATI, D. N. **Econometria básica.** 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- HENDRY, D. F. **Dynamic econometrics.** Oxford University Press, 1995.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico.** 23. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2019. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 3 ago. 2019.
- IPEA. **Ipeadata:** base de dados macroeconômicos. 2019. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 3 ago. 2019.
- JOHANSEN, S. Estimation and hypothesis testing of cointegration vectors in gaussian vector autoregressive models. **Econometrica**, v. 59, n. 6, p. 1551-1580, 1991.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1992.
- KUMO, W. L. Infrastructure investment and economic growth in South Africa: a granger causality analysis. **African development Bank Group Working Paper Series**, n. 160, 2012.
- KUPFER, D. Política industrial. **Econômica**, v. 5, n. 2, dez. 2003.
- LACERDA, A. C. de et al. **Economia brasileira.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LAVOIE, M. Do heterodox theories have anything in common? A post-keynesian point of view. **Journal of Economics**, v. 3, n. 1, p. 87-112, 2006.
- LAVOIE, M; RODRÍGUEZ G.; SECCARECIA M. Similitudes and discrepancies in post-keynesian and marxist theories of investment: a theoretical and empirical investigation. **International Review of Applied Economics**, v. 18, n. 2, p. 127-149, abr. 2004.
- MOREIRA, R. R. Relativizando o dilema estabilidade versus instabilidade: Keynes, o mainstream e o conceito de bifurcação em economia. **Revista Economia**, v. 7, n. 1, p. 189-216, jan./jul. 2006.
- MUNDSCHENK, S. et al. **Estimating an investment function.** 2019. Disponível em: [www.stefancollignon.de/Word/Tobins%20q.doc](http://www.stefancollignon.de/Word/Tobins%20q.doc). Acesso em: 26 maio 2019.
- PALLEY, T. I. Conflict, distribution and finance in alternative macroeconomics tradition. **Review of Radical Political Economics**. 1999.
- PATTERSON, K. **An introduction to applied econometrics:** a time series approach. New York: St. Martin's Press, 2000.
- PELÁEZ, C. M. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1979.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- PEREIRA, L. B. **A decisão de investir, os lucros e os juros.** EASP/FGV, 1970.
- PINDYCK, R.; DIXIT, A. **Investment under uncertainty.** Princeton University Press, 1994.
- PINDYCK, R.; SOLIMANO, A. **Economic instability and aggregate investment.** NBER Macroeconomics Annual. 1993.
- SACHS, J. D.; LARRAIN, F. **Macroeconomia em uma economia global.** São Paulo: Makron Books, 2000.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do Pós Guerra. *In:* BELLUZZO, L.G.; COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, p. 69-138, 1982. v. 1.
- SOUZA, F. E. P. O investimento antes e depois do Plano Real. *In:* VELLOSO, J. P. R. (org). **O Real, o crescimento e as reformas.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1996. p. 95-121.
- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- VERBEEK, M. **A guide to modern econometrics.** West Sussex: John Wiley and Sons, 2005.

# 19

## O déficit habitacional no COREDE Vale do Rio dos Sinos

Aline Mendes da Rosa<sup>1</sup>  
Angélica Massuquetti<sup>2</sup>  
Karen Forneck Cardoso Michels<sup>3</sup>

**Resumo:** O tema que está sendo abordado neste estudo é a relação entre desenvolvimento e habitação, a partir da análise do déficit habitacional, no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS), no período 2007-2015. Como procedimento metodológico, empregou-se o Idese, o Índice de Gini e o déficit habitacional. Os resultados preliminares revelaram que Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo, apesar do nível intenso de atividade econômica, são os municípios que mais demandariam políticas públicas, na área de habitação.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Déficit habitacional. CONSINOS.

### Introdução

A moradia digna é um direito de toda a sociedade e está prevista em lei. As dificuldades enfrentadas pela população mais carente são mais agravadas quando não se observa, por parte dos governos, preocupação em promover o atendimento de aspectos essenciais da vida, como é a questão habitacional. A falta de uma política efetiva pode gerar o surgimento de habitações irregulares e inseguras, além de problemas ligados ao saneamento básico e à dificuldade de acesso à educação, à saúde e ao emprego.

De acordo com IPEA (2007), a política habitacional tem um cunho social, pois constitui-se, dentre outros fatores, como uma tática para combater a pobreza, como observa-se a seguir:

Primeiro, a moradia é tanto um bem transacionável no mercado como uma necessidade, e os gastos da família com prestações ou aluguéis determinam o consumo de outros bens necessários à sua sobrevivência. Segundo, a moradia não é somente a estrutura física do imóvel, ela representa também a escolha da família pela comunidade onde está inserida, pela proximidade do trabalho, de escolas, mercados e demais estruturas públicas e privadas.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Ciências Econômicas, Unisinos. lattes.cnpq.br/9155762951810573.  
aline.rosa94@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora no PPG em Economia, Unisinos. lattes.cnpq.br/0530636583742073.  
angelicam@unisinos.br

<sup>3</sup> Mestra em Economia pelo PPG em Economia, Unisinos. lattes.cnpq.br/8148080114865400.  
karenforneck@gmail.com

Terceiro, é o caráter social da habitação que justifica que, apesar de ser um bem privado, ele seja financiado para determinado segmento da população com tributos pagos por toda a população do país. Esta possibilidade reflete o entendimento daqueles que pagam os tributos de que é socialmente desejável que a população mais pobre tenha acesso à casa própria, objetivo explícito da política nacional de habitação. A posse do imóvel contribuiria, então, para o bem-estar social ao induzir a estabilidade social, o maior envolvimento dos indivíduos nas comunidades e os comportamentos sociais desejáveis dos adultos e dos jovens (2007, p. 279).

Segundo o Banco Mundial, o Brasil registrou um progresso econômico e social entre os anos de 2003 e 2014, com redução do coeficiente de Gini e mais de 29 milhões de pessoas saindo da pobreza. Apesar do índice de Gini ter apresentado evolução e registrado 0,515 em 2014, ainda é elevado frente aos demais países da América Latina, por exemplo<sup>4</sup> (WORLDBANK, 2019). Isso demonstra a necessidade de maior atenção do Poder Público em relação à população carente. A desigualdade no território brasileiro reflete a falta de acesso à educação de qualidade e aos serviços básicos, tais como saúde pública, saneamento básico, habitação, segurança entre outros fatores.

Cardoso (2004) investigou o problema habitacional nas metrópoles brasileiras, analisando o déficit e a inadequação habitacionais. Os resultados do estudo revelaram que o crescimento do déficit e da inadequação habitacionais nas metrópoles, na última década, é fruto da ausência de políticas de habitação e saneamento, que permitam atuar preventivamente no enfrentamento da questão da moradia no País. Observa-se que o crescimento metropolitano, nos últimos anos, foi acompanhado por um agravamento das condições de vida nas metrópoles, expresso por meio do déficit habitacional.

O tema que está sendo abordado neste estudo é a relação entre desenvolvimento e habitação, a partir da análise do déficit habitacional, no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS) no período 2007-2015. O déficit habitacional é compreendido, segundo definição da Fundação João Pinheiro (2018, p. 18-19), como “[...] necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em certo momento”. Esta região é o objeto desta pesquisa, pois, dentre os 28 Conselhos do estado, o CONSINOS

---

<sup>4</sup> Para o ano de 2014, o Índice de Gini foi de 0,432 para o Peru, 0,478 para a Bolívia, 0,414 para a Argentina, 0,401 para o Uruguai e 0,507 para o Paraguai (WORLDBANK, 2019).

encontra-se apenas na 17<sup>a</sup> posição no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) Geral, na 23<sup>a</sup> colocação no Idese Educação e no 25º lugar no Idese Saúde. Apenas no Idese Renda encontra-se numa melhor posição, na 8<sup>a</sup> (FEE, 2019).

Este estudo está dividido em cinco seções, considerando a Introdução. Na segunda, aborda-se o tema da habitação no estado, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e em municípios desta região.<sup>5</sup> A metodologia empregada é descrita na terceira seção. Na quarta seção serão apresentados os resultados do estudo. Por fim, na quinta seção, são descritas as conclusões.

## **Evolução do déficit habitacional no Rio Grande do Sul**

Na Tabela 1 observa-se o déficit habitacional total e por situação do domicílio e o déficit habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados, entre 2010 e 2015, no Rio Grande do Sul e na RMPA, além da Região Sul e do Brasil.

---

<sup>5</sup> Conforme Carrion (1989), ao analisar o mercado imobiliário na RMPA, observa-se que as famílias de baixa renda se concentravam em municípios em que as terras eram mais baratas, como em Sapucaia do Sul, Alvorada e Viamão (o primeiro está localizado no CONSINOS, enquanto os demais estão no Conselho vizinho, que é o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí). Carrion (1989) também afirmou que o padrão periférico de moradia representa uma expressão das diferenças sociais existentes, da incapacidade de amplos segmentos da população em ter acesso a condições mais favoráveis e adequadas de habitação. A localização periférica implica, dessa forma, a elevação, em muitos casos, do gasto conjunto de habitação e de transporte (ou custo de consumo final da habitação). Isso ocorre, de um lado, devido ao maior afastamento da residência relativamente aos locais de acesso necessário, acarretando gastos adicionais com transporte e, de outro, em virtude da elevação do preço do solo na própria periferia, à medida que a urbanização se intensifica e os mecanismos de valorização e de especulação com a terra atingem essas áreas. Fica, portanto, cada vez mais difícil obter um imóvel barato, mesmo periférico, que satisfaça adequadamente as necessidades básicas de moradia, incluindo o acesso (transporte), a um custo compatível com o poder de compra dos salários. O crescimento das favelas é uma expressão dessa dificuldade.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Tabela 1 – Déficit habitacional total e por situação do domicílio e déficit habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados – Brasil, Região Sul, Rio Grande do Sul e RMPA – 2010-2015 (unidade)

Especificação	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
	2010			2011		
Região Sul	770.749	685.111	85.639	583.875	532.127	51.748
Rio Grande do Sul	303.521	270.762	32.758	225.504	201.149	24.355
RMPA	125.803	123.510	2.293	86.906	85.975	931
Brasil	6.940.691	5.885.528	1.055.163	5.581.968	4.689.405	892.563
	2012			2013		
Região Sul	550.726	507.838	42.888	628.104	581.579	46.525
Rio Grande do Sul	191.189	178.879	12.310	214.003	195.439	18.564
RMPA	77.378	75.975	1.403	88.214	86.515	1.699
Brasil	5.430.562	4.664.113	766.449	5.846.040	5.010.839	835.201
	2014			2015		
Região Sul	645.189	608.807	36.382	734.115	684.502	49.613
Rio Grande do Sul	231.881	220.730	11.151	239.458	220.953	18.505
RMPA	91.436	90.191	1.245	96.614	94.831	1.783
Brasil	6.068.061	5.315.251	752.810	6.355.743	5.572.700	783.043

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da Fundação João Pinheiro (2019).

Verifica-se que o nível do déficit habitacional no Brasil, assim como na Região Sul, sofreu uma queda entre 2010 e 2012, voltando a subir a partir de 2013 e alcançando um patamar semelhante ao início do período. No Rio Grande do Sul e na RMPA, o movimento foi semelhante, porém a queda nos três primeiros anos pesquisados foi mais acentuada, e a elevação nos três posteriores não foi suficiente para se aproximar do nível de 2010. Além disso, o déficit habitacional é predominantemente urbano em todas as regiões analisadas.

A participação dos componentes no déficit habitacional no Brasil, na Região Sul, no Rio Grande do Sul e na RMPA, no período 2010-2015, é observada na Tabela 2. A análise dos dados permite observar que:

1. em 2010, nas quatro especificações analisadas, o maior percentual está na coabitação familiar, chegando a 43,1%, quando analisado o País como um todo. Nesse período, o adensamento excessivo ocupou a menor participação;
2. em 2011, a maior ocorrência se divide entre a coabitação familiar e o ônus excessivo com aluguel. No Rio Grande do Sul, a coabitação alcançou 50,6%. Quando analisada somente a RMPA, o ônus excessivo com o aluguel chegou a 63%;

3. em 2012, o ônus excessivo com aluguel se tornou o maior problema no Brasil. O Rio Grande do Sul ainda contava com 51,8% na questão de coabitação familiar e 23,7% referente ao ônus;
4. a partir de 2013, o ônus excessivo com aluguel teve a maior parcela de participação nas quatro regiões analisadas;
5. em 2014 e em 2015, o ônus excessivo com aluguel continuou sendo o principal componente, no que tange ao déficit habitacional nessas regiões.

Tabela 2 – Participação dos componentes\* no déficit habitacional Brasil, Região Sul, Rio Grande do Sul e RMPA – 2010-2015 (unidade)

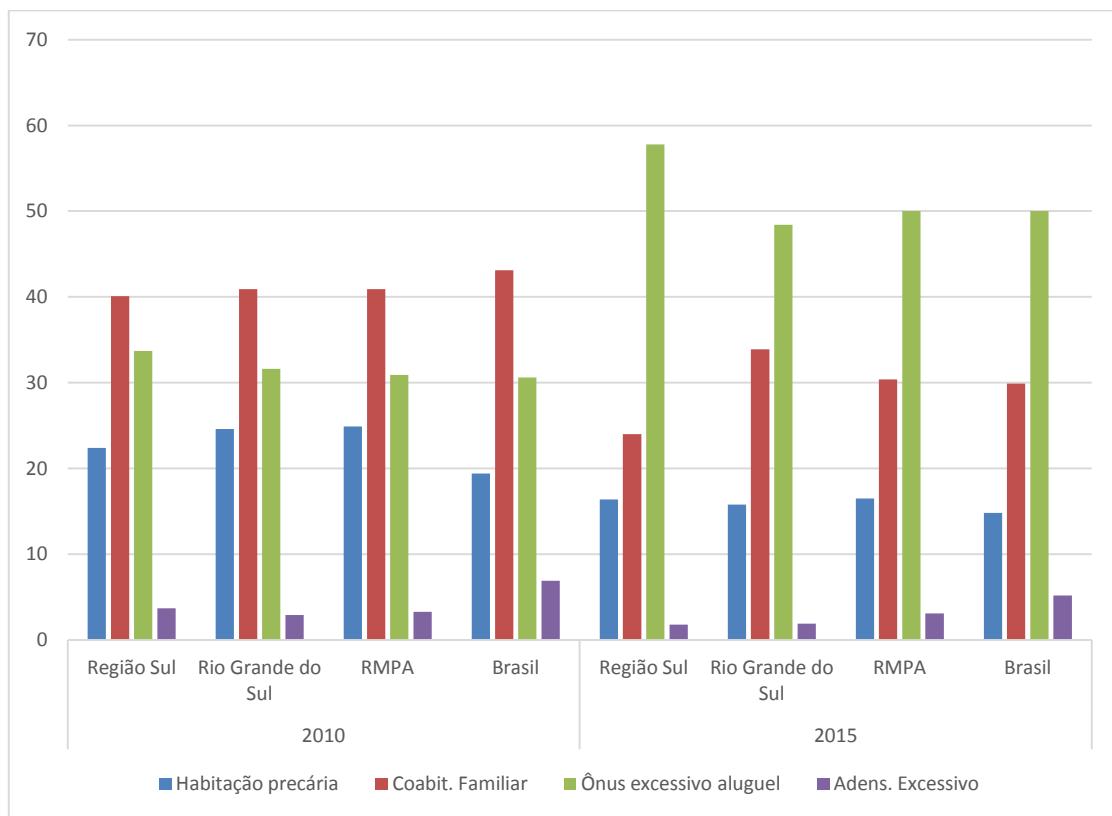
Ano	Especificação	Habitação precária	Coabitação familiar	Ônus excessivo aluguel	Adensamento excessivo
2010	Região Sul	172.822	309.276	259.799	28.853
	Rio Grande do Sul	74.613	124.235	95.777	8.895
	RMPA	31.383	51.459	38.828	4.133
	Brasil	1.343.435	2.991.313	2.124.404	481.539
2011	Região Sul	111.935	202.803	252.024	17.113
	Rio Grande do Sul	44.571	88.117	35.789	5.620
	RMPA	17.892	30.206	87.196	3.019
	Brasil	1.187.903	1.916.716	2.091.392	385.957
2012	Região Sul	99.515	177.294	252.258	21.659
	Rio Grande do Sul	30.057	74.001	33.895	4.852
	RMPA	10.286	30.390	82.279	2.807
	Brasil	883.777	1.865.457	2.310.642	370.686
2013	Região Sul	108.825	203.116	297.264	18.899
	Rio Grande do Sul	36.431	84.245	86.469	6.858
	RMPA	24.482	25.925	35.868	1.939
	Brasil	997.264	1.905.085	2.553.436	390.255
2014	Região Sul	72.720	199.933	346.696	25.840
	Rio Grande do Sul	22.337	91.694	110.784	7.066
	RMPA	7.475	34.376	47.093	4.236
	Brasil	863.030	1.911.598	2.926.543	366.890
2015	Região Sul	120.748	176.424	424.000	12.943
	Rio Grande do Sul	37.940	81.218	115.798	4.502
	RMPA	15.933	29.348	48.299	3.034
	Brasil	942.631	1.902.490	3.177.772	332.850

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Fundação João Pinheiro (2019). Nota: (\*) Os domicílios precários se referem aos domicílios rústicos e os improvisados. O que se nomeia como rústico, segundo definição do IBGE, são os imóveis sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Os domicílios improvisados são os lugares que servem como moradia alternativa, que não seria ideal para habitação. Por exemplo, pode-se citar os imóveis que teriam fins comerciais, embaixo de pontes e viadutos, entre outros. A coabitação familiar é composta pelos cômodos e pelas famílias secundárias ou conviventes. Os cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em uma casa. Já a coabitação familiar diz respeito às famílias secundárias que dividem a moradia com uma família principal, que tem o desejo de ter o próprio domicílio. O ônus excessivo com aluguel se refere às famílias com renda de até três salários-mínimos por mês e que a destinam 30% ou mais para o pagamento de aluguel de sua moradia. O adensamento excessivo corresponde aos domicílios alugados com um número médio superior a três moradores por dormitório. Neste item se considera apenas os apartamentos e as casas que são alugadas, pois nestes casos, o inquilino não pode ampliar o imóvel nem vendê-lo.

Na Figura 1, observa-se a evolução da participação dos componentes no déficit habitacional, nos anos de 2010 e de 2015.

Figura 1 – Participação dos componentes\* no déficit habitacional Brasil, Região Sul, Rio Grande do Sul e RMPA – 2010-2015 (unidade e %)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Fundação João Pinheiro (2019).

O ônus excessivo com aluguel tornou-se o principal componente do déficit habitacional em todas as dimensões territoriais investigadas, em 2015, em comparação ao início do período de análise, que destacava a coabitação familiar, como já havia sido afirmado por ObservaSinos (2019).

## **Metodologia**

O CONSINOS é formado por 14 municípios, que são: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ibotirama, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. O Idese foi empregado para avaliar a evolução do desenvolvimento do CONSINOS e dos municípios que integram o Conselho. Este índice foi calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), para o período 2007 a 2015, sendo constituído por 12 indicadores, que formam três dimensões: Educação, Renda e Saúde (FEE, 2019).

Em relação à desigualdade de renda, utilizou-se o Índice de Gini, nos anos de 2000 e de 2010, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele é um coeficiente de mensuração da desigualdade que varia entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 0, mais igual se dá a distribuição, sendo o valor 1 equivalente à perfeita desigualdade da distribuição de renda). Por fim, os dados relativos ao déficit habitacional para o CONSINOS foram obtidos no Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos (ObservaSinos), que é um programa do Instituto Humanitas Unisinos (IHU).

## **Resultados e discussão**

A relação entre desenvolvimento e habitação é analisada em três momentos nesta seção: inicialmente, aborda-se o desenvolvimento socioeconômico no COREDE; após, discorre-se acerca da distribuição de renda na região; e, por fim, analisa-se o déficit habitacional no CONSINOS.

### **Desenvolvimento socioeconômico no CONSINOS**

Na Tabela 3, observa-se o Idese dos municípios do CONSINOS nos anos de 2007 e de 2015. É possível notar que houve uma evolução positiva do índice em

todos os municípios. O município que registrou maior variação no período analisado foi Sapiranga e o município com menor variação entre os dois anos analisados foi I voti. Entretanto, I voti possui o melhor resultado observado na região para os dois períodos analisados.

Tabela 3 – Idese dos municípios do CONSINOS – 2007/2015

Municípios, COREDE e estado	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)
Araricá	0,633	0,682	0,049
Campo Bom	0,703	0,771	0,068
Canoas	0,694	0,727	0,033
Dois Irmãos	0,765	0,799	0,034
Estância Velha	0,697	0,759	0,062
Esteio	0,696	0,765	0,069
I voti	0,787	0,818	0,031
Nova Hartz	0,628	0,706	0,078
Nova Santa Rita	0,689	0,727	0,038
Novo Hamburgo	0,697	0,745	0,048
Portão	0,679	0,733	0,054
São Leopoldo	0,672	0,715	0,043
Sapiranga	0,635	0,741	0,106
Sapucaia do Sul	0,637	0,679	0,042
CONSINOS	0,686	0,736	0,05
Estado	0,698	0,751	0,053

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE (2019).

Na Tabela 4 é apresentado o Idese Saúde desses municípios. Entre 2007 e 2015, percebe-se que quatro municípios tiveram queda em seu índice: Nova Santa Rita, São Leopoldo, Estância Velha e I voti. Os que obtiveram maior variação positiva foram Sapiranga e Portão. Vale ressaltar que diferente do Idese geral, o Idese Saúde não possui nenhum município com índice menor que 0,733 em 2007 e que 0,766 em 2015, o que de antemão mostra que não é esta a dimensão que reduz a média geral.

Tabela 4 – Idese Saúde dos municípios do CONSINOS – 2007/2015

Municípios, COREDE e estado	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)
Arariacá	0,760	0,766	0,006
Campo Bom	0,811	0,836	0,025
Canoas	0,751	0,771	0,02
Dois Irmãos	0,845	0,872	0,027
Estância Velha	0,843	0,829	-0,014
Esteio	0,781	0,804	0,023
Ivoti	0,859	0,853	-0,006
Nova Hartz	0,761	0,808	0,047
Nova Santa Rita	0,839	0,802	-0,037
Novo Hamburgo	0,786	0,805	0,019
Portão	0,766	0,828	0,062
São Leopoldo	0,795	0,776	-0,019
Sapiranga	0,733	0,807	0,074
Sapucaia do Sul	0,748	0,795	0,047
CONSINOS	0,776	0,795	0,019
Estado	0,792	0,817	0,025

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE (2019).

Na Tabela 5, verifica-se o Idese Educação dos municípios e, no período de estudo, percebe-se que o município que obteve maior variação positiva foi Estância Velha, passando de 0,609 em 2007 para 0,768 em 2015. O município de Ivoti já registrava em 2007 resultado de 0,785 e, apesar da pouca evolução, em 2015 registrou 0,824, o maior índice dentre todos municípios analisados. Nesta dimensão o pior índice em 2007 é do município de Nova Hartz com 0,536 e em 2015 de Canoas com 0,640. Esses resultados mostram um grau de desenvolvimento menor do que na dimensão saúde.

*A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Tabela 5 – Idese Educação dos municípios do CONSINOS – 2007/2015

Municípios, COREDE e estado	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)
Araricá	0,653	0,683	0,03
Campo Bom	0,588	0,729	0,141
Canoas	0,572	0,640	0,068
Dois Irmãos	0,722	0,731	0,009
Estância Velha	0,609	0,768	0,159
Esteio	0,630	0,752	0,122
Ivoti	0,785	0,824	0,039
Nova Hartz	0,536	0,662	0,126
Nova Santa Rita	0,632	0,655	0,023
Novo Hamburgo	0,607	0,698	0,091
Portão	0,603	0,692	0,089
São Leopoldo	0,556	0,648	0,092
Sapiranga	0,607	0,718	0,111
Sapucaia do Sul	0,589	0,665	0,076
CONSINOS	0,594	0,688	0,094
Estado	0,627	0,698	0,071

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE (2019).

Tabela 6 – Idese Renda dos municípios do CONSINOS – 2007/2015

Municípios, COREDE e estado	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)
Araricá	0,485	0,599	0,114
Campo Bom	0,710	0,748	0,038
Canoas	0,759	0,769	0,01
Dois Irmãos	0,728	0,796	0,068
Estância Velha	0,639	0,681	0,042
Esteio	0,677	0,738	0,061
Ivoti	0,717	0,777	0,06
Nova Hartz	0,587	0,647	0,06
Nova Santa Rita	0,597	0,724	0,127
Novo Hamburgo	0,699	0,732	0,033
Portão	0,669	0,678	0,009
São Leopoldo	0,666	0,721	0,055
Sapiranga	0,565	0,697	0,132
Sapucaia do Sul	0,575	0,578	0,003
CONSINOS	0,690	0,726	0,036
Estado	0,675	0,739	0,064

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE (2019).

Na Tabela 6 observa-se o Idese Renda dos municípios do CONSINOS. Entre 2007 e 2015, identifica-se que assim como no Idese geral e no Idese Saúde, o município de Sapiranga se destacou, com a maior evolução positiva dentre os

municípios analisados. Dois Irmãos apresenta o maior índice no Idese Renda para 2015, com 0,796. Nesta dimensão, há o menor resultado dentre as dimensões analisadas, 0,578 no município de Sapucaia do Sul para 2015.

A análise dos índices permitiu observar a evolução do desenvolvimento em Sapiranga, com melhora em mais de uma dimensão. Além disso, I voti e Dois Irmãos aparecem como os municípios com melhor nível de desenvolvimento. Sapucaia do Sul e São Leopoldo registram menor desenvolvimento em relação aos demais, principalmente no Idese Renda e no Idese Educação. No Idese Saúde, os municípios de Estância Velha, I voti, Nova Santa Rita e São Leopoldo apresentaram variação negativa entre 2007 e 2015.

### **Distribuição de renda no CONSINOS**

A desigualdade de renda ainda é um problema presente no Brasil e, também, no CONSINOS. Na Tabela 7, identifica-se a evolução do Índice de Gini dos municípios do COREDE entre 2000 e 2010 segundo o IBGE. Verifica-se que, para os anos de 2000 e de 2010, todos os municípios apresentaram um índice menor do que o valor estadual. No primeiro ano da série, 28,57% dos municípios tiveram um índice menor do que 0,4620, que foram: Nova Hartz, Dois Irmãos, Araricá e Estância Velha. No segundo grupo, estão os municípios que apresentaram um índice de Gini maior do que 0,4620, mas menor do que o índice de Gini do CONSINOS (0,4789), que foram: I voti, Sapucaia do Sul e Sapiranga. Estes municípios representam 21,43% do total do CONSINOS. Em seguida, estão 28,57% dos municípios do COREDE, que apresentam índices variando entre 0,4801 e 0,5315, que foram: Campo Bom, Esteio, Nova Santa Rita e Portão. Por fim, o último grupo, com 21,43% dos municípios do COREDE, que foram Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo, com índices variando de 0,5326 a 0,5522, valores estes inferiores ao índice do estado, que foi de 0,5863 no ano.

Tabela 7 – Índice de Gini dos municípios do CONSINOS – 2000/2010

Municípios, COREDE e estado	2000 (A)	2010 (B)	Variação (B-A)
Araricá	0,4327	0,3624	-0,0703
Campo Bom	0,4801	0,4323	-0,0478
Canoas	0,5326	0,5178	-0,0148
Dois Irmãos	0,3902	0,3832	-0,007
Estância Velha	0,4504	0,4308	-0,0196
Esteio	0,5003	0,4844	-0,0159
Ivoti	0,462	0,4484	-0,0136
Nova Hartz	0,3799	0,3518	-0,0281
Nova Santa Rita	0,5038	0,4413	-0,0625
Novo Hamburgo	0,5502	0,5387	-0,0115
Portão	0,5315	0,4373	-0,0942
São Leopoldo	0,5522	0,5357	-0,0165
Sapiranga	0,4724	0,4162	-0,0562
Sapucaia do Sul	0,4659	0,4501	-0,0158
CONSINOS	0,4789	0,4450	-0,0338
Estado	0,5863	0,5472	-0,0391

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE (2019).

No ano de 2010, 28,57% dos municípios tiveram um índice menor do que 0,4308, que foram: Nova Hartz, Araricá, Dois Irmãos e Sapiranga. No segundo grupo, estão os municípios que apresentaram um índice maior do que 0,4308, mas menor do que o índice do CONSINOS (0,4450), que foram: Estância Velha, Campo Bom, Portão, Nova Santa Rita. Estes municípios representam 28,57% do total do CONSINOS. Em seguida, estão 21,43% dos municípios do COREDE, que apresentam índices variando entre 0,4484 e 0,4844, que foram: Ivoti, Sapucaia do Sul, Esteio. Por fim, o último grupo, com 21,43% dos municípios do COREDE, que foram Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo, tiveram índices variando de 0,5178 a 0,5387, valores inferiores ao índice do estado, que foi de 0,5472 no ano.

Todos os municípios do CONSINOS apresentam um coeficiente de Gini inferior ao observado no estado para os dois períodos analisados. Além disso, podemos observar também que em todos os municípios do CONSINOS houve evolução do coeficiente de Gini, demonstrando que houve redução da desigualdade no período analisado. Em 5 dos 14, 35,7%, dos municípios essa evolução foi maior que a apresentada pelo estado, ou seja, acima de 0,391. As menores variações ocorreram nos municípios de Araricá (-0,0703), Campo Bom (-

0,0478) e Canoas (-0,0148). Quanto ao CONSINOS, a sua variação foi de -0,0338, próxima daquela do estado, que registrou -0,391.

### Déficit habitacional no CONSINOS

Na Tabela 8 são apresentados alguns indicadores demográficos/geográficos dos municípios que integram o CONSINOS. Observa-se que a taxa de urbanização em 9 dos 14 municípios é maior que 95%, chegando a 100% em Canoas. Esteio possui a menor área ( $\text{km}^2$ ), porém é o quinto município com maior população, o que o torna o município com maior densidade dentre os analisados.

Tabela 8 – População, taxa de urbanização, área e densidade dos municípios do CONSINOS

Municípios	População			Taxa de Urbanização (%)	Área ( $\text{km}^2$ )	Densidade (hab./ $\text{km}^2$ )
	Urbana	Rural	Total			
Araricá	3.996	868	4.864	82,15	35,3	146,0
Campo Bom	57.338	2.736	60.074	95,45	60,5	1.013,3
Canoas	323.827	0	323.827	100,00	131,1	2.526,1
Dois Irmãos	27.276	296	27.572	98,93	65,2	441,8
Estância Velha	41.484	1.090	42.574	97,44	52,1	849,8
Esteio	80.643	112	80.755	99,86	27,7	2.940,4
Ivoti	18.062	1.812	19.874	90,88	63,2	329,7
Nova Hartz	15.269	3.077	18.346	83,23	62,6	304,5
Nova Santa Rita	19.475	3.241	22.716	85,73	217,9	111,6
Novo Hamburgo	234.798	4.142	238.940	98,27	223,8	1.074,5
Portão	25.276	5.644	30.920	81,75	159,9	202,8
São Leopoldo	213.238	849	214.087	99,60	102,7	2.133,7
Sapiranga	72.286	2.699	74.985	96,40	138,3	553,9
Sapucaia do Sul	130.469	488	130.957	99,63	58,3	2.294,1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE (2019).

Na Tabela 9 verifica-se o déficit habitacional total absoluto e relativo e o déficit habitacional urbano absoluto de até três salários-mínimos dos municípios do CONSINOS. É possível observar que os municípios com os maiores déficits habitacionais são também os que possuem maior população e as maiores taxas de urbanização.

*A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Tabela 9 – Déficit habitacional total absoluto e relativo e déficit habitacional urbano absoluto de até três salários-mínimos nos municípios do CONSINOS – 2010

Municípios	Déficit habitacional		Déficit habitacional	
	Total	Relativo	Até 3 salários mínimos	Ranking
Araricá	162	9,6	90	14
Campo Bom	1.619	8,1	784	7
Canoas	11.135	10,7	6.181	1
Dois Irmãos	573	6,1	289	11
Estância Velha	1.138	8,2	574	8
Esteio	2.095	7,9	1.043	6
Ivoti	513	7,7	281	12
Nova Hartz	497	8,4	246	13
Nova Santa Rita	631	8,7	304	10
Novo Hamburgo	7.083	8,8	4.158	3
Portão	816	8	515	9
São Leopoldo	7.712	10,1	4.301	2
Sapiranga	2.338	9,5	1.451	5
Sapucaia do Sul	4.158	9,7	2.521	4
CONSINOS	40.470	121,5	22.738	--

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de ObservaSinos (2015; 2016).

Na Tabela 10 é detalhado o déficit habitacional total absoluto por faixa de renda dos municípios do CONSINOS. Verifica-se que os municípios que possuem os maiores déficits são Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo. E o maior déficit habitacional está entre a população com faixa de renda entre zero e três salários.

Tabela 10 – Déficit habitacional total absoluto por faixa de renda nos municípios do CONSINOS – 2010

Municípios	Domicílios sem rendimentos	0-3 salários	3-6 salários	6-10 salários	10 ou mais salários
Araricá	7	90	38	27	0
Campo Bom	26	784	308	441	60
Canoas	130	6.181	1.845	2.142	838
Dois Irmãos	25	289	104	129	27
Estância Velha	23	574	201	239	101
Esteio	20	1.043	349	478	175
Ivoti	15	281	84	111	22
Nova Hartz	31	246	108	107	5
Nova Santa Rita	43	304	122	126	35
Novo Hamburgo	208	4.158	1.162	1.126	430
Portão	20	515	89	163	28
São Leopoldo	218	4.301	1.105	1.264	324
Sapiranga	38	1.451	432	357	61
Sapucaia do Sul	131	2.521	721	581	204

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de ObservaSinos (2015).

Na Tabela 11 é analisado, especificamente, o déficit habitacional urbano absoluto de até três salários-mínimos dos municípios do CONSINOS. Das informações trazidas na tabela, destacam-se, principalmente, a quantidade de 2.271 domicílios precários, em Canoas, representa 32% do CONSINOS. Nova Santa Rita apresenta 59% de domicílios precários na faixa de salário analisada, maior percentual entre os municípios analisados. Em Campo Bom, I voti e Nova Hartz o aluguel das famílias com três salários-mínimos representa 30% ou mais de sua renda.

Tabela 11 – Déficit habitacional urbano absoluto de até três salários-mínimos nos municípios do CONSINOS – 2010

Municípios	Domicílios precários	%	Coabitação familiar	%	Adensam. excessivo	%	Ônus excessivo com aluguel	%
Araricá	39	43	9	10	4	4	39	43
Campo Bom	73	9	81	10	24	3	605	77
Canoas	2.271	36	785	12	191	3	3.063	49
Dois Irmãos	27	9	4	1	23	7	259	83
Estância Velha	201	34	52	9	12	2	331	56
Esteio	179	17	180	17	22	2	672	64
I voti	11	4	27	10	0	0	238	86
Nova Hartz	24	9	13	5	5	2	218	84
Nova Santa Rita	192	59	13	4	11	3	111	34
Novo Hamburgo	1.235	28	554	13	98	2	2.447	56
Portão	95	22	75	17	34	8	228	53
São Leopoldo	1.505	33	589	13	141	3	2.273	50
Sapiranga	467	33	142	10	17	1	776	55
Sapucaia do Sul	839	32	417	16	64	2	1.332	50
CONSINOS	7.158	26	2.941	10	646	3	12.592	60

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de ObservaSinos (2016).

Verifica-se, portanto, que os municípios de Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo apresentam os maiores déficits habitacionais do Conselho e os maiores coeficientes de Gini. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2019), no ano de 2010, o componente do déficit habitacional com maior participação na RMPA era o de coabitação familiar. Já quando analisados os municípios que são o foco deste estudo, se observa que a participação maior está no ônus excessivo com aluguel, representando mais de 50% do déficit habitacional de 11 municípios, dos 14 analisados.

## **Considerações finais**

O artigo teve como objetivo abordar a relação entre o desenvolvimento do COREDE CONSINOS – através do estudo do Idese e de suas dimensões e do Índice de Gini – e a habitação – através da análise do déficit habitacional. Buscou-se apresentar a evolução dos indicadores em todos os municípios, no COREDE e no estado, a fim de comparar se houve melhoria ao longo do período analisado.

Em relação ao desenvolvimento, no Idese, o município com maior grau de desenvolvimento para 2015 foi Ivoiti, seguido por Dois Irmãos e Campo Bom, com 0,818, 0,799 e 0,771, respectivamente. Referente ao Índice de Gini, os melhores resultados para o ano de 2010 foram dos municípios de Nova Hartz, Araricá e Dois Irmãos, com 0,3518, 0,3624 e 0,3832, respectivamente. Os piores resultados encontrados foram dos municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas com 0,5387, 0,5357 e 0,5178, respectivamente.

Em relação ao déficit habitacional, os municípios de Canoas, de São Leopoldo e de Novo Hamburgo apresentaram os maiores déficits habitacionais e também registraram a maior população e as maiores taxas de urbanização. O maior déficit habitacional foi entre a população com faixa de renda entre zero e três salários-mínimos. Além disso, o componente do déficit habitacional especificado como ônus excessivo com aluguel representou mais de 50% do déficit habitacional de 11 dos 14 municípios analisados.

Por fim, foi possível observar que os municípios que apresentaram a maior concentração de renda, segundo o Índice de Gini, também apresentaram os maiores déficits habitacionais. Como sugestão para trabalho futuro, recomenda-se a inclusão do cálculo de correlação, como forma de verificar se existe relação estatística entre essas duas variáveis e a inclusão de outros indicadores de renda.

## **Referências**

- ALONSO, J. A. F. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações **Indicadores Econômicos FEE**, v. 33, n. 4, p. 101-114, 2006.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Apresentação – Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)**. Disponível em: file:///C:/Users/Angelica/Downloads/25155742-mapa-corede-valesinos-2010.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.
- CARDOSO, A. L. O déficit habitacional nas metrópoles brasileiras. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 91-116, maio 2004.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

CARRION, O. B. K. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 225-250, 1989.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **FEEDados**. Disponível em:  
<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. FJP. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/871-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015291118/file>. Acesso em: 20 maio 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. FJP. **Déficit habitacional no Brasil – Base de dados**. Belo Horizonte: FJP, 2019. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>. Acesso em: 20 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita – Rio Grande Do Sul**. 2019. Disponível em:  
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def>. Acesso em: 28 fev. 2019.

IPEA. Habitação. **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, Brasília, 14, p. 279-302, fev. 2007.

MAMMARELLA. R. Moradia irregular e condições de vida na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma visão preliminar. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 33-64, maio 2004.

MENEZES, D. B. Política habitacional urbana de interesse social da União: avaliação e ações de complementação no Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 59-72, 2016.

MENEZES, D. B. Provisão de habitação de interesse social nos municípios gaúchos: resultados de programas federais entre 2007 e 2016. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 97-112, 2017.

OBSERVASINOS. **A realidade habitacional na RMPA**. 15 jun. 2016. Disponível em:  
<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/metropole/moradia/a-realidade-habitacional-na-rmpa>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OBSERVASINOS. **Sete municípios responderam por 78,86% do déficit habitacional total da RMPA**. 8 set. 2015. Disponível em:  
<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/metropole/moradia/sete-municipios-responderam-por-78-86-do-deficit-habitacional-total-da-rmpa>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OBSERVASINOS. **Como garantir o direito à moradia digna?** Região Metropolitana de Porto Alegre – Déficit habitacional chega a 96 mil casas. 6 fev. 2019. Disponível em:  
<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/metropole/moradia/deficit-habitacional-chega-a-96-mil-casas-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-como-garantir-o-direito-a-moradia-digna>. Acesso em: 10 maio 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, R. C. G. Uma análise da relação entre o déficit habitacional e o programa o programa Minha Casa Minha Vida em cinco Coredes do Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 81-98, 2017.

PESSOA, M. L. O cenário da habitação informal e da regularização fundiária em Porto Alegre -RS. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 109-120, 2015.

WORLDBANK. **Banco Mundial**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/poverty-and-equity>. Acesso em: 1º ago. 2019

# 20

## **Um estado e duas realidades: uma apreciação do desenvolvimento dos COREDEs Serra e Sul do Estado do Rio Grande do Sul à luz da teoria de desenvolvimento regional**

**Gustavo Tessaro<sup>1</sup>**  
**Angélica Massuquetti<sup>2</sup>**

**Resumo:** O objetivo do estudo, à luz das teorias do desenvolvimento regional, é analisar o desenvolvimento desigual entre as regiões do Rio Grande do Sul. Valendo-se de um estudo do tipo comparativo, são analisados os COREDEs Serra e Sul, pois se entende que os mesmos são representativos das suas respectivas regiões e representam esse desenvolvimento desigual, que é o objeto desta pesquisa. Empregou-se, nesta análise, índices e indicadores socioeconômicos no período 2000-2015. A partir do diálogo entre a teoria econômica e a realidade dos COREDEs Serra e Sul, pode-se observar uma continuidade nos níveis de desenvolvimento dos Conselhos e a diferença entre eles. Fatores, como maior industrialização e a agricultura familiar, presentes no Conselho Serra influenciam para maior distribuição da renda e melhores índices/indicadores de desenvolvimento. Enquanto no Conselho Sul, a concentração de renda causada pelos grandes latifúndios e uma indústria voltada, basicamente, para atender às necessidades da agricultura de grande escala, causam, além de índices/indicadores de desenvolvimento menores, a falta de uma perspectiva de melhoria para o futuro.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. COREDE Serra. COREDE Sul.

### **Introdução**

A atividade econômica não está distribuída aleatoriamente no território. As teorias de desenvolvimento regional mostram que há uma tendência de aglomeração da atividade econômica, principalmente de atividades que envolvem investimento, capital humano e inovação, em um reduzido número de locais. Isso leva a uma relação direta entre urbanização e renda *per capita* e ela vai atrair mais investimento e força de trabalho, o que aumenta a desigualdade no desenvolvimento regional (DAL PIZZOL; MASSUQUETTI, 2014).

Assim, o processo de desenvolvimento varia entre diferentes regiões. No caso do Brasil, pode-se observar essa variação, principalmente, a partir de três aspectos: políticas públicas de incentivos fiscais para investimentos produtivos;

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas, Unisinos. lattes.cnpq.br/9975526876874487.  
gustavo\_tessaro@outlook.com

<sup>2</sup> Professora no PPG em Economia, Unisinos. lattes.cnpq.br/0530636583742073.  
angelicam@unisinos.br

ampliação de novas tecnologias de produção para uma reestruturação dos processos produtivos; e alterações na demanda efetiva (TARGA, 2010).

Em relação ao Rio Grande do Sul, seu crescimento econômico tem sido impulsionado pela exportação de *commodities* produzidas na região sul do estado e pelos polos industriais localizados, principalmente, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e na Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG). Há, no entanto, uma diferença no desenvolvimento entre as regiões mais localizada ao sul e ao norte-nordeste do estado.

Assim, o objetivo deste estudo, à luz das teorias do desenvolvimento regional, é analisar o desenvolvimento desigual entre as regiões do Rio Grande do Sul. Valendo-se de um estudo do tipo comparativo, são analisados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) Sul e Serra, pois se entende que os mesmos são representativos das suas respectivas regiões e representam esse desenvolvimento desigual, que é o objeto desta pesquisa.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), essas regiões apresentam distinção em suas dimensões de desenvolvimento, como educação, renda e saúde. O Idese de 2015 revelou que o COREDE Serra apenas não está entre os três melhores do estado na dimensão educação, sendo que era o 5º (0,748) e tem o segundo melhor Idese Geral (0,816) do estado. Já o COREDE Sul aparece entre os piores em todas as dimensões, sendo que a região apresenta o segundo pior Idese Geral (0,687) do estado (FEE, 2019).

Como o COREDE Serra é uma região mais industrializada e o COREDE Sul é uma região mais voltada para a agropecuária extensiva, as teorias de desenvolvimento regional são empregadas para compreender as diferenças de desenvolvimento entre elas. Assim, o estudo está dividido em cinco seções, considerando esta Introdução. Na segunda seção são abordadas as teorias de desenvolvimento regional e é descrito o contexto histórico de formação do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como centro da análise as regiões da localização dos COREDES Serra e Sul. Na terceira seção são descritos os procedimentos metodológicos e, na quarta seção, são analisados os resultados do estudo. Por fim, as conclusões estão presentes na quinta seção.

## **Rio Grande do Sul: formação histórica e desigualdade regional**

O Rio Grande do Sul apresenta, historicamente, distinto desenvolvimento entre suas regiões. Desde sua formação, nota-se que o norte-nordeste do estado, caracterizado por setores industrializados, apresenta resultados socioeconômicos melhores do que o sul, economicamente caracterizado pelo setor primário. Essa diferença vem causando distorções no desenvolvimento das microrregiões do estado. Assim, a abordagem do desenvolvimento regional pode servir como matriz explicativa para compreender a realidade do Estado do Rio Grande do Sul.

No desenvolvimento histórico do Rio Grande do Sul, identificam-se diferentes contextos nas regiões do estado. O sul e a Campanha, inicialmente colonizados e com uma geografia favorável, se caracterizaram pelo agronegócio e pelos grandes latifúndios. Já a parte mais do norte-nordeste, onde se encontra o COREDE Serra, caracteriza-se por um desenvolvimento mais voltado à indústria e à agricultura familiar, heranças dos colonizadores europeus, principalmente italianos e alemães.

Incorporando as teorias de desenvolvimento regional à formação histórica do Rio Grande do Sul, pode-se compreender melhor o porquê da existência desta divergência de desenvolvimento entre as regiões do estado. O sul, tomado pelos grandes latifúndios, nunca apresentou grandes oportunidades de investimento que pudessem favorecer maior desenvolvimento. Além disso, a renda da região era muito concentrada e, em grande parte, não era reinvestida. Em contrapartida, com a chegada de alemães e de italianos na região da Serra, iniciou-se um ciclo de desenvolvimento, onde os pequenos agricultores favoreciam maior movimento da economia, com forte reinvestimento. Assim, ocorreram alguns fenômenos descritos pelos autores nas teorias de desenvolvimento regional, como a migração de fatores de produção, como capital e mão de obra qualificada, para a região com maior desenvolvimento. A região da Serra vai se desenvolver mais em detrimento da região sul; mas, com o passar do tempo, a região mais desenvolvida não conseguirá produzir tudo o que consome e passará a demandar a produção da região menos desenvolvida. Neste caso, seriam produtos primários basicamente ligados a alimento, como grãos e carnes.

Por fim, também com o intuito de compreender as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, realizou-se uma pesquisa nos Anais do Encontro de

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Economia Gaúcha, no período de 2002 a 2018.<sup>3</sup> O resultado foi sintetizado no Quadro 1, com as informações consideradas relevantes para este estudo.

**Quadro 1 – Síntese dos estudos empíricos**

Fonte	Objetivo do Estudo	Metodologia	Resultados
Ilha, Alves e Saraiva (2002)	Discutir o contexto das desigualdades regionais no etado; o aprofundamento das desigualdades regionais na metade sul; e o processo de inserção dos setores produtivos na economia gaúcha e como eles determinaram esta situação atual de desigualdades regionais	Revisão bibliográfica e estatístico-descritiva	A gradativa diminuição da desigualdade social e econômica entre as regiões do Rio Grande do Sul
Reis (2004)	Discutir o perfil econômico-produtivo dos COREDEs do estado; medir o tamanho da exclusão social em cada COREDE; e apontar as suas necessidades de políticas sociais, sugerindo possíveis ações	Revisão bibliográfica, histórica e estatístico-descritiva	A exclusão social era um fato que crescia no Rio Grande do Sul e no Brasil. Fato que só seria revertido com políticas públicas voltadas diretamente para a área
Silva, Marion Filho e Coronel (2006)	Discutir as desigualdades entre as regiões do Rio Grande do Sul de 1990 a 2003.	Revisão bibliográfica, histórica e estatístico-descritiva	Os COREDEs do Rio Grande do Sul apresentam crescimento divergente entre si, tendo sua renda e população concentradas na região metropolitana e nos arredores
Rotta e Reis (2008)	Discutir o desenvolvimento desigual das microrregiões do noroeste gaúcho na década de 1990	Revisão bibliográfica e estatístico-descritiva	A melhora expressiva no investimento em políticas sociais na região, na década de 1990, promovendo um desenvolvimento, não só crescimento econômico
Krützmann e Massuquetti (2008)	Discutir o desenvolvimento no Estado no Rio Grande do Sul, a partir da formação dos COREDEs	Revisão histórica e estatístico-descritiva	A divisão do estado em COREDEs auxiliou no desenvolvimento do estado, tendo em vista as disparidades dos índices pesquisados entre os mesmos
Lima (2010)	Discutir a evolução econômica e social do Rio Grande do Sul e seus COREDEs entre 1999 e 2006	Revisão bibliográfica e estatístico-descritiva	As principais regiões mantiveram seu crescimento, aliando desenvolvimento econômico e socioeconômico
Sá Carvalho, Bento Carvalho e Domingues (2012)	Discutir os efeitos da implantação do Polo Naval no desenvolvimento da cidade de Rio Grande e sua região	Revisão bibliográfica, histórica e estatístico-descritiva	Esse novo implemento causará um aumento no desenvolvimento e crescimento da região, mas o efeito será muito maior, se ele se relacionar com regiões de maior desenvolvimento, como Serra e região metropolitana
Matte, Waquil e Neske (2014)	Discutir as transformações socioeconômicas e produtivas que ocorreram nas microrregiões Campanha meridional e Serra do sudeste	Revisão bibliográfica, histórica e estatístico-descritiva	A pecuária de corte tem cedido espaço para outras atividades produtivas, particularmente para as lavouras agrícolas e de silvicultura. E alguns efeitos socioeconômicos já são vistos, como aumento do preço da terra, encolhimento do bioma biodiversidade da região
Plain e Massuquetti (2018)	Discutir e analisar a evolução da renda, população e emprego nas Regiões Funcionais de Planejamento do Rio Grande do Sul entre 2000 e 2015	Revisão bibliográfica e estatístico-descritiva	Há disparidade de desenvolvimento entre as regiões do estado, com uma tendência de concentração deste desenvolvimento no eixo norte-nordeste do estado

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

<sup>3</sup> Este evento, de âmbito estadual, é promovido e organizado pela FEE e pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento (PPGE), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Nesta pesquisa, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: desigualdade, disparidade, diferença, desenvolvimento, socioeconômico, econômico e foram identificados nove artigos a respeito do tema. Em algumas edições do evento, não foram apresentados estudos acerca dessa temática.

Com a revisão dos estudos empíricos, evidenciam-se as diferenças socioeconômicas presentes entre as regiões do Rio Grande do Sul. Há estudos ressaltando essa divergência histórica, que somente será combatida com o devido investimento em políticas sociais. A própria divisão do estado em regiões menores, com características mais similares, contribui para melhor desenvolvimento, pois, assim, consegue-se separar as necessidades de cada microrregião. Grandes investimentos do setor privado, como o Polo Naval de Rio Grande, podem causar melhorias econômicas, mas, para gerar um desenvolvimento completo, precisa-se de investimento em todas as regiões do estado.

## **Metodologia**

Neste trabalho, buscou-se compreender os motivos que levaram ao desenvolvimento desigual entre as regiões do Rio Grande do Sul. Para isso, a pesquisa foi feita com base nas subdivisões do estado: as RFPs e sua subdivisão, os COREDEs. Ambas agrupam os municípios pelos seus aspectos socioeconômicos e geográficos semelhantes, sendo que os COREDEs são mais específicos. Ao todo, no estado, há nove RFPs e 28 COREDEs. Para este estudo foram selecionados os COREDEs Serra e Sul, pois representam as suas regiões no estado e são exemplos desse desenvolvimento desigual no Rio Grande do Sul. No Quadro 2 é apresentada uma síntese da área de estudo abordada nesta pesquisa.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Quadro 2 – Síntese da área de estudo

Recorte geográfico	Localização	COREDEs/Municípios	Participação no PIB estadual (2014)	Participação na população estadual (2014)
Rio Grande do Sul	-	28 COREDEs	100% R\$ 357.816.423,83	100% 11.207.274 habitantes
RFP 3	Centro-leste do estado; cercada pela RFP1, a leste; a RFP3, a nordeste; a RFP9, ao norte; RFP8, a oeste; e a RFP5, ao sul.	Hortênsias (7), Serra (16) e Campos de Cima da Serra (25)	13,64% R\$ 48.802.956,69	10,40% 1.165.895 habitantes
RFP 5	Sul do estado; cercada pela RFP4, a nordeste; RFP1, RFP2, RFP8, ao norte; RFP6 a oeste.	Sul (17).	5,57% R\$ 19.928.947,59	7,82% 876.208 habitantes
COREDE Serra	Localizado a nordeste do estado, cercado pelos COREDE's Hortênsias a leste, Campos de Cima de Serra a nordeste, COREDE Nordeste ao norte, Produção e Altos de Cima da Serra a noroeste, Vale do Taquari a oeste e Vale do Caí ao sul.	Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Montauri, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.	11,34% R\$ 40.587.649,00	8,41% 942.465 habitantes
COREDE Sul	Localizado ao extremo sul do estado, cercado pelos COREDE's centro sul e Litoral a Nordeste, COREDE Vale do Rio Pardo e Jacuí centro ao norte, Campanha a noroeste e ao sul a fronteira com o Uruguai	Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu	5,57% R\$ 19.928.947,59	7,82% 876.208 habitantes

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE (2019).

Situados geograficamente em localidades opostas na área do estado, os COREDEs Serra e Sul também apresentam distinção na participação do PIB do estado, mesmo com número de habitantes semelhante. A participação no PIB do COREDE Serra é mais que o dobro da participação do sul.

### Índices e indicadores socioeconômicos

O Idese é um indicador criado e calculado pela FEE, a fim de mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul, por meio da

evolução dos seus indicadores socioeconômicos. O Idese é formado por doze indicadores, compilados em três grandes grupos, educação, renda e saúde. O período investigado foi 2007 e 2015, que são os anos disponíveis – inicial e final – do índice pela FEE, e a base de dados consultada foi a FEEDados. Os níveis de desenvolvimento são: baixo: 0 a 0,499; médio: 0,500 a 0,799; e alto: 0,800 a 1,000.

Para a mensuração da renda das regiões estudadas, foram utilizados o PIB e o PIB *per capita*. O PIB mostra a renda total gerada pela região em um determinado período e o PIB *per capita* informa a média de renda de cada habitante da região no mesmo período. As informações do PIB e PIB *per capita* foram retiradas da base de dados da FEE e são referentes ao ano de 2015. O Valor Agregado Bruto (VAB), também retirado da base de dados da FEE, foi referente a 2015 e indica a participação de cada setor (agropecuário, indústria e serviços) no aumento do PIB da região.

Criado pelo matemático Conrado Gini, o índice que leva seu nome, Índice de Gini, mede o grau de concentração de renda, por exemplo, em um determinado grupo de pessoas, região ou país. O índice apresenta variação, sendo que 0 (zero) seria o ponto em que todos os indivíduos teriam a mesma renda e sendo 1 (um) quando a renda estivesse concentrada em um único indivíduo. A base de dados consultada foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os anos analisados foram 2000 e 2010.

## **Resultados e discussão**

Na Tabela 1, apresenta-se o Idese (geral e dimensões) dos municípios do COREDE Serra e do COREDE Sul, nos anos de 2007 e de 2015. É possível observar que a primeira região possui maior nível de desenvolvimento socioeconômico em comparação ao COREDE Sul. Em 2015, Serra apresentou alto desenvolvimento (0,81) no Idese Geral, enquanto o Sul registrou apenas médio desenvolvimento (0,68).

Analizando os municípios do COREDE Serra, no Idese Geral, com dados de 2015, Carlos Barbosa (0,87) e Nova Araçá (0,86) apresentaram o maior desenvolvimento. Nas últimas classificações, com médio desenvolvimento, estavam Pinto Bandeira (0,71), Boa Vista do Sul (0,71), Santa Tereza (0,71) e

Coronel Pilar (0,71). Na dimensão Saúde, todos os municípios do COREDE possuem alto grau de desenvolvimento. Com dados de 2015, Nova Roma do Sul (0,92), Nova Araçá (0,91), Paraí (0,91) e Nova Pádua (0,91) exibiram os maiores índices. O Idese Renda possui as maiores discrepâncias entre os municípios do COREDE. Carlos Barbosa (0,92) e Nova Bassano (0,90) apresentaram os maiores níveis de desenvolvimento, enquanto Pinto Bandeira (0,57) e São Valentim do Sul (0,67) possuíam maiores dificuldades de geração e de distribuição de renda. Na dimensão Educação, os municípios de Carlos Barbosa, São Jorge, Veranópolis e Farroupilha, com dados de 2015, apresentaram os maiores resultados, com 0,81. Os índices educacionais mais baixos foram observados em Vila Flores (0,68) e Pinto Bandeira (0,67).

Já os municípios do COREDE Sul, de acordo com o Idese Geral, com maior desenvolvimento, com dados de 2015, foram Pedras Altas (0,77), Chuí (0,71) e Rio Grande (0,71). Nas últimas classificações estavam Capão do Leão (0,60) e Amaral Ferrador (0,62). Na dimensão Saúde, os municípios de Chuí (0,87) e de Tavares (0,82) exibiram alto desenvolvimento e os menores índices foram encontrados nos municípios de Capão Leão e Pedro Osório, ambos com 0,72. A dimensão Renda foi a que apresentou os resultados mais baixos, sendo um dos principais problemas do COREDE Sul. Com dados de 2015, Pedras Altas (0,74) e Rio Grande (0,71) foram os mais desenvolvidos economicamente. Por outro lado, Cerrito (0,49), Santana da Boa Vista (0,49), Tavares (0,50) e Amaral Ribeiro (0,50) apresentaram as maiores dificuldades em geração e alocação de renda. No Idese Educação, com dados de 2015, Pedras Altas (0,76) e Cerrito (0,70) possuíam os melhores índices, enquanto Capão do Leão e São José do Norte apresentaram, ambos, 0,53.

No COREDE Serra, apenas o município de São Valentim do Sul registrou queda no índice geral do Idese de 2007 a 2015. Mesmo com uma elevação na educação, uma considerável queda de 0,9 no âmbito da renda e a estagnação da saúde fizeram o município apresentar uma diminuição do índice geral. Vários municípios apresentaram resultados acima da média do estado e do COREDE. A região apresentou resultados melhores do que o Rio Grande do Sul tanto no geral quanto nas suas dimensões. Ao todo, 11 municípios da Serra, 34% do total, aparecem no nível médio do Idese e 21, 66% dos municípios aparecem no nível alto do índice geral.

O CODERE Sul obteve variação positiva em todos os municípios entre 2007 e 2015. Ele ainda apresenta o município com maior elevação no índice geral, Pedras Altas, com aumento de 0,16 no Idese, sendo o único município que estava acima da média do estado. Todos os 22 municípios desta região apresentaram nível médio no Idese Geral.

O COREDE Serra (0,81) apresentou, em 2015, além de resultado médio maior do que o sul (0,68), uma variação maior no período, 0,06 e 0,05, respectivamente. As dimensões educação e saúde mostraram resultados semelhantes ao índice geral. No Idese Educação, o COREDE Serra apresentou, em 2015, um índice de 0,74, com um aumento de 0,11, e o COREDE Sul um índice de 0,64, com acréscimo de 0,08. No Idese Saúde, o COREDE Serra registrou um índice de 0,88, ampliação de 0,03, e o COREDE Sul de 0,76, aumento de 0,01. A única dimensão que são seguiu o mesmo padrão foi a renda, sendo que a Serra registrou, em 2015, 0,80, com acréscimo de 0,04, e o COREDE Sul 0,65, com aumento de 0,08. Esse resultado justifica-se, pois a renda do COREDE Sul era muito baixa, em 2007 (0,57). Apesar da elevação, ainda se mantém a diferença no desenvolvimento de ambos.

Como observado na análise da evolução deste índice, há acentuada discrepância entre os dois COREDEs pesquisados, sobretudo, no Idese Renda, que apresenta diferença de 0,15. Em 2015, em todas as dimensões e, consequentemente, no índice geral, o COREDE Serra apresentou resultados acima da média do estado, com destaque para a dimensão saúde – todos os municípios estavam acima da média do estado (0,817) – e para a educação – apenas Vila Flores (0,68) e Pinto Bandeira (0,67) estavam abaixo da média do estado (0,698).

No caso do COREDE Sul, a situação é completamente oposta, pois em todas as dimensões e no Idese Geral, o Sul teve resultado abaixo da média do estado e poucos foram os municípios do COREDE que ultrapassaram o estado. O destaque positivo ficou para Pedras Altas, que estava acima da média do estado no Idese Geral (0,77 contra 0,751), na dimensão renda (0,74 contra 0,739) e na dimensão educação (0,76 contra 0,698). Ainda na dimensão educação, também estava acima da média estadual o município de Cerrito (0,70 contra 0,698). Por fim, na dimensão saúde, apenas o município de Chuí estava acima da média do Rio Grande do Sul (0,87 contra 0,817).

A análise deste índice permite compreender a diferença no desenvolvimento socioeconômico entre as regiões do Rio Grande do Sul. Como descrito por Perroux (1977), as economias regionais vão se desenvolver por meio de polos de crescimento, sendo que uma força motriz vai impulsionar as forças movidas, como é identificado no COREDE Serra, pois grandes empresas, localizadas nos municípios mais desenvolvidos, geram renda e desenvolvimento de forma direta e indireta para toda a região. Isso remete à concepção de Myrdal (1960), pois com o maior desenvolvimento da Serra, os meios de produção das demais regiões, incluindo do COREDE Sul, migrariam para lá e, assim, diminuiriam a possibilidade de desenvolvimento do Sul.

Tabela 1 – Idese dos municípios do COREDE Serra e do COREDE Sul – 2007/2015

(continua)

Estado/COREDEs/Municípios	Idese Geral %			Idese Renda %			Idese Educação %			Idese Saúde %		
	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)
<b>COREDE Serra</b>	<b>0,75</b>	<b>0,81</b>	<b>0,06</b>	<b>0,76</b>	<b>0,80</b>	<b>0,04</b>	<b>0,63</b>	<b>0,74</b>	<b>0,11</b>	<b>0,85</b>	<b>0,88</b>	<b>0,03</b>
Antônio Prado	0,72	0,80	0,08	0,67	0,78	0,11	0,65	0,74	0,09	0,85	0,88	0,03
Bento Gonçalves	0,78	0,83	0,05	0,75	0,82	0,07	0,72	0,77	0,05	0,86	0,89	0,03
Boa Vista do Sul	0,76	0,76	0,00	0,71	0,68	-0,03	0,71	0,73	0,02	0,88	0,86	-0,02
Carlos Barbosa	0,81	0,87	0,06	0,83	0,92	0,09	0,73	0,81	0,08	0,88	0,89	0,01
Caxias do Sul	0,73	0,80	0,07	0,79	0,80	0,01	0,58	0,72	0,14	0,83	0,87	0,04
Coronel Pilar	0,75	0,76	0,01	0,66	0,68	0,02	0,73	0,72	-0,01	0,88	0,89	0,01
Cotiporã	0,72	0,79	0,07	0,61	0,76	0,15	0,72	0,74	0,02	0,84	0,88	0,04
Fagundes Varela	0,76	0,80	0,04	0,69	0,73	0,04	0,71	0,76	0,05	0,87	0,90	0,03
Farroupilha	0,74	0,82	0,07	0,71	0,78	0,06	0,67	0,81	0,13	0,85	0,88	0,03
Flores da Cunha	0,74	0,82	0,08	0,70	0,81	0,11	0,64	0,75	0,10	0,87	0,89	0,01
Garibaldi	0,77	0,83	0,05	0,78	0,87	0,08	0,67	0,77	0,09	0,86	0,86	0,00
Guabiju	0,79	0,82	0,02	0,71	0,84	0,12	0,77	0,74	-0,02	0,90	0,87	-0,02
Guaporé	0,73	0,79	0,06	0,63	0,73	0,10	0,69	0,74	0,05	0,87	0,89	0,02
Montauri	0,70	0,80	0,10	0,63	0,78	0,14	0,58	0,72	0,13	0,89	0,89	0,00
Monte Belo do Sul	0,75	0,82	0,06	0,75	0,76	0,01	0,67	0,80	0,13	0,84	0,89	0,05
Nova Araçá	0,82	0,86	0,03	0,81	0,88	0,07	0,79	0,79	0,00	0,87	0,91	0,04
Nova Bassano	0,80	0,85	0,05	0,82	0,90	0,08	0,70	0,75	0,05	0,89	0,90	0,01
Nova Pádua	0,75	0,79	0,04	0,66	0,68	0,02	0,69	0,79	0,10	0,91	0,91	0,00
Nova Prata	0,77	0,80	0,03	0,77	0,77	0,00	0,67	0,78	0,11	0,86	0,85	-0,01
Nova Roma do Sul	0,76	0,83	0,06	0,69	0,83	0,14	0,75	0,72	-0,03	0,84	0,92	0,07
Paraí	0,80	0,83	0,03	0,71	0,80	0,09	0,77	0,79	0,02	0,91	0,91	0,00
Pinto Bandeira	-	0,71	0,71	-	0,57	0,57	-	0,67	0,67	-	0,89	0,89
Protásio Alves	0,76	0,78	0,02	0,68	0,71	0,03	0,72	0,75	0,03	0,87	0,89	0,02
Santa Tereza	0,71	0,76	0,05	0,59	0,70	0,11	0,64	0,71	0,06	0,91	0,88	-0,03
São Jorge	0,73	0,81	0,08	0,61	0,71	0,10	0,70	0,81	0,11	0,87	0,90	0,03
São Marcos	0,70	0,79	0,09	0,63	0,72	0,09	0,63	0,79	0,15	0,84	0,86	0,02
São Valentim do Sul	0,79	0,78	-0,01	0,76	0,67	-0,09	0,70	0,76	0,06	0,90	0,90	0,00
Serafina Corrêa	0,77	0,80	0,03	0,68	0,74	0,06	0,75	0,74	0,01	0,88	0,90	0,02
União da Serra	0,73	0,81	0,08	0,75	0,80	0,05	0,59	0,78	0,19	0,85	0,86	0,01
Veranópolis	0,80	0,84	0,04	0,76	0,83	0,07	0,76	0,81	0,05	0,88	0,87	0,01
Vila Flores	0,74	0,77	0,03	0,69	0,74	0,05	0,66	0,68	0,02	0,87	0,88	0,01
Vista Alegre do Prata	0,76	0,81	0,05	0,68	0,81	0,13	0,75	0,73	-0,01	0,84	0,88	0,03

Tabela 1 – Idese dos municípios do COREDE Serra e do COREDE Sul – 2007/2015

(conclusão)

Estado/COREDEs/Municípios	Idese Geral %			Idese Renda %			Idese Educação %			Idese Saúde %		
	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)	2007 (A)	2015 (B)	Variação (B-A)
<b>COREDE Sul</b>	<b>0,63</b>	<b>0,68</b>	<b>0,05</b>	<b>0,57</b>	<b>0,65</b>	<b>0,08</b>	<b>0,58</b>	<b>0,64</b>	<b>0,06</b>	<b>0,75</b>	<b>0,76</b>	<b>0,01</b>
Amaral Ferrador	0,55	0,62	0,07	0,46	0,50	0,04	0,42	0,57	0,15	0,77	0,80	0,03
Arroio do Padre	0,57	0,65	0,08	0,54	0,58	0,04	0,38	0,58	0,20	0,80	0,78	-0,02
Arroio Grande	0,59	0,65	0,06	0,50	0,61	0,11	0,54	0,59	0,05	0,75	0,75	0,00
Canguçu	0,58	0,64	0,06	0,51	0,55	0,04	0,48	0,56	0,08	0,75	0,81	0,06
Capão do Leão	0,56	0,60	0,04	0,45	0,54	0,09	0,47	0,53	0,06	0,77	0,72	-0,05
Cerrito	0,60	0,65	0,05	0,45	0,49	0,04	0,61	0,70	0,09	0,75	0,77	0,02
Chuí	0,68	0,71	0,03	0,50	0,66	0,16	0,68	0,62	-0,06	0,85	0,87	0,02
Herval	0,56	0,65	0,09	0,47	0,60	0,13	0,47	0,60	0,13	0,75	0,76	0,01
Jaguarão	0,60	0,68	0,08	0,47	0,59	0,12	0,56	0,68	0,12	0,78	0,79	0,01
Morro Redondo	0,62	0,67	0,05	0,50	0,59	0,09	0,56	0,66	0,10	0,80	0,77	0,03
Pedras Altas	0,61	0,77	0,16	0,57	0,74	0,17	0,51	0,76	0,25	0,74	0,81	0,07
Pedro Osório	0,57	0,63	0,06	0,44	0,52	0,07	0,55	0,66	0,11	0,71	0,72	0,01
Pelotas	0,64	0,69	0,05	0,56	0,66	0,10	0,61	0,67	0,06	0,76	0,73	-0,03
Pinheiro Machado	0,58	0,64	0,06	0,47	0,56	0,09	0,51	0,63	0,12	0,75	0,73	-0,02
Piratini	0,60	0,64	0,04	0,48	0,52	0,04	0,58	0,61	0,03	0,73	0,78	0,05
Rio Grande	0,68	0,71	0,03	0,66	0,71	0,05	0,63	0,66	0,03	0,75	0,76	0,01
Santana da Boa Vista	0,56	0,64	0,08	0,37	0,49	0,12	0,56	0,69	0,13	0,75	0,75	0,00
Santa Vitória do Palmar	0,64	0,69	0,05	0,54	0,64	0,10	0,62	0,65	0,03	0,74	0,79	-0,05
São José do Norte	0,53	0,63	0,10	0,37	0,56	0,19	0,43	0,53	0,10	0,79	0,80	-0,01
São Lourenço do Sul	0,58	0,68	0,10	0,49	0,63	0,14	0,53	0,61	0,08	0,73	0,80	0,07
Tavares	0,57	0,67	0,10	0,41	0,50	0,09	0,52	0,69	0,17	0,77	0,80	0,03
Turuçu	0,60	0,66	0,06	0,52	0,58	0,06	0,44	0,60	0,15	0,84	0,80	-0,04
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0,698</b>	<b>0,751</b>	<b>0,053</b>	<b>0,675</b>	<b>0,739</b>	<b>0,064</b>	<b>0,627</b>	<b>0,698</b>	<b>0,071</b>	<b>0,792</b>	<b>0,817</b>	<b>0,025</b>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE (2019).

Por fim, para Hirschman (1961), este seria o momento em que a região menos desenvolvida, neste caso, o COREDE Sul, apresentaria maior desenvolvimento, exportando para a região mais desenvolvida, o COREDE Serra, aquilo que ele não conseguiria produzir. Neste caso, as duas regiões deveriam ser consideradas complementares. O perfil socioeconômico de ambas, no entanto, não permitiria esta compreensão teórica na análise do desenvolvimento desigual no Rio Grande do Sul.

### **PIB, PIB *per capita*, VAB e distribuição de renda**

Na Tabela 2, são apresentados o PIB e o PIB *per capita* em ambos os COREDEs e em seus municípios. Além disso, também é apresentado o VAB, permitindo identificar os diferentes perfis econômicos entre as regiões. Ambos registraram elevada participação do setor de serviços: Serra com 47,68% e Sul com 60,08%. Por outro lado, o COREDE Sul reitera seu perfil agropecuário (30,66%) ante uma modesta participação da indústria (9,26%), enquanto o COREDE Serra apresenta melhor distribuição entre os setores agropecuário (24,89%) e industrial (27,43%). No Rio Grande do Sul, VAB do setor agropecuário foi de apenas 9,38%, enquanto indústria participou com 23,23%. No entanto, o estado é caracterizado pela predominância do setor de serviços, com 67,40%.

A participação do COREDE Serra no PIB gaúcho é praticamente o dobro do que representa o COREDE Sul, mas como a população da Serra é muito maior, os dois tem PIBs *per capita* semelhantes. No entanto, ao observar que a economia do Sul é mais voltada para o setor agropecuário e este tende a causar uma concentração de renda, essa região terá um obstáculo a ser superado para alcançar maior desenvolvimento. Por outro lado, no COREDE Serra, a agricultura familiar (herança dos colonizadores europeus) e uma indústria diversificada por toda a região proporcionam melhor distribuição de renda, contribuindo para o desenvolvimento na região.

No COREDE Serra, forças motrizes, principalmente do setor industrial, conduzem o desenvolvimento da região pelas quatro dimensões apontadas por Perroux (1977): difusão técnica de cada empresa pela região, disseminando o conhecimento do ofício; geração de novos empregos; desenvolvimento

econômico (nas forças movidas), com novos investimentos devido ao otimismo na economia, e maior desenvolvimento urbano e da cidade.

Na Tabela 3, identifica-se, entre 2000 e 2010, a evolução do Índice de Gini dos COREDE Serra e do COREDE Sul. Verifica-se que o índice foi mais baixo e, portanto, apresentou maior distribuição de renda no COREDE Serra: 0,4597, em 2000, de 0,4243, em 2010. Já no caso do COREDE Sul, os índices foram de 0,5655 e de 0,5086, respectivamente. Isto comprova que o nível de desigualdade é menor no COREDE Serra do que no COREDE Sul. Observa-se, ainda, que ambos apresentaram redução da concentração de renda, mas a queda no Sul foi maior, mesmo apresentando maior desigualdade nesta dimensão.

Tabela 2 – PIB, PIB *per capita* e VAB dos municípios do COREDE Serra e do COREDE Sul – 2015

(continua)

Estado/COREDEs/Municípios	PIB			PIB <i>per capita</i>		Valor Adicionado Bruto (%)			População
	(R\$ mil)	Ranking	Participação (%)	(R\$)	Ranking	Agropecuária	Indústria	Serviços	
<b>COREDE Serra</b>	<b>40.587.649</b>	---	<b>10,63</b>	<b>37414,86</b>	---	<b>24,89</b>	<b>27,43</b>	<b>47,68</b>	<b>933768</b>
Antônio Prado	480886	118	0,13	36197	125	12,72	31,82	55,46	13285
Bento Gonçalves	5253990	15	1,38	46377	55	1,64	36,04	62,33	113287
Boa Vista do Sul	71412	403	0,02	24977	269	38,49	19,77	41,73	2859
Carlos Barbosa	1842015	37	0,48	66824	15	2,89	52,81	44,30	27565
Caxias do Sul	20637191	2	5,40	43460	72	1,17	32,18	66,65	474853
Coronel Pilar	35333	492	0,01	20306	380	48,46	8,15	43,39	1740
Cotiporã	130993	282	0,03	32674	165	19,87	42,56	37,58	4009
Fagundes Varela	71749	402	0,02	26495	246	40,22	10,37	49,41	2708
Farroupilha	2820885	26	0,74	41143	93	5,36	34,80	59,83	68562
Flores da Cunha	1298927	49	0,34	44489	63	8,07	41,30	50,63	29196
Garibaldi	1693161	40	0,44	51105	37	2,58	45,37	52,06	33131
Guabiju	69213	409	0,02	42936	79	55,20	3,16	41,64	1612
Guaporé	744637	90	0,19	30382	191	7,08	32,04	60,89	24509
Montauri	53740	443	0,01	34537	143	54,56	8,54	36,90	1556
Monte Belo do Sul	119821	297	0,03	44312	65	19,79	43,31	36,90	2704
Nova Araçá	292732	161	0,08	66757	16	10,80	55,29	33,91	4385
Nova Bassano	667175	97	0,17	70391	12	13,25	55,83	30,92	9478
Nova Pádua	63142	420	0,02	24693	282	39,90	10,58	49,52	2557
Nova Prata	996130	68	0,26	39754	104	6,18	38,11	55,72	25057
Nova Roma do Sul	156585	250	0,04	43935	69	18,42	48,80	32,78	3564
Paraí	249424	175	0,07	34125	146	20,93	27,26	51,81	7309
Pinto Bandeira	46929	470	0,01	16618	443	42,04	9,20	48,75	2824
Protásio Alves	50516	457	0,01	24750	278	52,07	6,24	41,69	2041
Santa Tereza	36604	491	0,01	20552	372	39,61	6,84	53,55	1781
São Jorge	73629	396	0,02	25871	253	43,05	8,03	48,93	2846
São Marcos	624589	101	0,16	29456	202	6,62	30,35	63,03	21204
São Valentim do Sul	48825	462	0,01	21632	342	37,37	12,46	50,17	2257
Serafina Corrêa	577014	108	0,15	36487	124	11,91	30,44	57,65	15814
União da Serra	50150	458	0,01	35492	133	61,97	4,09	33,94	1413
Veranópolis	1134478	60	0,30	45956	57	3,42	46,35	50,23	24686
Vila Flores	145032	263	0,04	43125	76	18,87	42,10	39,03	3363
Vista Alegre do Prata	50730	456	0,01	31450	180	52,09	3,42	44,49	1613

Tabela 2 – PIB, PIB *per capita* e VAB dos municípios do COREDE Serra e do COREDE Sul – 2015

(conclusão)

Estado/COREDEs/Municípios	PIB			PIB <i>per capita</i>		Valor Adicionado Bruto (%)			População
	(R\$ mil)	Ranking	Participação (%)	(R\$)	Ranking	Agropecuária	Indústria	Serviços	
<b>COREDE Sul</b>	<b>21.096.822</b>	---	<b>5,52</b>	<b>20.741</b>	---	<b>30,66</b>	<b>9,26</b>	<b>60,08</b>	<b>879.621</b>
Amaral Ferrador	86.263	363	0,02	12.727	491	41,97	3,34	54,68	6.778
Arroio do Padre	44.477	476	0,01	15.427	465	39,51	3,53	56,97	2.883
Arroio Grande	508.663	116	0,13	26.844	242	50,65	6,21	43,14	18.949
Canguçu	946.572	73	0,25	16.963	440	30,56	4,60	64,85	55.801
Capão do Leão	521.273	114	0,14	20.537	374	12,92	36,09	51,00	25.382
Cerrito	87.270	358	0,02	13.466	483	36,80	4,30	58,90	6.481
Chuí	196.323	210	0,05	30.830	189	11,64	4,74	83,63	6.368
Herval	101.264	327	0,03	14.518	475	35,06	3,54	61,40	6.975
Jaguarão	600.751	105	0,16	21.220	354	29,94	5,57	64,50	28.310
Morro Redondo	88.605	355	0,02	13.571	481	16,27	18,57	65,16	6.529
Pedras Altas	101.809	325	0,03	46.382	54	67,35	3,30	29,35	2.195
Pedro Osório	123.841	288	0,03	15.459	463	29,93	7,02	63,05	8.011
Pelotas	7.389.940	9	1,93	21.553	346	3,02	13,22	83,76	342.873
Pinheiro Machado	253.229	173	0,07	19.515	395	18,48	21,06	60,46	12.976
Piratini	319.331	150	0,08	15.418	466	33,83	4,76	61,41	20.712
Rio Grande	7.274.580	10	1,90	34.998	137	2,85	28,06	69,09	207.860
Santana da Boa Vista	166.135	239	0,04	19.698	389	50,93	3,36	45,71	8.434
Santa Vitória do Palmar	834.362	86	0,22	26.542	245	41,85	6,46	51,69	31.436
São José do Norte	351.390	145	0,09	13.026	487	17,45	8,44	74,11	26.977
São Lourenço do Sul	943.313	74	0,25	21.179	356	29,80	7,06	63,15	44.541
Tavares	74.924	391	0,02	13.490	482	29,62	6,43	63,95	5.554
Turuçu	82.508	374	0,02	22.944	317	44,12	4,15	51,73	3.596
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>381.985.143</b>	-	<b>100,00</b>	<b>33.960,36</b>	-	<b>9,38</b>	<b>23,23</b>	<b>67,40</b>	<b>11.247.972</b>

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FEE (2019).

Tabela 3 – Índice de Gini dos municípios do COREDE Serra e do COREDE Sul – 2000/2010

Estado/COREDEs	2000 (A)	2010 (B)	Variação (B-A)
COREDE Serra	0,4567	0,4243	-0,0325
COREDE Sul	0,5655	0,5086	-0,0570
Rio Grande do Sul	0,5863	0,5472	-0,0391

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2018).

Pode-se notar, portanto, que os dois COREDEs caminham no mesmo sentido, no Rio Grande do Sul, num processo de melhor distribuição da renda. Esse fato também pode ser visto nos estudos empíricos abordados nesta pesquisa. Ilha, Alves e Saraiva (2002) já afirmavam, no início dos anos 2000, que havia uma tendência de diminuição da desigualdade e da distribuição da renda entre as regiões. Silva, Marion Filho e Coronel (2006) comentaram também que, apesar da tendência de diminuição, a renda ainda é concentrada nas áreas próximas à RMPA, como a Serra. Plain e Massuquetti (2018) também identificaram a concentração de desenvolvimento e de renda nas regiões próximas à Porto Alegre e à Serra (norte-nordeste do estado). Por fim, Rotta e Reis (2008) afirmaram que o investimento em políticas sociais é saída para reduzir a diferença de desenvolvimento e de distribuição da renda entre as regiões.

### **Considerações finais**

A partir das teorias de desenvolvimento regional abordadas, observa-se que há um processo virtuoso/vicioso no desenvolvimento de uma região. A partir de Myrdal (1960), por exemplo, na realidade dos COREDEs estudados, o Serra, por já apresentar um desenvolvimento maior, vai atrair mais e melhores meios de produção para si, remanescentes para o COREDE Sul menos meios de produção e aqueles com menor produtividade, pois não são competitivos na região mais desenvolvida. Deste modo, as duas regiões caminhariam em sentido de cada vez maior desigualdade.

Marshall (1982) já tratava das externalidades positivas oriundas das relações entre firmas em uma economia regional e que isso seria um atrativo para novos investimentos no local. Aliando isso com a ideia de Perroux (1977), em que uma força motriz de determinada região vai impulsionar as forças movidas da mesma região; e as características de formação históricas do Rio

Grande do Sul, pode-se assinalar indícios do que causou as divergências de desenvolvimento nos COREDEs estudados.

Desde o período colonial, a região sul do RS era caracterizada basicamente por uma economia agropecuária, principalmente pela sua geografia favorável. Mas, após a chegada dos imigrantes europeus, com sua agricultura familiar e especialização em diversas áreas da indústria da época (sapato, têxtil, móveis etc.), percebe-se maior desenvolvimento da região norte-nordeste do estado.

De acordo com o Idese de 2015, é possível constatar o contraste presente entre os dois COREDEs analisados. Na classificação geral do índice, o COREDE Serra alcançou 0,81, sendo que 21 dos 31 municípios apresentaram alto grau de desenvolvimento, enquanto no sul, que alcançou 0,68 no índice geral, não há município altamente desenvolvido. As diferenças são mais acentuadas na dimensão renda, enquanto o COREDE Serra possui 13 municípios com alto nível de renda, o COREDE Sul ainda conta com dois municípios com o índice para essa dimensão abaixo de 0,5.

Evidencia-se que, mesmo que tenha ocorrido diminuição da desigualdade ao longo do tempo, por meio do Índice de Gini, o COREDE Serra concentra melhores indicadores socioeconômicos e mais próximos à igualdade de renda, bem como à geração de renda, como demonstrado pelo PIB e pelo PIB *per capita*. Além disso, no COREDE Serra, 12 municípios atingiram um Índice de Gini abaixo de 0,4 e, no Sul, não houve municípios que alcançassem tal distribuição de renda. Muitos municípios do COREDE Serra apresentaram valores entre 0,4 e 0,5, ainda muito bom, e apenas cinco municípios da Serra ultrapassaram a faixa de 0,5 ou não tiveram o valor calculado. No COREDE Sul, no entanto, foram 14.

A partir do diálogo entre a teoria econômica e a realidade dos COREDEs Serra e Sul, pode-se observar uma continuidade nos níveis de desenvolvimento dos Conselhos e a diferença entre eles. Fatores como uma maior industrialização e a agricultura familiar, presentes no Conselho Serra, influenciam maior distribuição da renda e melhores índices/indicadores de desenvolvimento. Enquanto no Conselho Sul, a concentração de renda causada pelos grandes latifúndios e uma indústria voltada, basicamente, para atender às necessidades da agricultura de grande escala, causam, além de índices/indicadores de desenvolvimento menores, a falta de uma perspectiva de melhora para o futuro.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Como sugestão para futuros trabalhos, recomenda-se verificar a evolução dos índices/indicadores, principalmente após a atual crise fiscal no estado. Por fim, também é relevante o estudo acerca da implantação de polos industriais em regiões menos desenvolvidas, com pouco investimento, como os polos industriais de Triunfo e de Rio Grande.

### **Referências**

- CARVALHO, D.; CARVALHO, A. B.; DOMINGUES, M. V. R. Polo naval e desenvolvimento regional na metade sul do Rio Grande do Sul. In: Encontro de Economia Gaúcha, 6, Porto Alegre, 2012. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2012.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2008.
- CRUZ, B. O. et al. **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.
- DAL PIZZOL, A. C. C.; MASSUQUETTI, A. Urbanização e desenvolvimento: um mundo plano ou accidentado? **Revista SODEBRAS**, v. 9, n. 104, p. 74-79, ago. 2014.
- FOCHEZATTO, A. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, O. A. C. et al. (org.). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. p. 160-192.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **FEEDados**. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- ILHA, A. S.; ALVES, F. D.; SARAIVA, L. H. B. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: o caso da metade sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1., Porto Alegre, 2002. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Rio Grande Do Sul**. 2019. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- KRÜTZMANN, V.; MASSUQUETTI, A. A formação dos conselhos regionais de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e uma análise do padrão de vida da população dos COREDES no período 2000-2004. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2008.
- LIMA, A. E. M. O Rio Grande do Sul e suas regiões – 1999/2006. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5., 2010, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2010.
- MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MATTE, A.; WAQUIL, P. D.; NESKE, M. Z. Dinâmicas socioeconômicas e produtivas das microrregiões Campanha Meridional e Serra do Sudeste – RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 7., 2014, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2014.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1960.
- PERROUX, F. O conceito de polo de desenvolvimento. *In:* SCHWARTZMAN, J. (org.). **economia regional:** textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.
- PLAIN, R. M.; MASSUQUETTI, A. As disparidades entre as regiões funcionais de planejamento no Estado do Rio Grande do Sul (2000/2018). *In:* ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 9., 2016, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2016.
- REIS, C. N. Exclusão social e atividade produtiva: a dinâmica socioeconômica dos Coredes do Estado do Rio Grande do Sul. *In:* ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., 2004, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2004.
- ROTA, E.; REIS, C. N. Desenvolvimento diferenciado no norte Gaúcho. *In:* ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2008.
- SILVA, M. A.; FILHO, P. J. M.; CORONEL, D. A. A Origem e a Evolução Recente das Desigualdades Regionais Entre COREDES (1990 – 2003). *In:* ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2006.
- TARGA, L. R. P. A formação social e territorial sul-rio-grandense na longa duração e a identidade regional. *In:* CONCEIÇÃO, O. A. C. et al. (org.). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. p. 48-90.
- WEBER, A. **Theory of location of industries**. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

# 21

## Análise das finanças do município de Montenegro a partir da implantação do novo plano de carreira em 2015

Renan Roberto Boos<sup>1</sup>  
Angélica Massuquetti<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo é analisar o novo plano de carreira implantado em Montenegro, em 2015, no que se refere à folha salarial e a outras despesas relacionadas, e suas consequências financeiras para o município. O período analisado é de 2008, sete anos antes da implantação novo do plano de cargos e salários, até 2018, três anos após a reestruturação do mesmo. A partir da análise de variáveis relacionadas às finanças municipais, como receita corrente líquida e despesas com pessoal, observou-se um aumento da relação entre despesa com pessoal e receita corrente líquida, que passou de 43,13%, em 2008, para 50,57%, em 2018. Esse valor está inserido na faixa de emissão de alerta e está bem próxima do limite prudencial, segundo a LRF. No ano anterior à implantação do novo plano de carreira, em 2014, a relação da despesa com pessoal com a receita corrente líquida era de 43,56%; já no ano de 2016, foi para 51,86%.

**Palavras-chave:** Finanças públicas. Despesa com pessoal. Lei de Responsabilidade Fiscal. Plano de Carreira. Montenegro-RS.

### Introdução

A implantação de um plano de carreira no setor público, ajustado com o mercado atual, se faz necessário para definir a remuneração apropriada para determinado cargo e descrevê-la adequadamente, valorizando e mantendo o servidor motivado. Outro aspecto a se destacar em um plano de carreira é como ele se comporta em relação aos benefícios salariais que são dados aos servidores que possuem aperfeiçoamento e formações superiores às requeridas para determinada função. Além disso, deve-se analisar os benefícios dados por tempo de serviço. Esses benefícios são chamados de progressões verticais e horizontais. Assim, os servidores, já presentes na administração, são estimulados a aperfeiçoar sua formação, resultando em melhor qualidade no serviço prestado (CHIAVENATO, 1999).

Por outro lado, deve-se analisar com atenção quais serão os reflexos financeiros que essa medida gerará para as despesas do município, pois sabe-se

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas. UNISINOS. lattes.cnpq.br/0530636583742073.  
nanboos@gmail.com

<sup>2</sup> Professora no PPG em Economia. UNISINOS. lattes.cnpq.br/0530636583742073.  
angelicam@unisinos.br

que grande parte da receita de um município se destina ao pagamento dos servidores públicos. Juntamente, há que se considerar o número de servidores envolvidos. Assim, reestruturar um plano de carreira é um processo delicado. A implantação desse sistema deve ser feita com cautela e com estudo, pois os aumentos nas despesas devem ser feitos dentro da lei. Contribuindo para isso, existem leis que determinam um percentual máximo que cada município pode gastar com despesa de pessoal em relação à sua receita. Elas servem como reguladores, para que não ocorram distorções nos valores gastos com esse tipo de despesa, podendo comprometer a estabilidade financeira da administração (CRUZ, 2001).

No final de 2015, a Prefeitura Municipal de Montenegro, que pertence ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, adotou o seu novo plano de cargos e salários para os servidores do Executivo municipal ou como é mais conhecido, o plano de carreira dos servidores. O antigo plano era datado de 1990 e estava desatualizado no que se refere à valorização dos servidores, à formação, à experiência da administração municipal, à incompatibilidade salarial recebida no setor público em relação ao setor privado, entre outros fatores. A implantação desse novo plano de carreira foi baseada em um projeto elaborado pela Universidade FEEVALE, realizado em 2011, com este fim. Assim, o objetivo deste estudo é analisar o novo plano de carreira implantado em Montenegro, no que se refere à folha salarial e a outras despesas relacionadas, e suas consequências financeiras para o município. O período analisado é de 2008, sete anos antes da implantação do novo plano de cargos e salários, até 2018, três anos após a reestruturação do mesmo.

A escolha deste tema surgiu após diversas reuniões em torno desse assunto, enquanto o pesquisador desempenhava a função de assessoria parlamentar no legislativo montenegrino, durante a legislatura 2013-2016. O tema repercutiu muito enquanto estava na etapa de projeto; foi debatido com diversos setores da Prefeitura Municipal de Montenegro, sindicado dos servidores municipais e comunidade em geral. Na época, os servidores municipais exerciam pressão para o que tema fosse apreciado como primordial, visto que o antigo plano de carreira estava temporalmente defasado. E, por outro lado, a comunidade em geral alertava para que o caso fosse apreciado com muito cuidado, pois envolvia um setor delicado financeiramente, que

correspondia em torno de 47% da despesa do município. No final de 2015, foi aprovado, pela Câmara de Vereadores de Montenegro, o novo plano de carreira dos servidores municipais. A partir desse momento, poderiam ser observadas as consequências financeiras para o município.

Montenegro é um município de porte médio, com, aproximadamente, 65 mil habitantes, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e, mais precisamente, no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Caí, sendo o maior dessa região. O município tem 145 anos e possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,755, em 2010 (ATLAS, 2019), e com um orçamento em torno de R\$ 200 milhões por ano (IBGE, 2019). O município, mesmo sendo o principal do Vale do Caí, com maior Produto Interno Bruto (PIB) e população, e ter evoluído no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), ele está em um nível de crescimento menor, em relação aos seus vizinhos. É preocupante que o município esteja abaixo da média da região, na área da saúde e de educação, por exemplo. Outro fator importante, que pode ser reflexo destes dados, é que tem aumentado a desigualdade no município, diferentemente do que aconteceu na região e no estado (FEE, 2019; IBGE, 2019).

O estudo está dividido em cinco seções, considerando a Introdução. Na segunda, abordaram-se as despesas com pessoal. Na terceira, discorreu-se acerca do plano de carreira no município. Na quarta, foram analisados a receita corrente líquida, a despesa com pessoal e o número de servidores. Finalmente, na quinta, foram apresentadas as conclusões do estudo.

### **Despesas com pessoal e lei de responsabilidade fiscal**

Segundo o Ministério do Planejamento (2015), despesas de pessoal são os gastos do setor público com os ativos, os inativos e os pensionistas, com mandatos eletivos, sejam de quaisquer remunerações, vencimentos, gratificações, contribuições, entre outros. Estes exemplos são classificados como despesas de pessoal, já outros serviços, mesmo sendo realizados por pessoas via setor público, são contabilizados como outras despesas de pessoal.

Cruz (2001, p. 2) afirmou que “[...] as despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção da população e dos gestores públicos, em razão de serem

as mais representativas em quase todos os entes públicos entre os gastos realizados". Como o autor fez referência, estas despesas estão em todos os setores do estado, pois estão relacionadas aos funcionários do setor público. Estas despesas são de vital importância para o bom desenvolvimento da gestão pública, e os funcionários públicos são o corpo do estado, sendo responsáveis pelo atendimento ao público, pelas fiscalizações, pela abertura de licitações, entre outras tarefas.

Considerando essa relevância dentro da estrutura pública, as despesas com pessoal são alvo de controle por meio de leis, para que os entes públicos tenham estabilidade e saúde financeira. Além destes motivos, a criação de leis e de setores para auditarem os gastos com pessoal foi necessária para o crescimento deste setor ao longo dos anos (CRUZ, 2001).

Ao considerar este crescimento, foi formulada a Lei n. 4.320, de 1964, que norteava os entes da Federação sobre o orçamento, o balanço e os gastos financeiros. Após essa Lei, foram criadas normas para aprimorar e estabelecer limites para a gestão pública referente aos gastos de despesas com pessoal, sendo elas: CF de 1967, Lei Camata I, Lei Camata 2 e, mais recentemente, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000 (CRUZ, 2001).

A Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, mais conhecida como LRF, é definida por Matias-Pereira (2017, p. 348) como "[...] um instrumento de modernização das Finanças Públicas no Brasil", ou seja, a criação desta lei é um símbolo da mudança da gestão financeira dos entes públicos no Brasil. Segundo Gadelha (2011), a LRF tem como objetivo trazer mais controle e transparência para as contas públicas, impondo limites aos gastos públicos, além de relatórios e metas fiscais. Ela vem para coibir os abusos do mau uso dos recursos públicos, que resultam em prejuízos para a sociedade, além de criar normas que vinculam a fonte de receita com despesas que serão realizadas (MATIAS-PEREIRA, 2006).

A despesa de pessoal, como foco principal deste estudo, tem papel de destaque na LRF, recebendo definição detalhada, além de rigorosos limites e controles dentro das finanças públicas. A LRF define despesa de pessoal como

[...] o somatório dos gastos do ente da federação com ativos, inativos, pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e membros de cada Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive

adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente à previdência social (art. 18 da LRF, 2000).

Já no art. 19, § 1º, a LRF define os gastos que não são considerados despesa com pessoal, sendo eles:

[...] indenização por demissão de servidores ou empregados; relativas a incentivos à demissão voluntária; derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição; decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18; com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional n. 19; com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes (art. 19,§ 1º, da LRF, 2000).

A LRF estabelece os limites que se pode gastar com pessoal. Para os municípios, esse limite de gastos é de 60% da sua receita corrente líquida, sendo dividida essa despesa entre o Executivo e o Legislativo municipal. O Executivo, devido à sua maior gama de responsabilidades e funcionários, fica com a maior parte deste limite, 54%, e o restante, 6%, fica para o Legislativo poder gastar com despesa de pessoal. Além dessa definição, a LRF, a partir do Inciso II, do § 1º, do art. 59, define que 48,6% da receita líquida X despesa com pessoal é o limite de alerta para os gestores municipais. E que, definido pelo Parágrafo Único do art. 22, 51,30% da receita corrente líquida sobre a despesa com pessoal é o limite prudencial. E, por fim, definido na Alínea ‘b’ do Inciso III, do art. 20, com 54% é o limite legal da despesa com pessoal em um município.

Ao longo do tempo, as leis que incidem sobre os gastos com pessoal foram se aprimorando, buscando transparência, metas e limites, com o objetivo de melhorar o controle das finanças públicas. Além disso, elas definiram claramente quais os gastos com pessoal que podem ser computados ou não para a LRF e quais porcentagens, em relação à receita corrente líquida de cada instituição, ela pode alcançar sem ocorrer sanções.

## **Plano de carreira dos servidores**

Montenegro, em abril de 2015, segundo dados do Atuário 2015, possuía 1.325 servidores ativos ligados à administração executiva e outros 292 inativos e

pensionistas. Desses servidores ativos, 473 eram professores e os outros 852 eram servidores do quadro geral. Já com dados do Portal da Transparência, em setembro de 2017, identificaram-se 1.532 servidores ativos e 429 inativos, dos quais 1.062 eram servidores do quadro geral e 470 eram professores (MONTENEGRO, 2019). O quadro geral é constituído por diversos cargos situados dentro da estrutura administrativa do município, envolvendo auxiliares administrativos, serventes, arquitetos, procuradores, entre outros. A implantação do novo plano de carreira, a partir de 2015, atingiu o quadro geral de funcionário da Prefeitura Municipal. Já para os professores, um novo plano de carreira específico está em fase de projeto (MONTENEGRO, 2019).

O atual plano de carreira, que é objeto deste estudo, foi aprovado no dia 27 de novembro de 2015, a partir da Lei n. 6.228, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas, no município de Montenegro. Essa lei propõe reestruturar as funções e salários do quadro de funcionários municipais, de acordo com a realidade do mercado. Como a última atualização no plano de carreira aconteceu somente em 1990, muitas funções e salários foram revistos na mesma. Como são 1.062 funcionários, mais os inativos e pensionistas, essa revisão pode causar variações na média histórica de despesas com pessoal.

No aspecto regulamentar, é baseado nas leis que regem os limites para o gasto com despesas de pessoal, como a LRF. Nela, os municípios, estados e a União devem obedecer a alguns limites legais no aspecto de despesas de pessoal, procurando, assim, não comprometer a situação financeira deste ente. Essa lei é calculada em percentuais na relação entre despesa de pessoal e receita corrente líquida (CRUZ, 2001). De tal modo, justifica-se analisar como se comportaram as receitas e as despesas do Município, durante este período de estudo do caso.

Outro aspecto relevante, e que sua alteração traz grande impacto para este estudo, é o plano de cargos e salários ou plano de carreira. Segundo Oliveira (2018, p.8), “plano de carreira é a explicitação formal de um conjunto planejado, estruturado, sustentado e sequencial de estágios que consolidam a realidade evolutiva de cada indivíduo, de forma interativa com as necessidades das empresas e das comunidades onde elas atuam”. Nesta mesma linha, Micheletti afirmou:

Com o plano eu consigo listar todos os profissionais e seus respectivos cargos, e pagar por nível de responsabilidade, com os salários adequados a cada um desses níveis [...], pode-se afirmar que o sistema de cargos e salários também proporciona um maior dimensionamento de custos com pessoal, além de evitar injustiças e possíveis reclamações trabalhistas na Justiça (2009, p. 27).

Para Barbosa (2011), ao implantar o plano de cargos e salários na organização, a empresa possibilita uma política de remuneração mais adequada, para atender às necessidades de seus colaboradores, fazendo com que se sintam satisfeitos e comprometidos com os objetivos da organização. Assim, o plano de carreira abrange aspectos de recursos humanos, como a competência e a determinação de um cargo, e de questões financeiras, como o valor a ser remunerado a tal função e seu crescimento ao longo do tempo. Neste sentido, Rodrigues (2006) afirmou que um plano de carreira com essa estrutura busca estar alinhado com a moderna gestão de pessoas, além conseguir mensurar a remuneração por meio das competências e dos comportamentos dos servidores.

Em relação ao cargo, segundo Chiavenatto (1999, p. 176), o mesmo está relacionado “[...] de maneira breve as tarefas, deveres e responsabilidades”. Pontes (1998) acrescentou que os requisitos exigidos para ocupá-lo devem contar na descrição de cargos e afirmou que as descrições e especificações de cargos servem como base para a fixação de salários coerentes.

Definido o significado de cargos, passa-se a inseri-lo em um plano, ou uma carreira, que, segundo Dutra (2007), é uma série de estágios e transições que o indivíduo estabelece juntamente com a empresa, englobando perspectivas para ambos. Contribuindo, Pontes (1998) disse que a carreira deve valorizar o profissional junto à empresa e servir como base de desenvolvimento. Além disso, a carreira deve ter uma estrutura com graus de crescimento para esse desenvolvimento.

Ao relacionar os cargos e a carreira com a parte financeira, Chiavenatto (2003, p. 41) definiu que essa estrutura deve ser justa com relação: “[...] aos salários em relação aos demais cargos da própria organização, visando-se, pois, ao equilíbrio interno desses salários; e [...] aos salários em relação aos mesmos cargos de outras empresas que atuam no mercado de trabalho, visando-se, pois, ao equilíbrio externo dos salários”. Neste aspecto, de acordo com Pontes (1998),

devem ser realizadas pesquisas de mercado, em busca de um equilíbrio entre ambos.

Pode-se perceber, portanto, que um plano de carreira tem diversos aspectos para serem analisados, antes de ser colocado em prática. Devem ser qualificados todos os cargos do plano de carreira, baseados nas suas funções exercidas, e alocá-los de forma que não ocorram prejuízos e discrepância entre eles (responsabilidades e deveres do cargo e a remuneração oferecida pela empresa). Também deve-se ter cautela em razão do volume de funcionários, como é o caso da Prefeitura Municipal de Montenegro. Por fim, a burocracia que envolve o setor público é conhecida e, portanto, deve-se ter conhecimento acerca das funções nas dimensões técnica e financeira.

### **Novo plano de carreira**

Como em qualquer estrutura de cargos e salários, ao longo dos anos foram ocorrendo modificações, principalmente no aumento do número de vagas nos cargos, na criação de novos cargos e em algumas alterações no coeficiente de cálculo das classes. Além da lei de 1990, que foi a que criou o plano de cargos e salários, também houve a Lei n. 2.638/90, que alterou os coeficientes dos Níveis 2 a 10, a partir da Classe B até a E. As demais leis criadas se limitaram, apenas, a alterar o número de vagas e a criação de novos cargos.

Em um primeiro momento, o que mais chama a atenção ao comparar os dois planos de cargos e salários são a quantidades de Classes e de Níveis que existem entre um plano e outro. No primeiro, de 1990, existiam 10 Níveis, já no atual, esse número subiu para 13. Nível é a identificação de um cargo baseado no padrão referencial, com progressão vertical. De uma Lei para a outra, o número de cargos aumentou e, assim, se justifica o aumento no número de Níveis representados, buscando uma harmonia entre os cargos. Por outro lado, com mais Níveis, isso também representa um aumento nos vencimentos padrão entre os planos.

Neste mesmo sentido, observando pelo lado das Classes, também ocorreu um aumento, passando de cinco Classes (de A até E) para nove (de A até I). Classes representam a progressão horizontal de um cargo com base no tempo de serviço do servidor. Na lei de 1990, para passar da Classe A para B, o tempo

de serviço exigido era de quatro anos, para a Classe C, o tempo era de cinco anos, de seis anos para D e, por fim, de sete para a Classe E. Na nova lei, com o aumento de Classes, permaneceu o tempo exigido para se alcançar a Classe E para alcançar uma nova Classe, o tempo de serviço é de 4 anos para as restantes, ou seja, até a Classe I. Antes, com o aumento da Classe, o máximo que um funcionário poderia alcançar era um incremento de 45% no salário. Com a nova lei, esse valor pode chegar a 85% para o servidor.

Como medida de comparação, escolheu-se o menor salário que alguém poderia receber, que é no Nível 1, Classe A, na lei antiga, que tinha o vencimento calculado com o coeficiente 1 sobre o padrão referencial; na lei nova, esse coeficiente passou para 1,25. Apenas neste aspecto, o servidor já tem um ganho de 25% entre uma lei e outra. Analisando quem poderia ter os maiores vencimentos, o servidor com Nível 10 e Classe E, que tinha o coeficiente de 4,45 na lei de anterior, na nova lei, usando este mesmo Nível e a Classe, o coeficiente passou para 5,8, o que representa um aumento de mais de 30%. Porém, como foram incluídos novos Níveis e Classes, agora, o servidor que tem o maior coeficiente, que é aquele do Nível 13, Classe I, tem o coeficiente de 11,1 vezes o valor padrão. Por fim, em comparação com quem ganhava mais com a lei antiga, nesta lei nova começou a ganhar quase 149,43% a mais.<sup>3</sup>

Além disso, a nova lei atualizou a base de cálculo, ou seja, o padrão de referência, que era de R\$ 814,88 passou para R\$ 950,00, um aumento de 16,58%. Com base nesse aumento e nas mudanças de coeficientes, foi calculada (R\$) a diferença de um plano de carreira para o outro, utilizando os Níveis e as Classes em comum. No Nível 1, Classe A, o valor que era antes de R\$ 818,44, passou para R\$ 1.187,50, representando um acréscimo de 45,73% no vencimento do servidor. Quando mais aumenta o Nível, mais o percentual diminui, chegando até 16,58% no Nível 10, Classe A. Esses valores são os mesmos (de 45,73% até 16,58%) quando se compara até a Classe E, do Nível 1 até o 10. Já comparando com quem ganhava mais na lei antiga, um servidor Nível 10, Classe E, que recebia o valor de R\$ 4.726,32, agora, o maior salário, ou seja, de um servidor Nível 13, Classe I, passou a receber R\$ 10.545,00, representando um aumento de 123,11%.

---

<sup>3</sup> Nos Anexos 1 e 2, pode-se comparar as diferenças entre os coeficientes de uma lei para a outra.

Além dessas mudanças que impactaram diretamente os valores repassados para as despesas com pessoal, o novo plano de carreira contemplou outros benefícios e gratificações para servidores que exerceram atividades específicas ou participaram e tiveram concluído cursos e formações acadêmicas. Nas progressões que contemplam o ensino dos servidores, foram criadas duas modalidades, uma por formação escolar e outra por curso de aperfeiçoamento. Nessas duas modalidades, os servidores podem ser beneficiados com dois aumentos salariais em cada uma delas. Em cada progressão que o servidor alcança, são acrescidos 8% ao seu vencimento, podendo chegar a 16% em cada modalidade e somar 32% no total. Na progressão por formação, é considerada a exigência para o ingresso no cargo. Ou seja, se o cargo tem a exigência de Ensino Fundamental e o servidor se formar no Ensino Médio, ele tem incrementado 8% ao seu salário. Se realizar um curso técnico um Ensino Superior, são acrescidos mais 8%. Porém, se realizar uma especialização, não há acréscimo, pois já chegou ao limite de duas progressões por modalidade. O mesmo ocorre em relação aos cursos realizados ou seminários dos quais o servidor participou, sendo estipulado, em cada padrão, o número mínimo de horas que o servidor deve realizar para ter essa progressão concedida.

Outros benefícios que foram incorporados nessa lei, em relação à anterior, foram as gratificações dadas a alguns servidores que exercem funções de risco ou de alto nível técnico, dentro da administração municipal. As novas gratificações e adicionais foram criadas a partir do novo plano de cargos e salários e são detalhadas a seguir: aos Guardas Municipais, em relação à atividade perigosa, referente às atividades desempenhadas, com gratificação correspondente a 110% do Padrão Referencial; aos servidores integrantes da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e Especial (CPAD), com gratificação correspondente a 100% do Padrão Referencial.

Também há outras gratificações, que tiveram seus adicionais alterados, que foram: aos servidores designados para exercer suas funções na Penitenciária Modulada Estadual Agente Penitenciário Jair Fiorin (PMAFJ), que tinham uma gratificação de 30%, que passou para 150% do padrão referencial; aos servidores ocupantes dos cargos de Fiscal de Obras, Fiscal de Tributos, Fiscal de Posturas, Agente Fiscal e Agente Fiscal de Tributos, que tinham um adicional de 30%, foi modificado para 90% do padrão referencial; para os servidores que atuam como

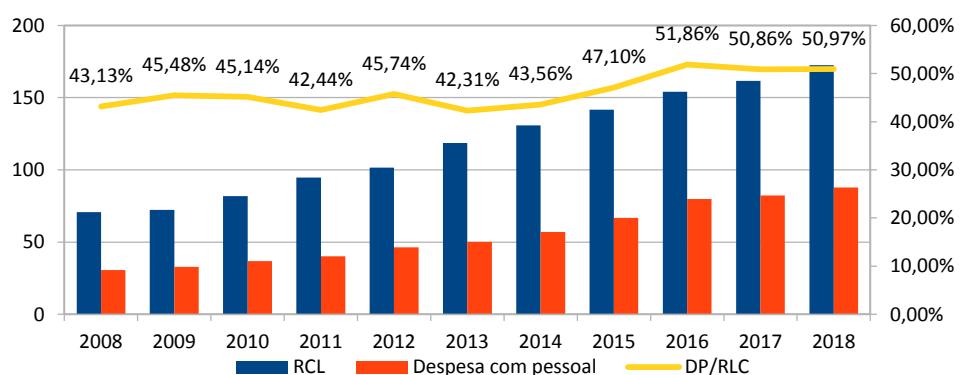
Avaliadores de Imóveis, que tinham uma gratificação de 30%, passou para 130% do padrão referencial; para os servidores responsáveis pela gestão financeira do Regime Próprio de Previdência Social, que antes recebiam uma Função Gratificada de Nível 10, passaram a receber 210% do padrão referencial; para o servidor responsável pela Unidade Gestora de Microcrédito, que recebia uma Função Gratificada de Nível 6 passou a receber 150% do padrão referencial.

Com a inclusão dessas novas gratificações e as alterações nos adicionais que já existiam, ocorreu, automaticamente, um aumento na despesa, mesmo que estes itens não afetem muitos servidores municipais.

### **Evolução de gastos com despesa de pessoal e finanças públicas em Montenegro**

Na Figura 1, observa-se a evolução da receita corrente líquida e da despesa com pessoal, entre 2008 e 2018, no município de Montenegro. Em 2008, a receita corrente líquida era de R\$ 70,8 milhões e a despesa com pessoal era de R\$ 30,5 milhões, representando 43,13% do total. Já no último ano pesquisado, a receita corrente líquida foi de R\$ 172,4 milhões e a despesa com pessoal foi de R\$ 87,8 milhões, passando a representar 50,97% do total.

**Figura 1 – Evolução da receita corrente líquida e da despesa com pessoal em Montenegro – 2008-2018 (R\$ milhões e %)**



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (2019).

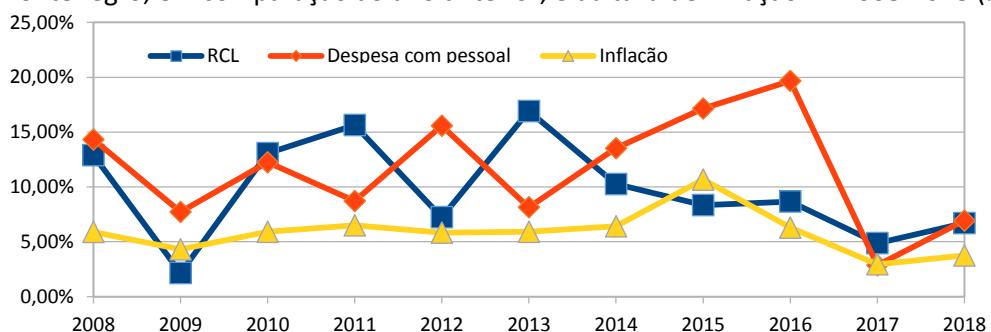
Até 2015, quando foi implantado o novo plano de carreira, a participação das despesas com pessoal oscilava em torno de 42,44% a 45,74%. Após a

implantação, contudo, houve um crescimento deste indicador, atingindo 51,86%, em 2016. Entre 2008 e 2018, houve evolução das receitas, que aumentaram 143% no período. As despesas com pessoal, por sua vez, cresceram 187% no período. A participação de 50,97% da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, em 2018, serve de alerta para a Prefeitura Municipal de Montenegro, pois está próxima do limite prudencial estabelecido pela LRF, que é de 51,30%.

É possível analisar a evolução dessas variáveis em dois períodos: (1) entre 2008 e 2014, as receitas correntes líquidas cresceram 84,68% e as despesas com pessoal foram ampliadas em 86,51%; (2) entre 2015 e 2018, as receitas correntes líquidas tiveram uma evolução de 21,61% e as despesas com pessoal cresceram 31,61%. Observa-se, portanto, que, no segundo período, a diferença entre ambas foi de 10 pontos percentuais, enquanto no primeiro período não chegou a 2 pontos percentuais.

Na Figura 2, identifica-se a evolução da receita corrente líquida e da despesa com pessoal em Montenegro, em comparação ao ano anterior. Verifica-se que havia um equilíbrio entre as receitas e as despesas no período de 2008 a 2014. No entanto, de 2014 a 2016, o crescimento da despesa com pessoal, em relação ao ano anterior, foi contínuo, ao contrário das receitas.

Figura 2 – Evolução da receita corrente líquida e da despesa com pessoal em Montenegro, em comparação ao ano anterior, e da taxa de inflação\* – 2008-2018 (%)



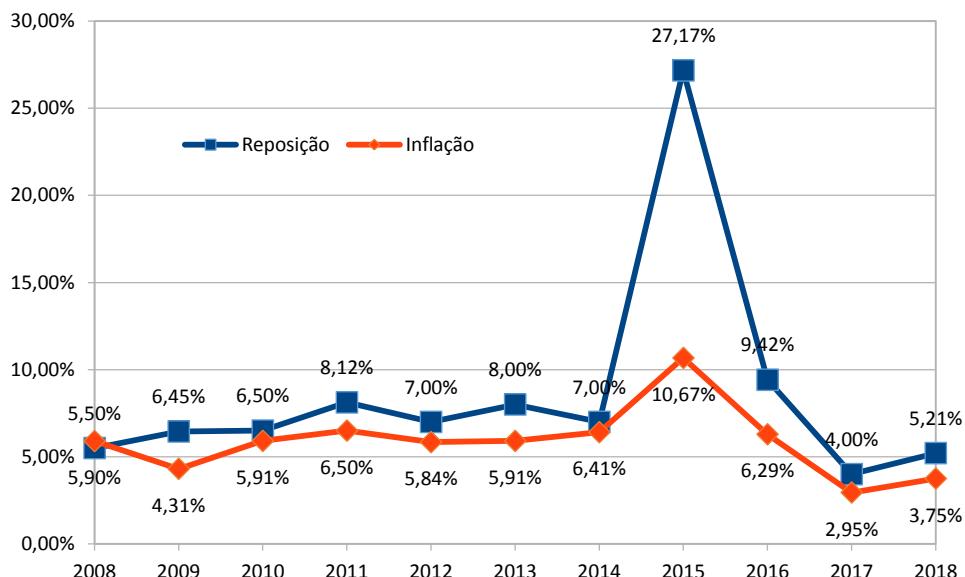
Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (2019) e IBGE (2019). Nota: (\*) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em relação à taxa de inflação brasileira, de 2008 a 2014, a mesma variou entre 4,31% e 6,50%. Em 2015, houve elevação da taxa de inflação, alcançando 10,67%, e, nos anos seguintes, sua trajetória foi de queda, chegando a 3,75%, em

2018. A evolução dos indicadores montenegrinos foi, na maior parte dos anos, acima da inflação brasileira. O desempenho das receitas é positivo para a economia do município, já o comportamento da despesa deve ser um ponto de atenção para a administração municipal.

Ao analisar a evolução da taxa de inflação no Brasil e da reposição dada aos servidores municipais de Montenegro, no período de estudo, observa-se que, na maioria dos anos, a Prefeitura Municipal concedeu uma reposição superior à inflação, como observa-se na Figura 3. A reposição salarial concedida nesse município auxiliou no crescimento dessa despesa; no entanto, no período, a mesma teve uma diferença, em média, de 2 pontos percentuais, não justificando um aumento acelerado da despesa com pessoal. Em 2015, destaca-se reposição superior à inflação, chegando a 27,17%. Esse valor é justificado pela combinação da reposição anual, que foi de 8%, e do novo plano de carreira, que alterou o valor do padrão referencial em 17,75% acima da reposição dada anteriormente.

Figura 3 – Taxa de inflação\* e reposição salarial concedida aos servidores municipais de Montenegro – 2008-2018 (%)



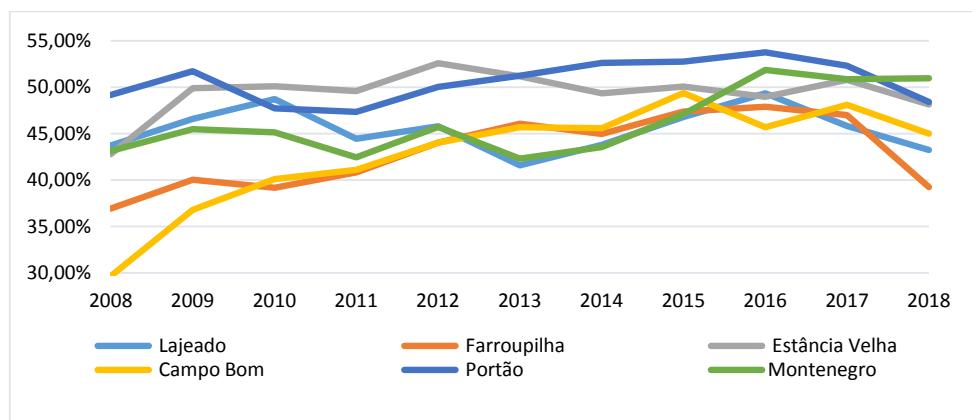
Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (2019) e IBGE (2019).

Nota: (\*) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Por fim, é relevante avaliar o comportamento da relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida de municípios gaúchos com

características socioeconômicas semelhantes a Montenegro, como é o caso de Lajeado, Portão, Farroupilha, Campo Bom e Estância Velha,<sup>4</sup> com o intuito de verificar se o fenômeno verificado no município de estudo é um caso específico. Na Figura 4 é possível verificar a evolução deste indicador.

Figura 4 – Relação entre despesa com pessoal e receita corrente líquida em municípios selecionados do Rio Grande do Sul – 2008-2018 (%)



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (2019)

Montenegro aparecia como o terceiro município neste indicador, em 2008, atrás de Portão e de Lajeado e logo à frente de Estância Velha. Observou-se que o município de estudo, ao longo do tempo, reduziu sua posição neste *ranking*, sendo uma característica positiva, e posicionou-se em último lugar em 2014. A partir desse ano, contudo, sua trajetória assumiu uma direção contrária e, em 2018, foi classificado como o município com a maior relação entre despesa com pessoal e receita corrente líquida.

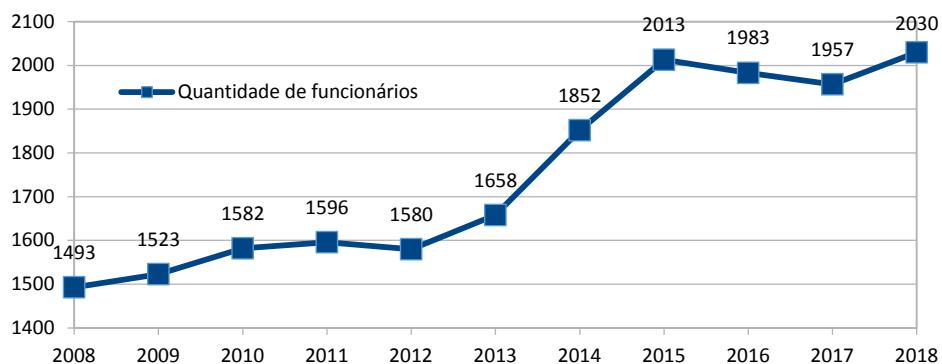
## Servidores municipais

Um aumento substancial na despesa com pessoal pode ocorrer em razão de inúmeros fatores, como maiores salários, aumento do número de funcionários na administração municipal, uma combinação entre ambos, entre outros. Na Figura 5, observa-se a evolução do número de servidores (ativos e

<sup>4</sup> Foram consideradas características populacionais e econômicas como critérios de seleção dos municípios, além de pertencerem à mesma região do estado.

inativos)<sup>5</sup> em Montenegro e é natural o aumento do número de servidores em razão de uma expansão das atividades da Prefeitura Municipal e da ampliação do número de funcionários inativos (aposentados e pensionistas).

Figura 5 – Evolução do número de servidores (ativos e inativos) na Prefeitura Municipal de Montenegro – 2008-2018



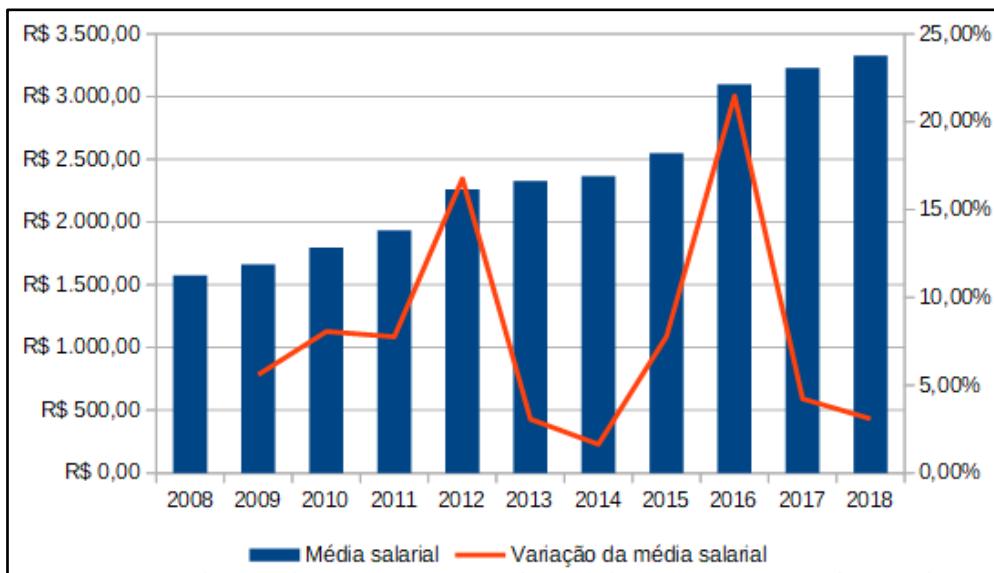
Fonte: Portal da Transparência de Montenegro (2019).

Observa-se que ocorreu uma ampliação de 500 servidores no período de 10 anos e o crescimento foi maior a partir de 2013, em razão de concurso público realizado no município. Em 2012, a Prefeitura Municipal contava com 1.580 servidores e passou, em 2015, para 2.013 funcionários. Este crescimento do número de funcionários no quadro geral pode impactar na despesa com pessoal, mas também é relevante identificar se houve um aumento na média salarial dos funcionários da administração municipal.

No Figura 6, observa-se que ocorreu um crescimento salarial dos servidores no período analisado. Em 2008, a média salarial dos servidores era de R\$ 1.574,06 e, em 2018, este valor subiu para R\$ 3.329,11, ocorrendo uma variação de 111%. Pode-se concluir que, além do aumento do número de funcionários, ocorreram aumentos salariais, que são fatores que contribuem para o aumento da despesa com pessoal. Também se pode verificar que ocorreram picos de aumentos salariais, como, principalmente, em 2016, quando essa ampliação chegou a 21,48%.

<sup>5</sup> Há um fundo de aposentadoria para inativos e pensionistas e, assim, cada funcionário que se aposentada ainda é contabilizado no quadro de servidores e outro funcionário é contratado para o seu lugar. O fundo de pensão, segundo a LRF, também deve ser considerado na contagem da despesa com pessoal.

Figura 6 – Evolução da média salarial dos servidores municipais de Montenegro – 2008-2018 (R\$ e %)



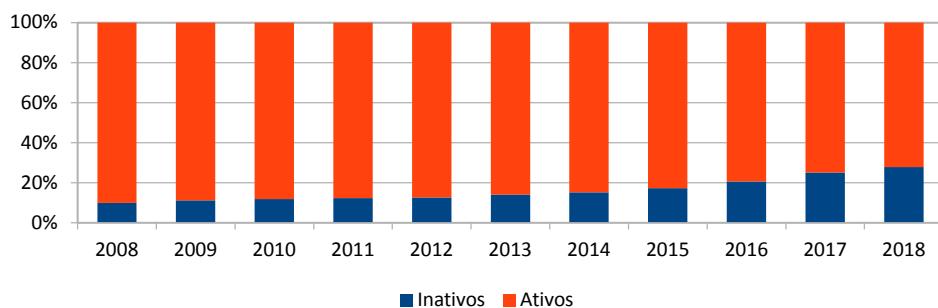
Fonte: Portal da Transparência de Montenegro (2019).

Por fim, com o debate atual acerca das mudanças previdenciárias e seus impactos nas finanças federais, é relevante analisar a previdência municipal e como ela se comportou no período analisado. Em 2008, a Prefeitura Municipal contava, no total, com 1.493 funcionários, sendo 1.326 ativos e 167 inativos. Com o crescimento do município, é coerente que o número de funcionários municipais também aumente. Em 2014, eram 1.561 servidores ativos e 291 inativos e, em 2018, o cenário era de 1.538 ativos e de 492 inativos. Ou seja, no período, o número de servidores ativos aumentou em 212 e o número de servidores inativos em 325, o que gera preocupação por parte dos administradores municipais. O número de pessoas que recebem benefícios cresceu, o que pode ocasionar problemas no futuro, em razão da evolução das despesas com pessoal inativo.

Em 2008, o gasto de despesa com pessoal inativo era de R\$ 3,0 milhões e, em 2018, esse valor chegou a R\$ 24,4 milhões. No mesmo período, o gasto com pessoal ativo era de R\$ 27,5 milhões e passou para R\$ 63,4 milhões, em 2018. Na Figura 7, verifica-se a evolução da participação destes dois grupos na despesa com pessoal, no município de Montenegro.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Figura 7 – Evolução da participação das despesas com pessoal ativo e inativo da Prefeitura Municipal de Montenegro – 2008-2018 (%)

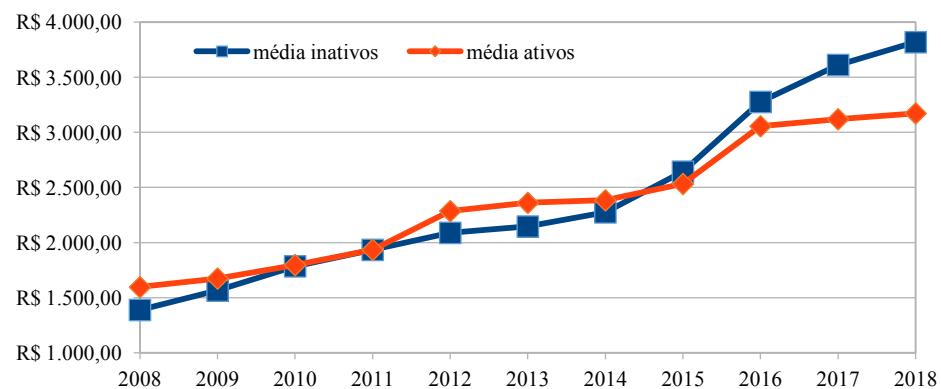


Fonte: Portal da Transparência de Montenegro (2019).

Os gastos com pessoal inativo representavam 9,88% da despesa com pessoal, em 2008, e, em 2014, esse valor era de 15,11%. Em 2018, esse valor passou para 27,80%, ou seja, em 10 anos, os gastos, que representavam 10% do valor, no final do período, passaram a representar quase um terço do valor total. Consequentemente, a despesa com pessoal ativo, que era 90,12%, em 2008, passou para 72,20%, em 2018.

Finalmente, pode-se analisar a evolução da média salarial de ambos os grupos, como verifica-se na Figura 8, com destaque para um aumento salarial maior dos inativos em relação aos ativos.

Figura 8 – Evolução da média salarial dos servidores ativos e inativos da Prefeitura Municipal de Montenegro – 2008-2018 (R\$)



Fonte: Portal da Transparência de Montenegro (2019).

Desde o começo do período estudado, os inativos sempre tiveram média salarial menor do que os ativos, mas muito próximos. Porém, a partir de 2015, o salário médio dos inativos ultrapassou o dos ativos, e essa diferença só aumentou. O comportamento desta variável é um sinal de alerta para a administração municipal em relação à previdência e quanto ao seu futuro, para não comprometer as finanças públicas municipais.

## **Considerações finais**

Esse estudo teve por finalidade analisar o impacto financeiro que ocorreu nas contas da Prefeitura Municipal de Montenegro, a partir da implantação do novo plano de cargos e salários, em 2015. Na comparação entre os planos, notou-se um aumento no coeficiente de cálculo nas Classes e nos Níveis, maior número desses elementos, uma elevação no padrão de referência e, também, um acréscimo de gratificações e de benefícios concedido aos servidores que exercem funções especiais, dentro da administração pública. Já com esse primeiro panorama de mudanças na estrutura do plano de carreira, seria possível supor uma oscilação nas finanças municipais no tocante às despesas com pessoal.

A partir da análise das finanças municipais, foi constatado um aumento da relação entre despesa com pessoal e receita corrente líquida, que passou de 43,13%, em 2008, para 50,57%, em 2018. Esse valor está inserido na faixa de emissão de alerta e está bem próximo do limite prudencial, segundo a LRF. No ano anterior à implantação do novo plano de carreira, em 2014, a relação da despesa com pessoal com a receita corrente líquida era de 43,56%, já no ano de 2016 foi para 51,86%.

Ao longo do período, o município teve uma trajetória de crescimento, apesar da crise econômico-financeira, em 2008. Observou-se a mesma tendência para as despesas com pessoal, principalmente, após a implantação do novo plano de carreira. Ao comparar Montenegro com outros municípios com características socioeconômicas semelhantes na região, verificou-se que muitos também elevaram sua despesa com pessoal. Contudo, Montenegro, que estava na terceira posição no início do período, assumiu a liderança como o município com a maior relação entre despesa com pessoal e receita corrente líquida. Vale

ressaltar que, em 2014, ele posicionava-se em último lugar dentre os municípios selecionados, mas, a partir de 2015, seu comportamento assumiu direção oposta.

Por fim, foi analisado um aspecto que serve como ponto de atenção para a administração municipal, que foi o número de funcionários ativos e inativos e a evolução dos gastos com eles. De 2008 até 2018, o município contou com um acréscimo no número de funcionários, o que poderia ser o motivo para a expansão das despesas com pessoal. No entanto, a partir de 2015, o conjunto de funcionários continuou relativamente estável, mas o número de inativos aumentou. Outro dado que foi verificado foi a média salarial, que aumentou de R\$ 1.574,06 para R\$ 3.329,11, representando um crescimento de 111,50% no período. Mas o indicador mais preocupante relaciona-se aos inativos. Além do número de servidores inativos, que aumentou, o crescimento do salário médio foi maior do que dos ativos e sua representação na despesa com pessoal total também.

Após analisar essa mudança no plano de carreira e o impacto que ela revelou nas finanças municipais, acredita-se que este tema deve ser investigado com atenção. Deve-se aprofundar a análise do funcionalismo, das mudanças estruturais na lei alterada, do cálculo dos impactos gerados pelo novo plano de carreira. Pretende-se minimizar o prejuízo, tanto da Prefeitura, sendo inviabilizada financeiramente e podendo sofrer sanções, e da população, sofrendo por falta de investimento e de recursos em áreas mais importantes da sociedade.

#### **Referências**

- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **COREDEs**. 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- BARBOSA, C. S. **Análise de cargos e salários na Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT)**. Brasília: ABNT, 2011.
- BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em: 22 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei Complementar n. 96, de 31 de maio de 1999**. Disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do artigo 169 da Constituição. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em: 22 mar. 2019.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planos de carreira e remuneração:** contribuições para a elaboração e a revisão de planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação escolar básica pública, 2016.

CHIAVENATO, I. **Desempenho humano nas empresas:** como desenhar cargos e avaliar o desempenho. São Paulo: Atlas, 2003.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CRUZ, F. Influência da limitação das despesas com pessoal na gestão pública e um perfil comportamental dos municípios catarinenses. **Revista Pensar Contábil**, ago. 2001.

DUTRA, J. S. **Administração de carreira:** uma proposta para repensar a gestão de pessoas. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **FEEDados.** 2019. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Montenegro.** 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/montenegro>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MAGRO, F. H. S. Avaliação da previdência social na prefeitura do município de Montenegro/RS. **Nota técnica**, Montenegro, n. 2846/15, abr. 2015.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas:** a política orçamentária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MICHELETTI, C. Plano de cargos e salários: sua empresa ainda vai ter um. **Comunidade RH Artigos**, São Paulo, artigo 230403, abr. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Cartilha sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.** Brasília: MPDG, 2015.

MONTENEGRO. **Lei complementar n. 2.636, de 4 de maio de 1990.** Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do município; estabelece o Plano de Carreira dos servidores e dá outras providências. Disponível em: [www.montenegro.rs.gov.br](http://www.montenegro.rs.gov.br). Acesso em: 22 mar. 2019.

MONTENEGRO. **Lei complementar n. 6.228, de 27 de novembro de 2015.** Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do município; estabelece o Plano de Carreira dos servidores e dá outras providências. Disponível em: [www.montenegro.rs.gov.br](http://www.montenegro.rs.gov.br). Acesso em: 22 mar. 2019.

MONTENEGRO. **Portal da transparência:** Relação dos servidores ativos e inativos. Disponível em: [www.montenegro.rs.gov.br](http://www.montenegro.rs.gov.br). Acesso em: 22 mar. 2019.

OLIVEIRA, D. P. R. **Como elaborar um plano de carreira para ser um profissional bem-sucedido.** Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, D. P. R. **Plano de carreira:** foco no Indivíduo. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.

PESSOA, M. L. (org.). Regiões do RS. In: **Atlas FEE.** Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/territorio/regioes-do-rs>. Acesso em: 17 mar. 2019.

PONTES, B. R. **Administração de cargos e salários.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

RODRIGUES, J. M. Remuneração e competências: retórica ou realidade? **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, nov./dez. 2006.

# 22

## Dinâmica da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul

Thales de Oliveira Costa Viegas<sup>1</sup>

Carlos Gilbert Conte Filho<sup>2</sup>

Vinícius Spirandelli Carvalho<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade avaliar a situação fiscal do Rio Grande do Sul. O déficit fiscal surge do baixo crescimento das receitas em paralelo ao crescimento robusto das despesas, sejam elas vinculadas ou não. As despesas com servidores ativos, inativos e pensionistas são elevadas e estão em crescimento. O envelhecimento da população contribui para manter altos os gastos previdenciários, o que tem comprometido os serviços públicos. O resultado é um grave quadro fiscal que requer mudanças de paradigma de gestão das finanças públicas para não se tornar um problema insolúvel.

**Palavras-chave:** Finanças estaduais. Crise fiscal. Rio Grande do Sul.

### Introdução

Ao longo dos últimos anos, o Rio Grande do Sul (RS) tem enfrentado um quadro fiscal de dificuldades que resultou no aprofundamento da dívida do Estado. Há mais de uma década, a arrecadação é insuficiente para fazer frente ao total de despesas, o que resultou em uma trajetória de recorrentes déficits fiscais (DOS SANTOS *et al.*, 2014).

A crise das finanças públicas tem se manifestado no atraso dos pagamentos de obrigações financeiras, a exemplo dos salários do funcionalismo público que, desde o governo Sartori (2015 a 2018), tem sido, mês a mês, parcelados. Este contexto, somado à queda dos investimentos públicos estaduais, resultou em um forte efeito contracionista na economia do RS. Tal desempenho, em alguns anos, inclusive se descola dos resultados verificados na economia brasileira.

A crise fiscal pela qual atravessa o RS se trata de um problema histórico e estrutural de finanças públicas, que tem impactado não só este estado da Federação, mas outros como Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo. As

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia, UFSM. <http://lattes.cnpq.br/9822044929381830>. E-mail: thales.viegas@ufsm.br

<sup>2</sup> Doutor em Economia, UFSM. <http://lattes.cnpq.br/6040967059163332>. E-mail: cgconte@terra.com.br

<sup>3</sup> Doutor em Economia, UFSM. <http://lattes.cnpq.br/5221654203946670>. E-mail: v.spirandelli@hotmail.com

causas que resultam no atual quadro de crise fiscal são decorrentes de aspectos ligados à queda de receita com o aumento da despesa. Neste sentido, a crise da economia brasileira, deflagrada em 2014, agravou ainda mais as consequências nefastas dessa situação – acentuando a queda das receitas estaduais –, o que repercute na qualidade dos serviços públicos experimentados pela população que deles necessita. Dentre os mais variados resultados da crise fiscal pela qual atravessa o RS, pode-se citar a redução de qualidade dos serviços públicos em áreas como a educação, a segurança pública e a saúde (DOS SANTOS *et al.*, 2014). Em virtude disto, o atual contexto econômico e político do RS é conturbado e repleto de incertezas sobre o futuro.

Ante o exposto, o objetivo deste estudo é analisar as causas que resultam no endividamento crescente do estado gaúcho. Para alcançar os objetivos traçados, este estudo é composto por cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção dois é apresentado o panorama histórico da evolução da estrutura tributária do País e o reflexo desta no RS. Na seção três são apresentadas as causas ligadas à queda da receita, com aumento da despesa pela qual atravessa o estado nos últimos anos. Na seção quatro é apresentado um panorama dos serviços públicos prestados pelo estado. Por fim, a seção cinco corresponde às considerações finais.

## **Panorama histórico da estrutura tributária brasileira**

Para analisar as condições fiscais atuais do Rio Grande do Sul, é necessário observar a evolução da estrutura tributária brasileira e como esta afetou as finanças do estado. A configuração tributária nacional apresenta períodos pontuais que alteraram a capacidade de gerar receitas e modificam o leque de obrigações dos estados e municípios brasileiros, a saber: O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado no primeiro ano do período militar (1964 a 1985), a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e os acordos de renegociação da dívida estadual com a União (1996 e 2017).

O PAEG (1964) realizou reformas institucionais corretivas na economia brasileira, dentre elas: a reforma tributária, a reforma monetária e financeira, e a reforma da política externa. Em linhas gerais, os objetivos colocados pela União através do programa eram: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico,

conter o processo inflacionário,<sup>4</sup> atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, aumentar o investimento e o emprego e com isso possibilitar a retomada do crescimento econômico, além de corrigir a tendência ao desequilíbrio externo (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 2005).

Quanto à reforma tributária, em particular, alterou-se o formato do sistema fiscal nacional. Os impostos do tipo cascata deram lugar a tributos do tipo valor adicionado (como o IPI, ICM e o ISS, por exemplo). O objetivo era controlar as contas públicas da União, aumentando as receitas e reduzindo as despesas. Neste sentido, o espaço tributário, entre as diversas esferas do governo, foi redefinido, de modo que os estados ficaram subordinados ao governo central. O resultado da reforma tributária foi o aumento da arrecadação e uma grande centralização tanto da arrecadação quanto das decisões no governo federal, constituindo, com isso, um importante instrumento político. Em contrapartida, os estados perderam parte importante da autonomia sobre suas receitas. A impossibilidade de os entes federativos se manterem com recursos próprios propiciou uma dependência histórica de transferências do Tesouro e de financiamento do déficit público estadual (LOPREATO, 2002).

Especificamente em relação ao RS, a década de 1960 é determinante. No início da década, a dívida pública em relação às receitas estava no patamar dos 77% (1961) em decorrência, em grande parte, do Plano de Obras desenvolvido em 1959,<sup>5</sup> que provocou a expansão da dívida pública.

Em verdade, a relação dívida-receita até 1964 atingia pouco mais de 30%. A partir de então – devido à nova estrutura tributária implementada pelo PAEG –, essa relação cresceu atingindo, em 1964, 75%. Contudo, no final da década de 1960, o passivo havia crescido 144% (DOS SANTOS *et al.*, 2014). Apesar do endividamento em nível elevado e em ritmo crescente, as finanças públicas não foram comprometidas, o que se modificaria na década de 1970 com o aumento do peso do serviço da dívida.

Durante a década 1970, a economia gaúcha percebeu um crescimento da dívida, o que se deve, em grande parte, à Lei nº 6.465/1972 que autorizou o lançamento de títulos da dívida pública estadual (LTE-RS). A partir dessa lei, os

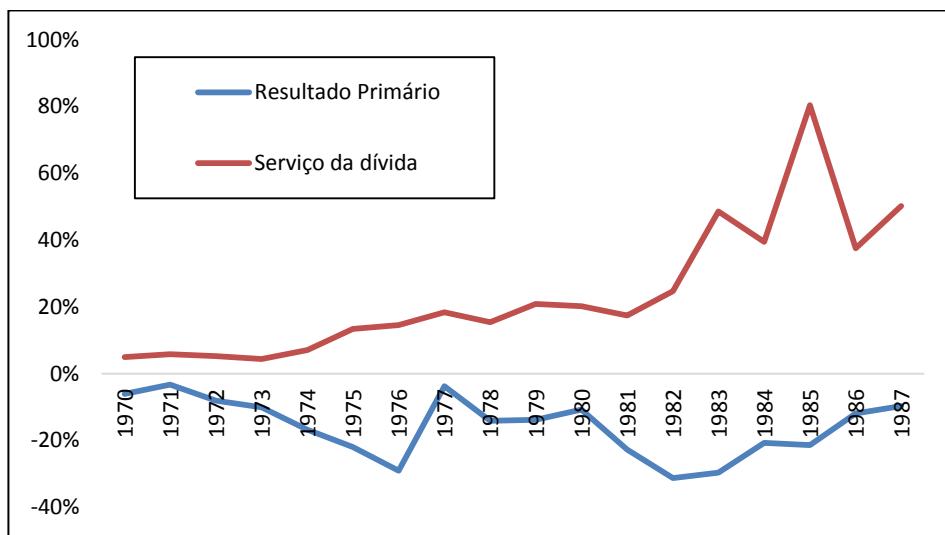
---

<sup>4</sup> A questão inflacionária – que se agrava desde o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) – pode ser entendida como o objetivo principal do PAEG.

<sup>5</sup> O Plano de Obras se destinou a três setores: educação, transportes e armazenagem.

déficits primários encontraram espaço para financiamento. Em paralelo, foi estimulado o endividamento externo, em função de uma série de mecanismo que favoreciam a tomada de recursos externos<sup>6</sup> e dos eurodólares disponíveis no mercado internacional (DOS SANTOS *et al.*, 2014). O resultado desta soma de fatores foi o crescimento acentuado do serviço da dívida com sucessivos resultados primários negativos, como mostra a Figura 1:

Figura 1 – Resultado primário e serviço da dívida como % da RCL entre 1970 a 1987



Fonte: Balanços do estado (2019).

Com o incentivo ao crédito externo e com a possibilidade de emitirem títulos de dívida pública, os estados da Federação entraram na década de 1980 em profunda crise fiscal. O segundo choque do petróleo (1979) acelerou ainda mais a inflação no final da década de 1970 e precipitou o aumento dos juros internacionais no início dos anos 1980. Esse contexto revelou os riscos da estratégia de endividamento, com base em recursos externos, o que acentuou ainda mais a desestabilização das finanças públicas da União e dos estados (LOPREATO, 2002). Iniciava, a partir de então, um período de intensificação e de conflitos nas relações com o governo federal para obter novos créditos e rolar as dívidas. Também havia a expectativa de que fosse revista a repartição da receita tributária total e que fosse conferida mais liberdade aos entes subnacionais, na definição de suas próprias políticas tributárias.

<sup>6</sup> Desvalorização cambial, elevação dos juros internos, redução dos preços dos bens públicos.

A partir de 1982, os fluxos financeiros globais entraram em colapso e houve uma interrupção abrupta na contração de crédito externo. A única alternativa do setor público nacional era buscar a expansão do mercado interno de crédito e da dívida mobiliária, pois não se reduziram as necessidades de financiamento, ao contrário, elas se tornaram ainda maiores. O endividamento público cresceu ainda mais com as desvalorizações da taxa de câmbio, que elevaram a dívida externa, que exigia um endividamento interno crescente. Ficou evidente a grande fragilidade financeira do setor público, que refletia num desarranjo institucional e numa crise de financiamento geral do setor público nacional (LEAL, 1990). Colapsou o modelo de desenvolvimento baseado no financiamento externo, razão pela qual o estado buscou mecanismos internos para se financiar, em especial, via oferta de títulos de dívida mobiliária.

É neste contexto que, em 1988, é promulgada a nova Carta Magna e com ela o Pacto Federativo (ou Federalismo Fiscal). A partir da CF/88, os arts. 145 a 162 definiram as novas competências tributárias e os encargos pelos quais cada ente da Federação ficaria responsável (arts. 21 a 32). O quadro de centralização dos recursos tributários determinados na reforma implementada com o PAEG sofreu mudanças, o que conferiu um pouco mais de liberdade aos governos estaduais. As bases do Pacto Federativo foram reconstituídas em torno de três pilares, a saber: i) criação de novos impostos e aumento da carga tributária; ii) controle federal sobre os recursos financeiros, que favoreceu a concessão de crédito ao setor público e privado; iii) o papel das empresas estatais na articulação com os estados, estabelecendo outra via nas relações entre as esferas de governo ao promoverem recursos para investimentos.

Segundo Lopreato (2000), a totalidade dos recursos formavam o alicerce do Pacto Federativo. Tais recursos eram originários do Tesouro, de bancos públicos, de empresas, órgãos e agências oficiais federais, bem como de subsídios e incentivos fiscais. Esta institucionalidade – em que a União desempenha papel central – era a sustentação do Pacto Federativo e garantia a transferência de fundos públicos entre regiões de condições econômicas diferenciadas. Entretanto, a crise que permeou toda a economia brasileira, durante os anos 1980, significou o desmoronamento dos pilares do Pacto Federativo e um aprofundamento da crise fiscal dos estados.

Dentre as soluções vislumbradas, no final dos anos 1980, estava a captação de recursos junto a organismos internacionais (FMI e BIRD). Os acordos com o FMI para captação de recursos na década de 1980 vinham associados a políticas recessivas, que impunham grandes custos sociais aos países que as adotavam. Os programas do FMI requeriam o corte de gastos, a desvalorização da moeda e a elevação da taxa de juros, com o fito de promover um ajuste do balanço de pagamentos, sem, contudo, resolver os problemas estruturais da economia do país signatário (BERTI, 1999).

No final dos anos 1990, a situação fiscal havia se agravado em decorrência da excessiva exposição dos passivos estaduais, de modo que a União foi induzida a federalizar, pelo prazo de trinta anos, as dívidas dos estados e dos maiores municípios. Foi uma operação estimada, à época, em R\$ 132 bilhões, que visava a conter o aumento constante dos passivos estaduais, que poderiam colocar em risco a estabilidade da economia (SOUZA, 2015). Sozinho, o Rio Grande do Sul ficou com 9,3% do total renegociado por todos os estados com a União (DOS SANTOS *et al.*, 2014).

Na renegociação de 1998, a dívida do RS com a União foi refinaciada em 360 prestações mensais e consecutivas, ficando o pagamento limitado a 13% da Receita Líquida Real anual do estado (RLR).<sup>7</sup> O valor da prestação que excedesse a este patamar (resíduo), seria acumulado para pagamento, quando o serviço da dívida refinanciada fosse inferior ao limite estabelecido de 13% da RCL. O saldo residual existente, no final do contrato seria financiado em outras 120 prestações mensais e consecutivas nos mesmos termos do contrato original, porém sem aplicar o limite de 13% da RLR.

O sistema para pagamento adotado gerou uma dívida intralimite (até o teto de 13% da RLR) e uma dívida extralimite (excedente aos 13% da RCL). Observa-se, no Quadro 1, que o resíduo – que constitui a dívida extralimite – cresceu substancialmente ao longo dos anos. Assim sendo, em 2008 foi realizado um acordo entre o estado gaúcho e o Banco Mundial, no qual este último refinanciou a dívida em bases mais favoráveis.

---

<sup>7</sup> A dívida foi renegociada por meio do sistema *Price* de amortização a uma taxa de juros de 6% ao ano e utilizando como indexador da dívida e das prestações o IGP-DI.

Quadro 1 – Serviço da dívida da administração direta por comprometimento da RLR  
(R\$ mil)

Ano	Intralimite		Extralimite		Total		RLR
	Valor	%	Valor	R	Valor	%	
1998	485.510	10,1	61.505	1,3	547.015	11,3	4.828.784
1999	575.258	10,9	175.197	3,3	750.455	14,2	5.298.274
2000	576.770	11,5	264.047	5,2	840.817	16,7	5.031.578
2001	735.658	12,8	232.403	4	968.061	16,8	5.766.195
2002	838.566	12,9	349.140	5,4	1.187.706	18,3	6.500.153
2003	993.081	13,1	428.765	5,6	1.421.846	18,7	7.592.145
2004	1.086.415	13,1	370.649	4,5	1.457.064	17,5	8.303.873
2005	1.172.337	13	538.731	6	1.711.068	19	8.985.857
2006	1.335.548	13,1	427.243	4,2	1.762.791	17,2	10.230.131
2007	1.415.297	12,9	412.612	3,8	1.827.909	16,6	10.985.245
2008	1.589.914	13	397.756	3,3	1.987.670	16,3	12.191.363
2009	1.786.628	13	321.459	2,3	2.108.087	15,4	13.728.122
2010	1.893.113	13	254.702	1,7	2.147.815	14,7	14.595.631
2011	2.258.843	13	202.985	1,2	2.461.828	14,2	17.355.696
2012	2.378.068	13	260.078	1,2	2.638.146	14,2	18.299.886

Fonte: Dos Santos *et al.* (2014, p. 99).

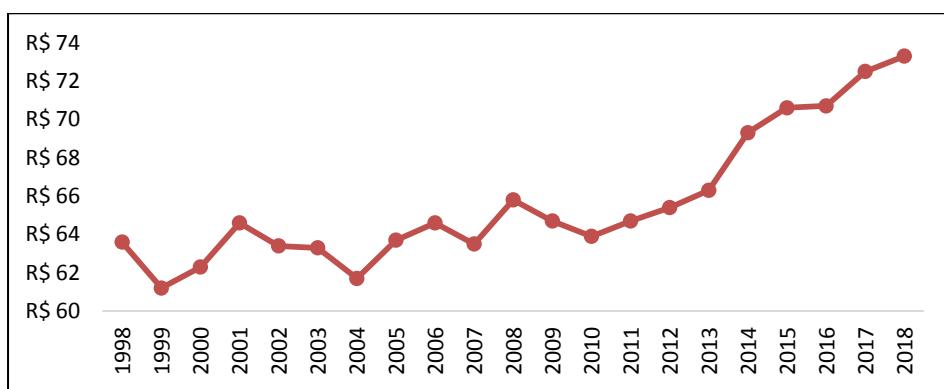
Contudo, mesmo com o acordo feito com o BIRD, havia uma condição de suficiência financeira no estado (MARQUES JUNIOR, 2015). Além disso, o período entre 2010 a 2014 é particularmente relevante, na medida em que se situa entre a crise financeira global e o início da crise econômica do Brasil. Ambas geraram e geram consequências para as finanças públicas nos entes federativos do País. Como resultado, em 2013, o quadro fiscal gaúcho era de uma insuficiência que representava R\$ 4,3 bilhões ou 16,6% da RCL. Em 2014, esse valor aumentou para R\$ 7,6 bilhões ou 27,5% da RCL. O agravamento da situação fiscal elevou o saldo da dívida líquida e o nível da dívida consolidada. O estoque da dívida consolidada aumentou de R\$ 44,4 bilhões (17,7% do PIB) no último mês de 2010 para R\$ 56,6 bilhões no 2º quadrimestre de 2014. Em menos de quatro anos, essas cifras aumentaram em R\$ 12,2 bilhões (MARQUES JUNIOR, 2015). Percebe-se, portanto, que o acordo com a União não foi suficiente para conter o crescimento da dívida: segundo a Secretaria da Fazenda do Estado, em 2016, o valor devido pelo estado gaúcho à União alcançou R\$ 66 bilhões.

Dentre os fatores que contribuíram para o crescimento da dívida, a partir do acordo de 1996, podem ser apontados os seguintes: a) a formação dos resíduos que derivam de outros cinco acordos firmados com a União entre 1989 e 1998; b) os resíduos, originados do não pagamento integral da dívida

intralimite, receberam juros (o que pode ser discutido juridicamente); c) a receita do Estado cresce a um ritmo menor, quando comparada a outros Estados da Federação; d) o acordo de 1998 foi firmado utilizando o IGP-DI como indexador. Entretanto, ao longo dos anos subsequentes, houve um descolamento do IGP-DI com o IPCA: entre 1998 a 2012 o IGP-DI cresceu 38,4% acima do índice oficial. Se o indexador utilizado no momento do acordo fosse o IPCA, a dívida do estado em 2011 seria de R\$ 5,4 bilhões e não dos R\$ 43,2 bilhões registrados naquele ano (DOS SANTOS *et al.*, 2014, p. 97).

É neste contexto que, em 2017, a União assumiu os débitos do estado em um novo acordo. Com isso, foi possível mudar o indexador (IPCA-A limitado pela SELIC), cortar juros (de 6% para 4%) e prolongar o prazo de quitação (para 2028), levando à revisão da soma devida. Entretanto, a dívida do estado segue crescendo, como mostra a Figura 2:

Figura 2 – Evolução da dívida (total) do RS entre 1998 a 2018



Fonte: Secretaria da Fazenda (2019).

Mercês e Freire (2017) salientam o caráter estrutural da crise fiscal dos estados. Segundo os autores, tal crise está relacionada com o alto comprometimento do orçamento com despesas de pessoal, em particular por conta do desequilíbrio previdenciário. Além disso, períodos de queda no PIB reduzem a arrecadação, geram ou aumentam os déficits fiscais e aumentam a relação Dívida/PIB. Ademais, a rigidez orçamentária e o pouco acesso ao mercado de crédito (e a proibição de emitir dívida mobiliária) levam os estados a “se financiarem” cada vez mais via postergação de despesas por meio dos resíduos, o que gera severos problemas de liquidez comprometendo a prestação

de serviços públicos essenciais. Por isso, muitos Entes Federativos estão próximos da insolvência, além de descumprirem os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). É neste contexto que se deve analisar a evolução da receita e da despesa do RS.

### **Evolução das receitas e despesas no RS**

Ao longo de duas décadas, a economia gaúcha cresceu abaixo da média nacional: enquanto o PIB nacional cresceu, entre 1995 a 2018, em média 2,37% ao ano; o PIB do RS cresceu em média de 0,37%. Neste período, o RS recebeu um conjunto significativo de investimentos privados e públicos, parte deles associados à formação do bloco regional do Mercosul; ainda assim, a economia do estado não teve uma trajetória econômica plenamente exitosa. Acredita-se que, em parte, esta tendência de baixo crescimento da economia gaúcha esteja associada a fatores endógenos, com destaque para crise fiscal do estado, que se aprofundou nos últimos anos (VERGOLINO, 2014).

No período entre 1995 a 2019, o RS passou por sete gestões<sup>8</sup> sem que jamais tenha ocorrido uma reeleição de governador, o que era possível desde a Emenda Constitucional n. 6 de 1997 (lei da reeleição). Uma das consequências desse fato histórico é que a cada governo, a seu turno, os déficits se acumularam, sem que houvesse preocupação com o futuro, como se cada resultado orçamentário negativo não deixasse consequências. Assim, ao longo dos últimos anos, houve sucessivos déficits primários, reproduzindo uma dívida crescente que resultou, no final de 2013, em uma dívida acima do limite de 200% da Receita Líquida Corrente<sup>9</sup> (RLC) (DOS SANTOS *et al.*, 2014).

No tocante às causas desses déficits, podem ser citados fatores tanto pelo lado das receitas como pelo lado das despesas. Pelo lado da receita, pode-se apontar a arrecadação insuficiente (em decorrência da reforma tributária de 1966) que está atrelada às desonerações fiscais concedidas pelo governo federal, além da pequena participação do RS no Fundo de Participação dos Estados (FPE).

---

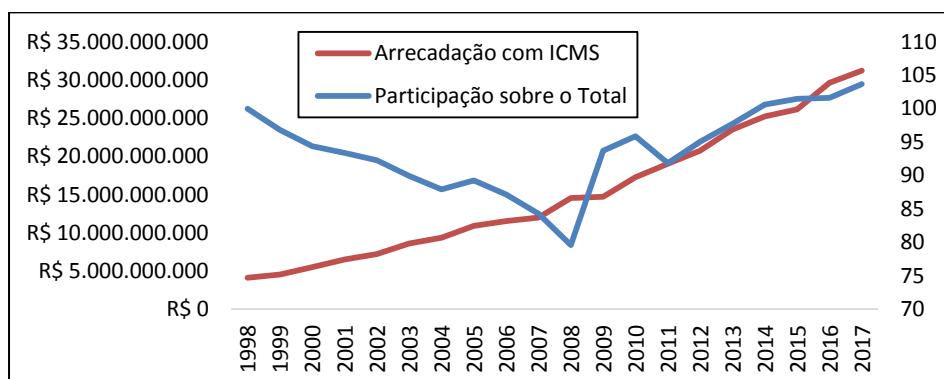
<sup>8</sup> Antonio Brito (1995 a 1998), Olívio Dutra (1999 a 2002), Germano Rigoto (2003 a 2006), Yeda Crusius (2007 a 2010), Tarso Genro (2011 a 2014), José Ivo Sartori (2015 a 2018) e Eduardo Leite (2019).

<sup>9</sup> A RCL é a parte da receita corrente que, efetivamente, pertence ao estado, depois de deduzidas as participações constitucionais aos municípios e as transferências ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB).

Pelo lado da despesa, pode-se apontar uma irresponsabilidade do próprio estado, que não adequou as despesas às disponibilidades de recursos, principalmente no gasto com pessoal – geralmente superior aos 65% da RCL – e aos investimentos realizados ao longo desses anos a descoberto.

A receita do RS – que tem o ICMS como principal tributo atrelado à geração de receita – vem crescendo em termos absolutos, mas decresce em termos relativos, quando comparada ao total arrecadado pelos estados da Federação (Figura 3). De acordo com o Atlas Socioeconômico (2016), o Rio Grande do Sul está entre os estados que têm as maiores arrecadações nominais do ICMS no País. É o quarto estado que mais arrecada, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entretanto, o crescimento da arrecadação do RS, entre 1998 a 2014, o coloca na posição de número 25 diante dos 27 estados da federação.<sup>10</sup> Ou seja, a arrecadação é elevada, mas cresce a taxas menores do que a de outros estados (DOS SANTOS *et al.*, 2014).

Figura 3 – Arrecadação com ICMS e participação da receita do estado na receita total dos entes da Federação entre 1998 a 2017 (1988=100 – Eixo à esquerda)



Fonte: Ipeadata (2019).

Com a estrutura tributária implementada com o PAEG, todos os estados perceberam uma queda de receita quando comparada com a receita gerada pela União. Em 1960, o percentual da carga tributária total do País sobre o PIB era de

<sup>10</sup> Picollootto (2016) comparou os planos dos governadores eleitos no Rio Grande do Sul e constatou que todos prometeram medidas para aumentar a arrecadação tributária, para financiar os gastos públicos, mas sem admitir a elevação das alíquotas do ICMS. No âmbito do discurso, apostava-se na queda das desonerações fiscais, no ataque à sonegação fiscal, na melhoria da fiscalização, na simplificação do arcabouço tributário, na modernização dos processos tributários e no aperfeiçoamento da cobrança da dívida ativa.

17,4%. Já em 2012, a carga tributária alcançou os 37,13%. Os estados, por sua vez, perceberam uma queda de participação na carga tributária total: de 34% para 24,6% no mesmo período<sup>11</sup> (DOS SANTOS *et al.*, 2014, p. 157).

No estado gaúcho, esse baixo crescimento das receitas, dentro do cenário nacional é, também, resultado da Lei Kandir.<sup>12</sup> Em 1996, o deputado Antônio Kandir apresentou a Lei Complementar n. 87, que desobrigou a cobrança de ICMS dos produtos primários e semielaborados. Com a referida lei, o estado deixou de receber R\$ 23 bilhões entre 1996 a 2013, uma média de cerca de R\$ 2,3 bilhões por ano.<sup>13</sup> A bem da verdade, a União se comprometeria a compensar essas perdas. Entretanto, o percentual de compensação do período total chegou a pouco mais de um quinto das perdas brutas registradas pela lei (21,4%). Somente em 2014, as perdas brutas foram de R\$ 3,3 bilhões, enquanto o valor compensado foi de R\$ 346 milhões, resultando em uma perda líquida de R\$ 3 bilhões. Em resumo, no ano de 2014, menos de 1/10 foi resarcido.

Por fim, no que se refere à geração de receitas, deve-se analisar a fatia destinada ao RS pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE). É importante salientar que o FPE é um instrumento de distribuição de recursos que têm, como finalidade, desenvolver as regiões mais desfavorecidas do País. O FPE é formado por 21,5% do produto da arrecadação do Imposto de Renda, ficando o restante a cargo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se deixarmos de lado a função social do FPE, observaremos que a distribuição dos recursos é um fator que contribui para que haja insuficiente arrecadação no RS. Ao analisar os índices de participação na arrecadação dos tributos-base, com o índice de participação no FPE de cada estado, é possível observar que há uma enorme discrepância entre os estados que contribuem para o fundo e o que dele recebem. Enquanto o Estado do Acre, por exemplo, contribui com 0,05% na

---

<sup>11</sup> Os municípios foram os entes da Federação que obtiveram os maiores ganhos ao longo dos últimos anos: passaram dos 6,6% para 18,5% entre 1960 a 2012.

<sup>12</sup> Lei Complementar n. 87/1996 isentou do ICMS os produtos primários e os semielaborados.

<sup>13</sup> Até 1996, a exportação de uma série de produtos semielaborados e de todos os produtos primários era tributada pelo ICMS, o que reduzia a competitividade internacional dos produtos nacionais. Soares (2007) lembra que a balança comercial brasileira se tornou deficitária, após a implementação do Plano Real. O superávit comercial de US\$10,4 bilhões, registrado em 1994, transformou-se em déficits de U\$3,4 bilhões e US\$5,6 bilhões em 1995 e 1996, respectivamente. Cumpre notar que o câmbio se manteve em um patamar sobrevalorizado após o lançamento do Plano Real, o que, por si só, reduzia a competitividade dos produtos nacionais.

arrecadação do FPE, mas dele recebe 3,42% (relação 66,9 vezes maior); o RS, por sua vez, contribui com 4,71% do FPE, mas dele recebe apenas 0,5% do montante arrecadado (relação 9,42 vezes menor) (DOS SANTOS *et al.*, 2014).

Se pelo lado da receita houve um crescimento insuficiente de recursos – inclusive com queda relativa de arrecadação quando comparada a de outros estados da Federação; pelo lado da despesa, a situação também não contribuiu para que houvesse um equacionamento da situação fiscal. As despesas do estado se dividem entre despesas obrigatórias (ou vinculadas) e despesas não decorrentes de vinculação. Dentre as despesas automáticas, constam as transferências constitucionais para os municípios, os recursos destinados ao Fundeb<sup>14</sup> e o pagamento da dívida com a União. Somente em 2013, as despesas obrigatórias somaram 61,3% da RCL. Restaram, portanto, em 2013, 38,7% da RCL para as despesas não vinculadas do Estado.

Dentre as despesas não vinculadas do RS, a despesa com pessoal representa o principal componente. Ademais, essa rubrica tende a se ampliar em função da reposição dos servidores que inativam e aos pensionistas, além dos ganhos salariais aos quais os servidores têm direito ao longo da carreira.

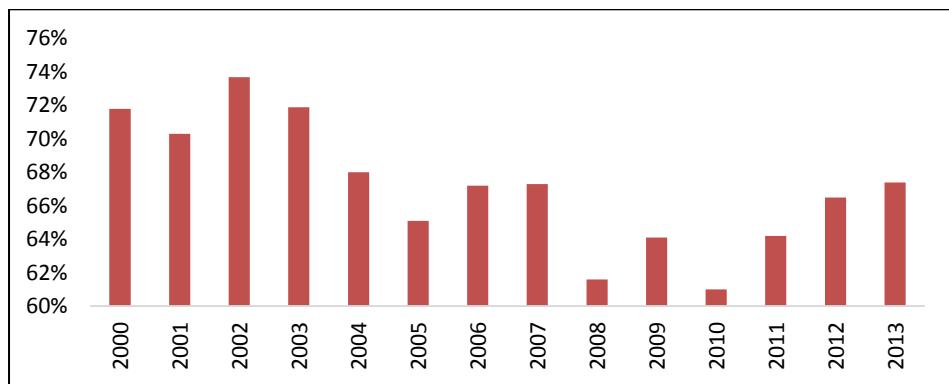
A Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) definiu regras para o controle ao endividamento para todas as esferas do Poder Público, com o objetivo de garantir uma política fiscal sustentável intertemporalmente para a União, os estados e municípios. Estabeleceu regras padronizadas de ajuste fiscal, limitando as despesas com pessoal, dificultando a realização de investimentos públicos e restringindo a geração de novas despesas de custeio (GENTIL, 2006). De acordo com o art. 18 da LRF, entende-se como sendo a despesa total com pessoal, o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas (PACHECO, 2015). Determina um limite de despesa com gastos de pessoal, na esfera estadual e municipal, de 60% da RCL. Entretanto, o RS vem sendo forçado a descumprir as regras impostas pela referida lei: entre o ano 2000 a 2013, não houve um ano sequer em que a despesa com pessoal e encargos sociais no RS fosse inferior aos 60% da RCL (Figura 4).

---

<sup>14</sup> Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

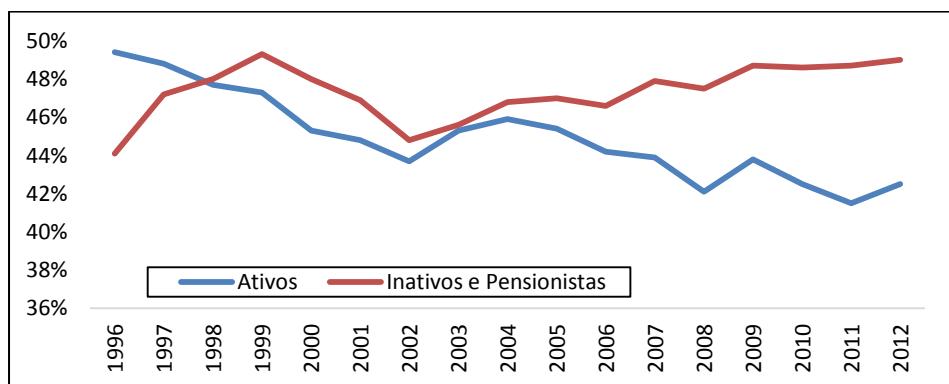
Figura 4 – Despesa com pessoal e encargos sociais (% da RCL) no RS entre 1990 a 2013



Fonte: SEFAZ (2019).

Um fator agravante desse quadro é que parte expressiva dos servidores gaúchos está lotada nas áreas de educação, saúde e segurança. Estas são atividades que sempre impõem pressão ao estado, para que ocorram novas contratações. Entretanto, o crescimento da despesa com servidores inativos obriga (Figura 5) o estado a reduzir o número de servidores ativos – comprometendo os serviços públicos – para, assim, diminuir o ritmo de crescimento da folha de pagamento. Essa política de contensão das despesas com servidores resultou, em 2016, em um número de servidores inativos superior ao número dos ativos. Entretanto, o resultado fiscal dessa política de diminuição de servidores ativos esbarra no crescente aumento do gasto do estado com a previdência social: enquanto, em 2004, o gasto do estado com a previdência foi de R\$ 2,3 bilhões; em 2015, o montante ficou acima dos R\$ 15 bilhões.

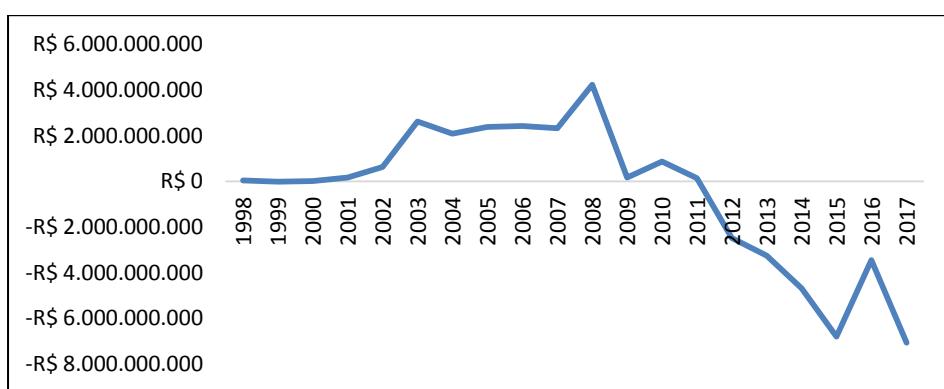
Figura 5 – Composição da despesa com pessoal (%) entre 1996 a 2012



Fonte: TCE/RS (2019).

Tomando o ano de 2013 como exemplo, cumpridas as despesas vinculadas e as despesas não vinculadas, houve um déficit fiscal em torno de 12% da RCL, o que obrigou o governo a optar por quais obrigações deveriam ser sustentadas. Ou seja, o resultado do crescimento insuficiente de receita com um crescimento expressivo da despesa contribui para que os déficits ocorram sistematicamente ao longo dos anos, resultando em um aumento exponencial da dívida pública como fica evidente através da Figura 6.

Figura 6 – Déficit público do RS entre 1998 a 2017 (R\$)



Fonte: Ipeadata (2019).

Segundo Barros (2018), os estados enfrentam uma limitada capacidade de resposta aos desafios econômicos e à mudança no perfil demográfico do país (com o envelhecimento populacional), o que amplia o problema. O autor entende como limitada a efetividade das diversas medidas anunciadas como mecanismo de tentar equacionar a crise fiscal estadual, as quais estão concentradas, em sua maioria, na busca por receitas extraordinárias e na concessão de descontos no estoque e fluxo dos encargos que incidem sobre a dívida. O autor advoga que é fundamental solucionar o problema estrutural do desequilíbrio, por meio de medidas que atuem sobre a trajetória do gasto público estadual propriamente dita.

Segundo publicação do Tesouro Nacional, o equilíbrio fiscal das contas públicas de uma Federação não se resume à União e deve ser conformado em todos os níveis: o municipal, o estadual e o federal. Entretanto, o desempenho fiscal dos estados brasileiros indica uma forte deterioração de resultados primários dos governos regionais. O conjunto das despesas orçamentárias

estaduais tem sido estruturalmente superior ao das receitas, evidenciando a deterioração fiscal desses entes (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, houve um crescimento significativo na contratação de operações de crédito, entre 2009 e 2014, que adicionaram cerca de R\$ 236,7 bilhões às receitas de estados e municípios. Contudo, eles atuaram como mecanismo adicional de postergação do ajuste, tendo em vista que permitiram uma melhora temporária no fluxo de caixa desses entes. Todavia, essa solução teria se apresentado como um problema, visto que a melhora temporária no fluxo de caixa trouxe, muito rapidamente, o aumento no serviço das dívidas, deteriorando, novamente, as finanças estaduais (BRASIL, 2018).

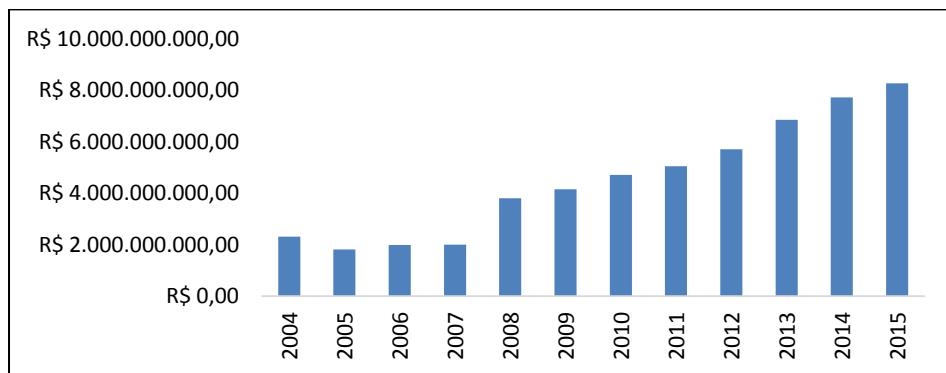
## **Panorama dos serviços públicos no RS**

A crise fiscal enfrentada pelo RS tem apresentado reflexos na qualidade dos serviços públicos de competência estadual. Nesta seção, serão analisados três setores essenciais que são, ao menos em parte, responsabilidade do estado: educação, saúde e segurança. Historicamente, o Rio Grande do Sul foi um estado que serviu de referência em educação no País. Um dos fatores que contribuíram para um bom nível educacional do estado está associado à Constituição Estadual, que determina que 35% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) devem ser investidos nesta rubrica (enquanto a Constituição Federal determina um montante de 25%).

De fato, observa-se na Figura 7 uma ascensão nos dispêndios do período de 2008 a 2015. Entretanto, em termos reais, o valor investido em educação pouco alterou: seria o equivalente a 21% da receita de impostos em 2008 e 23% em 2015. Permite concluir que não houve grandes investimento em educação, mas apenas a manutenção do gasto. Além disso, ocorre que grande parte destes recursos são destinados a servidores inativos (DOS SANTOS *et al.*, 2014). Se tomarmos, por exemplo, a folha de pagamento da Educação do mês de dezembro de 2012, 54,3% é relativo a inativos. Considerando que 90% da despesa da Secretaria da Educação é com pessoal, aplicando-se a alíquota Constitucional de 35%, seria destinado a pessoal 31,5% da RLIT. Como a despesa com inativos participa com 17,1% dessa receita, apenas 17,9% estaria sendo

destinado à Educação. Este índice está muito abaixo dos 25% estabelecidos pela Constituição Federal.

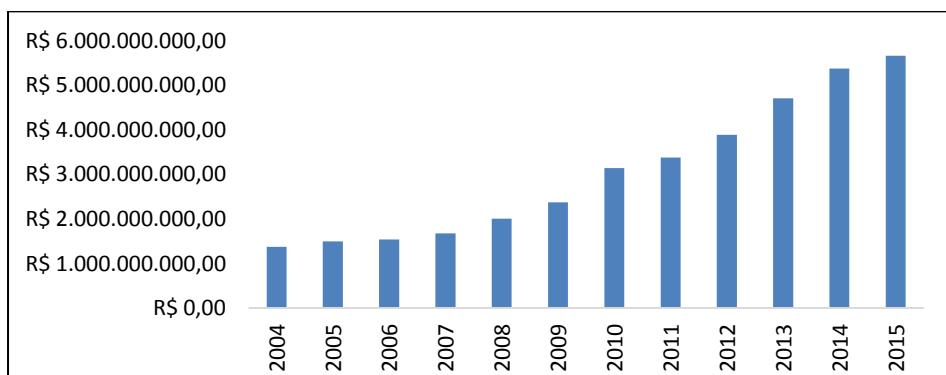
Figura 7 – Despesa corrente com educação no RS entre 2004 a 2015 (valores nominais)



Fonte: MAPA/RS (2019).

A situação na Saúde não é diferente da Educação. A Constituição Federal determina que 12% da RLIT sejam aplicados em saúde. Entretanto, segundo o Tribunal de Contas do Estado, esse percentual jamais superou os 10% da RLIT. Constatase que o percentual constitucional não vem sendo cumprido, embora o gasto com saúde tenha aumentado cerca de 75% entre 2001 a 2015 (Figura 8). O resultado desse quadro de recursos abaixo do determinado constitucionalmente é alarmante e afeta todos os serviços de saúde, em seus diferentes graus de complexidade e naturezas.

Figura 8 – Despesa corrente com saúde no RS entre 2004 a 2015 (valores nominais)

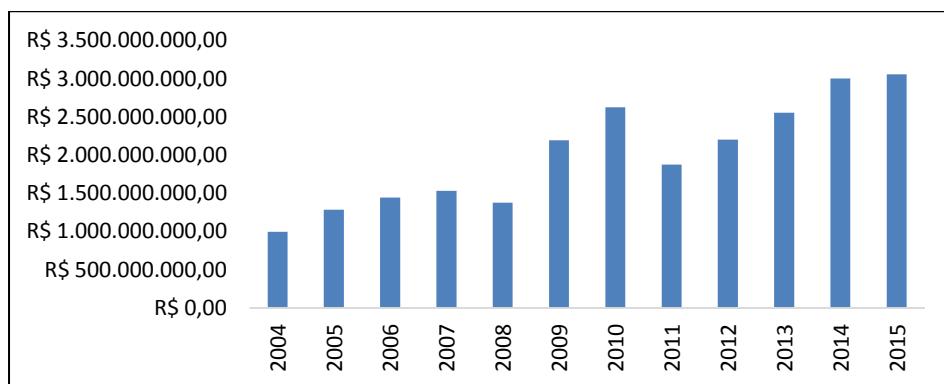


Fonte: MAPA/RS (2019).

Conforme se observa na Figura 9, o gasto com segurança pública realizado pelo estado igualmente cresceu ao longo dos últimos anos. A despesa com

segurança pública engloba desde a conservação, a aquisição e manutenção das viaturas e a renovação de materiais bélicos (exemplo: coletes a prova de balas, armamentos de grande porte) até as despesas operacionais com os policiais civis e militares e delegacias, entre outros.

Figura 9 – Despesa corrente com segurança pública no RS entre 2004 a 2015 (valores correntes)



Fonte: MAPA/RS (2019).

Entretanto, o avanço da despesa do estado com Segurança Pública não foi o suficiente para conter o crescimento da criminalidade no RS. Obviamente, o aumento da criminalidade está ligado à crise pela qual o País atravessa, impondo dificuldades não só ao RS, mas a todos os entes da Federação. A crise, atrelada a investimentos insuficientes, resultou em um quadro de avanço da criminalidade do RS. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública, em 2008, por exemplo, foram registrados 13.888 furtos de veículos e 1.720 homicídios dolosos no RS. Em 2018, esses números saltaram para 14.445 e 2.326, respectivamente. Ou seja, houve crescimento de furtos de veículos e de homicídios dolosos da ordem de 4,01% e 35,2%, respectivamente (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

## **Considerações finais**

O presente estudo teve o intuito de analisar a situação fiscal do RS nos últimos anos. Certamente, há um grande espaço para aprofundar a análise, de modo que não se almejava, aqui, esgotar o tema. Observou-se que o RS é um estado com grandes dificuldades financeiras. Embora tenha havido crescimento

das receitas ao longo dos últimos anos, estas são insuficientes para cumprir todas as obrigações assumidas. Além disso, um crescimento suficiente das receitas – a fim de amenizar a questão fiscal – parece, ao menos no curto prazo, improvável. As dificuldades para incrementar as receitas esbarram na crise pela qual o País atravessou (2015 e 2016) e que ainda geram efeitos adversos na economia nacional e, consequentemente, regional. As dificuldades em termos fiscais não se limitam ao estado gaúcho, mas são percebidas em outros estados (Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo).

Pelo lado da despesa, a situação das finanças gaúchas também é delicada e se aprofunda ano após ano. O contingente de recursos destinados a obrigações vinculadas acaba criando um cobertor curto para a execução de despesas não vinculadas. Isto é, há obrigações vinculadas que dificultam a execução de políticas públicas (educação, saúde e segurança) determinadas constitucionalmente. Além disso, o gasto com servidores (ativos, inativos e pensionistas) é preponderante e apresenta crescimento das despesas no RS. Consequentemente, o resultado desse quadro fiscal se reflete na precariedade dos serviços públicos: observa-se um aumento dos índices de criminalidade e a precariedade do atendimento em Saúde à população.

Sendo assim, é preciso considerar que o equacionamento das questões fiscais dos estados deve levar em consideração a possibilidade de se expandirem as receitas fiscais. Dentre as possibilidades para ampliar a receita do estado, se coloca a tributação sobre riqueza como alternativa de equacionar parcialmente os recorrentes déficits fiscais, em especial, sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Além disso, a inclusão de estados e municípios, na Reforma da Previdência de 2019 é necessária.

#### **Referências**

- ATLAS SOCIOECONOMICO RS. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/pib-total>. Acesso em: ago. 2019.
- BARROS, G. L. **Observatório das finanças públicas estaduais**. Estudo Especial. Instituto Fiscal Independente, 2018.
- BERTI, S. F. **O brasil e o FMI nas décadas de 80 e 90:** uma síntese das negociações. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia Campinas, São Paulo, 1999.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2010.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- BRASIL. **Exposição da União à Insolvência dos Entes Subnacionais.** Texto para Discussão. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Disponível em: <https://bit.ly/2TtwELe>. Acesso em: ago. 2019.
- DOS SANTOS, D. F. C. et al. **O Rio Grande tem saída?** Porto Alegre: Ed. AGE, 2014.
- GENTIL, D. L. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira:** análise financeira do período 1990–2005. Rio de Janeiro, RJ. 2006.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO, R. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2005.
- IPEA. **Ipeadata:** base de dados macroeconômicos. 2019. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 3 ago. 2019.
- LEAL, S. M. R. Fragilidade financeira do setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 3, p. 89-114, 1990.
- LOPREATO, F. L. C. O endividamento dos governos estaduais nos anos 90. **Economia e Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 117-158, 2000.
- LOPREATO, F. L. C. **O colapso das finanças estaduais e a crise da federação.** Unesp, 2002.
- MARQUES JUNIOR, L. S.. A consolidação fiscal do Estado do Rio Grande do Sul é necessária? **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 4, p. 85-98, 2015.
- MERCÊS, G.; FREIRE, N. Crise fiscal dos estados e o caso do Rio de Janeiro. **Geo Uerj**, n. 31, p. 64-80, 2017.
- PACHECO, E. S. **Uma análise comparativa do custo efetivo total da mão de obra terceirizada contratada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul versus o custo estimado no mercado de trabalho geral.** 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- PICOLOTTO, V. C. **Política fiscal e endividamento público em um contexto de estado subnacional:** uma perspectiva pós-keynesiana para o Rio Grande do Sul no período 1995-2014. 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2016.
- RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Segurança Pública.** Base de dados anual de 2019. 2019. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- SEFAZ. **Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.** 2015. Disponível em: [www.sefaz.rs.gov.br/Site/index.aspx?](http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/index.aspx?) Acesso em: 20 ago. 2015.
- SOUZA, M. T. **Consultoria legislativa:** aspectos fiscais do pacto federativo. Brasília, DF, Brasil, 2015.
- TCE-RS. **Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.** 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- VERGOLINO, J. R. Federalismo e autonomia fiscal dos governos estaduais no brasil: notas sobre o período recente (1990-2010). In: MONTEIRO NETO, A. **Governos estaduais no federalismo brasileiro:** capacidades e limitações governativas em debate. Brasília: IPEA, 2014.

# 23

## Salário no setor turístico em 2016: uma abordagem econométrica para o Estado do Espírito Santo

Lázaro Cezar Dias<sup>1</sup>

Clailton Ataídes de Freitas<sup>2</sup>

Évilly Carine Dias Bezerra<sup>3</sup>

Priscila Soares dos Santos<sup>4</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca analisar o efeito da educação, da experiência e da idade no salário de trabalhadores formais, no setor de turismo para o Estado do Espírito Santo. Possíveis disparidades salariais entre homens e mulheres e discriminação por raça/cor também são investigadas; para tal faz-se uso dos microdados da RAIS para o ano de 2016, presente na plataforma do Ministério do Trabalho. Os resultados obtidos através das regressões por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), MQO com correção robusta e Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis (MQGF), apresentaram coeficientes semelhantes, e em sua maioria foram estatisticamente significativos. *Ceteris paribus*, a partir das estimativas verificou-se que, em média, as mulheres recebem salários menores que os homens em trabalhos formais no turismo; porém, uma expressiva diferença salarial por raça/cor não foi verificada para a *cross-section* realizada.

**Palavras-chave:** Salário. Turismo. Espírito Santo.

### Introdução

Um dos principais insumos à produção das economias capitalistas, o trabalho é objeto de estudo de clássicos como Smith, Ricardo, Marx e de releituras neoclássicas e contemporâneas. Compreender a remuneração do trabalho na forma de salário faz-se então importante ferramenta para que eventualmente *policymakers* e empresários incentivem o aumento da produtividade, que tende a implicar em crescimento econômico, como

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/8498477387498732>. E-mail: lsr.cezar@gmail.com

<sup>2</sup> Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). <http://lattes.cnpq.br/6595942544054710>. E-mail: lcv589@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/2974687795526504>. E-mail: evillycarine@hotmail.com

<sup>4</sup> Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/0706773976924003> E-mail: pri.soaares@gmail.com

demonstrado por diversos autores ao longo do último século (SOLOW, 1956; BECKER, 1964; MINCER, 1984; LUCAS, 1988; ROMER, 1994; BECKER, 2009).

O Brasil tem enfrentado nos últimos anos eminentes dificuldades na geração de emprego e renda, com crescimento médio do PIB de -0,9 entre 2014-2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados recentes disponibilizados pelo mesmo instituto indicam que a taxa de desocupação no Brasil está em 12,7% da população (13,4 milhões). Ademais, a taxa de subutilização foi de 25,0% no trimestre encerrado em março de 2019, quando 4,8 milhões de pessoas encontram-se desalentadas. Na contramão desse período de recessão econômica, o grande setor de serviços tem mostrado nos últimos trimestres uma recuperação mais acelerada, quando comparado aos demais da economia (IBGE, 2019a). Componente desse setor, o turismo, particularmente no Estado do Espírito Santo, tem sido uma atividade de destaque (IBGE, 2019b),<sup>5</sup> além de ser estratégico para a geração de emprego e renda, conforme explicitado no Planejamento Estratégico de Turismo do Espírito Santo 2015-2018 (SETUR, 2018).

Mesmo com uma boa qualificação, as mulheres têm médias salariais inferiores as dos homens (IPEA, 2013). Ainda, no Brasil, surge algo chamado de segregação sexual horizontal (ARAÚJO, 2015), em que a preferência por profissionais do sexo feminino é maior para os cargos de médicas, enfermeiras, assistentes sociais, professoras. Tal fenômeno estimula a concorrência, mas também tende a diminuir a média dos salários. Paralelamente, estudos empíricos ao longo das últimas décadas apontam para uma inclusão de pretos e pardos no mercado de trabalho, mas o racismo estrutural é fenômeno que ainda permeia nosso cotidiano (DE PAULI; NAKABASHI; SAMPAIO, 2012; ARAÚJO, 2015; VALVERDE, 2016).

Objetiva-se através das estimativas oferecer indicadores que expliquem parcialmente a dinâmica da remuneração formal no setor turístico para a unidade da Federação já mencionada, além de investigar qualitativamente diferenças salariais entre homens e mulheres, e autodeclarados pretos/negros

<sup>5</sup> O Índice das Atividades Turísticas (IATUR) é divulgado em conjunto pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), pelo IBGE, para 12 unidades da Federação, a saber: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. A variação anual do indicador volume de atividade econômica para o Espírito Santo, na série 2014-2018, foi respectivamente: 2,99%; -7,98%; -7,55%; -3,64% e; 7,57%.

na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); e eventualmente estimular novas pesquisas e publicações correlatas, que possam oferecer à sociedade civil, aórgãos privados e públicos informações que viabilizem oportunidades em termos de inovação e geração de emprego e renda.

A escolha do ano de 2016 deu-se, principalmente, por ser o ano em que aconteceu no País dois eventos muito importantes para a economia brasileira, as Olimpíadas e Paralimpíadas, que, segundo o Observatório de Turismo de São Paulo, garantiram um acréscimo no turismo estrangeiro de 4,8% no Brasil. Aproximadamente, 6,6 milhões de turistas internacionais geraram aproximadamente 6,2 bilhões de dólares em receita cambial para o País, conforme dados do Banco Central do Brasil (2019), valor superior a 2015 em 6,2%.

Além desta seção introdutória, a segunda seção tem o objetivo de realizar uma revisão da literatura, no que tange ao mercado de trabalho formal e especificidades do turismo no Espírito Santo. A terceira seção dispõe a base de dados utilizada e a metodologia adotada, em seguida apresentam-se as regressões estimadas e discutem-se os principais resultados relevantes para este trabalho na quarta seção. A quinta e última seção precedente às referências, faz comentários gerais e aponta para eventuais desdobramentos desta pesquisa.

## **Emprego e renda no setor turístico brasileiro**

Como fenômeno social, cultural e econômico, o turismo é uma atividade geradora de emprego e renda, como apontado por Nogueira (1987), Lage e Milone (2001) e Casimiro-Filho (2002). O setor também abarca uma série de atividades em cadeia, como explicitado em Wien (1989), Casimiro-Filho (2002), Takasago *et al.* (2010), entre outros. Estudos econométricos como Rahaby (1988) e Lage (1988), de acordo com Santos (2016), investigaram o perfil da demanda turística internacional e o consumo do turismo no Brasil.<sup>6</sup>

A Organização Mundial do Turismo (OMT) salienta a importância da pesquisa sobre o tema na seguinte forma: “Tourism statistics are necessary for designing marketing strategies, strengthening inter-institutional relations,

---

<sup>6</sup> O Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938 dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional e a Lei 17.771/08 regulamenta a Política Nacional de Turismo no Brasil. O Ministério do Turismo é o órgão nacional responsável por fiscalizar e cumprir as leis nesse setor.

evaluating the efficiency and effectiveness of management decisions and measuring tourism throughout the national economy" (IRTS, 2008, p. 1).

A classificação nacional das atividades que compõem a indústria turística no Brasil segue as recomendações mundiais e foi traduzida pelo IBGE na forma da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). O emprego no turismo é medido pelo número de pessoas empregadas no conjunto de indústrias turísticas do mercado (IRTS, 2010). De acordo com Coelho e Sakowski (2015), as regiões concentradoras de renda e emprego tendem a abarcar também destinos turísticos com grande fluxo de visitantes. Em 2013, 49% do setor comportava informalmente os trabalhadores e o setor representava 2,2% do total ocupado na economia; dessa porcentagem, 51% estava no Sudeste, seguido pelo Nordeste (23%), Sul (13%), e nas regiões Norte (7%) e Centro-Oeste (7%). O mesmo estudo aponta em seus resultados grande rotatividade da mão de obra empregada, para além da alta taxa de informalidade. Com relação ao perfil dos ocupados, os resultados são semelhantes entre as unidades da Federação. Entretanto salienta-se a particularidade de algumas atividades como transporte marítimo e aéreo que são compostas por empregados graduados em sua maioria, diferentemente dos demais grupos:

Observa-se um nível de escolaridade maior no núcleo das ACTs em relação ao turismo e à economia, devido à influência da ACT transporte aéreo, que tem mais da metade dos ocupados com nível superior completo. Esta escolaridade certamente influencia na remuneração do núcleo das ACTs e da economia, que apresentam porcentagem maior de renda acima de dois salários mínimos (COELHO; SAKOWSKI, 2015, p. 16).

Santos (2016) reforça o papel do setor na diminuição das mazelas sociais, já que permite uma ampla margem para a criatividade e atividades informais em períodos sazonais.<sup>7</sup> A ampliação da capacidade geradora de renda de um local poderá ser investida em tecnologias físicas e sociais, e a médio e longo prazo trazer retornos em bem-estar a municípios e às áreas próximas através dos efeitos de transbordamento (SILVA, 2014; NOGUEIRA; ARRAES, 2015).

O setor no Espírito Santo é amplamente conhecido principalmente pelo turismo de sol e praia e de negócios, mas oferece diversas possibilidades ao longo de todo o ano, segundo o estudo de Hespanha *et al.* (2016), a saber:

---

<sup>7</sup> Economia criativa no Espírito Santo: painel de indicadores (IJSN; 2016).

festivais de cinema e de inverno, eventos nacionais e internacionais realizados na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), dentre outras opções de ecoturismo e *camping* nas regiões montanhosas do estado.

De acordo com o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (IPEA, 2019), dos ocupados formais do setor turístico no Espírito Santo, em 2016, 79,9% receberam até dois salários-mínimos (SMs), 14,0% entre 2,01 e 3,0 SMs; 5,7% entre 3,01 e 5,0 SMs; e 1,4%, 5,01 SMs ou mais; dados que apontam para uma remuneração média majoritariamente baixa no setor. O mesmo extrator de dados também indica que 32,2% estão no emprego há menos de 12 meses, 18,0% entre 12 e 24 meses, 28,7% entre 24 e 60 meses e 21,1% há mais de 60 meses empregado, o que confirma a alta rotatividade do setor apresentada na literatura consultada; 17,5% dos empregados têm até 24 anos, 66,7% de 25 a 49 anos e 15,9% 50 anos ou mais. A maior parcela dos empregados tem Ensino Médio e Superior incompleto (67,4%); 4,9% estudaram até o 5º ano, 22,9% estudaram entre 6 e 9 anos, e a parcela com Ensino Superior completo corresponde a 4,8% do total; 52,9% eram homens e 47,1%, mulheres.

O turismo surge, então, em períodos recessivos e de crise, como uma importante atividade nas economias em desenvolvimento. Especificamente tratando-se do Estado do Espírito Santo, os dados e as referências previamente apresentadas demonstram que o investimento no setor tem sido estratégico e garantidos altos desempenhos comparativamente a outras unidades da Federação (IBGE, 2019b).

## **Questões raciais e de gênero no mercado de trabalho**

O Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) ao longo das últimas décadas têm recorrentemente discutido a inserção da mulher no mercado de trabalho mundial, embasados na ideia de que a subutilização dessa mão de obra gera uma perda de eficiência de mercado e de bem-estar das famílias, reforçando a produção e o debate de políticas públicas que possibilitem que as plenas capacidades dos homens e das mulheres sejam utilizadas.<sup>8</sup> As

---

<sup>8</sup> Para combater as desigualdades, a Constituição de 1988, em seu art. 7º reforça a igualdade de salários entre gêneros, porém faz-se necessários mecanismos que ajustem os salários para que, de fato, se igualem no mercado, pois as discrepâncias em pleno século XXI são ainda grandes.

questões raciais também aparecem no debate acadêmico e público, conforme mencionado por Silvério no trecho:

No Brasil, no entanto, existiu e existe uma tentativa de negar a importância da raça como fator gerador de desigualdades sociais por uma parcela significativa dos setores dominantes. Só muito recentemente vozes dissonantes têm chamado a atenção sobre a singularidade de nossas relações raciais (SILVÉRIO, 2002, p. 223).

Resultados do IPEA (2013) mostram que a porcentagem da participação, no mercado de trabalho, das mulheres com idade entre 15 e 59 anos aumentou de 52,5%, em 1992, para 61% em 2012. Contudo, ainda existem significativas desigualdades no que tange às diferenças salariais entre homens e mulheres (ABRAMO, 2007; OLIVEIRA; RIOS-NETO, 2006). Ademais, por muito tempo o homem foi visto como figura paternalista, responsável pela renda da família e trabalho, enquanto a mulher era vista na sociedade com inferioridade. Historicamente, em conjunto com outros fatores, como, por exemplo, questões físicas, a mulher na sociedade e, principalmente, no mercado de trabalho sofre preconceito e discriminação (VALVERDE, 2016; DI PAULI; NAKABASHI; SAMPAIO, 2012). Segundo Araújo (2016), um dos motivos que explicam as diferenças salariais entre homens e mulheres é a dupla jornada que a mulher enfrenta antes ou depois do expediente de trabalho, ou seja, a mulher ainda é ligada à vida privada, ou ao cuidado do lar que acaba por reduzir parcialmente sua produtividade.

O estudo *Dossiê Mulheres Negras* sugere que, apesar dos avanços nas discussões, a mulher, em especial a mulher negra está, subalocada e/ou excluída de algumas cadeias produtivas.

[...] é possível perceber, ao longo da série histórica aqui acompanhada (1992-2012), uma redução na desigualdade: no início da série, as mulheres negras ganhavam cerca de 40% do que recebiam as brancas e, no final da série, chegaram a 51%. O mesmo se verifica para a população masculina, com os homens negros recebendo 44% do rendimento dos homens brancos, em 1995, e 52%, em 2009 (IPEA, 2013, p. 19).

Cacciamali e Hirata (2005) associam parte dessas disparidades à herança escravocrata dos tempos coloniais.

As desigualdades sociais e de renda entre brancos e negros podem ser interpretadas de duas maneiras, conforme as sínteses realizadas por Lovell (1992) e Wood e Carvalho (1994). A primeira nos remete à herança escravocrata que ainda permeia as relações sociais no Brasil, redundando em um tratamento inferior para os negros e pardos e consolidando a sua participação nos estratos inferiores da sociedade. A segunda interpretação considera que a discriminação na nossa sociedade se baseia em um preconceito negativo com relação aos mais pobres ao invés de raça. Considerando que a maioria dos pobres é parda e negra, somos levados a confundir a discriminação contra os pobres com discriminação racial. Assim, à medida que negros e pardos ascendam para estratos de renda superiores deixarão de ser discriminados (CACCIAMALI; HIRATA, 2005, p. 770).

Muñoz-Bullón (2008) em estudo realizado para o setor turístico na Espanha aponta para uma média salarial de aproximadamente 6,7% menor entre as mulheres, além de indicar a baixa escolaridade do empregado médio. Thrane (2010) demonstra, através de regressões múltiplas, que o retorno salarial no turismo tende a ser crescente à medida que os trabalhadores invistam em escolaridade. Efeitos da variável escolaridade ao cubo são analisados em Asadullah (2009). Através dos microdados da PNAD/IBGE (2004), o estudo de Coelho, Vesztég e Soares (2010) também aponta para uma assimetria salarial entre homens e mulheres,<sup>9</sup> para além da discriminação racial entre grupos étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas).

## **Metodologia**

Esta seção está subdividida em três partes. Na primeira, são apresentados os dados empregados no presente estudo e suas fontes de obtenção, e a segunda apresenta a forma como foi construído o modelo analítico. Em um terceiro momento, estão sinalizados os testes realizados e inferências preliminares obtidas.

---

<sup>9</sup> Ver Giuberti e Menezes-Filho (2005); Coelho, Versteg e Soares (2010); e Teixeira e Menezes-Filho (2012).

## Fonte de dados

A base de dados utilizada foi obtida através dos microdados RAIS<sup>10</sup> (2016) do Espírito Santo, que contava inicialmente com 1.322.032 observações dos empregados nos setores público e privado (celetistas e estatutários, regidos pelo Decreto n. 76.900, de 23 de dezembro de 1975). O tratamento dos dados selecionou 59.324 observações abarcadas nas atividades características do turismo (ACTs), conforme Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0),<sup>11</sup> realizada pelo IBGE em consonância ao da *International Recommendation for Tourism Statistics* (IRTS) da OMT.

## O modelo econométrico

Tratando-se de uma regressão múltipla com dados em *cross-section*, o presente estudo faz uso da equação minceriana de estimação salarial do tradicional método de Mínimos Quadrados Ordinários. O Modelo é especificado como:

$$Y = X\beta + u_i \quad (1)$$

Em que:

- $Y$  = vetor de resultados da regressão;
- $\beta$  = vetor dos coeficientes da regressão;
- $X$  = matriz das variáveis explicativas;
- $u_i$  = vetor do erro estocástico.

A regressão obtida por Mínimos Quadrados Ordinários necessita assumir algumas suposições a saber: (i) o modelo foi bem especificado; (ii) os erros devem possuir média condicional igual a zero; (iii) homocedasticidade, que implica que a variância dos resíduos é constante e igual a  $\sigma^2$ ,  $\{[var(u_i)] = \sigma^2\}$ ; (iv)

---

<sup>10</sup> Para mais informações sobre a RAIS, acesse o Manual de Orientação da Rais, presente no site do Ministério do Trabalho (MT), conforme endereço eletrônico:  
[http://www.rais.gov.br/sitio/rais\\_ftp/ManualRAIS2018.pdf](http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2018.pdf).

<sup>11</sup> A lista completa das subclasses utilizadas neste trabalho está disponível no site Dados e Fatos do Ministério do Turismo, conforme endereço eletrônico  
<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>.

os erros não devem estar correlacionados<sup>12</sup> e devem assumir distribuição Normal (WOOLDRIDGE, 2003).

A equação original em Mincer (1984) utiliza escolaridade, experiência e o quadrado da experiência para explicar o logaritmo natural de salário hora.<sup>13</sup> Outras formas funcionais foram desenvolvidas com o passar dos anos, adaptando-se às realidades geográficas e de bases de dados disponíveis a cada localidade. Neste estudo, utilizar-se-á uma versão estendida que inclui a variável idade e idade ao quadrado, conforme proposto por Menezes e Azzoni (2006), a escolaridade ao cubo, para além das *dummies* mulher, preto,<sup>14</sup> e mulher preta.

$$\begin{aligned} \ln Y_{\text{sal}(hora)} = & \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 \text{escolaridade} + \hat{\beta}_2 \text{idade} + \hat{\beta}_3 \text{experiência} \\ & + \hat{\beta}_4 \text{escolaridade}^2 + \hat{\beta}_5 \text{idade}^2 + \hat{\beta}_6 \text{experiência}^2 \\ & + \hat{\beta}_7 \text{escolaridade}^3 + \hat{\beta}_8 \text{mulher} + \hat{\beta}_9 \text{preto} \\ & + \hat{\beta}_{10} \text{mulher preta} + \hat{u}_t \end{aligned} \quad (2)$$

Em que:

$\ln Y_{\text{sal}(hora)}$  = a variável salário/hora foi obtida através do quociente entre o salário médio nominal obtido pelo empregado no ano de 2016 e as horas mensais a serem cumpridas pelo trabalhador.

$\hat{\beta}_j$  = coeficientes da regressão,  $j = (0, 1, 2, \dots, 10)$ ;

*escolaridade* = anos de estudo do empregado;

*idade* = idade do empregado;

*experiência* = permanência do empregado no vínculo atual, em anos;

*escolaridade*<sup>2</sup> = anos de estudo do empregado ao quadrado;

*idade*<sup>2</sup> = idade do empregado ao quadrado;

*experiência*<sup>2</sup> = permanência do empregado no vínculo atual ao quadrado;

*escolaridade*<sup>3</sup> = anos de estudo do empregado ao cubo;

*mulher* = dummy 1 se mulher e 0 caso contrário;

*preto* = dummy 1 = se preto/negro e 0 caso contrário;

*mulher preta* = variável de interação obtida através da multiplicação mulher e preto/negro; dummy 1 se mulher preta/negra e 0 caso contrário;

$\hat{u}_t$  = resíduo da regressão.

---

<sup>12</sup> Por hipótese, estimadores que cumprem essas exigências configuram-se como *BLUE* (*Best Linear Unbiased Estimator*), garantindo os melhores estimadores lineares não viesados de  $\beta_j$ .

<sup>13</sup> Para Teixeira e Menezes-Filho (2012, p. 485), “cabe ressaltar que a especificação log-linear da equação de salários é pelo fato de que em muitos casos a distribuição desta variável aproxima-se bem de uma distribuição log-normal”.

<sup>14</sup> Alguns trabalhos econométricos agrupam pretos e pardos para analisar os efeitos de discriminação por raça/cor. No intuito de compreender o fenômeno do racismo estrutural sugerido pela bibliografia do tema no contexto do setor turístico, a variável *dummy* utilizada leva em conta apenas os empregados autodeclarados pretos/negros na RAIS.

Conforme a literatura consultada, espera-se que os efeitos de escolaridade, idade e experiência no salário sejam positivos, ao contrário do sinal dessas variáveis ao quadrado, que tendem a demonstrar um sinal oposto da sua forma em primeira potência. Espera-se que os efeitos das variáveis mulher, preto e mulher preta sejam negativos, no intuito de captar assimetrias salariais, assim como detectadas na bibliografia consultada. Na sequência, a subseção 3.3 apresenta estatísticas, inferências preliminares e uma tabela indicando as variáveis utilizadas e seus respectivos sinais esperados para o modelo econométrico em questão.

### Testes e inferências preliminares

A Tabela 1 traz as estatísticas descritivas das variáveis (média, desvio padrão, máximo e mínimo, e sinais esperados):<sup>15</sup>

Tabela 1 – Detalhamento das variáveis utilizadas

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Sinal esperado
<i>In (salário)</i>	1,959217	0,4091497	0,4054651	6,620073	
<i>Escolaridade</i>	10,8226	2,347143	0	22	+
<i>Idade</i>	34,04351	11,26514	14	82	+
<i>Experiência</i>	2,315738	3,369215	0	49,075	+
<i>Escolaridade</i> <sup>2</sup>	122,6377	45,96667	0	484	-
<i>Idade</i> <sup>2</sup>	1285,862	859,2251	196	6724	-
<i>Experiência</i> <sup>2</sup>	16,71406	64,593	0	2408,356	-
<i>Escolaridade</i> <sup>3</sup>	1432,601	760,195	0	10648	+
<i>Mulher</i>	0,5541096	0,4970677	0	1	-
<i>Preto</i>	0,0596386	0,236818	0	1	-
<i>Mulher preta</i>	0,0340166	0,1812733	0	1	-

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de RAIS (2016).

A variável *idade*<sup>16</sup> em sua forma quadrática é capaz de oferecer um indicador para mensuração da idade máxima, em que o aumento de idade tem efeito positivo sobre o salário, na forma do *turnaround point* ou ponto de virada:

$$\text{turnaround point} = \left| \frac{\hat{\beta}_2(\text{idade})}{2\hat{\beta}_5(\text{idade}^2)} \right|$$

<sup>15</sup> Construída a partir da função *summarize* no programa estatístico *Stata 15*.

<sup>16</sup> Educação e experiência.

O teste de Mackinnon, White e Davidson (MWD) testa a melhor especificação dentre o modelo linear *versus* um modelo *log linear*.

Hipótese nula ( $H_0$ ): modelo linear

Hipótese alternativa ( $H_1$ ): modelo *log linear*

Rejeitou-se a hipótese nula do modelo linear e fez-se uso do modelo *log linear*, conforme especificado anteriormente. A partir do teste Ramsey-RESET realizado, verificou-se a necessidade de utilização de variáveis quadráticas para o caso da escolaridade, idade e experiência, e efeitos cúbicos para a variável escolaridade.

Os testes de White e Breusch-Pagan apontaram para heterocedasticidade do modelo. Assumindo o desconhecimento da raiz da heterocedasticidade, e assumindo não normalidade dos resíduos, fez-se uso da estimação por MQO com correção robusta de White (Modelo 2) e Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis (MQGF: Modelo 3). O método de MQGF pondera cada  $u_i^2$  pelo inverso da variância condicional de  $u_i$  dado  $x_i$ , atribuindo pesos iguais a todas as observações<sup>17</sup> (WOOLDRIDGE, 2003). Os resultados das estimativas por MQGF mantiveram sinais e coeficientes semelhantes aos obtidos por MQO (Modelo 1) e serão analisados a seguir.

## Análise e discussão dos resultados

Nesta seção são discutidos os resultados obtidos no Modelo 3, no qual os problemas de heterocedasticidade do modelo e não normalidade dos resíduos foram corrigidos através do método de estimação Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis, cujos coeficientes aproximam-se das demais estimativas obtidas por Mínimos Quadrados Ordinários e Mínimos Quadrados Ordinários com correção robusta de White (Modelo 2).

O artigo de Senna (1976) indica, que com as mesmas variáveis utilizadas na equação minceriana, o coeficiente de determinação ( $R^2$ ) para o Brasil, os Estados

---

<sup>17</sup> O Apêndice C em Wooldridge (2003) demonstra que, para o caso de grandes amostras, o teorema do limite central é passível de utilização para concluir que os estimadores de MQO satisfazem a normalidade assimptótica.

Unidos e o Japão tende a variar substancialmente. Macedo (1985) demonstra uma grande diferença entre os coeficientes de determinação em regressões realizadas para empresas públicas (0,71) e privadas (0,14). O R<sup>2</sup> do Modelo 3 explica cerca de 12,45% do salário pago aos trabalhadores formais do Espírito Santo em 2016.

Tabela 2 – Resultado das regressões estimadas<sup>18</sup>

Variável <i>In</i> (salário)	Modelo 1: MQO	Modelo 2: MQO Robusto	Modelo 3: MQGF
<i>Escolaridade</i>	0,0792691*** (0,0074407)	0,0792691*** (0,0115777)	0,0622093*** (0,0075549)
<i>Idade</i>	0,017318*** (0,0007946)	0,017318*** (0,0008915)	0,0118625*** (0,0007679)
<i>Experiência</i>	0,0420888*** (0,0009473)	0,0420888*** (0,0012351)	0,0380947*** (0,0011903)
<i>Escolaridade</i> <sup>2</sup>	-0,013318*** (0,0007997)	-0,013318*** (0,0014516)	-0,0106919*** (0,0008678)
<i>idade</i> <sup>2</sup>	-0,0001745*** (0,0000104)	-0,0001745*** (0,0000123)	-0,0001245*** (0,0000105)
<i>experiência</i> <sup>2</sup>	-0,0009147*** (0,0000478)	-0,0009147*** (0,0000691)	-0,0007742*** (0,0000762)
<i>escolaridade</i> <sup>3</sup>	0,0006953*** (0,0000273)	0,0006953*** (0,0000558)	0,0005621*** (0,0000323)
<i>Mulher</i>	-0,196248*** (0,0030778)	-0,196248*** (0,0031817)	-0,1572432*** (0,0030096)
<i>Preto</i>	-0,0278469*** (0,0095234)	-0,0278469*** (0,0100533)	-0,023449** (0,0093142)
<i>mulher preta</i>	0,0172101 (0,0126182)	0,0172101 (0,0118378)	0,0074253 (0,0111156)
<i>Constante</i>	1,400919*** (0,0263478)	1,400919*** (0,0303275)	1,551425*** (0,025378)
<i>R-Squared</i>	0,2247	0,2247	0,1245
Número de observações	59,324	59,324	59,324
Teste de White	3770,07 (0,0000)	3770,07 (0,0000)	
Teste LM de Breusch-Pagan	12985,368456 (0,0000)	12985,368456 (0,0000)	
Teste F	1718,62 (0,0000)	998,51 (0,0000)	797,16 (0,0000)

\*\*\*significativo ao nível de 1%; \*\*significativo ao nível de 5%. Erros padrão estão expostos entre parênteses.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Microdados RAIS (2016).

<sup>18</sup> Os coeficientes da segunda coluna foram obtidos adotando o estimador robusto de erro padrão de White (1980). A terceira coluna refere-se aos estimadores obtidos pelo método de Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis.

Com exceção da dummy *mulher preta*, todas os demais estimadores foram estatisticamente significantes, rejeitando-se a hipótese nula de  $\beta_j = 0$ , em sua maioria ao nível de 1%. Na estimação por MQGF a *dummy preto* é significativa ao nível de 5%. Os sinais obtidos nas estimativas foram os esperados, conforme Tabela 1 apresentada na terceira seção. O fato da variável *mulher preta* não ter sido significativa sugere uma subparticipação desse grupo no mercado de trabalho turístico do Espírito Santo, e, nesse caso, investir em políticas públicas, legislação protetiva e punitiva às empresas do setor pode colaborar para uma inclusão desse grupo e outras minorias atualmente alheias ao mercado de trabalho formal, como também sugere Muñoz-Bullón (2008).

O fato de a variável dependente  $Y_i$  estar logaritmizada implica elasticidades. O modelo aqui apresentado faz uso da variável escolaridade ao quadrado e ao cubo,<sup>19</sup> implicando que essa variável exerce funções exponenciais impactando nos salários formais do turismo. A análise dos efeitos da escolaridade, tudo mais constante, implica que a cada ano de educação formal o empregado no setor turístico espera receber um acréscimo salarial de aproximadamente 4,52%. O resultado difere em magnitude de estudos realizados para a indústria turística em países desenvolvidos, como é caso da Noruega, no qual os retornos da educação impactam em aproximadamente 21,5% nos salários dos homens e cerca de 18,1% no salário das mulheres (THRANE, 2010). Os resultados obtidos do impacto da educação corroboram os encontrados em Asadullah (2009), que argumenta que o Ensino Superior e a Pós-Graduação tendem a implicar maiores salários para os trabalhadores dos setores público e privado.

Os resultados da variável idade demonstram um pequeno retorno em termos de salário/hora, apenas 1,16% a cada ano. Para a regressão estimada, é possível observar, através do cálculo do *turnaround point*, que o ponto de máximo da função idade é 47,64 anos. Tudo mais constante o retorno a cada ano em experiência sobre o salário hora é de aproximadamente 3,65%.

Corseuil e Santos (2002) mostraram que existe diferença salarial no setor turístico brasileiro formal; as mulheres receberiam aproximadamente 33% menos que homens com as mesmas capacidades profissionais. No Espírito Santo

---

<sup>19</sup> Os efeitos da educação foram obtidos a partir da primeira derivada da equação obtida.

em 2016, *ceteris paribus*, observa-se que as mulheres empregadas no turismo receberam cerca de 15,72% menos que os homens; corroborando estudos que apontam para tal assimetria salarial por gênero no Brasil (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; COELHO; VERSTEG; SOARES, 2010; TEIXEIRA; MENEZES-FILHO, 2012). Em Portugal, essa diferença no setor é menor, aproximadamente 8,4% (SANTOS; VAREJÃO, 2007). O mesmo trabalho mostra que, em 2007, as mulheres ganhavam aproximadamente €2,55 por hora enquanto os homens com as mesmas qualificações ganharam cerca de €2,95, média bem superior à brasileira. No Espírito Santo em 2016, o trabalhador médio foi remunerado em aproximadamente R\$1,95 por hora.

Diferentemente do esperado, o resultado de -2,3% para a desigualdade por raça/cor, ainda que estatisticamente significativo e apresentando o sinal comumente observado empiricamente (SACHSIDA; LOUREIRO; MENDONÇA, 2004), não demonstra um grande *gap* entre os autodeclarados pretos/negros e demais grupos étnicos, tal como no caso da *dummy* mulher preta.

## **Considerações finais**

O modelo econométrico de estimação salarial aqui apresentado busca compreender como o trabalho formal no setor de turismo no Espírito Santo é explicado pela escolaridade, experiência e idade dos trabalhadores capixabas, e os resultados dessas estimativas colaboraram para a literatura dos temas turismo e assimetrias no mercado de trabalho, em termos de remuneração. Para além dessas, as *dummies* mulher e preto foram inclusas no modelo presumindo diferenças salariais entre homens e mulheres, e autodeclarados pretos/negros. As estimativas apontaram, principalmente, para desigualdades salariais de gênero, porém é necessária melhor investigação, se o fenômeno acontece de forma isolada ou se é recorrente em outros estados brasileiros. O processo de inclusão está altamente ligado à formação cultural e social dos países e é recomendado que debates e estudos sobre o tema sejam realizados.

A discussão sobre a mulher no mercado de trabalho é relativamente recente no Brasil, se comparada ao restante do mundo, mas caminhamos para um cenário em que grandes grupos políticos como Organização das Nações Unidas e Banco Mundial realizam pesquisas e fóruns acerca do tema, apresentando causas e medidas para que o cenário de desigualdade seja

amenizado, promovendo oportunidades em investimentos em educação e capacitação da mão de obra. Investir em empresas e empreendimentos turísticos é uma janela de oportunidade para a geração de emprego e renda em momentos de crise, além de desempenhar um papel sociocultural essencial em um país com tantas riquezas naturais, como é o caso do Brasil.

O setor formal do Espírito Santo representa uma parcela da população brasileira ocupada no turismo e comprehende-se que, por se tratar de um recorte, a análise é uma contribuição à bibliografia sobre o tema, mas possui limitações, tal como mencionado. Os resultados obtidos corroboram a literatura, e abrem um espaço para pesquisas futuras na obtenção de uma compreensão macro do setor turístico brasileiro, utilizando informações para as demais unidades da Federação e outros recortes temporais.

#### **Referências**

- ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** uma força de trabalho secundária? 2007. 327f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2007.
- ARAÚJO, C. F. S. A dupla jornada de mulheres inseridas no mercado de trabalho turístico em Aracaju – SE. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 1, n. 1, 2015.
- ASADULLAH, M. N. Returns to private and public education in Bangladesh and Pakistan: a comparative analysis. **Journal of Asian Economics** 20, p. 77-86, 2009.
- BCB. **Focus:** relatório de mercado. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20190628.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.
- BECKER, G. S. Investment in human capital: a theoretical analysis, **Journal of Political Economy**, v. 70, p. 9-49, 1962.
- BECKER, G. S. **Human capital:** a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago, III: University of Chicago Press, 2009.
- CACCIAMALI, M. C; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda – uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, out./dez. 2005.
- COELHO, M. H. P.; SAKOWSKI, P. A. M. **Perfil da mão-de-obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações.** Texto para discussão 1938. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.
- COELHO, D; VESZTEG, R.; SOARES, F. V. **Regressão quantílica com correção para a seletividade amostral:** estimativa dos retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil. Brasília: IPEA, 2010. (Texto para discussão. n. 1483).
- DE PAULI, R. C. NAKABASHI, L.; SAMPAIO, A. V. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 3, p. 459-478, jul./set. 2012.
- GIUBERTI, A. C. MENEZES-FILHO, N. A. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Econ. Aplic.**, v. 9, n .3, p. 369-383, jul./set. 2005.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- GUJARATI, D. N. **Econometria básica.** 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Anuário estatístico de turismo (2017)**, v. 44, ano base 2016. Brasília. Janeiro, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Estatísticas sociais.** 2019a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24284-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2019>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Pesquisa mensal de emprego.** 2019b. Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/defaultt\\_ab\\_hist.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultt_ab_hist.shtml). Acesso em: 17 jun. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Pesquisa mensal de serviços.** 2019c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas>. Acesso em: 26 maio 2019.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (IJSN). **Economia criativa no Espírito Santo:** painel de indicadores. Vitória, 2016. (Texto para Discussão 57).
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Características do emprego formal no Espírito Santo – 2016. **Caderno de Pesquisa**, Vitória, ES, 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Dossiê Mulheres negras retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília, 2013.
- LUCAS JUNIOR, R. E. On the mechanics of development planning. **Journal of Monetary Economics**, New York, v. 22, n. 1(July), p. 3-42,1988.
- MACEDO, R. Diferenciais de salários entre empresas privadas e estatais no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 437-448, out./dez. 1985.
- MANUAL DE Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano base 2018. Brasília: ME, **SEPT – ST – CGCIPE**, 2019.
- MENEZES, T., A. AZZONI, C., R. Convergência de salários entre as regiões metropolitanas brasileiras: custo de vida e aspectos de demanda e oferta de trabalho. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 36, n. 3, 2006.
- MENEZES-FILHO, N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 235-248, abr./jun. 2004.
- MINCER, J. Human capital and economic growth. **Economics of Education Review**, Oxford, UK, v. 3, n. 3, p. 195-205, 1984.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7455-receita-cambial-do-turismofecha-2016-com-alta.html>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- MINISTÉRIO DO TURISMO, IPEA. **Produto 5:** Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões, 2015.
- MUÑOZ-BULLÓN, F. The gap between male and female pay in the Spanish tourism industry. **Tourism Management**, v. 30, p. 638-649, 2009.
- NOGUEIRA, L. V. ARRAES, R. A função de produção de ideias e crescimento no Brasil e suas regiões. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 4, p. 641-678. 2015.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- NOGUEIRA; M. G. O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social no Brasil. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 21, n. 2, p. 37-54, jun. 1987.
- OLIVEIRA, A. M. H. C.; RIOS-NETO, E. L. G. Tendências da desigualdade salarial para cortes de mulheres brancas e negras no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 205-236, abr./jun. 2006.
- ROMER, P. M. The origins of endogenous growth. **Journal of Economic Perspectives**, v. 8, n. 1, p. 3-22, 1994.
- ROMER, P. M. Endogenous technological change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. 71-102, out. 1990.
- SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R. A.; MENDONÇA, M., J., C. Um estudo sobre retorno em escolaridade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 249-265, abr./jun. 2004.
- SAKOWSKI, P. M. **Mensurando o emprego no setor turismo no Brasil**: do nível nacional ao regional e local, n. 2073. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015. (Texto para Discussão).
- SANTOS, L. D; VAREJÃO, J. Employment, pay and discrimination in the tourism industry. **Tourism Economics**, v. 13, n. 2, p. 225-240, 2007.
- SANTOS, G. E. de O. Pesquisa científica em economia do turismo no Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, n. 26, p. 79-88, 2016. Disponível em:  
<http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/6324>. Acesso em: 7 ago. 2018.
- SECRETARIA DE TURISMO DO ESPÍRITO SANTO (SETUR). **Planejamento estratégico do turismo do Espírito Santo 2015-2018**. Disponível em:  
[https://setur.es.gov.br/Media/setur/Setur/plano%20estrategico%202015%20\\_2018.pdf](https://setur.es.gov.br/Media/setur/Setur/plano%20estrategico%202015%20_2018.pdf). Acesso em: 18 jul. 2018.
- SENNA, J. J. Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil. **Ensaios Econômicos DA EPGE / FGV** / n. 22, 1976.
- SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.
- TEIXEIRA, W., M.; MENEZES-FILHO, N., A. Estimando o retorno à educação do Brasil considerando a legislação educacional brasileira como um instrumento. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 3 (128), p. 479-496, jul./set. 2012.
- TILTAG, A. How much wage variation can we explain? Department of Economics, University of Trier, **Universitätsring 15**, 54296 Trier, Germany, 2017.
- THRANE, C. Education and earnings in the tourism industry – the role of sheepskin effects. **Tourism Economics**, v. 16, n. 3, p. 549-563, 2010.
- VALVERDE, J. A. V. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**: discriminação, assédio, diferença salarial entre gêneros e avanços na busca pela igualdade. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- VERGARA, D. H. Diferenças de salários entre os setores público e privado da Economia Brasileira. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 73-85, 1991.
- WOOLDRIDGE, J.M. **Introductory econometrics**: a modern approach. 2. ed. Ohio: South-Western College Pub, 2003.

# 24

## Reestruturação no departamento de Recursos Humanos de um hospital filantrópico

Zilmar Jonas Fonseca Marciano<sup>1</sup>

Ricardo Alberti<sup>2</sup>

Andrieli de Fátima Paz Nunes<sup>3</sup>

Denise Adriana Johann<sup>4</sup>

**Resumo:** A dependência dos hospitais, em relação à força de trabalho para o desenvolvimento de suas atividades, vem aumentando pela complexidade das estruturas hospitalares. A gestão de pessoas nos hospitais passa a ser uma alavanca de eficiência e satisfação. O objetivo do estudo é a análise do departamento de Gestão de Pessoas e uma proposta de reestruturação para um hospital filantrópico. O estudo contou, inicialmente, com uma pesquisa documental, de natureza quantitativa e qualitativa, através de questionários e entrevistas, visando a fazer uma varedura do setor para, na sequência, iniciar sua reestruturação. O aprimoramento das habilidades pessoais, físicas e profissionais mostrou-se relevante frente à gestão de pessoas já existentes. Como resultados do estudo pode-se ter uma visão geral de como ocorre a gestão de pessoas no hospital e, através dessa análise, foi possível perceber que profissionais sentem falta de cursos profissionalizantes para melhorar o atendimento no hospital e auxiliar os médicos, e programas de valorização ao empregado. O hospital em contraponto ficou responsável por adotar medidas para melhorar os processos pontuados e analisar com a administração possíveis melhorias no hospital, com base na pesquisa.

**Palavras-chave:** Gestão de pessoas. Reestruturação. Gestão hospitalar.

### Introdução

Muitos estudiosos têm pesquisado o comportamento humano e constatado sua complexidade. Por isso, o comportamento humano não pode continuar sendo considerado pelos enfoques administrativos, pelas óticas empresariais e gerenciais com a simplicidade mecanicista ainda dominante (LUCENA, 1995). Estas óticas focaram o comportamento humano, como se o homem fosse uma máquina. Definiam-se procedimentos para garantir resultados, elaboravam-se rotinas de trabalho com regras rígidas e com um rol

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão de Pessoas e Marketing na Universidade Franciscana – zilmarciano@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Administração na Universidade Federal de Santa Maria, RS. E-mail: r-alberti@live.com

<sup>3</sup> Mestranda em Administração na Universidade Federal de Santa Maria, RS. E-mail: andrieli.nunes@gmail.com

<sup>4</sup> Mestranda em Administração na Universidade Federal de Santa Maria, RS. E-mail: johannDenisee@gmail.com

de punições para quem não cumprisse as ordens designadas, ou seja, “padrões” estabelecidos (BOUDREAU, 2000). Estas óticas deram certo por muito tempo e, quando deixaram de funcionar, criaram-se outras mais sofisticadas que também funcionaram.

A organização hospitalar não difere das outras organizações no que diz respeito à gestão de pessoas, levando-se em conta que esta área é a mais importante entre as que compõem a sua estrutura organizacional., principalmente por ser o hospital um prestador de serviços que depende de pessoas qualificadas, as quais tratam diretamente do paciente, e cujos cuidados não permitem margem de erro (RIBEIRO, 1977).

O presente trabalho tem como objetivo a análise do departamento de Gestão de Pessoas e uma proposta de reestruturação para o hospital filantrópico, como este objetivo específico: identificar formas de reestruturar e acoplar os setores existentes na instituição, pois o hospital é considerado uma empresa de grande complexidade; mesmo sendo encarado como uma organização humanitária, encontra os mesmos problemas das demais atividades econômicas, exigindo planejamento e gestão eficientes.

Este estudo verificou a estrutura organizacional de Recursos Humanos existente, propondo uma nova configuração do organograma desse departamento, identificando fatores que limitam a centralização e o ordenamento de atividades e áreas existentes, dentro do departamento de Recursos Humanos do hospital, avaliando métodos de gestão de pessoas dentro da Instituição, tendo como intuito primordial auxiliar sua atual diretoria a gerenciar da melhor maneira possível esse departamento.

## **Hospital, a administração hospitalar e de Recursos Humanos**

De acordo com Cherubin e Santos (1997, p. 236), muitos autores divergem quanto à origem da palavra *hospital* e que seu significado no dicionário é de hospedaria. A definição de hospital segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) é a seguinte:

O *hospital* é parte do sistema integrado de saúde, cuja função é dispensar à comunidade completa assistência à saúde preventiva e curativa, incluindo serviços extensivos à família em seu domicílio e ainda um centro de formação para os que trabalham no campo da saúde e das pesquisas biossociais.

Recursos Humanos são as pessoas que ingressam, permanecem e participam da organização, qualquer que seja o seu nível hierárquico ou sua tarefa. De acordo com Gil (1994, p. 13), “Administração de Recursos Humanos é o ramo especializado da Ciência da Administração que envolve todas as ações que têm como objetivo a integração do trabalhador no contexto da organização e o aumento de sua produtividade”.

As pessoas trazem para a organização habilidades, conhecimentos, atitudes, comportamento, percepções, etc. Sejam diretores, gerentes, funcionários, operários ou técnicos, as pessoas desempenham papéis altamente diferentes – os cargos – dentro da hierarquia da autoridade e de responsabilidade existente na organização. Conforme Milkovich e Boudreau (2000, p. 19): “Ainda que as instalações físicas, os equipamentos e os recursos financeiros sejam necessários para a organização, as pessoas – os recursos humanos – são particularmente importantes”.

A administração de Recursos Humanos na área hospitalar apresenta muitas peculiaridades, pois trabalha com a vida humana. Alvarez (2005, p. 3) afirma que as pessoas que atuam nesse segmento precisam entender muito de gente, pois os clientes procuram o hospital em momentos delicados de sua vida e querem uma solução para seu problema. Conforme Carvalho e Nascimento:

O enfoque multidisciplinar da atividade de RH é justificado em função da variedade de problemas e desafios com que a gestão de pessoal se desponta a cada momento – entrevistas de admissão ou demissão de empregados, treinamento, mediação de conflitos, reivindicações, encargos etc. (1999, p. 6).

É função da direção traçar os objetivos e as estratégias organizacionais; de acordo com estas será planejado o que será feito para atingi-los. Primeiramente, deve-se avaliar a situação atual do departamento de Recursos Humanos, buscando detectar seu potencial real. São desenvolvidos e implementados os planos traçados rumo aos resultados que indicarão a necessidade de correção, evitando um atrito do departamento de Recursos Humanos com os demais departamentos existentes na organização. Alvarez afirma que um hospital possui clientes:

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Temos três tipos de clientes – médico, paciente e acompanhante. O primeiro precisa que tudo esteja disponível, conforme seu pedido, e tem problemas com o tempo, pois atua em diversas frentes e possui uma rotina bastante complicada. O paciente, por sua vez, espera solução rápida e eficiente para o seu problema. Já o acompanhante é mais observador, exigente e crítico (2005).

O departamento de RH de um hospital deve treinar suas chefias para que possam solucionar problemas que venham a ocorrer com seus funcionários. Se o problema for difícil de ser solucionado, deve-se procurar o gerente do RH, para que juntos procurem solucionar o problema.

Na verdade, o planejamento de RH pode ser entendido como uma estratégia de abordagem da administração de RH, que está vinculada ao negócio da organização e que se preocupa com o futuro. Segundo Lucena, um conceito de planejamento de RH envolve as seguintes ideias:

Planejamento de Recursos Humanos compreende o processo gerencial de identificação e análise das necessidades organizacionais de Recursos Humanos e consequente desenvolvimento de políticas, programas e atividades que satisfaçam essas necessidades, a curto, médio e longo prazos, tendo em vista assegurar a realização das estratégias do negócio, dos objetivos da empresa e de sua continuidade sob condições de mudanças (1995, p. 84).

Os principais elementos, segundo Lucena (1995), constituem a integração com o negócio e os objetivos da empresa, a participação gerencial, a dimensão do tempo e a integração dos processos, programas e das atividades de Recursos Humanos. Milkovich e Boudreau (1998) transmitem a ideia de que o planejamento sintetiza as informações e identifica a distância entre o ponto de partida e o ponto onde queremos chegar. Conforme Carvalho e Nascimento:

O enfoque multidisciplinar da atividade de RH é justificado em função da variedade de problemas e desafios com que a gestão de pessoal se desponta a cada momento – entrevistas de admissão ou demissão de empregados, treinamento, mediação de conflitos, reivindicações, encargos etc. (1999, p. 6).

Segundo Drucker (1981), planejamento, objetivo e execução encontram-se interligados, pois é necessário que a organização defina quais são seus objetivos; planeje como irá alcançá-los; execute com ações necessárias e que todo esse

processo, após ser avaliado, tenha continuidade sistemática, de forma que somente através da continuidade das mesmas haverá resultados satisfatórios.

Milkovich e Boudreau (2000, p. 31) identificam que “[...] esse foco se deslocou para a agregação de valor por meio da melhoria do desempenho financeiro, da satisfação dos clientes e dos empregados”. Para Boog (1999, p. 10), existem novos paradigmas de planejamento de RH, os quais manifestam-se da seguinte forma:

Quadro 1 – Diferenças entre estilos de gestão de pessoas

RH “Mecanicista”	RH “Holístico”
Nível operacional e burocrático	Nível estratégico e regido por diretrizes
Centralizado e obscuro	Todo o gerente é também um gerente de RH
Visão predominantemente interna à empresa	Visão ampla da empresa e de seu meio ambiente
Reativo/lento/controlado	Proativo/rápido/apoiador
Visão de emprego a curto prazo	Visão de emprego a longo prazo
Carreiras especializadas/alta mobilidade vertical	Carreira “empresa”/opções em “y”/muito rodízio
Condições de trabalho	Qualidade de vida no trabalho
Treinamento restrito às tarefas no cargo/ênfase no operacionado/o mercado deve suprir as habilidades necessárias à empresa	Desenvolvimento contínuo em habilidades técnicas sociais. A empresa deve complementar as habilidades necessárias à sua operação
Cargos estreitos/pouco mutáveis/avaliação de conteúdo de cargo	Cargos ampliados/grandemente mutáveis/avaliação da maturidade do ocupante

Fonte: Boog (1999, p. 10).

## Recrutamento e seleção

Carvalho e Nascimento (2002, p. 78) afirmam que o recrutamento é o processo que objetiva pesquisar dentro e fora da empresa candidatos potencialmente capacitados para preencherem os cargos disponíveis. É basicamente um sistema de informação, através do qual a organização oferece ao mercado de recursos humanos oportunidades de emprego que pretende preencher. Para ser eficaz, o recrutamento deve atrair um contingente de candidatos para abastecer adequadamente o processo de seleção de candidatos para seu funcionamento.

Já para Milkovich e Boudreau (2000, p. 162), “[...] recrutamento é o processo de identificação e atração de um grupo de candidatos, entre os quais serão escolhidos alguns para posteriormente serem contratados para o

emprego". O desafio das organizações é conseguir recrutar candidatos qualificados para o cargo no qual há deficiência, pois o que se percebe, atualmente, é que existem pessoas desqualificadas. Podemos observar que dentro das organizações existem dois tipos de recrutamento que são:

- **recrutamento interno:** atua sobre os candidatos que já trabalham na organização, com o objetivo de promovê-los ou transferi-los para outras atividades mais complexas ou mais motivadoras;
- **recrutamento externo:** atua sobre os candidatos que estão fora da organização, para submetê-los ao seu processo de seleção de pessoal.

Ela busca prever quais candidatos serão bem sucedidos se contratados. O sucesso nesse caso significa desempenhar bem segundo os critérios que a administração utiliza para avaliar seu pessoal. Para Carvalho e Nascimento (1999, p. 125), "[...] os testes psicológicos possibilitam uma avaliação objetiva dos candidatos, colocando-os diante de situações semelhantes para todos, em função da padronização das provas, do meio ambiente e do comportamento do selecionador".

## **Segurança no trabalho**

A segurança no trabalho é o processo de prevenção de acidentes na empresa, preservando a integridade dos empregados envolvidos. Carvalho e Nascimento (1998, p. 313) conceituam segurança no trabalho como sendo "conjunto de medidas técnicas, educativas, médicas e psicológicas empregadas para prevenir acidentes, quer eliminando as condições inseguras do ambiente, quer instruindo ou convencendo as pessoas de práticas preventivas".

A segurança é uma responsabilidade de linha e uma função de *staff*; cada chefe de setor fica responsável pelos assuntos de segurança de sua área, mesmo que na organização exista um órgão de segurança no trabalho. Este não pode ser confundido com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) obriga as organizações a criarem a CIPA, (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) que deve apontar os atos inseguros dos trabalhadores e as condições de trabalho. A CIPA é uma imposição legal da CLT, no texto:

Art. 163. Será obrigatória a constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, de conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obra nelas especificadas.

Único – O Ministério do Trabalho regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento das CIPAs.

O objetivo da CIPA é observar e relatar as condições de risco no ambiente de trabalho e solicitar medidas para reduzir ou eliminar os riscos existentes, sempre com a intenção de prevenir acidentes que possam ocorrer. A prevenção de acidentes, incêndio e roubos são medidas de segurança que, quando bem empregadas, elevam a qualidade de vida nas organizações. De acordo com a ANVISA são responsabilidades inerentes à CIPA e SESMT:

- a. zelar pela saúde e integridade física do trabalhador;
- b. revisar todos os acidentes envolvendo visitantes, pacientes e funcionários, bem como manter relatórios e estatísticas de todos os danos;
- c. investigar e analisar acidentes, recomendando medidas preventivas e corretivas para evitá-los;
- d. apoiar a área gerencial como consultor na área de segurança do trabalho e atividades afins;
- e. coordenar e treinar a equipe de Brigada Contra Incêndio, bem como a população envolvida em situações de incêndio.

Lima (2000) afirma que “[...] detalhe importante no que tange à Legislação é a criação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e seu respectivo Laudo Ambiental”. Todas as ações e os programas realizados, dentro das organizações, têm como principal objetivo a satisfação de seus colaboradores, para que seu trabalho seja realizado com segurança e evitando a falta ao trabalho, o absenteísmo

Para Bispo (2002), “uma das ações efetivas, que têm sido apontada como uma das responsáveis pela redução do absenteísmo na organização, é a adoção do Equipamento de Proteção Individual (EPI), que vem sendo usado por funcionários que atuam nos departamentos onde o risco não pode ser totalmente eliminado ou controlado de forma coletiva”. A finalidade dos EPIs é reduzir, neutralizar e eliminar os riscos ambientais do trabalho a que se expõem os trabalhadores. Sob essa perspectiva, a ergonomia busca a adaptação do ser humano ao seu ambiente de trabalho (CARVALHO; NASCIMENTO, 2002).

## **Metodologia**

Este capítulo pretende caracterizar os procedimentos metodológicos para a realização deste estudo. A pesquisa se enquadra segundo Marconi e Lakatos (2002) como aplicada por tentar resolver o conflito existente na organização, explicativa por descrever as razões de insatisfação dos chefes e colaboradores, justificando os motivos. E descritiva verificando a opinião dos entrevistados, nesse caso os chefes de cada setor da instituição e dos colaboradores.

Com relação aos meios, ela é uma pesquisa de campo, pois foi realizada dentro do hospital com visitas, reuniões e a aplicação do questionário; documental através de documentos, e jornal informativo do próprio hospital; bibliográfica com pesquisa em jornais, livros, em *sites* da internet e no *site* do próprio do hospital; e por fim estudo de caso feito no departamento de Recursos Humanos do Hospital (MARCONI; LAKATOS, 2002).

A pesquisa foi realizada com um questionário com 15 questões objetivas, e uma entrevista na sequência, sendo que a questão nº 8, que questiona a participação dos funcionários nos eventos promovidos pelo Hospital, abre um espaço descriptivo para responder quais eventos o hospital promove. As questões referentes ao questionário aplicado no hospital questionam as pessoas entrevistadas sobre assuntos concernentes à área de recursos humanos, área administrativa, aos departamentos e setores ligados direta ou indiretamente a estas áreas, dentro do hospital.

O questionário foi analisado pela responsável do setor de psicologia organizacional do Hospital (psicóloga), para que o mesmo fosse validado e aprovado, sendo que não houve nenhuma sugestão de alteração; posteriormente, foi realizada uma reunião em que se encontravam presentes os responsáveis pela área administrativa e alguns chefes de setor que também validaram e aprovaram o questionário. Aplicamos o questionário em dezoito setores do hospital, sendo cinco setores do departamento administrativo, sete do departamento de enfermagem, três do departamento de manutenção e três do departamento de nutrição.

## **Resultados – hospital filantrópico**

O hospital conta com uma área de 6.500m<sup>2</sup>, dividida em quatro blocos, de dois e três pavimentos, abrigando, principalmente, serviços administrativos, de diagnóstico e de apoio no andar térreo, e procedimentos cirúrgicos e assistenciais nos demais andares. O hospital é uma entidade filantrópica, de utilidade pública federal, estadual e municipal, que não visa a lucros. Possui clínicas básicas (médica, cirúrgica, obstetrícia e pediátrica) e presta atendimentos especializados em outras especialidades médicas, em nível de diagnóstico e tratamento. Seu centro cirúrgico possui equipamentos essenciais para a realização de cirurgias de pequeno, médio e grande portes. Sua Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) possui oito leitos.

Todos os setores administrativos do hospital são informatizados, contando com uma rede corporativa em que o Sistema de Informação da Gestão Hospitalar (SIGH) controla toda passagem do paciente pelo Hospital, desde sua internação até sua alta. Além do SIGH, que controla o cadastro dos pacientes, o estoque, os gastos e o controle das internações e altas, há sistemas de controle administrativo.

É uma empresa de médio porte para o segmento de Hospitais, com faturamento anual girando em torno de R\$ 6.000.000,00. Abrange 25 municípios da Região das Missões e do alto Uruguai, atendendo, anualmente, 12.200 pacientes internados, sendo que mais de 700 necessitam de atendimento na UTI, e realizando (média/ano) 45.000 procedimentos ambulatoriais, 2.700 cirurgias e 1.300 partos. Mais de 70% dos atendimentos são realizados através do SUS.

Para dar suporte a esta demanda, o Hospital conta com 184 leitos, 399 colaboradores e 100 médicos no Corpo Clínico, UTI com oito leitos, Centro Cirúrgico com quatro salas, Ambulatório e Pronto Atendimento com plantão médico 24 horas, banco de sangue e diversos serviços terceirizados, como hemodiálise, tomografia, radiologia, ecografia, oncologia, endoscopia, entre outros serviços especializados. Seus colaboradores estão alocados nas áreas de enfermagem, administrativa, nutrição e manutenção.

O hospital possui um programa de qualidade que iniciou seu planejamento em meados de 1997. Diversas mudanças estruturais, conjunturais e no fluxo de informações foram consolidadas no ano de 1998, bem como o aprimoramento e

desenvolvimento do Programa de Qualidade. Aliados a estas mudanças, foram ampliados os sistemas informatizados do Hospital, melhorando os controles e viabilizando informações mais rápidas e precisas para melhor fundamentar a tomada de decisões. Durante todo ano, foi realizado um trabalho intenso para melhor adequar-se à avaliação do PGQP. Foi implantado o Programa 5S, inicialmente em cinco setores-piloto e posteriormente em todo o Hospital. Para o funcionamento desse programa, foi realizado treinamento com todos os seus colaboradores, para que o programa alcançasse sucesso. Em 2000 foi formalizada uma parceria com o SENAI para acompanhamento do Programa de Qualidade. Em 2001 e 2002, prosseguiu o processo de melhoria e consolidação do programa.

A diretoria que é composta por membros da comunidade e que não tem qualquer tipo de remuneração, define o administrador-geral, que tem a função de gerenciar as atividades do Hospital, em conjunto com as gerências. O administrador e os gerentes informam à diretoria sobre as atividades e decisões das atividades operacionais e estratégicas. A direção clínica é formada pelo diretor clínico, que é um médico eleito pelos membros do corpo clínico do Hospital, de acordo com o Regimento Interno, e responde pelos serviços médicos. O diretor técnico é um médico nomeado pela diretoria, com atribuição de supervisionar os serviços de diagnóstico e tratamento realizados dentro do Hospital, mesmo os serviços terceirizados.

## **Análise dos resultados**

Os chefes de setores foram questionados se conheciam o profissional responsável pelo seu setor; em unanimidade, os respondentes disseram que sim. A segunda questão foi: “Sua relação com os demais colegas do hospital é...” Nessa questão, 63% dos entrevistados declararam que a relação é boa, e o restante dos respondentes, que é muito boa (37%). Não houve respostas de que a relação fosse regular ou ruim. Verifica-se, então, que a maioria respondeu que entre eles as relações são boas, mas poderiam melhorar para alcançarem o nível de muito boas, considerado o ideal em qualquer organização.

A questão três questionava os chefes de setor sobre como eles recebiam as informações no Hospital; essa nos mostra que 32% recebem dos

administradores; 7% recebem dos colegas; 27% recebem do responsável pelo seu setor de trabalho; 17% procuram as informações, e 17% através do jornal interno. Concluímos que as informações no Hospital são recebidas de várias formas, sendo que, por se tratar de chefes de setor, a maioria deles recebe as informações diretamente dos administradores do Hospital.

A quarta questão questionava sobre a participação nas decisões ligadas ao trabalho, e nos mostra que 89% participam diretamente das decisões; 11% participam indiretamente. Sendo assim, a maioria das decisões ligadas ao trabalho contam diretamente com a participação dos chefes de setor, levando-se em conta que a participação dos mesmos, dentro de uma instituição, é muito importante para o desenvolvimento e o sucesso da mesma.

A quinta questão solicitava aos chefes de setor sobre as oportunidades oferecidas de treinamento inicial dentro do Hospital. Ela nos mostra que 73% dos entrevistados responderam que o hospital oferece oportunidade de treinamento inicial; 16% responderam que não, e 11% responderam que poderia melhorar. Sendo assim, verificamos que a maioria dos setores oferece oportunidades de treinamento.

A sexta pergunta questiona se o Hospital oferece oportunidade de treinamento contínuo. Identificou-se que 74% dos chefes de setor responderam que recebem treinamento contínuo; 21% responderam não receber treinamento contínuo, e 5% responderam que recebem, mas que poderiam melhorar a forma como são realizados. Verificamos, então, que, apesar de a maioria responder que sim, o Hospital poderia investir mais nessa formação, já que, com o desenvolvimento do ser humano, a Instituição pode desenvolver a si própria, em qualidade de serviços, atendimento, crescimento e em outras vantagens. Leva-se em conta que um hospital trabalha com o bem mais precioso que temos: a vida humana.

A sétima questão questionava como é o atendimento no Departamento de Pessoal. Percebeu-se que 84% dos chefes de setor consideraram o atendimento no Departamento Pessoal bom; 11% consideraram regular, e 5% consideraram excelente. Constatamos, então, que, por mais que o departamento dentro do Hospital seja pequeno e enxuto, poderia haver melhoria no atendimento, pois é

a partir desse departamento que levantam-se todas as informações dos seus funcionários.

A oitava questão refere-se aos chefes de setor sobre a participação dos mesmos nos eventos promovidos pelo hospital. Mostrou-nos que 12% responderam que sim, participam dos eventos; nenhum respondeu, que não participa, e 37% responderam que participam às vezes. Conclui-se que a maioria respondeu que participa e alguns responderam que participam às vezes, por serem chefes de setor. Na questão nove, verificou-se que todos os entrevistados consideram muito importantes os eventos promovidos pelo Hospital. Devemos, então, levar em conta a importância dos eventos promovidos pelo Hospital, pois são de suma importância para o desenvolvimento e a motivação dos chefes de setor e, consequentemente, para seus funcionários.

A décima questão questionou aos chefes de setor sobre a estrutura do departamento de pessoal existente, e mostra que 47% consideram a estrutura boa, 16% consideram regular e 37% responderam que precisa melhorar. Sendo assim, verificamos a necessidade de uma melhoria na estrutura do departamento de pessoal do Hospital, pois atualmente a estrutura existente é pequena e enxuta, com possibilidades de melhoria.

A questão onze identificou que 37% dos chefes de setor entrevistados responderam que avaliam como boa a atuação do SESMT dentro do Hospital; 16% responderam que a atuação do SESMT é regular, e 47% responderam que precisa melhorar. Sendo assim, concluímos que a maioria está insatisfeita com este sistema de segurança, surgindo a necessidade de um estudo mais aprofundado para verificar as causas dessa insatisfação. A questão doze, com relação às medidas de segurança adotadas para diminuir os acidentes de trabalho? mostrou que 74% dos chefes de setor estão satisfeitos em relação às medidas de segurança adotadas pelo Hospital, para diminuir os acidentes de trabalho; 5% estão indiferentes, e 21% estão insatisfeitos, conclui-se que a maioria das pessoas entrevistadas está satisfeita, mas poderia haver melhoria, já que devemos levar em conta que o que está em risco é a vida das pessoas dentro da Instituição.

A questão treze identificou que 47% dos chefes de setor entrevistados consideram que existe participação dos colaboradores, no que diz respeito à

programação e ao planejamento de treinamentos; 11% responderam que não há participação, e 42% responderam que só às vezes. Esta questão demonstra que deveria haver maior participação por parte dos colaboradores, levando-se em conta que, nesta questão, os entrevistados são os chefes de setor que conseguem obter maior percepção da participação de cada um de seus funcionários.

A questão quatorze, que questionava os chefes de setor sobre a satisfação dos mesmos em relação ao departamento de Psicologia Organizacional, nos mostra que a maioria está satisfeita com este departamento; o gráfico aponta um grau de 63% de satisfação, 11% julgam-se indiferentes, e 26% estão insatisfeitos. Apesar de a maioria estar satisfeita com este departamento, julga-se necessária uma pequena melhoria nesse departamento. Já a pergunta quinze questiona os chefes de setor sobre a satisfação em relação ao seu ambiente de trabalho (insalubridade, ventilação, segurança, etc.); 90% estão satisfeitos; 5% estão indiferentes quanto a isso, e 5% estão insatisfeitos. Portanto, a maioria considera seu ambiente de trabalho adequado para a realização de suas funções, dentro do hospital.

## **Entrevistas**

Nas entrevistas foi possível haver contato mais profundo com os entrevistados, de maneira a entender melhor as sugestões e observações deles como: acúmulo de tarefas para alguns setores; necessidade de contratação de mais funcionários em departamentos de maior movimento; melhor atendimento no departamento pessoal; reativação do programa de ginástica laboral para os funcionários; mais segurança na portaria, pois funcionários ficam expostos ao público em geral; melhorias na comunicação entre os chefes e subordinados; mais treinamentos; melhor funcionamento do serviço de psicologia referente à orientação em momentos de dificuldade dos colaboradores, de angústia; maior atuação do SESMT, participando mais nas unidades, circulando nos ambientes para melhor identificação dos riscos ocupacionais; necessidade de melhor ventilação em alguns ambientes; diminuição do horário de trabalho na farmácia e ter almoço dentro do hospital para os estagiários.

## **Considerações finais**

Este estudo teve como objetivo identificar as características, as práticas e a situação do departamento de Recursos Humanos do referido hospital filantrópico, procurando com isso verificar a atuação desse departamento e, em contrapartida, analisar a satisfação e o comprometimento de seus colaboradores. Verificamos que o Hospital utiliza-se de práticas tradicionais de gerenciamento de Recursos Humanos e, muitas vezes, limita-se ao controle de aspectos legais e burocráticos dessas atividades. Entretanto, o hospital vem procurando atender de forma adequada às necessidades de seus colaboradores, buscando maior aprimoramento no que diz respeito à administração do Hospital, visando, principalmente, a seleção adequada de pessoal, para atrair profissionais preparados para exercer funções em um ambiente tão complexo como os de hospitais.

Durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho, procurou-se analisar a administração de Recursos Humanos e como cada um de seus sistemas interagem e interferem no processo de capacitação de recursos humanos no Hospital. Através do questionário e de observações dos acadêmicos, foi possível constatar que este hospital precisa avaliar seus métodos em relação ao departamento de RH, fazendo com que os departamentos existentes, dentro da Instituição, interajam entre si acoplando-se à área de Recursos Humanos.

Podemos identificar que o objetivo deste trabalho foi alcançado, pois, com a realização de diagnósticos, foi possível verificar em que situações há carência e em quais há as necessidades apresentadas pelas pessoas responsáveis pelo bom funcionamento do Hospital. Conforme o mencionado, podemos afirmar que a execução deste trabalho de conclusão, na área de Recursos Humanos, foi uma experiência valiosa para nossa vida profissional, sendo que ampliou os conhecimentos já adquiridos durante o andamento do curso.

## **Referências**

- ALVAREZ, N. **Um RH entre médicos e pacientes**. Disponível em: <http://www.rh.com.br/>. Acesso em: 6 abr. 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. (ANVISA). **Legislação**. Disponível em: [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br). Acesso em: 16 abr. 2018.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- BISPO, P. **Comunicação diminui acidentes de trabalho.** Disponível em: [www.rh.com.br](http://www.rh.com.br). Acesso em: 10 abr. 2018.
- BOOG, G. G. **Manual de treinamento e desenvolvimento.** 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.
- BOUDREAU, J. W.; MILKOVICH, G. T. **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Atlas, 2000.
- CARVALHO, A. V.; NASCIMENTO, L. P. **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Pioneira, 1999.
- CHIAVENATO, I. **Recursos humanos.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CHERUBIN, N. A. **Administração hospitalar:** fundamentos. São Paulo: CEDAS, 1997.
- DRUCKER, P. F. **Fator humano e desempenho.** São Paulo: Pioneira, 1981.
- LIMA, G S. **A administração de recursos humanos.** Disponível em: [www.rh.com.br](http://www.rh.com.br). Acesso em: 16 abr. 2018.
- LUCENA, M. D. S. **Planejamento de recursos humanos.** São Paulo, 1995.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisas:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JUNIOR, P. H. **Administração:** conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.
- RIBEIRO, A. B. C. **Administração de pessoal nos hospitais.** São Paulo: LTr. FENAME, 1977.

# 25

## **Planejamento tributário como meio de desenvolvimento econômico: o caso de uma fabricante de máquinas para fruticultura, situada em um destino turístico da Serra gaúcha**

**Bruna Anziliero<sup>1</sup>**

**Alex Eckert<sup>2</sup>**

**Jéssica Paula Perotoni<sup>3</sup>**

**Romário de Souza Gollo<sup>4</sup>**

**Marlei Salete Mecca<sup>5</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo avaliar a forma de tributação de uma empresa industrial de pequeno porte, fabricante de máquinas para fruticultura, bem como analisar a melhor opção tributária para a empresa em estudo, fato que pode contribuir com seu desenvolvimento econômico. O planejamento tributário é a prática contábil que permite o estudo da melhor forma de tributação e, possivelmente, a redução da carga tributária das empresas, de maneira lícita. Diante disso, realizou-se um estudo de caso exploratório-qualitativo em uma empresa industrial de pequeno porte, a fim de propor o gerenciamento das formas de tributação e a escolha do regime mais vantajoso para a mesma. Os resultados demonstram que o Simples Nacional é a opção menos onerosa para a empresa, bem como a única modalidade tributária que apresenta lucro no período analisado.

**Palavras-chave:** Planejamento tributário. Regimes de tributação. Economia tributária.

### **Introdução**

A elevada carga tributária é um dos fatores mais impactantes no resultado das micro e pequenas empresas e o mais preocupante entre os empresários, já que muitas empresas estão tendo que fechar suas portas, devido a sua onerosidade excessiva (SAMPAIO; MARQUES, 2015). Segundo dados da Receita Federal do Brasil, a carga tributária brasileira chegou a 32,38% do PIB no ano de

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Empresarial. UCS. brunaanziliero@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Administração, PUCRS/UCS.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.doid=K4750048J>. aeckert@ucs.br

<sup>3</sup> Graduanda em Administração. UCS.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8862008Z7>. jpperotoni@ucs.br

<sup>4</sup> Mestre em Economia, UNISINOS.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4448402A3>. rsgollo@ucs.br

<sup>5</sup> Doutora em Engenharia de Produção, UFSC.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4562575H1>. msmecca@ucs.br

2016, ou seja, quase um terço do Produto Interno Bruto Nacional (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017).

Diante disso, e frente a um mercado cada vez mais dinâmico e competitivo, o planejamento tributário torna-se um instrumento de gestão capaz de aumentar a competitividade das organizações, destacando-se como ferramenta estratégica eficiente na gestão de tributos (VELLO; MARTINEZ, 2014). Bisolo e Baggio (2012) destacam ainda que a escolha da forma de tributação é fator determinante para a maximização dos resultados das empresas, principalmente através de um planejamento tributário e o acompanhamento da legislação vigente, podendo refletir-se na maior lucratividade para as empresas.

Portanto, para as empresas tornarem-se mais rentáveis e atrativas é necessário buscarem gradativamente a redução do impacto dos tributos na sua estrutura de custos. Para isso, o planejamento tributário mostra-se uma importante ferramenta gerencial na identificação da melhor opção tributária e, consequentemente, na redução do pagamento de tributos, de maneira lícita.

Desta forma, este estudo tem por objetivo avaliar a forma de tributação de uma empresa industrial de pequeno porte, fabricante de máquinas para fruticultura, situada no município de Antônio Prado – RS.

## **Sistema Tributário Nacional**

O sistema tributário brasileiro compreende todas as normas e os princípios que regem a instituição, cobrança e fiscalização dos tributos, assim como a limitação contra os mesmos (PUCCINELLI JÚNIOR, 2014).

Segundo Oliveira *et al.* (2015), o Sistema Tributário Nacional regulamenta a arrecadação e distribuição de rendas, assim como as normas gerais de direito tributários cabíveis à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Conforme especificado no art. 96 do Código Tributário Nacional, a legislação tributária abrange as leis, os decretos, as normas complementares, os tratados e as convenções internacionais que tratam sobre os tributos e suas relações jurídicas (BRASIL, 2014).

Segundo Puccinelli Júnior (2014), as leis e medidas provisórias possuem o poder de criar ou aumentar tributos; os decretos são atos do Poder Executivo que regulam o cumprimento da lei, podendo aumentar e diminuir alíquotas,

dentre outras situações, desde que dentro dos limites estabelecidos por lei; os tratados e as convenções internacionais são acordos que revogam ou modificam a legislação tributária e, por último, as normas complementares que complementam a legislação tributária, sem sentido estrito.

## **Tipos de tributos**

A existência de tributos contempla as mais primitivas formas de organização social, já que a existência de um Estado requer alguma espécie de cobrança para o pagamento de suas atividades e gastos coletivos, ou seja, possui função arrecadadora (SCHOUERI, 2015).

A Lei n. 5.172, de 5 de outubro de 1966, estabelece o Código Tributário Nacional e define tributo como sendo:

Art. 3º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Com relação às espécies tributárias, Oliveira *et al.* (2015) classifica os tributos em impostos, taxas e contribuições de melhoria. Os impostos não estão relacionados com nenhuma contraprestação específica do Estado ao contribuinte. Já as taxas e as contribuições de melhoria possuem relação, ou seja, a primeira se relaciona aos serviços públicos específicos e a segunda pelos benefícios que as obras públicas trazem aos contribuintes.

Sabbag (2016) acrescenta ainda os Empréstimos Compulsórios e as Contribuições. Os empréstimos compulsórios resultam de finalidade específica emergencial como calamidades públicas, guerras ou investimento de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Já as contribuições visam a financiar a intervenção do Estado nos campos social e econômico, como é o caso das Contribuições Sociais, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e as Contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas.

## **Competências tributárias**

Competência tributária é a possibilidade de criar tributos, bem como legislar, arrecadar e administrar os mesmos (CARRAZZA, 2012). Ainda, segundo o mesmo autor, competência tributária é a atribuição que a Constituição transfere às pessoas jurídicas de direito público, para que, por meio de lei, possam tributar, bem como editar suas normas jurídicas.

Segundo a Constituição Federal, a competência tributária é indelegável. Machado (2011) acrescenta que cada entidade fica restrita a tributar nos limites que lhe foram constitucionalmente destinados. No que se refere à competência, o autor acrescenta que a competência, para instituir impostos, é dada na esfera federal, estadual e municipal.

De acordo com a Constituição Federal, compete à União estabelecer impostos sobre a importação de produtos estrangeiros; exportação de produtos nacionais ou nacionalizados; rendas; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro; propriedade territorial rural e grandes fortunas. Aos estados e ao Distrito Federal cabe estabelecerem impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação; operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e propriedade veicular. Já aos municípios, fica delegado o direito de instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana; transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direito e serviços de qualquer natureza (BRASIL, 2014).

## **Modalidades de tributação**

Os tributos podem incidir sobre o faturamento, o valor agregado e o resultado (OLIVEIRA, 2013). As modalidades de tributação para cálculo dos tributos de imposto de renda e contribuição social sobre os lucros obtidos pelas pessoas jurídicas, em determinado período, são o lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Sobre o faturamento, o recolhimento de impostos e contribuições devidas pelas micro e pequenas empresas pode ser mediante a opção pelo Simples Nacional (OLIVEIRA, 2013).

No Brasil são três as principais modalidades de tributação mais utilizadas pelas empresas; de acordo com suas atividades, são elas: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional.

## **Simples Nacional**

O Simples Nacional é um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Neste regime de tributação, os impostos e as contribuições são recolhidos mensalmente por meio de documento único de arrecadação, chamado Documento de Arrecadação do Simples (DAS) (HAUSER, 2017).

Instituído pela Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, o Simples Nacional abrange o recolhimento mensal de oito tributos, são eles: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o PIS/PASEP, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e Contribuição Patronal Previdenciária (CPP), a cargo da Pessoa Jurídica (BRASIL, 2006).

Fica estabelecido ainda que o valor do imposto a ser recolhido resulte da aplicação das alíquotas constantes na tabela do Anexo I da referida lei, sobre a receita bruta obtida no mês, sendo a opção por este regime irrevogável por todo ano-calendário (BRASIL, 2006).

A Lei Complementar n. 155, de 27 de outubro de 2016 trouxe alterações significativas ao regime de tributação do Simples Nacional. Dentre as principais mudanças, que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018, estão as alterações nos limites de faturamento para enquadramento das Empresas de Pequeno Porte que passam a ser de R\$ 3.600.000,00 para R\$ 4.800.000,00. Já as microempresas permanecem com o limite de receita bruta de até R\$ 360.000,00 ao ano (BRASIL, 2016).

Com a publicação da referida lei, a metodologia de cálculo do imposto também foi alterada, bem como excluída a Tabela VI e redefinidas as faixas de faturamento. O art. 18 da Lei Complementar n. 155/2016 determina o cálculo

por meio da aplicação da alíquota efetiva, que é obtida através da multiplicação da receita bruta dos últimos 12 meses pela alíquota nominal, subtraindo a parcela a deduzir. O resultado encontrado é dividido novamente pela receita bruta dos últimos 12 meses e, posteriormente, é aplicada a alíquota correspondente sobre o faturamento mensal. Todavia, quando a receita bruta acumulada excede R\$ 3,6 milhões, o ICMS e o ISS serão cobrados em separado e com todas as obrigações acessórias inclusas de uma empresa normal (BRASIL, 2016).

Calculo Alíquota Efetiva: RBT12xAliq-PD, em que:  
RBT12

I – RBT12: receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;

II – Aliq: alíquota nominal constante dos Anexos I a V da Lei Complementar 123/2006;

III – PD: parcela a deduzir constante dos Anexos I a V da Lei Complementar 123/2006.

Com a Lei n. 15.057/2017, foram instituídos, em 2018, alguns benefícios às empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul e enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. A partir de então, é possível reduzir da alíquota efetiva do período o percentual de redução de ICMS permitido por lei, para cada faixa de receita bruta acumulada (BRASIL, 2017).

## **Lucro presumido**

O Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999, regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. O art. 516 estabelece que a escolha pela tributação com base no lucro presumido é irretratável para todo ano-calendário e que seus períodos de apuração são trimestrais (BRASIL, 1999).

Podem optar pelo regime de tributação do Lucro Presumido, segundo a Instrução Normativa RFB n. 1700, de 14 de março de 2017, as pessoas jurídicas cuja receita seja igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 e que não estejam obrigadas à tributação com base no lucro real, cuja determinação da receita bruta se dá pelo regime de competência ou de caixa (BRASIL, 2017).

Segundo Hauser (2017), a base de cálculo de IRPJ e da CSLL nesta modalidade de tributação devem obedecer aos percentuais de presunção do lucro, aplicáveis sobre as receita brutas apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Percentuais de presunção por atividade

Atividade	IRPJ	CSLL
Revenda de combustível, derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural	1,6%	12%
Comércio, indústria, transporte de cargas, serviços hospitalares	8%	12%
Transporte de passageiros	16%	12%
Serviços em geral, intermediação de negócios, locação de bens	32%	32%

Fonte: Hauser (2017, p. 110 *apud* BRASIL, 1999).

Sobre as bases de cálculo obtidas com a aplicação dos percentuais da Tabela 1, aplica-se a alíquota normal de IRPJ de 15%, sendo acrescida em 10% a parcela de lucro que ultrapassar R\$ 20.000,00 mensais. Já para a CSLL, o percentual aplicado sobre a base de cálculo é de 9% (HAUSER, 2017).

## **Lucro real**

O lucro real é o lucro líquido do período, ou seja, o lucro contábil ajustado pelas adições, exclusões e compensações permitidas pela legislação do imposto de renda. Seus ajustes e a forma de cálculo devem ser descritos no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) (CHIEREGATO *et al.*, 2016).

O Decreto n. 3.000/99 estabelece a obrigação das pessoas jurídicas quanto à apuração do lucro real, conforme especificados no art. 246, com as alterações da Instrução Normativa RFB n. 1700/2017, art. 59, como sendo:

- a) quando a receita bruta ultrapassar R\$ 78.000.000,00, no ano-calendário anterior;
- b) cujas atividades sejam bancos, instituições financeiras, corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, empresas de seguros privados, entre outras;
- c) possuir rendimentos, ganho de capital e lucros obtidos do Exterior; e

d) que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios ou de *factoring*.

Segundo Chieregato *et al.* (2016), o lucro real pode ser apurado trimestral ou anualmente. A apuração trimestral deve ser feita mediante o levantamento das demonstrações contábeis com os devidos ajustes fiscais, a fim de se obter o resultado líquido do período, cujo encerramento ocorre em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro.

Na apuração anual, as empresas ficam obrigadas ao pagamento mensal por estimativa e quando do encerramento do exercício deverão realizar o cálculo do imposto devido, com base no lucro real anual apurado em 31 de dezembro e deverão elaborar uma declaração de ajuste. A diferença entre o valor apurado com base no lucro real anual e soma dos pagamentos por estimativa deverá ser pago ou compensado no ano-calendário seguinte (OLIVEIRA, 2013).

Para apuração do lucro estimado, aplicam-se sobre a receita bruta os mesmos percentuais apresentados na Tabela 1. Sobre as bases de cálculo obtidas, o lucro estimado ou o lucro líquido do período, aplica-se a alíquota normal de IRPJ de 15%, sendo acrescida em 10% a parcela de lucro que ultrapassar R\$ 20.000,00 mensais. No que se refere à CSLL, esta deve ser apurada da mesma forma que o IRPJ, mensal ou trimestral, sobre a mesma base de cálculo aplicando-se a alíquota de 9% (HAUSER, 2017).

## **Planejamento tributário**

Planejamento tributário é definido como uma atividade capaz de estudar os atos e negócios jurídicos que uma organização pretende realizar, a fim de atingir a maior economia fiscal possível (FABRETTI; FABRETTI, 2014).

Definida por Oliveira (2013) como umas das funções mais relevantes, no âmbito da Contabilidade Tributária, o planejamento tributário permite alcançar legalmente uma redução de tributos, por meio da atuação no controle fiscal de cada operação, possibilitando às empresas maior competitividade e rentabilidade nas suas atividades.

Fabretti e Fabretti (2014) complementam que isso é possível, identificando as alternativas legais e as lacunas existentes na legislação, que possibilitem a tributação menos onerosa possível para o contribuinte, sem ferir a lei.

Portanto, define-se elisão fiscal como

[...] um conjunto de sistemas legais, cujo objetivo é a redução, postergação e, até mesmo, a eliminação do recolhimento de tributos. O contribuinte tem o direito de estruturar seu negócio da melhor maneira que lhe pareça, procurando reduzir os custos empresariais. Se a forma adotada é jurídica e lícita, cabe à Fazenda Pública respeitá-la (OLIVEIRA, 2013, p. 194).

Fabretti (2016) acrescenta que o planejamento tributário é um instrumento de gestão tão necessário às empresas quanto qualquer outro planejamento, já que os gestores buscam constantemente a maximização dos lucros e a diminuição de perdas. Sem este instrumento, torna-se muito difícil manter-se competitivo e rentável, num mercado cada vez mais globalizado.

## **Metodologia**

Para Gil (2017), pesquisa é um procedimento organizado e racional, com o objetivo de responder aos problemas propostos, mediante conhecimentos existentes, métodos e técnicas de exploração científica.

Quanto aos procedimentos técnicos, o presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso, que consiste em um estudo aprofundado sobre um objeto, permitindo seu vasto e detalhado conhecimento (YIN, 2015). Ainda, segundo o mesmo autor, define-se como a investigação de fenômenos de vida real que não estão bem definidos e sobre as quais se pretende explicar e identificar suas variáveis causais.

Ainda, em relação aos procedimentos técnicos, esta pesquisa possui características de pesquisa documental, utilizando-se da consulta de materiais e documentos internos à organização, como documentos institucionais, pessoais e jurídicos, documentos eletrônicos, registros estatísticos, ou seja, qualquer documento que comprove um fato ou acontecimento (GIL, 2017).

Quanto aos objetivos, classifica-se como qualitativa que é utilizada quando se quer retratar mais profundamente o objeto de estudo por meio de levantamento e análise de dados, existindo influência direta do pesquisador

sobre a pesquisa (MASCARENHAS, 2012). Ainda, é definida como exploratória, pois permite descrever ou caracterizar de maneira aprofundada o problema de pesquisa, sendo necessário para isso o levantamento das variáveis que se quer conhecer (KÖCHE, 2015).

Para a realização do estudo de caso, tomou-se por base o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, levantados em 31 de dezembro de 2018, além de dados e informações obtidas com os proprietários e o escritório de contabilidade da empresa. Após o levantamento de dados, fez-se a tabulação dos mesmos em planilhas de Excel e, posteriormente, desenvolveu-se uma análise comparativa dos resultados encontrados. Desta forma, as receitas, os custos e as despesas referem-se ao período compreendido de janeiro a dezembro de 2018.

## **Estudo de caso**

A empresa objeto de estudo foi fundada no final da década de 1980. Trata-se de uma empresa familiar, composta por uma sociedade limitada. Situada na cidade de Antônio Prado – RS, iniciou suas atividades com a fabricação de pequenas máquinas de classificação de frutas por tamanho e peso, a fim de facilitar a vida dos produtores rurais.

Atualmente, conta com uma área fabril de 2000 m<sup>2</sup>, 14 colaboradores e atua na fabricação de máquinas e equipamentos para o beneficiamento de frutas, além da prestação de serviços de manutenção, reparação e instalação de seus produtos. Com equipamentos de última geração, desde tornos até máquinas de corte a *laser*, o produto é feito inteiramente pela empresa, possibilitando oferecer alta qualidade com a linha de produção eficiente.

A empresa atende à grande parte do País; seus principais clientes são produtores de frutas de caroço e concentram-se principalmente nos Estados de São Paulo, Rio Grande de Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, além de atuar nos Estados de Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Goiás. Já os fornecedores de matéria-prima e materiais concentram-se basicamente na Região Sul do País, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e no Estado de São Paulo.

Enquadrada como Empresa de Pequeno Porte (EPP), com faturamento anual entre R\$ 360.000,00 e R\$ 3.600.000,00, a empresa recolhe seus tributos com base no regime tributário do Simples Nacional. Com base nos dados obtidos e levando em consideração os regimes de tributação vigentes, será realizado um estudo para verificar qual a opção tributária mais vantajosa para a empresa em questão. Para a realização do referido estudo, analisou-se o período de janeiro a dezembro de 2018.

## **Simples Nacional**

Para o cálculo do Simples Nacional, foram levantados inicialmente os dados de faturamento bruto nos anos de 2017 e 2018 e após, realizado o cálculo da receita bruta acumulada dos últimos 12 meses.

A Figura 1 apresenta os percentuais de ICMS para as atividades de indústria e de comércio, além dos percentuais de redução de ICMS, que devem ser deduzidos da alíquota efetiva do Simples Nacional, considerando cada faixa de faturamento bruto acumulado. Também é apresentada a receita bruta acumulada mês a mês.

Figura 1 – Percentuais de redução de ICMS

RECEITA BRUTA ACUMULADA Últimos 12 meses (2018)	% ICMS INDUSTRIA	% ICMS COMERCIO	% REDUÇÃO ICMS
			10%
Janeiro R\$ 3.167.866,17	32,00%	33,50%	10%
Fevereiro R\$ 3.397.513,55	32,00%	33,50%	6%
Março R\$ 3.220.611,14	32,00%	33,50%	10%
Abril R\$ 2.987.102,56	32,00%	33,50%	10%
Maio R\$ 2.898.827,88	32,00%	33,50%	10%
Junho R\$ 3.231.477,46	32,00%	33,50%	10%
Julho R\$ 3.414.163,72	32,00%	33,50%	6%
Agosto R\$ 3.371.675,83	32,00%	33,50%	6%
Setembro R\$ 3.107.075,82	32,00%	33,50%	10%
Outubro R\$ 3.049.043,97	32,00%	33,50%	10%
Novembro R\$ 2.917.343,52	32,00%	33,50%	10%
Dezembro R\$ 2.817.829,08	32,00%	33,50%	10%

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Como a empresa desenvolve atividades como indústria, comércio e serviços, fez-se necessários encontrar as receitas mensais em cada situação. A Figura 2 apresenta o valor total de receita bruta mensal bem como os valores individuais por atividade.

Figura 2 – Receita bruta mensal em 2018

RECEITA BRUTA MENSAL					
	Venda	Revenda	Serviços	Ind. Por encomenda	Total
Janeiro	R\$ 433.130,84	R\$ 8.547,74	R\$ 1.231,00	R\$ -	R\$ 442.909,58
Fevereiro	R\$ 5.213,95	R\$ 30.087,65	R\$ -	R\$ 79.008,52	R\$ 114.310,12
Março	R\$ 289.856,99	R\$ 11.855,06	R\$ 2.391,33	R\$ -	R\$ 304.103,38
Abril	R\$ 132.000,00	R\$ 40.505,60	R\$ 210,00	R\$ 43.577,72	R\$ 216.293,32
Maio	R\$ 403.108,97	R\$ 7.142,69	R\$ 1.212,40	R\$ -	R\$ 411.464,06
Junho	R\$ 428.327,90	R\$ 10.032,39	R\$ 4.062,35	R\$ -	R\$ 442.422,64
Julho	R\$ 179.535,09	R\$ 10.100,54	R\$ -	R\$ -	R\$ 189.635,63
Agosto	R\$ 59.630,00	R\$ 6.355,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 65.985,46
Setembro	R\$ 10.500,00	R\$ 7.531,46	R\$ 1.470,00	R\$ -	R\$ 19.501,46
Outubro	R\$ 128.674,54	R\$ 49.873,84	R\$ -	R\$ -	R\$ 178.548,38
Novembro	R\$ 181.669,98	R\$ 18.173,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 199.843,21
Dezembro	R\$ 181.544,70	R\$ 30.210,81	R\$ 400,00		R\$ 212.155,51

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

A alíquota efetiva do período é obtida através da multiplicação da receita bruta dos últimos 12 meses pela alíquota nominal, subtraindo-se do valor a parcela a deduzir, informações constantes nos anexos I a III da Lei n. 123/2006, conforme faixa de enquadramento da empresa. O resultado encontrado é dividido novamente pela receita bruta dos últimos 12 meses e sobre a alíquota encontrada, aplica-se ainda o percentual de redução de ICMS, conforme a Figura 1 para então se obter a alíquota efetiva do período. A Figura 3 apresenta as alíquotas efetivas do Simples Nacional para o período em estudo.

Figura 3 – Alíquota efetiva

ALÍQUOTA EFETIVA SIMPLES NACIONAL			
	INDUSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS
Janeiro	11,5219%	11,0605%	16,8895%
Fevereiro	11,8660%	11,4095%	NÃO
Março	11,5739%	11,1135%	16,9683%
Abril	11,3588%	10,8940%	16,6419%
Maio	11,2679%	10,8018%	16,5042%
Junho	11,5830%	11,1229%	16,9824%
Julho	11,8843%	11,4280%	NÃO
Agosto	11,8513%	11,3944%	NÃO
Setembro	11,5228%	11,0617%	16,8911%
Outubro	11,4047%	11,0081%	NÃO
Novembro	11,3926%	10,9288%	NÃO
Dezembro	11,2924%	10,8267%	16,5413%

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Por fim, sobre a receita bruta mensal de cada atividade, é aplicado o percentual encontrado na Figura 3, para se obter o valor do imposto a pagar no período. A Figura 4 apresenta os valores do Simples Nacional, apurados de janeiro a dezembro de 2018.

*A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Figura 4 – Valores apurados pelo Simples Nacional

<b>SIMPLES NACIONAL</b>		
JAN	R\$	51.058,33
FEV	R\$	13.426,68
MAR	R\$	35.270,84
ABR	R\$	24.391,09
MAI	R\$	46.394,12
JUN	R\$	51.419,27
JUL	R\$	22.490,66
AGO	R\$	7.791,09
SET	R\$	2.289,79
OUT	R\$	20.249,84
NOV	R\$	22.683,11
DEZ	R\$	23.837,83
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>321.302,65</b>

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Apurados os valores do Simples Nacional do período, apresenta-se a Demonstração de Resultado do Exercício simplificada, conforme Figura 5.

Figura 5 – DRE pelo Regime do Simples Nacional

<b>SIMPLES NACIONAL</b>	<i>Em Reais (R\$)</i>
Receita Bruta	2.797.172,75
<b>SIMPLES NACIONAL</b>	(321.302,65)
ICMS	(17.905,76)
= Receita Líquida	2.457.964,34
- CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(1.734.634,98)
= Lucro Bruto	723.329,36
- Despesas Operacionais	(220.554,94)
- Resultado Financeiro	(50.575,40)
+ Outros resultados operacionais	21.962,95
 <b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>474.161,97</b>

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Nota-se que o percentual de tributos pagos, no regime de tributação pelo Simples Nacional, soma R\$ 339.208,41, o que representa 12,13% do faturamento bruto anual da empresa. O valor de ICMS corresponde ao diferencial de alíquota, ou seja, o ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual nas operações de compras de mercadorias de outros estados. Os valores do custo dos produtos vendidos, as despesas operacionais, o resultado financeiro e outros resultados operacionais foram obtidos através de dados e informações obtidas nas Demonstrações Contábeis da empresa.

### **Lucro Presumido**

Na opção pelo Lucro Presumido, realizou-se uma simulação de cálculo dos tributos que seriam pagos, caso a empresa optasse por essa modalidade tributária. Para tanto, tomou-se por base o mesmo período de um ano e considerou-se o percentual de 18% de ICMS e 10% de IPI.

Inicialmente, foram calculados os tributos sobre o faturamento. Para o cálculo de crédito sobre as compras, considerou-se o valor das compras do período excluídas as devoluções e, para os débitos apurados, tomou-se como base o faturamento anual excluídas as vendas canceladas. O PIS e COFINS nesta modalidade não permitem o aproveitamento de crédito nas compras, e seu percentual sobre as vendas é 0,65% e 3%, respectivamente.

Sobre a folha de pagamento há incidência de 8% de FGTS e 28,8% de INSS, cuja alíquota é composta em 20% de contribuição patronal, 5,8% para outras entidades e fundos e 3% para custeio do Seguro para Acidente de Trabalho e Riscos Ambientais do Trabalho (RAT/SAT).

Apurados os créditos e débitos dos tributos incidentes sofre o faturamento, bem como os tributos sobre a folha de pagamento, é apresentada na Figura 6 a Demonstração do Resultado do Exercício pelo Lucro Presumido.

Figura 6 – DRE pelo Lucro Presumido

<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		<i>Em Reais (R\$)</i>
+ Receita Bruta		2.797.172,75
ICMS sobre Vendas 18%	(503.491,10)	
IPI sobre vendas de 10%	(279.717,28)	
PIS sobre Vendas de 0,65%	(18.181,62)	
COFINS sobre Vendas de 3,0%	(83.915,18)	
+ Crédito		
ICMS: Valor Crédito sobre Compras	206.975,80	
IPI: Valor Crédito sobre Compras	114.986,56	
PIS: Valor Crédito sobre Compras	-	
COFINS: Valor Crédito sobre Compras	-	
= Receita Líquida		2.233.829,93
- CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(1.734.634,98)	
= Lucro Bruto	499.194,95	
- Folha de pagamento	(385.261,43)	
- Encargos sociais sobre Folha = 28,8%	(107.008,67)	
- Despesas Gerais	(151.586,77)	
- Resultado Financeiro	(50.575,40)	
- FGTS	(27.233,07)	
+ Outros resultados operacionais	21.962,95	
= RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/O LUCRO	<b>(200.507,44)</b>	
<b>Base de cálculo do Lucro Presumido CSLL</b>		
Industria > 12%	-	
Alíquota da CSLL de 9%	-	
<b>Base de cálculo do Lucro Presumido IR</b>		
Industria > 8%	-	
Alíquota do IR de 15%	-	
Adicional de IR se > 20 mil reais 10%	-	
<b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(200.507,44)</b>	

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

A tributação nesta modalidade representa uma carga tributária de 24,94% do faturamento bruto da empresa, atingindo um total de R\$ 697.584,56.

## Lucro Real

Da mesma forma, na opção pelo Lucro Real, realizou-se uma simulação de cálculo dos tributos que seriam pagos, caso a empresa optasse por este regime tributário. Para tanto, tomou-se por base o mesmo período de um ano, bem como o percentual de 18% de ICMS e 10% de IPI.

Inicialmente, foram calculados os tributos incidentes sobre o faturamento. Para o cálculo de crédito sobre as compras, considerou-se o valor das compras do período excluídas as devoluções, e para os débitos apurados, tomou-se como base o faturamento anual excluídas as vendas canceladas.

Nesta modalidade de tributação, existe a não cumulatividade do PIS e da COFINS, ou seja, a possibilidade de aproveitamento de créditos nas compras. Desta forma, as alíquotas passam a ser 1,65% para o PIS e 7,60% para a COFINS. Sobre a folha de pagamento permanece a mesma regra do Lucro Presumido, isto é, 8% de FGTS e 28,8% de INSS.

Apurados os créditos e débitos dos tributos incidentes sofre o faturamento, bem como os tributos sobre a folha de pagamento, é apresentada na Figura 7 a Demonstração do Resultado do Exercício pelo Lucro Real.

Figura 7 – DRE pelo Lucro Real

<b>LUCRO REAL</b>		<i>Em Reais (R\$)</i>
+ Receita Bruta		2.797.172,75
ICMS sobre Vendas 18%		(503.491,10)
IPI sobre vendas de 10%		(279.717,28)
PIS sobre Vendas de 1,65%		(46.153,35)
COFINS sobre Vendas de 7,6%		(212.585,13)
+ Crédito		
ICMS: Valor Crédito sobre Compras		206.975,80
IPI: Valor Crédito sobre Compras		114.986,56
PIS: Valor Crédito sobre Compras		18.972,78
COFINS: Valor Crédito sobre Compras		87.389,78
= Receita Líquida		2.183.550,83
- CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(1.734.634,98)
= Lucro Bruto		448.915,85
- Folha de pagamento		(385.261,43)
- Encargos sociais sobre Folha = 28,8%		(107.008,67)
- Despesas Gerais		(151.586,77)
- Resultado Financeiro		(50.575,40)
- FGTS		(27.233,07)
+ Outros resultados operacionais		21.962,95
= RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/O LUCRO		<b>(250.786,55)</b>
CSLL de 9%		-
IR de 15%		-
Adicional de IR se > 20 mil reais 10%		
<b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(250.786,55)</b>

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

O resultado encontrado pelo Lucro Real também foi negativo em R\$ 250.786,55; por este motivo não foram calculados os valores de IRPJ e CSLL do período. Através deste regime tributário, os tributos recolhidos totalizam R\$ 747.863,67, o que equivale a 26,74% do faturamento bruto da empresa.

A Figura 8 apresenta um comparativo dos valores totais de tributos apurados em cada modalidade tributária, no período analisado.

Figura 8 – Comparativo Tributário



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Verifica-se que o Simples Nacional é a opção menos onerosa para a empresa, representando 12,13% do faturamento bruto anual. Já a opção pelo Lucro Presumido representaria 24,94% e pelo Lucro Real 26,74%.

Logo, a opção pelo Simples Nacional continua sendo a mais viável dentre as modalidades tributárias. Isso ficou comprovado também pelo fato de ser a única modalidade tributária em que a empresa apresentou lucro. Observando os tributos separadamente, dentre os mais significativos estão o ICMS e o IPI que juntos representam 61,68% dos tributos totais apurados no período na modalidade tributária do Lucro Real e 66,12% no Lucro Presumido. Em seguida, como terceiro tributo mais impactante, para a opção Lucro Real vem a COFINS representando 16,74%, e para o Lucro Presumido, aparece o INSS contribuição patronal com 15,34%.

## Considerações finais

A elevada carga tributária brasileira é um dos fatores mais relevantes no resultado financeiro das empresas. Diante disso, fica evidente a importância de um planejamento tributário nas organizações, a fim de fazer a escolha da melhor

modalidade tributária, que, segundo Bisolo e Baggio (2012), pode elevar ao máximo os resultados das empresas refletindo na lucratividade do negócio.

O presente estudo tem por objetivo avaliar a forma de tributação de uma empresa industrial de pequeno porte, fabricante de máquinas para a fruticultura, situada no município de Antônio Prado – RS. Para isso, realizou-se um comparativo por meio de uma simulação de cálculo entre as modalidades de tributação, o Simples Nacional, o Lucro Real e o Lucro Presumido.

Através dos resultados obtidos, foi possível concluir que o Simples Nacional continua sendo a opção mais vantajosa para a empresa em estudo, por apresentar a menor carga tributária em relação ao faturamento e por gerar margem de lucro, diferentemente das demais situações.

A análise deste estudo permite concluir ainda que a opção pelo Lucro Presumido representaria um aumento de tributos de 105,65% e pelo Lucro Real um aumento de 120,47% em comparação com o total apurado pelo Simples Nacional.

Os resultados encontrados são muito parecidos com os de Costa (2017), que demonstram que tanto o lucro quanto os tributos são mais vantajosos com o Simples Nacional e variam pouco entre o Lucro Real e Presumido.

Para os próximos estudos sugere-se analisar um período mais longo de tempo, a fim de se obter conclusões mais assertivas a respeito dos resultados encontrados nesta pesquisa. Contudo, destaca-se a necessidade de um planejamento tributário com acompanhamento contínuo, visto que muitas variáveis podem influenciar no cálculo dos tributos e na escolha da melhor opção tributária para a empresa anualmente.

#### **Referências**

- BISOLO, T.; BAGGIO, D. K. Planejamento tributário: estudo do regime tributário menos oneroso para indústria. *Revista de Administração IMED*, v. 2, n. 3, p. 195-206, 30 dez. 2012. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/250>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- BRASIL; CARRAZZA, R. A. (org.). *Código tributário nacional; Código de processo civil; Constituição Federal; Legislação tributária e processual tributária*. 5. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- BRASIL. **Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3000-26-marco-1999-369704-norma-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

**BRASIL. Instrução Normativa RFB n. 1700, de 14 de março de 2017.** Dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, no que se refere às alterações introduzidas pela Lei n. 12.973, de 13 de maio de 2014. Disponível em:  
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=81268&visao=anotado>. Acesso em: 20 set. 2018.

**BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2006/leicomplementar-123-14-dezembro-2006-548099-publicacaooriginal-63080-pl.html>. Acesso em: 23 set. 2018.

**BRASIL. Lei Complementar n. 155, de 27 de outubro de 2016.** Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis ns. 9.613, de 3 de março de 1998; 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2016/leicomplementar-155-27-outubro-2016-783850-publicacaooriginal-151329-pl.html>. Acesso em: 23 set. 2018.

**BRASIL. Lei Complementar n. 15.057, de 27 de Dezembro de 2017.** Altera a Lei n. 13.036, de 19 de setembro de 2008, que institui benefícios aplicáveis às empresas estabelecidas no estado e enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. Disponível em:  
<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2015.057.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CARRAZZA, R. A. **Curso de direito constitucional tributário.** 28. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.

CHIEREGATO, R. et al. **Controle tributário para administradores e contadores.** São Paulo: Atlas, 2016.

COSTA, G. S. **Lucro real x lucro presumido x simples nacional:** um comparativo entre os regimes de tributação. 2017. 22 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – Fatecs, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, Brasília, 2017. Disponível em: <http://eds.a.ebscohost.com>. Acesso em: 16 jun. 2018.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FABRETTI, L. C.; FABRETTI, D. R. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

HAUSER, P. **Contabilidade tributária:** dos conceitos à aplicação. Curitiba: Intersaber, 2017.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- MACHADO, H. B. **Curso de direito tributário**. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MASCARENHAS, S. A. (org.). **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2012.
- Ministério da Fazenda (Ed.). **Carga tributária no Brasil 2016**: análises por tributos e bases de incidência, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-56, 1º dez. 2017. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-2016.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- OLIVEIRA, G. P. **Contabilidade tributária**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
- OLIVEIRA, L. M. et al. **Manual de contabilidade tributária**: textos e testes com as respostas. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- PUCCINELLI JÚNIOR, A. (org.). **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SABBAG, E. **Direito tributário**. Rio de Janeiro: Método, 2016.
- SAMPAIO, L. E. T.; MARQUES, H. R. A importância do planejamento tributário nas micro e pequenas empresas. **Revista Controle Doutrina e Artigos**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 199-217, 1º jun. 2015. Semestral. Disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/edicoes/revista-controle-volume-xiii-n-1-junho-2015>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- SCHOUERI, L. E. **Direito tributário**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- VELLO, A. P. C.; MARTINEZ, A. L. Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 117-140, 26 ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/issue/view/2162>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

# 26

## Sustentabilidade ambiental em meios de hospedagem na Serra gaúcha: um estudo dos hotéis de Caxias do Sul (RS)

Bruna Rosa Leston<sup>1</sup>

Marlei Salete Mecca<sup>2</sup>

**Resumo:** O setor hoteleiro é um elemento-chave do turismo, e sua atividade pode gerar impactos ambientais que necessitam ser gerenciados. Diante desse fato, a pesquisa justifica-se pela incipiente de dados a respeito desse tema e, também, para ressaltar a importância da sustentabilidade ambiental não só em estabelecimentos turísticos, mas também durante toda a atividade turística. O objetivo da presente pesquisa consiste na apresentação das ações de sustentabilidade ambiental nos hotéis de Caxias do Sul, através de pesquisa de campo em seus websites. Como objetivos específicos, têm-se a identificação das práticas sustentáveis, identificação da maneira como os MH divulgam as ações de sustentabilidade e se essas ações podem ser um atrativo para os hóspedes. O método utilizado nesta pesquisa é o indutivo, por abordar argumentos observacionais. Quanto à abordagem, a pesquisa é descritiva, por expor características de uma população ou fenômeno. Constatou-se que alguns dos hotéis pesquisados desenvolvem ações relacionadas à sustentabilidade ambiental, mas que não divulgam claramente em seus websites. A contribuição desta pesquisa está na sugestão de ampliação de ações e/ou inserção das medidas sustentáveis realizadas pelos hotéis em seus websites, para que os hóspedes possam estar cientes de que estão escolhendo um meio de hospedagem que se preocupa com as gerações futuras e com o meio ambiente.

**Palavras-chave:** Hotéis. Sustentabilidade ambiental. Ações sustentáveis.

### Introdução

A atividade turística está em ascensão, é um dos fenômenos econômicos, sociais e culturais mais notáveis de todos os tempos. O setor hoteleiro é um elemento-chave do turismo, e sua atividade pode gerar impactos ambientais que necessitam ser gerenciados. Desta forma, esse crescimento reflete-se diretamente no setor hoteleiro; com isso, esse mercado mostra-se cada vez mais competitivo, pois há diversas ramificações e opções de escolha no cenário atual. Nesse contexto, é necessário que os Meios de Hospedagem (MH) encontrem

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, RS PPGTURH. <http://lattes.cnpq.br/4021314299718418>. E-mail: brl-bruna@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia de Produção, UFSC.  
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4562575H1>. E-mail:  
msmecca@ucs.br

maneiras que os diferenciem, para que o cliente possa optar por serviços/produtos que supram suas necessidades e expectativas.

Paralelamente a esse cenário de busca por diferenciação no mercado, os meios de hospedagem possuem a possibilidade/opção de aprimorar e otimizar os serviços, levando em consideração práticas/ações sustentáveis.

A pesquisa justifica-se pela incipienteza de dados a respeito desse tema e, também, para ressaltar a importância da sustentabilidade ambiental não só em estabelecimentos turísticos, mas também durante toda a atividade turística. Dessa maneira, comprehende-se que cabe investigar como o tema é tratado no meio acadêmico e nos empreendimentos hoteleiros.

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa consiste na apresentação das ações de sustentabilidade ambiental nos hotéis de Caxias do Sul, através de pesquisa de campo *on-line* em seus *websites*. A pesquisa tem como objetivos específicos a identificação das práticas sustentáveis, identificação de como os MH divulgam as ações de sustentabilidade e se essas ações podem ser um atrativo para os hóspedes.

Reforçando sua responsabilidade com o meio ambiente, muitos empreendimentos hoteleiros buscam, através dos seus serviços, estar cada vez mais alinhados com questões relacionadas à sustentabilidade, utilizando produtos ecologicamente corretos e apostando em medidas que visam à redução dos impactos ambientais.

Essas medidas são importantes não somente para a manutenção do meio ambiente, como também para o próprio estabelecimento hoteleiro, na questão financeira, além de ser utilizado como forte estratégia de *marketing* perante seus hóspedes e concorrentes.

## **Sustentabilidade no turismo**

A palavra *sustentabilidade* pretende refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento (ASHTON, 2005, p. 108), buscando o equilíbrio entre a econômica, natureza e o social. Para Boff sustentabilidade é

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

[...] toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (2012, p. 1).

De acordo com Lamas (2015, p. 148), “os problemas relacionados ao meio ambiente natural e à sua conservação constituem um obstáculo à sociedade, que é chamada a reagir para minimizá-los. E o turismo, enquanto um fenômeno social, é também convocado a adequar suas atividades, uma vez que estas trazem impactos no meio em que se desenvolvem”. Para César (2011, p. 25), o turismo está inserido nas relações da sociedade contemporânea; ainda considera o turismo “[...] como consequência da utilização do tempo não empregado para a atividade de trabalho, entre outros fatores socioeconômicos”.

No Quadro 1 é possível verificar os impactos positivos e negativos que o turismo pode gerar em diversas áreas de abrangência.

Quadro 1 – Impactos do turismo

ÁREA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Economia	Receitas, emprego, nível de vida da população local, atração de investimentos	Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perdas dos investimentos alternativos
Turismo e comércio	Reconhecimento da região, novas infraestruturas, maior acessibilidade	Preços mais elevados, desenvolvimento descontrolados do comércio local
Sociedade e cultura	Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e das tradições locais	Comercialização sazonal de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abuso de drogas e álcool)
Psicologia	Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro	Atitudes defensivas em face de outras culturas, hostilidades por dificuldade de comunicação
Política e Administração	Desenvolvimento local integrado	Mau-planejamento, segregação socioambiental
Meio ambiente	Novas infraestruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável	Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos

Fonte: Droulers e Milani (2002, p. 8).

Os impactos positivos e negativos detalhados no Quadro 1 apresentam a interferência do turismo nas áreas de econômica, social, cultural, política e de administração e no meio ambiente, foco deste trabalho.

## **Sustentabilidade ambiental em meios de hospedagem**

A qualidade do ambiente, tanto natural como aquele que é criado pelo homem, é importante para a atividade turística. A relação do turismo com o ambiente é complexa, tendo em vista que se trata de um setor que desenvolve diversas atividades com o meio no qual está inserido, e estas podem causar impactos. Sendo assim, é importante a conscientização de que os impactos do desenvolvimento do turismo podem acabar degradando o meio ambiente.

A preservação ambiental e programas de melhoramento são fundamentais tanto para a conscientização dos turistas como da população local e dos prestadores de serviços. Cooper *et al.* (2002, p. 184) afirmam que “não é possível desenvolver turismo sem que ocorram impactos ambientais, mas é possível, com o planejamento correto, gerenciar o desenvolvimento turístico, com o objetivo de minimizar os impactos negativos”, ao mesmo tempo em que são estimulados os impactos positivos”. Beni ressalta que o subsistema ambiental

tem como principal elemento a contemplação e o contato com a natureza. Nele são analisados os fatores: espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e consequências do turismo sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um desses fatores (2008, p. 57).

Segundo Ascanio (2003, p. 14) alojamento hoteleiro é “[...] o espaço organizado para oferecer bem-estar recreativo ao turista, dentro do mesmo hotel e em seu entorno imediato”. Ainda de acordo com o mesmo autor (2003, p. 15), alojamento turístico hoteleiro sai das fronteiras do próprio hotel, para se relacionar com a paisagem que o rodeia e com outros negócios. Diante disso, Guardani afirma que,

dependendo das características do público que se deseja atingir, os estabelecimentos hoteleiros devem apresentar características diferentes entre si no que tange os fatores como localização, infraestrutura, conforto, forma de atendimento. Características e públicos diferentes levam a

diferentes preços a serem cobrados pelos serviços e necessitam de diversificadas formas de divulgação e venda (2006, p. 5).

Para Petrocchi (2007, p. 2) “[...] a hotelaria é uma parte do sistema de turismo e, como tal, interage com as demais partes”. Nesse sentido, percebe-se que os meios de hospedagem são importantes no setor turístico, visto que eles possibilitam que o turista fique hospedado no seu destino turístico, fazendo com que conheça os atrativos da cidade e usufrua de serviços de bares e restaurantes e do transporte. Ainda, sobre o serviço de hospedagem, destaca-se

[...] que a Hotelaria sempre esteve presente no percurso da história humana e participou ativamente no desenvolvimento econômico brasileiro e mundial, da Era Antiga aos dias atuais; estando sempre atrelada a atividade turística e a evolução tecnológica que proporcionou: melhores condições de transporte aéreo com ascensão da indústria aeronáutica dos aviões a jato e grandes aviões, a sofisticação dos navios de cruzeiros, os ônibus especiais para transporte de passageiros e principalmente a evolução da comunicação (PEREIRA; COUTINHO, 2007, p. 14).

O meio de hospedagem é um dos principais eixos do turismo, pois possibilita a permanência do turista no destino turístico. É importante para a sociedade, para o meio ambiente e, também, para a economia que os estabelecimentos hoteleiros levem em consideração os impactos que podem causar, tanto positivos quanto negativos. De acordo com Swarbrooke:

A gestão das operações de turismo, sejam elas de hospedagem, atrações ou viagens aéreas, por exemplo, tem implicações de grande importância para a sustentabilidade do turismo. Quando um hotel ou parque temático já está construído, a forma de administrá-lo no dia-a-dia determina o seu impacto sobre o entorno, e se será, ou não, sustentável (2000, p. 43).

O turismo possui laços com diversos segmentos de uma destinação turística e para que isso continue acontecendo é necessário que haja uma relação de permuta entre os empreendimentos turísticos, a sociedade, o ambiente e a economia, com foco na sustentabilidade. Segundo Romeiro (2012, p. 65) “[...] para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou includente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado)”.

A questão da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental deve ser uma preocupação coletiva, indo além dos estabelecimentos de hospedagem. É

importante que o turista também se preocupe com as questões ambientais e procure por meios de hospedagem que ofereçam ações que melhor se adequem à sustentabilidade. Conforme De Conto (2005), “as ações ambientais em empreendimentos hoteleiros abrangem as áreas de energia, resíduos sólidos, água, efluentes, emissões, educação ambiental, programas de sensibilização, aspectos de mercado (legislação, tecnologias) e fornecedores”. Os estudos realizados por De Conto e Zaro (2011) afirmam que é importante expor as medidas que estão sendo tomadas em prol da sustentabilidade ambiental para conhecimento de todos, salientando aos hóspedes que o estabelecimento se preocupa com boas práticas relacionadas ao meio ambiente.

## **Metodologia**

O método utilizado nesta pesquisa é o indutivo, por abordar argumentos observacionais. Quanto à abordagem, a pesquisa é descritiva, por expor características de uma população ou fenômeno. Segundo Veal (2011, p. 29) “[...] a pesquisa descritiva é muito comum na área de lazer e turismo por três motivos: o caráter incipiente do ramo, a natureza mutante dos fenômenos estudados e a frequente separação entre pesquisa e ação”. Para Godoy (1995, p. 63), quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando à nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados.

O estudo é qualitativo, por enfatizar a análise de informações disponibilizadas nos *websites* de meios de hospedagem. A pesquisa qualitativa “[...] tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação” (MAANEN, 1979, p. 520).

Quanto ao objetivo, a pesquisa é de natureza descritiva, consiste na apresentação das ações de sustentabilidade ambiental nos hotéis de Caxias do Sul, através de pesquisa *on-line* em seus *websites*. A pesquisa tem como objetivos específicos a caracterização dos hotéis pesquisados, a identificação das práticas sustentáveis, a identificação de que maneira os MH divulgam as ações

de sustentabilidade, e se essas ações podem ser um diferencial para os hóspedes.

### **Procedimentos de coleta e análise dos dados**

Para a coleta de dados, analisaram-se os *websites* dos estabelecimentos hoteleiros, em busca de conteúdo informativo a respeito de práticas sustentáveis, processos e ações ligados à sustentabilidade. Essa busca teve o intuído de verificar se os hotéis informam aos hóspedes as medidas que são desenvolvidas para minimizar os impactos ambientais causados por eles. Um exemplo de ações simples, que não possuem alto custo e que podem ser adotadas pelos hotéis, são informativos para redução de água e energia elétrica, reutilização das toalhas de banho “pendure se for reutilizar e deixe no chão, se for para lavarem”, reutilização de copos descartáveis, entre outros itens.

Os dados foram coletados no mês de agosto de 2019, através do acesso ao *website* de cada hotel. Nos hotéis foram analisados o conteúdo informativo a respeito de práticas sustentáveis, ações sustentáveis, processos e procedimentos utilizados e todo e qualquer tópico que faça referência à sustentabilidade ambiental. Complementarmente, foram coletadas informações em *sites* de revistas que abordam temas ligados aos hotéis.

### **Amostra e análise dos dados**

A amostra de hotéis foi selecionada através do *website tripadvisor*; no total foram encontrados 15 estabelecimentos hoteleiros, utilizando o filtro *hotéis*, sendo que, destes, dois não se enquadram na categoria hotel, pois um é uma pousada e o outro um motel. Nesta pesquisa, não será utilizado o nome dos hotéis analisados, a fim de não expor os empreendimentos hoteleiros. Será utilizada a nomenclatura de Hotel 1 a Hotel 13. Serão descritas o número de unidades habitacionais e todas as informações coletas em seus *websites* e em revistas hoteleiras *on-line*.

O Hotel 1 dispõe de 132 unidades habitacionais; em seu *site* não consta especificamente ações de sustentabilidade. O Hotel faz parte de uma rede hoteleira, expõe em seu *website* como a rede foi criada, informações a respeito de sua missão, visão e valores. Na parte institucional, o hotel informa o

compromisso de oferecer o inusitado e surpreender. E é dessa maneira que são formados todos os colabores da rede, visando sempre a transformar cada serviço em uma possibilidade de encantamento. A meta é oferecer aos clientes experiências únicas, despertar seus sentidos, suas sensações. Vale salientar também que, em 2015, um dos hotéis da rede recebeu a certificação internacional em sustentabilidade concedida pelo *Green Building Council Brasil* (REVISTA HOTÉIS, 2015).

O Hotel 2 possui 120 unidades habitacionais e faz parte de uma rede gaúcha de hotéis que dispõe também de hotéis em Portugal. O Hotel 2 criou um projeto chamado “Hotel ecologia”. Com a certeza de que é preciso crescer de forma sustentável e preservando o meio ambiente, a rede adotou o projeto com os colaboradores, fornecedores e hóspedes. O objetivo do programa é minimizar o consumo de recursos naturais e o impacto no meio ambiente. Para isso, a rede investe na economia de energia e água, além de reciclar todos os resíduos com empresas comprometidas. O *slogan* do hotel a respeito da sustentabilidade é “Acreditamos que é mudando o momento presente que preservamos o futuro”.

A gaúcha Rede de Hotéis participa do Projeto Arborizar em parceria com a prefeitura e outras empresas. Com o intuito de aumentar o número de árvores na cidade, o grupo financiou o plantio de 80 mudas em três endereços. O Projeto Arborizar ainda irá distribuir cerca de 600 cartilhas nas escolas da rede pública e privada, em atividades sustentáveis para alunos dos terceiros anos do Ensino Fundamental, visando a promover a conscientização da preservação do meio ambiente (*Hoteleir News*, 2019). Com esses projetos, percebe-se que o Hotel 2 está inserido em uma rede de hotéis que se preocupa com as cidades das quais fazem parte e, também, com a preservação ambiental e com as gerações futuras.

O Hotel 3 possui 142 unidades habitacionais e é um hotel independente. Em seu *site* não constam especificamente ações que são realizadas em prol da sustentabilidade. O Hotel 3 afirma estar em constante evolução, no que se refere à qualidade de serviços e produtos, tendo como principal objetivo a excelência e a satisfação de seus clientes.

O Hotel 4 possui 112 unidades habitacionais e faz parte de uma rede nacional de hotéis. Com um atendimento próximo e fácil, tem o compromisso de entregar serviços que facilitem a vida dos hóspedes, atendendo às necessidades de quem viaja tanto a negócios quanto a lazer. De acordo com a *Hoteleir News*

(2018), a rede aderiu à cultura do *plastic free*, o setor de Alimentos & Bebidas não ofertará mais canudos na venda de sucos e outras bebidas. A medida é válida para todos os restaurantes e bares dos hotéis da empresa, e inclui ainda o serviço de quarto. Para os hóspedes que solicitarem, o fornecimento será sob demanda e os canudos serão de papel, pois não agredem o meio ambiente.

Dados divulgados pelo projeto Biodiversidade dão conta de que 100 milhões de animais marinhos morrem cada ano devido à poluição por plástico no oceano. Ainda assim, a rede resolveu ouvir seus clientes, antes de tomar qualquer decisão. Segundo o levantamento feito pela rede, 93% do público foi favorável à sugestão da retirada do item. *Hoteleir News* (2018). Percebe-se que a rede, da qual faz parte o Hotel 4, está começando com ações mais brandas que não requerem mudanças em sua infraestrutura, como, por exemplo, utilização de placas solares e captação de água da chuva.

O Hotel 5 possui 90 unidades habitacionais; é um hotel independente, em seu *website* não foi possível encontrar ações de sustentabilidade. Entretanto, percebe-se que o hotel tem o compromisso de prestar serviços com qualidade. Afirma que possui o melhor custo/benefício com a segurança de 40 anos de tradição e o conforto de quem sempre se renova para atender cada vez melhor. Eficiência e conforto, esse é o lema do empreendimento hoteleiro.

O Hotel 6 possui 204 unidades habitacionais, é o único meio de hospedagem que possui em seu *website* uma aba específica para as ações de sustentabilidade desenvolvidas. Este hotel tem o compromisso com projetos socioculturais que fomentam a arte e a cultura. Com o principal foco em crianças e adolescentes, cada projeto é ligado ao bem-estar e ao desenvolvimento cultural, intelectual e humanitário. O hotel conta também com ações diretamente ligadas à responsabilidade ambiental, em que o principal foco é promover práticas cada vez mais sustentáveis.

O Hotel visa a construir um mundo cada vez melhor; por isso, utiliza e reutiliza de maneira inteligente as matérias-primas naturais, favorecendo fontes de energia renováveis e prezando pelo cuidado com a natureza, buscando a melhoria contínua através da educação ambiental e do respeito com o ecossistema. Utiliza também os tópicos “educação ambiental”, “reutilização inteligente”, “respeito ao meio ambiente” e “eficiência energética”. Levando em consideração que o turismo e a hotelaria possuem laços com diversos segmentos

de uma destinação turística, faz-se necessário que os empreendimentos hoteleiros tenham uma excelente relação com a sociedade, ambiente e economia, com foco na sustentabilidade geral.

O Hotel 7 possui 100 unidades habitacionais, em seu *website* promete melhor custo e benefício. Suas comodidades incluem apartamentos acessíveis para pessoas com locomoção reduzida. Pode-se interpretar esse quesito como uma preocupação em relação à sustentabilidade social e ao bem-receber e atender às necessidades dos hóspedes.

O Hotel 8 possui 48 unidades habitacionais, no *website* do hotel há roteiros turísticos de Caxias do Sul e atrativos, para que o hóspede efetue sua reserva e possa verificar quais locais gostaria de conhecer. O hotel reforça a questão do turismo em seu entorno e localiza-se na região central da cidade.

O Hotel 9 possui 72 apartamentos em forma de *studio*, com sacada. Dispõe também de apartamento para cadeirantes e pessoas com baixa mobilidade. Além de hotel serve também como moradia pessoal. Não foi localizado em seu *website* informações acerca de ações sustentáveis, mas, ao visualizar as imagens de suas dependências, é possível verificar que possui boa iluminação natural, diminuindo assim o uso de energia elétrica.

O Hotel 10 não possui *website* e não foi possível localizar o número de unidades habitacionais, entramos em contato via telefone, mas o estabelecimento está passando por uma reestruturação e troca de nomenclatura.

O Hotel 11 possui 140 acomodações; este meio de hospedagem faz parte de uma rede que é líder na categoria econômica no Brasil e na Europa; têm mostrado responsabilidade corporativa há alguns anos, avaliando o impacto que seus negócios têm sobre o meio ambiente. As ações ambientais da rede seguiram a liderança dos fundadores da rede, adotando recomendações da Carta Ambiental da Indústria Hoteleira, lançada em 1998, e participam ativamente de diversas iniciativas locais do programa *Earth Guestr*. (IDEA SUSTENTÁVEL, 2009).

Além da preocupação com as ações ambientais, a rede de hotéis da qual o hotel faz parte, está engajada há muitos anos e não se cansa de fazer suas práticas evoluírem. Com o programa Planet 21, o Grupo demonstra objetivos para 2020, articulados em quatro eixos estratégicos: agir com seus

colaboradores, envolver seus clientes, inovar em conjunto com seus parceiros e agir com as comunidades locais.

Alguns exemplos que a rede expõe, em seu *website*, são: os meios de hospedagem convidam seus hóspedes a reutilizarem as toalhas de banho e informam que a economia de luz e água financia a plantação de árvores. Assim, uma árvore é plantada por minuto; concepção ecológica: sabonetes, géis de banho, xampus disponíveis nos quartos têm selo ecológico e também produtos de limpeza; alimentação saudável e sustentável: oferecer uma alimentação saudável equilibrada e com qualidade, uso de insumos plantados nas hortas dos hotéis e produtos locais, redução de desperdício e substituição de espécies de peixes ameaçadas em seus cardápios. Percebe-se que o hotel faz parte de uma rede que se preocupa com a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Esse hotel reforça sua responsabilidade com o meio ambiente, pois utiliza produtos ecologicamente corretos e aposta em medidas que visam à redução dos impactos ambientais.

O Hotel 12 possui 74 unidades habitacionais; sua proposta é oferecer uma ótima infraestrutura com melhor preço. Em seu *website* não foram localizadas práticas sustentáveis que o meio de hospedagem possa praticar.

O Hotel 13 possui 54 acomodações e está localizado no centro da cidade. Possui um *website* simples, com apenas um tópico e galeria de fotos. O hotel destaca a promoção do turismo no Rio Grande do Sul e, em especial, na cidade de Caxias do Sul.

Com a análise dos *websites* dos hotéis pesquisados, pode-se perceber que alguns utilizam ações sustentáveis. Verifica-se também que as ações são ainda singelas ou os hotéis não estão publicando e divulgando suas práticas. Verificando as publicações de revistas que tratam de assuntos relacionados aos hotéis, foi possível encontrar algumas ações da rede hoteleira pesquisada. Algumas das ações encontradas nas revistas não estão ou não foram encontradas publicadas nos *sites* dos hotéis e, diante disso, sugere-se o registro de tais ações.

## **Considerações finais**

A presente pesquisa teve como objetivo a apresentação das ações de sustentabilidade ambiental nos hotéis de Caxias do Sul, através de pesquisa *on-line* em seus *websites*. Complementarmente, também foram consultados os *websites* de revistas que abordam temas relacionados aos hotéis. Este objetivo foi alcançado, tendo em vista que apenas um dos hotéis não possuía *website*, pois está passando por reestruturação.

Foi possível verificar que cinco hotéis estão desenvolvendo práticas sustentáveis na dimensão social. Cabe ressaltar a forma como as informações a respeito das práticas sustentáveis são divulgadas pelos hotéis, pois não ficam explícitas em seus próprios *websites*, a maioria estão em *links* de notícias e revistas hoteleiras das quais normalmente os hóspedes desconhecem a existência.

A contribuição desta pesquisa está na inserção das medidas sustentáveis realizadas pelos hotéis em seus *websites*, para que os hóspedes possam estar cientes de que estão escolhendo um meio de hospedagem que se preocupa com as gerações futuras e com o meio ambiente.

Vale salientar que, dentre os 13 hotéis pesquisados, apenas um utiliza ações de sustentabilidade, como forma de *marketing* perante seus hóspedes. Os estudos realizados por De Conto e Zaro (2011) afirmam que é importante expor as medidas que estão sendo tomadas em prol da sustentabilidade ambiental para conhecimento de todos, salientando aos hóspedes que o estabelecimento se preocupa com boas práticas relacionadas ao meio ambiente.

#### **Referências**

- ASHTON, S. M. O planejamento do turismo: investigação para o desenvolvimento sustentável. *Gestão e Desenvolvimento*, v. 2, n. 1, p. 105-112, 2005. Disponível em:  
<http://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1070>. Acesso em: 5 abr. 2018.
- BOFF, L. **Sustentabilidade:** tentativa de definição. 2012. Disponível em:  
<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>. Acesso em: abr. 2019.
- CESAR, P. A. B. **Turismo e desenvolvimento sustentável:** análise dos modelos de planejamento turístico. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.
- DE CONTO, S. M. Gerenciamento de resíduos sólidos em meios de hospedagem. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005. p. 817-826.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- DE CONTO, S. M; ZARO, M. O hóspede como fator decisivo na adoção de políticas e práticas ambientais em meios de hospedagem. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul/RS, v. 3, n. 3, p. 337-358, 2011.
- DROULERS, M., MILANI, C. **Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal – Cabo Verde**. Paris: UNESCO, 2002.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- LAMAS, S. Gestão de resíduos sólidos em meios de hospedagem: um estudo de caso do projeto lixo mínimo do Hotel Bühler em Visconde de Mauá, RJ. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, RS, p. 147-161, 2015.
- MAANEN, J. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 520-526, 1979.
- PEREIRA, F. F.; COUTINHO, H. R. M. Hotelaria: da era antiga aos dias atuais. **Revista Eletrônica Aboré**, v. 3, p. 1-16, 2007. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/1418889/hotelaria--da-era-antiga-aos-dias-atuais---revistas>. Acesso em: jun. 2019.
- REVISTA HOTÉIS. Sustentabilidade na hotelaria. Disponível em: <https://www.revistahoteis.com.br/sustentabilidade-na-hotelaria/>. Acesso em: ago. 2019.
- REVISTA HOTELIER NEWS. Meios de hospedagem. Disponível em: <https://www.revistahoteis.com.br/sustentabilidade-na-hotelaria/>. Acesso em: ago. 2019.
- VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

# 27

## A experiência turística e a relação com a intenção de retorno: um estudo com visitantes do Encontro de Carros Antigos do município gaúcho de São Marcos

Fabrício Fontana Michelon<sup>1</sup>  
Marlei Salete Mecca<sup>2</sup>

**Resumo:** O turismo faz parte do sistema socioeconômico com importante contribuição no desenvolvimento sustentável do país. Dessa forma, esta pesquisa busca analisar a experiência turística e a relação com a intenção de retorno dos visitantes do Encontro de Carros Antigos de São Marcos (RS). Utilizou-se pesquisa descritiva e de *survey* para a coleta dos dados. Os dados foram analisados de forma quantitativa e utilizou-se o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), software estatístico para as ciências sociais. Conclui-se que o Encontro de Carros Antigos é um evento consolidado, tanto pela forma como é organizado como pela satisfação dos visitantes, com alto índice de intenção de retorno. Considerando como base teórica a experiência turística, sugere-se para o sucesso futuro do evento o aprimoramento de experiências para o encantamento dos visitantes.

**Palavras-chave:** Encontro de carros antigos. Turismo. Experiência. São Marcos (RS).

### Introdução

O turismo, conforme Beni (2012), é um fenômeno interdisciplinar e transdisciplinar. Tal qual um sistema aberto, ele está em contínua simbiose com quatro amplos e complexos cenários conectados à base de um conjunto de relações ecológicas, sociais, econômicas e culturais.

Na compreensão da sociedade como um todo, segundo Lemos (2005), e não somente da esfera mercantil, o turismo se apresenta como um processo de produção social com distinções marcantes daquelas observáveis em outros campos da produção humana. Segundo o autor ao entender-se uma relação de produção com uma relação social, e dialeticamente, uma relação social como uma relação de produção, passa-se a compreender a história das realizações humanas materiais e abstratas, como elementos para a manifestação fenomenológica do turismo. A experiência vivenciada pelo turista estimula a intenção de retorno e mantém a cadeia econômica do turismo ativa.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, RS. <http://lattes.cnpq.br/1919010675806216>. E-mail: fabricio11700@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia de Produção, UFSC.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4562575H1>. E-mail: msmecca@ucs.br

Para Marujo (2016), a qualidade da experiência de ontem não pode ser a mesma de hoje. A forma pela qual o turista interage com o lugar que visita é diversa e complexa, por isso descrever essa experiência não é tarefa fácil. A autora continua falando da dificuldade em definir experiência turística, dado que pode ser abordada em diferentes perspectivas, por exemplo: antropológica, sociológica, psicológica e geográfica.

Com isso pretende-se dizer que, hoje em dia, para que os turistas se sintam satisfeitos, é preciso marcar suas almas com experiências inesquecíveis, isto é, com produtos e serviços que, de alguma forma, alterem sua vida, e permaneçam eternamente em suas memórias como sementes de inspiração. Conforme Beni (2004) destaca, é preciso haver uma harmonia entre aquilo que o destino oferece e aquilo que o turista espera experimentar.

Para o embasamento teórico sobre Economia de Experiência e Experiência em Turismo, utilizou-se o projeto Economia da Experiência do Ministério do Turismo e referencial de pesquisadores do turismo como Mario Carlos Beni, Leandro de Lemos, Eduardo Pezzi e Silvio L. G. Vianna, dentre outros.

Diante do exposto, esta pesquisa busca analisar a experiência turística e a relação com a intenção de retorno dos visitantes de Encontro de Carros Antigos de São Marcos (RS). Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se, como metodologia de pesquisa a descritiva e *survey* para a coleta dos dados. Os dados foram analisados de forma quantitativa e utilizou-se o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), software estatístico para as ciências sociais.

## **Referencial teórico**

Acerenza (2002, p. 57) define turismo “[...] como um conjunto de relações e fenômenos produzidos pelos deslocamentos e a permanência de pessoas fora de seu lugar de domicílio, motivadas fundamentalmente por uma atividade não lucrativa”. Para Lohmann e Panosso Netto (2012), o turismo é um fenômeno sociocultural que envolve estadia, transporte, hospitalidade, motivações. Gera impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais causados pelo deslocamento de pessoas. Conforme Gastal e Moesch (2007), turismo é um campo de práticas histórico-sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles do seu cotidiano. Ainda segundo as

autoras, o turismo se constitui num fenômeno sociocultural de profundo valor para aqueles que o praticam, os produtos e serviços representam menos pelo seu valor venal e mais pelo seu valor afetivo. Por isso, no turismo fala-se cada vez mais em experimentar, vivenciar e conviver. Nesse sentido, Pezzi e Vianna (2015) concordam que o ser humano precisa de momentos de lazer em que possa ter uma fuga de sua vida cotidiana e, ao mesmo tempo, lhe seja proporcionada uma experiência de estranhamento, pois lembranças e vivências passadas serão ressignificadas nesse indivíduo. Estes momentos podem ajudar o turista a encontrar-se consigo mesmo, explorar a própria alma e redescobrir sua harmonia.

Para Krippendorff (2001), o que impulsiona milhares de pessoas a ficarem longe de casa não é mais a necessidade inata de viajar, mas o desejo de fazer descobertas e aprender alguma coisa. As pessoas têm a necessidade de se desfazer temporariamente da rotina massificante do dia a dia de trabalho, de moradia e do lazer, a fim de estarem em condições de retomá-las ao regressarem.

De acordo com a *World Travel Tourism Council*, o Brasil representa a 9<sup>a</sup> economia turística do mundo; os dados de pesquisas recentes demonstram que uma em cada dez vagas de empregos é absorvida pelo turismo, que é responsável por 10,4% do PIB mundial; ainda, um em cada cinco novos empregos foi criado pelo turismo nos últimos cinco anos. Esses dados demonstram claramente que o turismo é um ótimo aliado dos governos na criação de empregos. O turismo movimenta, direta e indiretamente, 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou o equivalente a cerca de R\$ 492 bilhões; gera em torno de 3 milhões de postos de trabalho em 52 ramos de atividade econômica, como hospedagem, alimentação, agências de viagens, setor aéreo, entre outros, congregando empresas de todos os portes (Índice de Competitividade do Turismo Nacional 2015).

## **A economia da experiência e turismo de experiência**

Para Costa (2011) a economia da experiência surge numa aparente crítica ao turismo de massa, que coloca o turista como ator principal nos seus momentos de lazer. Para Beni (2004), faz-se necessário, pela pesquisa e

interpretação do diferencial turístico, estimular a atenção, o “olhar”, o sentimento, a emoção, as sensações e percepções, para que o turista possa experimentar o antes, até então ignorado. O autor exemplifica que, por mais que haja um padrão mercadológico nas cadeias hoteleiras, meios e terminais de transporte, o maior diferencial de um destino continua sendo os recursos naturais, físicos, humanos e culturais. As características desses patrimônios, naturais e culturais são exatamente o que o visitante quer ver, experimentar e levar consigo como lembrança memorável. Beni (2004) diz que as *commodities* são fungíveis, produtos são tangíveis, serviços são intangíveis, e experiências são memoráveis. As experiências são intrinsecamente pessoais e só existem na mente das pessoas que tenham sido cativadas em um nível emocional, físico, intelectual e até mesmo espiritual. Cada experiência é única.

Beni (2004) fala da importância da psicossociologia na investigação da percepção e do imaginário expressado no comportamento individual e coletivo dos consumidores-turistas. Numa visão mercadológica de *marketing* citamos Schmitt (2001), que fala que consumidores querem experiência, e a qualidade dessa experiência com os produtos vai determinar o sucesso no mercado. Ainda segundo o autor, as experiências geram valores sensoriais, emocionais, cognitivos, comportamentais e de identificação. Experiências são resultados de uma observação direta ou participação nos acontecimentos reais, imaginários ou virtuais. As experiências duram a vida toda (SCHIMITT, 2001). Para Pezzi e Vianna (2015), “[...] turismo de experiência é um termo mercadologicamente utilizado na atualidade para descrever uma forma de formatar produtos turísticos, inserindo o turista como protagonista da própria viagem”. Já a experiência turística, segundo Horodyski, Manosso e Gândara (2012) busca entender do turista as experiências vividas no local visitado.

O Projeto Economia da Experiência (2010), do governo federal, tem como objetivo fazer com que o turista se sinta especial, e não apenas “mais um”, dentro de um grande grupo que se desloca guiado por rigorosas relações de comando, que diluem a possibilidade de qualquer envolvimento afetivo com o destino. O que se defende é o direito do turista em não querer mais ser um sujeito meramente contemplativo, mas sim o ator de sua própria experiência e, portanto, o protagonista de seus sonhos no destino que escolheu para sonhar.

Ainda segundo o Projeto Economia da Experiência (2010), a economia da experiência prioriza, sobretudo, o desenvolvimento do aspecto emocional como fator diferencial para as ofertas. Nesse sentido, o setor turístico – associado à cultura, ao entretenimento e à natureza – encontra um enorme universo de possibilidades. Afinal, a atividade turística, por sua própria natureza, é um produto-experiência, de modo que se configura no campo mais fértil para a germinação das nossas sementes de inovação.

Como se sabe, o turismo meramente comercial não se preocupa, de maneira alguma, em adequar seus atrativos aos sonhos do cliente – muito pelo contrário, o que ele faz é obrigar o viajante a seguir precisamente o mapa exausto de sua própria falta de criatividade. Em outras palavras, trata-se de oferecer produtos extremamente convencionais ou brutos, distribuídos por caminhos previsíveis e caracterizados, sobretudo, por uma relação impessoal e distanciada com a subjetividade do turista (PROJETO ECONOMIA DA EXPERIÊNCIA, 2010).

Tonini (2009) fala que as empresas estão mudando suas rotinas, seus hábitos, serviços e produtos para não perderem a hegemonia no mercado, e isso não é diferente para as empresas do setor turístico. Nesse mesmo sentido, Silva e Santos (2010) entendem que “[...] as organizações que desejarem obter êxito em seus negócios deverão agregar aos seus produtos valores únicos, baseados nas experiências que estes devem proporcionar aos seus consumidores”.

Segundo o SEBRAE (2015), para aproveitar esse nicho de mercado que busca experiência, é preciso ser criativo e observar as coisas simples, o turista quer viver o local, quer uma experiência inesquecível e rica em conhecimento.

## **Encontro de carros antigos**

Conforme o portal Automobilismo.com – um automobilista não vê os veículos antigos como objetos únicos, ele vê os veículos como integrantes de um cenário social, econômico, tecnológico, onde o indivíduo se preocupa com a preservação e manutenção dos veículos e maquinários antigos.

De acordo com o site oficial da Federação Brasileira de Veículos Antigos (FBVA), a entidade foi fundada em 1º de maio de 1987 por um grupo de aficionados por veículos antigos. Desde 1999, faz parte da *Federation*

*Internationale Véhicules Anciens* (FIVA) – Federação Internacional de Veículos Antigos, órgão máximo do antigomobilismo mundial. Dentre os objetivos da entidade brasileira estão: coordenar as atividades dos clubes associados; coordenar o calendário nacional de eventos da categoria; fornecer orientação para a formação de novos clubes; ter representatividade nas autoridades federais, estaduais e municipais, para colaborar em tudo que for referente ao automóvel antigo, bem como pleitear benefícios legais e proteção para as atividades desse setor de maneira geral.

O *Veteran Veículos Clube* de São Marcos foi fundado em 11 de julho de 2000, à época com apenas nove sócios. Atualmente conta com 22. O *Veteran Veículos Clube* de São Marcos é filiado à Federação Brasileira de Veículos Antigos (FBVA).

Um dos grandes avanços do setor dos carros antigos veio com a Resolução n. 56/98 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), fazendo surgir a placa preta. A placa preta veio diferenciar os veículos preservados e originais dos demais da frota brasileira. Segundo Ribeiro (2019), são mais de 50.000 veículos credenciados com o Certificado de Originalidade (Placa Preta) no país, sendo motocicletas, caminhões, veículos comerciais e automóveis, que contribuem para a história do nosso País.

Outro avanço veio com a Portaria 370, do Ministério de Estado da Indústria, Comércio e do Turismo (MICT), de 1994, foi autorizar a importação de carros antigos, desde que com 30 anos ou mais de fabricação e para fins culturais e de coleção. Segundo Ribeiro (2019), são quase 5.000 veículos beneficiados com esta Portaria, incrementando o acervo de carros antigos no Brasil. Atualmente, são 211 clubes membros da FBVA e mais de 400 clubes, agremiações, confrarias e grupos estão voltados para o antigomobilismo.

Segundo dados da FBVA, há no Brasil cerca de 150.000 colecionadores com interesse pela preservação e pela história dos veículos antigos. São realizados anualmente mais de 800 eventos, encontros, reuniões e feiras voltadas para veículos antigos.

Conforme Ribeiro (2019), o público interessado no segmento passa de um milhão de pessoas. O segmento movimenta mais de R\$400 milhões anuais, com

compra e venda de peças e serviços para manutenção, preservação e restauração de veículos antigos.

## **Método de pesquisa**

Quanto aos procedimentos técnicos para a realização do presente artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Köche (2015), é quando o pesquisador usa o conhecimento que está disponível em teorias publicadas em livros ou obras congêneres para fundamentar sua pesquisa. Marconi e Lakatos (2015) falam sobre os artigos científicos que são, segundo os autores, o foco dos pesquisadores como fonte de informações, porque é onde se encontra o conhecimento científico atualizado. Complementarmente utilizou-se de levantamento ou *survey (questionário)*, que Marconi e Lakatos (2017) definem como questionário, um instrumento de coleta de dados, ordenados por perguntas em série. Quanto à forma do questionário para este artigo, utilizaram-se perguntas fechadas.

A abordagem do problema é de cunho quantitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a abordagem quantitativa é caracterizada pela precisão e pelo controle estatístico, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipótese. Utilizam várias técnicas, como entrevistas, questionários, formulários, dentre outros. Conforme Beuren (2012), torna-se bastante comum a utilização da pesquisa quantitativa em estudos de levantamento ou *survey*, numa tentativa de entender, por meio de uma amostra, o comportamento de uma população.

Em relação ao objetivo, a pesquisa é descritiva. Segundo Köche (2015), a pesquisa descritiva estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las.

## **Procedimento de coleta e análise dos dados**

A partir da revisão de literatura, foi desenvolvido o questionário com perguntas fechadas e utilização de escala *likert* (em algumas das questões). Na escala likert, segundo Vieira e Dalmoro (2008), os respondentes precisam marcar somente os pontos fixos estipulados na linha, em um sistema de cinco categorias de resposta (pontos) que vão de “discordo totalmente” a “aprovo totalmente”. O

questionário foi validado por três especialistas professores de programas de *stricto sensu* da Universidade de Caxias do Sul (UCS). O questionário foi aplicado a 93 visitantes do 21º Encontro de Carros Antigos, que ocorreu nos dias 13 e 14 de abril de 2019. Para a análise dos dados, utilizou-se o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) software estatístico para as ciências sociais.

O encontro de carros antigos de São Marcos teve sua primeira edição em abril de 1999 e ocorreu junto com a Festa do Padroeiro do município. Organizado por antigos mobilistas locais, com apoio da Prefeitura Municipal e a paróquia local, contou com 120 veículos antigos. No segundo ano do evento se constituiu o *Veteran Veículos Clube*, que, a partir de então, organiza o evento com o apoio da Prefeitura Municipal.

A partir do 8º encontro de carros antigos, houve uma mudança nas datas do evento, o encontro se desvinculou da festa do padroeiro da cidade, e a data passou a ser definida pelo *Veteran Veículos Clube*, sempre entre a segunda quinzena de abril e início de maio em dois dias, sábado e domingo. O evento ocorre anualmente desde 1999; no ano de 2019, se realizou a 21ª edição que, segundo a organização do evento, contou com a participação de mais de 500 veículos antigos. Desde o início, o encontro ocorre nas principais ruas da cidade, ao redor e dentro da praça central. A programação sempre conta com *shows*, música, mercado de pulgas (venda de peças antigas e *souvenir* estilo retrô). Segundo a organização do Encontro, é permitida dentro da área do evento a exposição de carros, caminhões e motos que estejam em bom estado e tenham mais de 25 anos de fabricação.

## Análise dos dados

Com relação ao perfil dos visitantes do 21º Encontro de Carros Antigos, identificou-se que 74,2% são do sexo masculino e 25,8% do sexo feminino. Em relação à procedência, foi possível verificar que a maior parte dos visitantes é originária do Rio Grande do Sul: 85,8% deste estado, 12% de Santa Catarina e 2,2% do Paraná. Dentre os respondentes do RS, 38,7% residem em Caxias do Sul, os demais são predominantemente de outras cidades da região da Serra gaúcha. Conforme Beni (2004), o deslocamento de pessoas de um grande centro para locais onde possa ter experiências mais autênticas, sem interferência do cunho

comercial, da obrigação de consumir, pode justificar o grande número de visitantes de Caxias do Sul.

Com relação à idade média, 62,4% dos respondentes têm entre 21 e 40 anos, o que mostra que é um público relativamente jovem. Em relação à alimentação, 83,1% dos entrevistados destacaram como sendo boa ou ótima. Quanto à divulgação do evento, 78,3% dos visitantes apontaram que está entre boa e ótima. A programação do evento e os espaços para descontração também agradaram os visitantes, que registraram (índice superior a 90%) como sendo boa ou ótima. Para Silva (2012) é importante saber quem são os consumidores e como eles tomam decisões. Hoje existe uma diversidade de comportamentos no consumo de produtos turísticos. Para o SEBRAE (2015), é importante identificar o perfil de cada um dos clientes (visitantes) e saber aspectos como sexo, faixa etária, classe social. Para Beni (2004) a psicologia do turismo volta a atenção para os motivos e as preferências do turista.

Também foi possível identificar que a forma como os carros antigos foram expostos foi avaliada como boa e ótima para 92,3% dos entrevistados. Resultado similar foi encontrado em relação à percepção dos visitantes sobre a limpeza. O único índice que ficou muito abaixo, em relação aos outros itens avaliados, foi com relação aos sanitários. A avaliação ficou em 25,7% entre ruins ou péssimos. Mesmo com índice relativamente baixo em relação aos sanitários, é importante registrar que quanto à satisfação geral em relação ao evento, 96,8 % dos entrevistados avaliaram como sendo boa ou ótima.

Um dado importante a ser considerado está relacionado à intenção de retornar ao evento em sua próxima edição, pois quase a totalidade dos respondentes (98,9%) manifestaram essa vontade. Ainda, esses mesmos respondentes recomendariam o evento a outras pessoas. Para esses índices continuarem altos, é importante que o Poder Público, clube organizador do evento, patrocinadores e comércio local continuem atuando em harmonia, pois, conforme o Projeto Economia da Experiência (2010), é preciso explorar criativamente os temas originais da cultura local, transformando a comunidade local num destino sonhado pelos turistas. Para Beni (2004) a experiência é reconhecida pela autenticidade da comunidade receptora.

Dentre os respondentes, que manifestaram a intenção de retornar ao encontro de carros antigos de São Marcos em suas próximas edições, identificou-se que 25,8% destes estavam visitando pela primeira vez e, ainda, que 20,9% deles não conheciam a cidade. Ao analisar esses números, pode-se concluir, com base na avaliação geral dos respondentes (98,9%), que após participar do evento e conhecer São Marcos pela primeira vez, é quase unânime a intenção dos respondentes em recomendar e retornar novamente ao evento. Essa intenção de retorno pode ser favorável ao município, pois, considerando o que Paula, Stein e Mecca (2016) apontam, o turismo surge como alternativa de desenvolvimento para muitas localidades.

Quanto à permanência na cidade, 61,3% dos respondentes permanecem um único dia, enquanto 30,1% dos respondentes permanecem dois dias. Referente à hospedagem, 28,6% dos respondentes se hospedaram em hotéis e 40% em casa de amigos. Observa-se que a permanência por um único dia na cidade pode ser entendida pelo fato de haver em São Marcos somente um hotel e duas pequenas pousadas. Quando é definida a data do evento, os leitos disponíveis logo são ocupados, ou seja, existe uma carência de leitos nos grandes eventos locais. Outro ponto de destaque é o fato de que muitos visitantes são naturais de São Marcos, e aproveitam o evento para visitar familiares.

Dos entrevistados, 84,9% participam de eventos de carros antigos em outras localidades. Ou seja, o público que participa do evento em São Marcos é um público que conhece outros eventos de carros antigos e, analisando o alto índice de intenção e de recomendação em participar novamente do evento, pode-se inferir que o evento atende às expectativas dos visitantes.

Outro índice a ser destacado é a forma como os respondentes souberam a respeito do evento, sendo que 83,9% ficaram cientes do evento por indicação de amigos e por redes sociais. Esse indicador pode estar vinculado à satisfação da experiência, tendo em vista que geralmente indicamos ou registramos aquilo que nos proporciona tal sentimento. Em relação à experiência, Mecca *et al.* (2018) mencionam sobre a importância da integridade das experiências disponibilizadas aos visitantes.

Embora o evento de modo geral tenha sido muito bem-avaliado, conforme Beni (2004) na economia da experiência e os recursos científicos e tecnológicos

são componentes básicos de posicionamento bem-sucedido de marcas, empresas e organizações. A fantasia e a possibilidade de experimentar esses recursos e essas tecnologias tornam experiências positivas na mente dos turistas. Vimos, durante o 21º Encontro de Carros Antigos pouco uso de tecnologia e de recursos científicos para melhorar e experiência do visitante.

## **Considerações finais**

O evento de carros antigos de São Marcos surgiu devido à paixão de amigos pelo antigomobilismo. Aos poucos, o evento foi se organizando e sendo melhor estruturando; atualmente, é um evento de referência na região e no estado, recebendo mais de 500 expositores de carros antigos. Os dados da pesquisa apontam que os visitantes entrevistados são predominantemente do sexo masculino e jovens entre 21 e 40 anos. Os demais itens avaliados, como a forma de exposição dos carros, alimentação, programação e limpeza foram considerados entre bons e ótimos. O único indicador que recebeu baixa avaliação foram os sanitários. Sugere-se que, para próximos eventos, a organização verifique a possibilidade de melhorias nos sanitários.

A avaliação positiva de forma geral também pode ser percebida através de modo como os entrevistados ficaram sabendo do evento. Um percentual significativo destes tomaram conhecimento por indicação de amigos e por redes sociais. Geralmente, o que leva as pessoas a indicarem algo ou ao registrarem em rede social é a satisfação e o resultado positivo da experiência.

Os resultados obtidos com essa pesquisa apontam que há um alto índice de aprovação dos visitantes quanto ao evento, tendo como base os conceitos de economia da experiência e experiência turística, a organização do evento poderia ter um olhar quanto àquilo que Beni (2004) fala em encantar o visitante, despertar os “sentidos” e que as experiências serão determinantes para as empresas do setor do turismo.

Conseguiu-se também com a pesquisa traçar um perfil socioeconômico dos visitantes, dentro de possíveis e futuras pesquisas de demanda; esses dados poderão ter grande importância. Resgatou-se também breve histórico do antigomobilismo no Brasil e sua participação econômica, mesmo sendo escassas as informações sobre antigomobilismo no meio acadêmico.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

### **Referências**

- ACERENZA, M. Á. **Administração do turismo**: conceituação e organização. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- ANTIGOMOBILISMO. **O portal do carro antigo**. 2019. Disponível em: <https://www.antigomodelismo.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- BENI, M. C. Turismo: da economia de serviços à economia de experiência. **Turismo – Visão e Ação**, v. 6, n. 3, set/dez. 2004. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1063/872>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- BENI, M. C. (org.). **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.
- BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.
- COSTA, A. S. Economia da experiência no turismo. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: [http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1088/pdf\\_27](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1088/pdf_27). Acesso em: 25 ago. 2019.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VEÍCULOS ANTIGOS. Disponível em: <https://www.fbva.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- GASTAL, S. A.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.
- HORODYSKI, G. S.; MANOSSO, F. C.; GÂNDARA, J. M. G. O consumo de souvenirs e a experiência turística em Curitiba (PR). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 323-342, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/693/338>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL. **Relatório Brasil 2015**. 2015. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Relatorio\\_Brasil\\_2015\\_WEB.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Relatorio_Brasil_2015_WEB.pdf). Acesso em: 27 jul. 2019.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.
- LEMOS, L. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.
- LOHMANN, G.; PANOSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2012.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARUJO, N. Turismo, turista e experiência: abordagens teóricas. **Turydes – Revista Turismo de Desarrollo Local**. v. 9, n. 20, junio/junho, 2016. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/20116/2/TURISMO,%20TURISTAS%20E%20EXPERI%C3%8ANCIAS%20-%20ABORDAGENS%20TE%C3%99RICAS.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

MECCA, M. S.; BREGOLIN, M.; DE PAULA, A. T.; VIEIRA, L. T.; DANELUZ NETO, R. O destino Gramado-RS e a crise econômica brasileira: uma análise baseada no modelo de ciclo de vida do turismo de Butler. **Revista Rosa do Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 10, n. 4, p. 653-672, 2018. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/5909/pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PAULA, T. M.; STEIN, G. V.; MECCA, M. S. Life cycle of tourist destinations: Vila Flores, RS, Brazil. Faith, bread and wine land. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 8, n. 1, 2016. Disponível em:

[http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/3419/pdf\\_565](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/3419/pdf_565). Acesso em: 25 ago. 2019.

PEZZI, E.; VIANNA, S. L. G. A experiência turística e o turismo de experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. **Revista Turismo em Análise**, v. 26, n. 1. Especial 2015. Disponível em: [http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/89169/pdf\\_1](http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/89169/pdf_1). Acesso em: 23 ago. 2019.

RIBEIRO, V. Histórico e ações da Federação Brasileira de Veículos Antigos. Assessoria de Comunicação da FBVA. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por fabricio11700@gmail.com em 8 de agosto de 2019.

SCHMITT, Bernd H. **Marketing experimental**. São Paulo: Nobel, 2000.

SILVA, P. G.; SANTOS, G. E. O. A qualidade da experiência dos visitantes no museu do futebol. In: ENCONTRO SEMINTUR JUNIOR. – Seminário de Pesquisa do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: Interfaces, 2010. Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/a\\_qualidade.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/a_qualidade.pdf). Acesso em: 23 ago. 2019.

SILVA, P. R. et al. Uma análise da produção científica nos periódicos de turismo sobre o tema comportamento do consumidor em turismo. **Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 14, n. 1, p. 47-66 / jan./abr. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Fabricio/Downloads/Rosvadoski-da-Silva\\_Debo%C3%A7%C3%A3\\_Hocayen-da-Silva\\_Veiga\\_2012\\_Uma-analise-da-producao-cienti\\_7714.pdf](file:///C:/Users/Fabricio/Downloads/Rosvadoski-da-Silva_Debo%C3%A7%C3%A3_Hocayen-da-Silva_Veiga_2012_Uma-analise-da-producao-cienti_7714.pdf). Acesso em: 27 ago. 2019.

TONINI, H. Economia da experiência: o consumo de emoções na Região Uva e Vinho. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n 1, p. 90-107, abril 2009. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/138/167>. Acesso em: 27 ago. 2019.

TOUR DA EXPERIÊNCIA. **Ministério do Turismo**, 2010. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Cartilha\\_Metodologia\\_Projeto\\_Economia\\_Experiencia.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha_Metodologia_Projeto_Economia_Experiencia.pdf). Acesso em: 12 ago. 2019.

VETERAN VEÍCULOS CLUBE, São Marcos. Disponível em: <http://veteransm.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2019.

VIEIRA, K. M.; DALMORO, M. **Dilemas na construção de escalas tipo Likert**: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A1615.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

WORLD TRAVEL TOURISM COUNCIL. Disponível em: <https://www.wttc.org>. Acesso em: 25 jul. 2019.

# 28

## A contribuição da agricultura para o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro: uma análise empírica

Fernanda Cigainski Lisbinski<sup>1</sup>

Claiton Ataídes de Freitas<sup>2</sup>

Daniel Arruda Coronel<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância da agricultura, para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, destacando os fatores que impactam a produtividade agrícola. Neste sentido, utilizou-se o modelo de produtividade agrícola desenvolvido por Abbade (2014), que utiliza como variável dependente a produtividade agrícola e variáveis independentes o investimento agrícola, a área cultivada e o uso de fertilizantes, e um segundo modelo que verifica o impacto da produtividade agrícola no PIB, tendo como variável dependente o PIB e a variável independente a produtividade agrícola. Os dados utilizados se referem aos anos de 1975 a 2017 e foram extraídos da *Food and Agriculture Organization of United Nations* (FAO) e da *United Nations Statistics Division* (UNSD). O método utilizado foi o de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), usando séries temporais. Primeiramente, buscou-se identificar o melhor modelo para a mensuração da produtividade agrícola. Diante dos testes realizados, o melhor modelo utiliza como variáveis preditoras investimento agrícola e área cultivada, demonstrando que o aumento de 1 milhão de dólares em investimento agrícola, no ano anterior, provoca o aumento de 2,48 mil toneladas da produtividade agrícola e que o aumento de 1 hectare de terra cultivada provoca o aumento de 2,3 toneladas da produtividade agrícola. Posteriormente, utilizou-se um segundo modelo para verificar o impacto da produtividade agrícola no PIB, demonstrando que o aumento de 1 tonelada de produtividade agrícola aumenta o PIB em US\$ 13.365,00 dólares. Conclui-se que a produtividade agrícola impacta positivamente no PIB brasileiro, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do país.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Produtividade agrícola. Econometria. Desenvolvimento agrícola.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria, RS (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/1820164121867898>. E-mail: fernandacl32@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). <http://lattes.cnpq.br/6595942544054710>. E-mail: lcv589@gmail.com

<sup>3</sup> Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Gestão de Organizações Públicas/CCSH/UFSM, Agronegócios/Campus Palmeira das Missões/UFSM, Economia e Desenvolvimento/CCSH/UFSM. <http://lattes.cnpq.br/9265604274170933>. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br

## **Introdução**

A produtividade agrícola possui impacto significativo no crescimento e desenvolvimento econômico de um país. Segundo dados da *Food and Agriculture Organization of United Nations* (FAO) (2019), em 2017, o total de terras agricultáveis no mundo totalizou cerca de 4,9 bilhões de hectares. Destes, cerca de 2,8 milhões (5,71%) de hectares pertencem ao Brasil. O continente africano é o que possui o maior número de terras agricultáveis, cerca de 1,2 bilhões de hectares, o que representa 24,5% do total de áreas agricultáveis do mundo.

Em 2017, o Brasil foi o 2º maior exportador mundial de soja, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Também em 2017, foi o 2º maior produtor e principal exportador de carne bovina, com 2 milhões de toneladas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, o País se destaca na produção de alimentos como cana de açúcar, laranja, café, feijão e abacaxi (FAO, 2019). Verifica-se, então, o alto potencial produtivo agrícola do país, que contribui para o seu crescimento e desenvolvimento econômico.

Dessa forma, a presente pesquisa visa a responder ao seguinte questionamento: Qual o impacto da produtividade agrícola no PIB brasileiro? Para responder ao problema de pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da produtividade agrícola no desenvolvimento econômico brasileiro, no período de 1975 a 2017. Neste sentido, buscou-se descrever a evolução agrícola no Brasil; analisar o impacto da produtividade agrícola no PIB – Produto Interno Bruto – brasileiro, e avaliar os impactos da quantidade de área cultivada, da quantidade de fertilizantes consumidos e dos investimentos agrícolas na produtividade agrícola brasileira, realizando testes em seis modelos, com o intuito de buscar a melhor forma de estimação, apresentando os problemas encontrados em cada estimativa e destacando as falhas do mesmo.

A hipótese a ser testada é a de que a produtividade agrícola possui impacto significativo e positivo sobre o PIB brasileiro, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira.

O presente trabalho se diferencia dos demais trabalhos apresentados na área, como Costa *et al.* (2014), Abbade (2014) e outros, porque visa a analisar formas de estimativa da produtividade agrícola, utilizando uma base de dados

maior (1975-2017), apresentando as falhas de cada teste realizado, e no final, a melhor estimativa dos parâmetros realizada, além de utilizar uma série de dados de nível nacional e não apenas local.

Assim, o presente estudo busca demonstrar a importância do setor do agronegócio, sobretudo a produção agrícola, para o crescimento econômico e, consequente, desenvolvimento econômico brasileiro, bem como destacar quais os fatores que impactam na produtividade agrícola do país, verificando a melhor forma de estimativa dos parâmetros do modelo, com o intuito de analisar e apresentar os resultados e falhas encontradas, a partir dos testes realizados. A consecução do presente estudo pode contribuir com o debate acadêmico acerca do papel do agronegócio no Brasil, bem como de políticas, visando a aumentar a competitividade do setor.

Diante disso, este trabalho se divide em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, mostra-se a evolução do desenvolvimento agrícola e o impacto do agronegócio no PIB. Na terceira, são detalhados os procedimentos metodológicos; na seção seguinte, os resultados são discutidos e analisados e, por fim, apresentam-se as principais conclusões do trabalho.

## **Desenvolvimento agrícola no Brasil e sua participação no PIB**

Até o início do século XX, boa parte dos produtos agrícolas eram produzidas por complexos rurais com pouca interação com o mercado interno e seu desenvolvimento tecnológico era precário. Segundo Navarro (2001), a agricultura apresentava uma situação de “primitismo tecnológico”, praticamente não se utilizava nenhum insumo agrícola, o que foi ilustrado pelo censo de 1960. No final da década de 1950, a modernização na agricultura passou a ser uma necessidade devido à diversificação e complexidade do desenvolvimento industrial brasileiro, sobretudo da Região Sudeste, promovido pelo plano de metas do governo Juscelino Kubitschek (ROMEIRO, 2007). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), o aumento da produtividade até a década de 1950 se dava basicamente pelo aumento da área cultivada.

A partir do século XX, o uso de adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos, passou a ter grande importância na produtividade agrícola. Entretanto, o processo de modernização agrícola se intensificou a partir

da década de 1970, quando houve um aumento de mais de 1.000% no número de tratores utilizados, com relação à década de 1950, chegando, na década de 1980, ao aumento de 6.512%. Destaca-se, também, o crescimento de 254% e 165%, respectivamente, no uso de arados à tração animal e de colheitadeiras de 1950 a 1980. Já a utilização de adubos químicos também se intensificou no Brasil atingindo um aumento de 1.380% entre 1965 e 1980, o mesmo com relação ao uso de defensivos agrícolas (principalmente os herbicidas), que apresentou crescimento de mais de 8.000% (IBGE, 2019).

Segundo Martine (1990), o processo de modernização agrícola está fortemente relacionado à fase conclusiva do processo de substituição de importações, ou seja, a entrada no país de multinacionais que produziam tratores, fertilizantes, herbicidas, etc. Assim, segundo o autor, a dinâmica industrial passou a comandar o desenvolvimento da agricultura, convertendo-a num ramo industrial, o qual compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. Diante disso, o desenvolvimento agrícola é influenciado pelo processo de industrialização, pois, com a produção interna de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, ocorre a diminuição das barreiras da modernização desse setor. Além disso, com o aumento da população urbana, que se dá pela migração de pessoas para trabalhar nas indústrias, há a necessidade de produzir o alimento para atender ao consumo interno.

Assim, nos anos 1980, ocorreu um enorme aumento da capacidade agrícola nacional em gerar divisas para o país: enquanto em meados dos anos 1970 gerava-se menos de dois bilhões de dólares anuais, na segunda metade dos anos 1980 essa contribuição já ultrapassava a sete bilhões de dólares. A grande parte das exportações concentrava-se no avançado do complexo agroindustrial, especialmente o das cadeias de suco, frutas, álcool e processamento da soja. As manufaturas de origem agropecuária representavam, na década, 30% das exportações globais. Das exportações agrícolas, as que se destacam são as do complexo da soja e da laranja. Isso se deve, em parte, à ação do governo que interferiu na comercialização externa, além de atuar na pesquisa de variedades adaptadas ao cerrado. A cana-de-açúcar teve um crescimento expressivo. Já o café e o algodão tiveram seu desempenho prejudicado devido às restrições à exportação, confiscos e impostos elevados. Muitos produtores destas *commodities* passaram a produzir soja, laranja e cana. A produção de soja e

laranja cresce mais pelo efeito da expansão da área, os maiores ganhos de produtividade incidem na cana-de-açúcar e no cacau (FEIJÓ, 2011).

A década de 1990 apresentou um quadro recessivo, resultado dos programas de estabilidade econômica que acabou afetando, diretamente, a produção industrial; já as atividades do setor agropecuário permaneceram praticamente constantes. Nessa década, o setor agropecuário revelou um nítido processo de concentração da atividade produtiva, identificada tanto pela redução do número de estabelecimentos agropecuários quanto pela redução da área cultivada. Nesse sentido, a área de pastagem plantada foi a atividade com variação positiva, enquanto as áreas de lavouras temporárias e permanentes diminuíram, demonstrando maior preocupação com a área da pecuária. No entanto, apesar da diminuição da área plantada, houve o crescimento da produção agrícola, isso se deve ao aumento do rendimento por hectare. Assim, o rendimento físico crescente, combinado com o aumento da área média, pode ter sido resultado de investimentos em tecnologia pelos agricultores, por meio de recursos próprios ou outras fontes de financiamento (CAMPOS; PAULA, 2002).

O início de década de 2000 é marcado pelo aumento da área plantada, sobretudo para o cultivo da soja. Segundo o Ministério da Agricultura (2011), entre os anos 2000 e 2010 o setor agropecuário foi o que mais cresceu. A média do PIB agropecuário, nesse período, apontou um crescimento anual de 3,67% enquanto o PIB geral do país mostrou um avanço de 3,59% (média no ano). O crescimento do setor se deve à mudança da política cambial de 1999 (que passou ao câmbio flutuante) e a inserção brasileira no mercado internacional, com forte comercialização de produtos com os quais antes o País não tinha tradição, como carnes. Além disso, políticas setoriais como crédito rural se destacaram, formando uma curva de crédito em ascensão (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011). Nunes (2007) conclui que o crescimento da produção nesse período ocorreu devido à introdução de novas máquinas, equipamentos e de insumos agrícolas contribuindo para continuar a ampliação da produtividade do trabalho e da terra na maioria dos cultivos agrícolas.

Assim, a agricultura brasileira se destaca mundialmente, devido a sua vasta extensão territorial combinada com a oferta abundante de sol e água, recursos fundamentais para a atividade agropecuária. Atualmente, o Brasil é o quarto

maior exportador mundial de produtos agropecuários, com aproximadamente US\$ 96 bilhões, ficando atrás apenas da União Europeia, dos EUA e da China. Além disso, a safra recorde 2016/17 com 238 milhões de toneladas de grãos contribuiu significativamente para a estabilidade de preços no Brasil (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, 2019). Segundo dados da Embrapa (2019), o País é o 2º maior produtor de soja do mundo.

Por fim, destaca-se que o setor de agronegócio apresenta participação de cerca de 5% no PIB brasileiro, sendo que, dentro do setor do agronegócio, o setor de serviços contribuiu com 41,2% do total do PIB do agronegócio, seguido do setor de indústria com 29,8%, do setor agropecuário com 24,1% e do setor de insumos com 4,9%, apresentando, portanto participação significativa (IBGE, 2019; Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2019). Assim, a agricultura impacta significativamente no crescimento econômico brasileiro, além de ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento do País.

## **Metodologia**

A presente seção se divide em três partes. A primeira trata de apresentar a fonte e a base de dados utilizados para a apuração dos resultados. A segunda parte apresenta o modelo econométrico utilizado, bem como a especificação das variáveis e os sinais esperados. E a terceira parte visa a apresentar os procedimentos econôméticos como testes realizados e os resultados esperados para a validação do modelo.

## **Fonte e base de dados**

O presente estudo utiliza dados em forma de séries temporais, esses dados são anuais e se referem aos anos de 1975 a 2017. A análise objetiva entender a produção agrícola por meio de quatro variáveis que são: (1) área de plantio, (2) produção agrícola, (3) uso de fertilizantes e (4) investimento na agricultura. Os dados utilizados foram extraídos da *Food and Agriculture Organization of United Nations* (FAO, 2019). Além disso, a presente pesquisa analisa a evolução do PIB do Brasil. Os dados utilizados para verificar essa evolução foram extraídos da *United Nations Statistics Division* (UNSD, 2019).

Diante disso, a produtividade agrícola (PA) é dada pela produtividade total de cereais, frutas, leguminosas, legumes, raízes e tubérculos; a área cultivada (AC) é dada pela área total de cultivo de cereais, frutas, leguminosas, legumes, raízes e tubérculos; o consumo de fertilizantes (FERT) é dado pelo uso agrícola de nitrato, potássio e fósforo; o investimento agrícola (IA) é dado pelo valor total em US\$ a taxas constantes de 2010, com relação a crédito agrícola, lavouras e máquinas e equipamentos; e, o Produto Interno Bruto (PIB) é dado pelo valor total do PIB em US\$ a taxas constantes de 2010.

## O modelo econométrico

Na primeira parte, o modelo especificado visa a avaliar o impacto da área cultivada (AC), do uso do fertilizante (FERT) e do investimento agrícola (IA) na produtividade agrícola (PA) do Brasil. Assim, considera-se que as três variáveis analisadas como influenciadoras da produtividade agrícola sejam fatores de produção e considerados como os elementos: terra, insumo e capital.

Diante disso, com o objetivo de analisar as variáveis referentes à produtividade agrícola, utilizou-se o modelo desenvolvido por Abbade (2014). Outros autores, que utilizam um modelo semelhante a esse é Costa *et al.* (2014) ao analisarem os determinantes da produção agropecuária do Rio Grande do Sul, a partir dos fatores de produção: terra, capital e trabalho.

Diante disso, a primeira equação apresentada para especificação do modelo é:

$$PA_t = \alpha_0 + \beta_1 AC_t + \beta_2 FET_t + \beta_3 IA_{t-1} + u_t$$

onde:

$PA_t$  é a produtividade agrícola do período;  $\alpha_0$  é a constante da primeira parte do modelo;  $\beta$  são os parâmetros estimados pelo modelo;  $AC_t$  é a área cultivada do período;  $FET_t$  é o uso agrícola de fertilizantes no período;  $IA_{t-1}$  é o investimento agrícola realizado no período anterior; e  $u_t$  é o erro da primeira parte do modelo para o período.

Vale ressaltar que este modelo, desenvolvido por Abbade (2014, não considera defasagens para área cultivada nem para o uso de fertilizantes, visto que o impacto dessas variáveis é imediato na produtividade agrícola das culturas

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

analisadas. No entanto, há uma defasagem no modelo de um ano para investimento agrícola, pois se pressupõe que necessita de um período maior para apresentar resultados sobre a produtividade agrícola.

O segundo modelo estimado, também desenvolvido por Abbade (2014), visa a avaliar o impacto da produtividade agrícola do Brasil, com base nos dados coletados sobre o PIB. Essa segunda etapa foi definida da seguinte forma:

$$PIB_t = \delta_0 + \beta_4 PA_t + \theta_t$$

onde:

$PIB_t$  é o Produto Interno Bruto do período;  $\beta$  são os parâmetros estimados pelo modelo;  $PA_t$  é a produtividade agrícola do período;  $\delta_0$  é a constante da segunda parte do modelo;  $\theta_t$  é o erro da segunda parte do modelo para o período.

Dessa forma, as variáveis apresentadas nos dois modelos podem ser discriminadas da seguinte maneira:

Quadro 1 – Nomenclatura e especificação das variáveis apresentadas

Nomenclatura	Tipo de varável	Local	Frequência	Unidade de Medida	Ano
<b>Produtividade agrícola</b>	Dependente	Faostat	Anual	Toneladas	1975-2017
<b>Área cultivada</b>	Independente	Faostat	Anual	Hectares	1975-2017
<b>Insumos agrícolas</b>	Independente	Faostat	Anual	Toneladas	1975-2017
<b>Investimento agrícola</b>	Independente	Faostat	Anual	Dólares	1975-2017
<b>PIB</b>	Dependente	UNSD	Anual	Dólares	1975-2017

Fonte: Elaboração própria (2019).

Os sinais esperados das variáveis apresentadas nos dois modelos são:

Quadro 2 – Sinais esperados e relação entre as variáveis

Variável	Sinal esperado	Base teórica
Produtividade agrícola	(+)	Costa <i>et al.</i> (2014). Abade (2014). Gasques; Bastos; Bacchi (2009)
Área cultivada	(+)	Costa <i>et al.</i> (2014). Abade (2014). Gasques (2010). Gomes (2014). Benevides <i>et al.</i> (2016)
Uso de fertilizantes	(+)	Costa <i>et al.</i> (2014). Abade (2014). Gasques (2010). Gasques, Bastos e Bacchi, (2009). Gomes (2014)
Investimentos agrícolas	(-)	Costa <i>et al.</i> (2014). Abade (2014). Gasques, Bastos e Bacchi, (2009). Gasques <i>et al.</i> (2013). Gasques <i>et al.</i> (2014).
PIB	—	Abade (2014). Bonelli (2001)

Fonte: Elaboração própria (2019).

Assim, após a apresentação do modelo econométrico utilizado, bem como a especificação das variáveis e os sinais esperados na apuração dos parâmetros do modelo, passa-se à descrição e análise dos procedimentos econôméticos utilizados.

## Procedimentos econôméticos

A primeira parte do modelo foi analisada em seis etapas ou configurações diferentes, com o objetivo de verificar o impacto de cada variável independente sobre a variável dependente do modelo. O método usado foi o Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Foram realizados os testes de White para verificar a presença de heterocedasticidade dos resíduos, isto é, se o termo de erro apresenta correlação serial, o teste Breusch-Godfrey para verificar a autocorrelação dos resíduos; teste de normalidade dos resíduos para verificar se os resíduos possuem distribuição normal, e teste de colinearidade nos parâmetros, para verificar se existem relacionamentos lineares exatos entre variáveis independentes.

Diante disso, os testes econôméticos realizados no modelo foram:

Quadro 3 – Testes econométricos dos modelos estimados

Testes realizados	Hipótese do Teste	Resultados
<b>Teste de autocorrelação (Breusch-Godfrey)</b>	$H_0$ : há correlação $H_1$ : não há correlação	$H_0$ : não se rejeita o modelo $H_1$ : rejeita-se o modelo
<b>Teste de heterocedasticidade (White)</b>	$H_0$ : não há heterocedasticidade $H_1$ : há heterocedasticidade	$H_0$ : não se rejeita o modelo $H_1$ : rejeita-se o modelo
<b>Teste de normalidade dos resíduos</b>	$H_0$ : os resíduos possuem distribuição normal $H_1$ : os resíduos não possuem distribuição normal	$H_0$ : não se rejeita o modelo $H_1$ : rejeita-se o modelo
<b>Teste de colinearidade nos Parâmetros</b>	Valor mínimo possível = 1,0; Valores > 10 podem indicar problemas de colinearidade	Valor mínimo possível = 1,00 não se rejeita o modelo Valores > 10 rejeita-se o modelo

Fonte: Elaboração própria (2019).

As ferramentas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa e estimação dos parâmetros dos modelos foram os softwares Microsoft Excel 2018, GRETl (versão 2019 a).

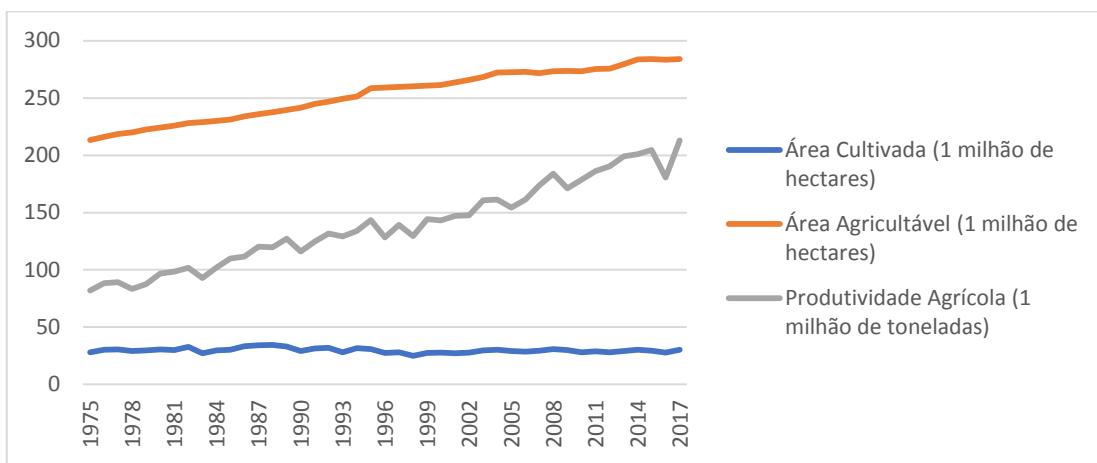
## Análise e discussão dos resultados

A presente seção se divide em duas partes. A primeira trata de analisar a evolução histórica das variáveis que compõem o modelo de estudo, a partir dos dados coletados, demonstrando os dados de crescimento e desenvolvimento da agricultura brasileira. A segunda parte apresenta a estimação do modelo de referência apresentado anteriormente, ou seja, os resultados empíricos obtidos com a estimação dos parâmetros.

### Dados do crescimento e desenvolvimento da agricultura no Brasil

Nesta seção, o presente estudo visa a analisar a evolução histórica das variáveis que compõem o modelo de referência. Na Figura 1 são apresentadas as evoluções históricas da área cultivada, da produção agrícola e da área agricultável no Brasil.

Figura 1 – Área agricultável, área cultivada e produção agrícola brasileira



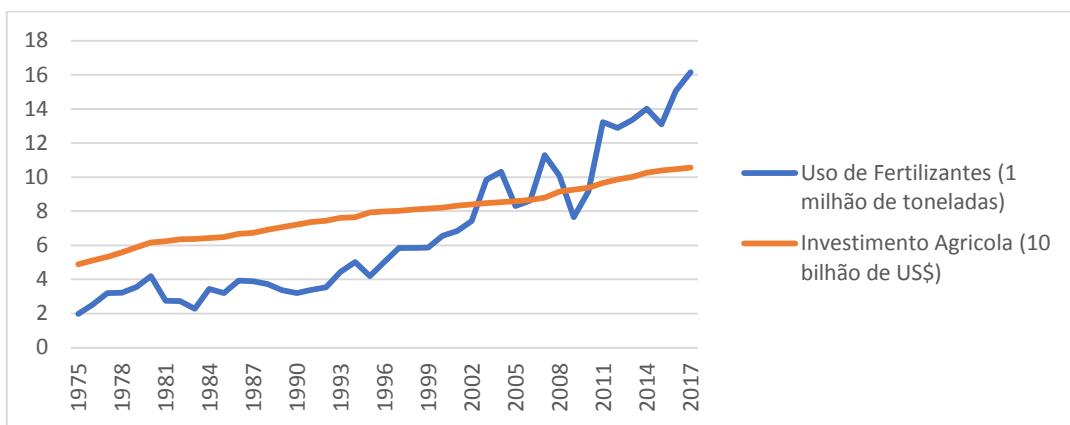
Fonte: Adaptado de FAO (2019).

Ao analisar a Figura 1 é possível observar que houve um crescimento expressivo da produtividade agrícola. Em 1975, a produtividade agrícola era de cerca de 80 milhões de toneladas, passando em 2017 para 213 milhões de toneladas, um aumento de cerca de 166%. A área cultivada apresentou um crescimento muito baixo, mantendo-se praticamente constante. Já a área agricultável apresenta um crescimento acentuado, indo de cerca de 213 milhões de hectares para 283 milhões de hectares. Portanto, é possível constatar que houve um aumento do rendimento da produção, pois houve crescimento da produtividade utilizando, praticamente, a mesma área de plantio. Além disso, verifica-se que de cerca de 283 milhões de hectares de áreas agricultáveis em 2017 apenas cerca de 30 milhões de hectares são cultivados, o que demonstra a má utilização dessas terras (FAO, 2019).

A Figura 2 apresenta a evolução histórica do uso de fertilizantes na agricultura brasileira e o montante de investimento agrícola.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

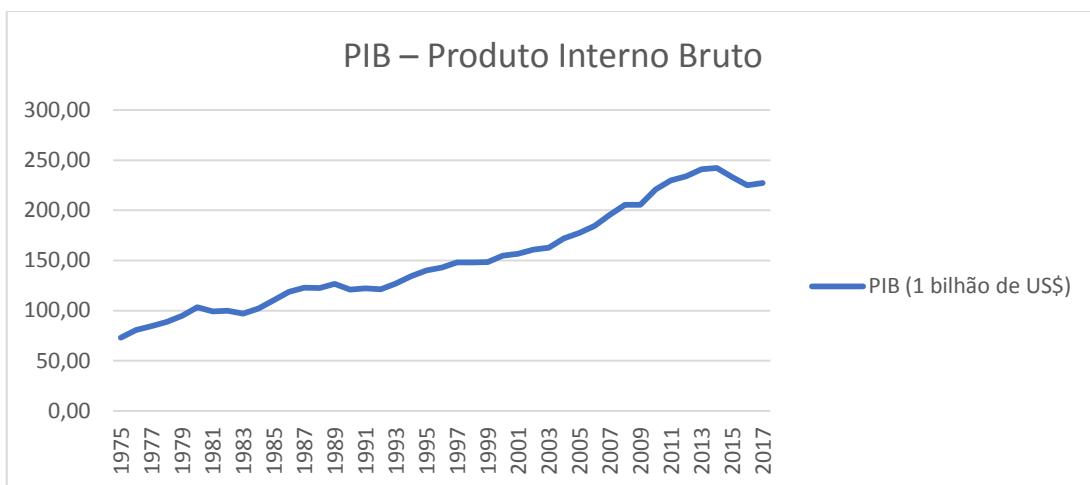
Figura 2 – Uso de fertilizantes e montante de investimentos agrícolas no Brasil



Fonte: Adaptado de FAO (2019).

Na Figura 2 é possível verificar que o uso de fertilizantes e os investimentos agrícolas apresentam um histórico de crescimento. Constatase, ainda, que o uso de fertilizantes apresenta alta oscilação nos últimos anos. Já os investimentos agrícolas apresentam um crescimento constante. (FAO, 2019).

Figura 3 – Evolução do PIB no Brasil



Fonte: Adaptado de UNSD (2019).

A partir da Figura 3 é possível observar que o PIB tem apresentado um histórico de crescimento constante até 2014, tendo uma queda em 2015. Isso se deve ao fato de que até 2014 houve um crescimento relacionado aos investimentos com a infraestrutura do País para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, decaindo 3,5% em 2015, devido ao término dessas obras, além

disso, com relação ao ano de 2014, em 2015 a despesa de consumo das famílias teve queda de 4,0%. Houve um aumento de 8,4% no número de famílias com contas ou dívidas em atraso, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015 recuou 14,1%, em função, principalmente, da redução da produção interna de máquinas e equipamentos (IBGE, 2017). Outro fator que provocou a diminuição do PIB e impactou a economia brasileira foi que, em 2015, a taxa de inflação acumulada medida pelo IPCA foi de 10,67% a.a., muito superior à do ano anterior, que registrou 6,41%, e ao limite superior da meta (6,5% a.a.) (IPEA, 2015). Diante disso, os dados do IBGE (2017) apontam que os setores que apresentaram queda em 2015 foram a indústria de transformação (-5,8%) e o setor de serviços (-2,7%), já o setor de agropecuária apresentou alta de 3,3% em relação a 2014. Além disso, em 2016, o País viveu um momento de instabilidade política e estagnação na economia, o que impactou em uma queda de 3,6% do PIB comparado a 2015. Apresentaram quedas os setores: agropecuário (-6,6%), indústria (-3,8%) e serviços (-2,7%) (IBGE, 2017).

No próximo tópico são apresentadas as estimativas dos parâmetros, com o objetivo de analisar a produtividade agrícola e seu impacto no PIB, a partir do modelo de referência anteriormente apresentado.

### **Análise dos modelos estimados**

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos com a estimativa dos modelos apresentados e discutido na Seção 3.2. A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos. Na primeira parte, apresenta a apuração do modelo de referência de seis maneiras, com o objetivo de identificar os melhores preditores que impactam a produtividade agrícola brasileira.

*A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Tabela 1 – Impacto das variáveis analisadas na produtividade agrícola e testes de validação

	<b>Modelo 1</b>	<b>Modelo 2</b>	<b>Modelo 3</b>	<b>Modelo 4</b>	<b>Modelo 5</b>	<b>Modelo 6</b>
<b>Const.</b>	-8.82301e+07***	-1.30911e+07	5.03228E+12	-1.21731e+08***	8.21883e+07***	-4.35328e+07***
<b>AC</b>	2.18157***	–	1.04340	2.34352***	–	–
<b>FERT</b>	2.28489***	2.47556***	8.64411***	–	8.51395***	–
<b>IA_1</b>	1910.28***	1761.61***	–	2480.01 ***	–	2370.70***
<b>R<sup>2</sup></b>	0.9715	0.9589	0.8733	0.9603	0.8704	0.9548
<b>R<sup>2</sup>Ajustado</b>	0.9692	0.9568	0.867	0.9583	0.8672	0.9444
<b>P-valor</b>	0.0000***	0.0000***	0.0000***	0.0000***	0.0000***	0.0000***
<b>Teste de autocorrelação (Breusch-Godfrey) (P-valor)</b>	0.528	0.442	0.005*	0.0977	0.000163***	0.17
<b>Teste de heterocedasticidade (White) (P-valor)</b>	0.07431	0.363321	0.214484	0.38213	0.652173	0.155272
<b>Teste de normalidade dos resíduos (P-valor)</b>	0.0003**	0.00341*	0.56826	0.12677	0.63075	0.32861

Nota: A variável dependente considerada nesta etapa da análise é a Produtividade Agrícola (PA); \* p<0,10; \*\* p<0,05; \*\*\* p<0,01.

<b>Teste de Colinearidade nos Parâmetros</b>	FERT 5.782 ia_1 6.043 AC 1.145	5.746 5.746 –	1.069 – 1.069	– 1.138 1.138
--	--------------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------

Nota: Valor mínimo possível = 1,0; Valores>10 podem indicar problemas de colinearidade.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Verificou-se que os resíduos no Modelo 1 são homocedásticos, pois não se rejeita a hipótese nula. Observa-se, ainda, a ausência de autocorrelação dos resíduos, o que é considerado positivo para a validade do modelo, pois, segundo Wooldridge (2016), para ser válida uma equação requer, no mínimo, que todos os fatores do termo de erro sejam não autocorrelacionados. Entretanto, a normalidade dos resíduos não é satisfatória, o que é considerado uma fragilidade para validar o modelo. Assim, os resultados apresentados corroboram a análise feita por Abbade (2014), que no Estágio 1 apresenta homocedasticidade, ausência de autocorrelação dos resíduos e normalidade dos resíduos

insatisfatórias. Por fim, verifica-se a ausência de colinearidade nos parâmetros, demonstrando que não existem relacionamentos lineares exatos entre variáveis independentes.

Dessa forma, na primeira parte do modelo de referência, os resultados do Modelo 1 demonstram que as três variáveis independentes consideradas são fortemente significativas (1% de significância ou  $p\text{-valor}<0,01$ ) e impactam positivamente na produtividade agrícola. Assim, por meio dos coeficientes de determinação ( $R^2$ ) e das significâncias do modelo, foi possível verificar que ele é estatisticamente significativo, e as variáveis utilizadas explicam 97,15% da produtividade agrícola.

Diante disso, Costa *et al.* (2014), em seu estudo sobre os determinantes da produtividade agrícola no Rio Grande do Sul, utilizando os fatores terra, capital e trabalho, demonstram o impacto positivo e significativo desses fatores na produtividade agrícola, tendo maior impacto o capital; já a terra, que se refere ao número de hectares cultivados, é o que apresentou menor impacto, o que vai de encontro com as estimativas apresentadas. Nesse contexto, o autor afirma que, considerando que o estoque de capital dos estabelecimentos rurais determina grande parte da sua produção, políticas de estímulo ao investimento, através do crédito são essenciais para promover o avanço da produção agropecuária (COSTA *et al.*, 2014).

No Modelo 2, as evidências demonstram que o uso de fertilizantes e os investimentos agrícolas, como variáveis independentes do modelo, impactam de forma positiva e altamente significativa na produtividade agrícola. Além disso, o modelo constata a presença de homocedasticidade e ausência de autocorrelação dos resíduos. As duas variáveis utilizadas no modelo de regressão têm capacidade de explicar 95,89% da produtividade agrícola. Verifica-se, ainda, a ausência de colinearidade nos parâmetros.

Para Gasques, Bastos e Bacchi (2009), no Brasil, o aumento da produtividade agrícola vem ocorrendo primeiramente em virtude do aumento do uso de capital na aquisição de máquinas automotrices, bem como em razão do uso crescente de fertilizante na lavoura, demonstrando, assim, o impacto positivo dos fertilizantes e dos investimentos na produtividade agrícola.

No Modelo 3, que visa a analisar o impacto da área cultivada e do uso de fertilizantes na produtividade agrícola, verifica-se que ambos impactam

positivamente na produção agrícola. No entanto, apenas o uso de fertilizantes é significativo estatisticamente. Além disso, o teste demonstra a presença de autocorrelação dos resíduos, o que é considerado uma fragilidade do modelo. Apesar disso, não apresenta problemas de heterocedasticidade e não normalidade dos resíduos. Observa-se, ainda, que as duas variáveis independentes utilizadas no modelo explicam 87,33% da produtividade agrícola. Sendo assim, os resultados apresentados nessa etapa são insatisfatórios, o que vai ao encontro com os resultados apresentados por Abbade (2014), ao estimar o modelo usando essas duas variáveis como preditoras. Por fim, é possível verificar a ausência de colinearidade nos parâmetros, demonstrando que não existem relacionamentos lineares exatos entre variáveis independentes.

Gomes (2014), ao analisar os determinantes das vendas de fertilizantes para a soja no Brasil, entre 1988 e 2012, demonstrou que no plantio da soja os ganhos de produtividade agrícola advêm de um conjunto de fatores, tais como aumento na utilização de insumos, melhorias genéticas e adoção de novas práticas de plantio. O autor destaca que maior utilização de fertilizantes por hectare pode resultar em ganhos de produtividade que, no final, refletem-se em menor necessidade de expansão de área plantada, pois se teria uma intensificação da produção, demonstrando, portanto, o impacto positivo e significativo dos fertilizantes na produção agrícola.

No Modelo 4, que leva em consideração a área cultivada e o investimento agrícola como variáveis independentes, é possível verificar que ambos impactam positivamente e de maneira significativa na produtividade agrícola. Além disso, não apresentam problemas de heterocedasticidade, autocorrelação dos resíduos e não normalidade dos resíduos. O coeficiente de determinação demonstra que as duas variáveis independentes explicam 96,03% da produtividade agrícola. Por fim, verifica-se a ausência de colinearidade nos parâmetros.

Os dados apresentados corroboram a pesquisa de Costa *et al.* (2014); segundo os autores os resultados apontam que a elasticidade do fator terra mostra que, na atual estrutura agropecuária, a simples expansão da área, sem os investimentos em capital e tecnologia, tende a não gerar quantidade significativa de produto, sobretudo, em regiões onde a produção é viabilizada a partir de um modelo intensivo em capital e com práticas de manejo orientadas para maximizar a produção por unidade de área.

Em outra pesquisa desenvolvida por Benevides *et al.* (2016), em que se analisa a produtividade total dos fatores e o desenvolvimento do agronegócio, verificou-se que o capital físico, representado pela variável máquinas obteve coeficiente positivo e foi estatisticamente significativo, mostrando que a disponibilidade e o uso de máquinas é um fator determinante no nível de produção agropecuária.

No Modelo 5, que considera apenas o uso de fertilizantes como variável independente da produtividade agrícola, observa-se que a utilização dos insumos impacta positiva e significativamente na produção agrícola. O modelo, ainda, não apresenta problemas de heterocedasticidade e não normalidade dos resíduos. Apesar disso, foi verificado problema de autocorrelação, o que leva a resultados insatisfatórios de estimação. Seu coeficiente de determinação é de 87,04%. Os dados corroboram o estudo de Abbade (2014). Segundo Gasques (2014), no período 1995 a 2006, 32% do crescimento do produto agropecuário estava relacionada ao aumento da quantidade de insumos, demonstrando a importância e o impacto positivo da variável independente sobre a dependente.

Por fim, no Modelo 6, que considera apenas o investimento agrícola como variável independente na estimativa da produtividade agrícola, é possível observar que a variável impacta de forma positiva e significativamente na produtividade agrícola. Além disso, não há evidências de problemas de heterocedasticidade, autocorrelação e não normalidade dos resíduos, o que vai de encontro com os dados apresentados por Abbade (2014) ao estimar o modelo, utilizando como variável preditora o investimento agrícola. O coeficiente de determinação indica que 95,48% da produtividade agrícola é explicada pelo investimento agrícola.

Segundo Costa *et al.* (2014), a infraestrutura existente nos estabelecimentos determina grande parte da produção agropecuária gerada. Os resultados apresentados pelo autor mostram que para cada 10% de elevação no capital, espera-se um aumento de 6,16% no produto agropecuário gaúcho, demonstrando, assim, o impacto positivo e significativo dos investimentos agrícolas na produtividade.

Ao analisar os resultados obtidos com as estimativas dos modelos, nessa primeira etapa, é possível verificar que os Modelos 4 e 6 são os que apresentam melhores resultados de ajustamento.

Diante disso, o presente trabalho apresenta a interpretação do modelo de número 4 por apresentar duas variáveis e o coeficiente de determinação ( $R^2$ ) maior, explicando melhor a produtividade agrícola. Dessa forma, ao analisar o modelo considerado com as variáveis área cultivada e investimento agrícola é possível verificar que o aumento de 1 milhão de dólares em investimento no ano anterior provoca o aumento de 2,480 mil toneladas da produtividade agrícola e que o aumento de 1 hectare provoca o aumento de 2,3 toneladas da produtividade agrícolas, ambas explicam 96% da produtividade agrícola no modelo, sendo ambos estatisticamente significativos a 1%. O que vai ao encontro com a literatura demonstrando que as variáveis possuem impacto significativo e positivo na produtividade agrícola corroborando com o artigo de Costa *et al.* (2014) que demonstrou que os parâmetros associados às variáveis Terra (T), e Capital (K) foram estatisticamente significativos ao nível 5%, e 1%, respectivamente, e o sinal dos coeficientes associados às variáveis indica que as variáveis exercem influência positiva sobre a produção agropecuária, explicando 76% da produtividade agrícola do Rio grande do Sul.

Por fim, verifica-se que, em ambos os modelos, a variável investimento agrícola está presente, demonstrando que é a que melhor explica a variação de produtividade agrícola no Brasil, diante do período considerado na análise.

Gasques *et al.* (2013) afirmam que o aumento da produtividade agrícola nos últimos anos se deve ao aumento do investimento agrícola, sobretudo em pesquisa, desenvolvimento de novos sistemas de produção, como plantio direto, integração de sistemas produtivos, e outros que provocaram o aumento expressivo na produtividade de milho e soja, por exemplo. O autor, ainda afirma que são inúmeras as políticas de incentivo ao crescimento da produtividade agrícola no Brasil, destacando os créditos subsidiados para investimentos e para capital de giro, investimentos em P&D, programas de suporte aos produtos e ao desenvolvimento rural que impactam no aumento da produtividade agrícola. Assim, o aumento dos investimentos com pesquisa afeta diretamente a produtividade. Segundo Gasques, Bastos e Bacchi (2009), um aumento de 1% nos gastos com pesquisa da Embrapa eleva em 0,2% o índice de produtividade agrícola.

Gasques *et al.* (2012) destacam que o reduzido aumento do índice de utilização de terras mostra que o crescimento vem se dando com pequena

incorporação de terras, e isso é o resultado especialmente da introdução de novas tecnologias, que aumentam a produtividade da terra, que tem a principal instituição líder de pesquisa a Embrapa. Por outro lado, o índice de capital (máquinas, defensivos e fertilizantes) elevou-se significativamente nos últimos anos. Os autores ainda afirmam que os investimentos agrícolas visam a fornecer maior liquidez e possibilita aos seus usuários a aquisição de insumos de melhor qualidade, além da adoção de melhores tecnologias e a ampliação da escala de produção pela aquisição de mais terras ou novos equipamentos.

Dando continuidade à análise dos dados, a segunda parte do modelo visa a avaliar o impacto da produtividade agrícola sobre o PIB do Brasil. A variável dependente é o PIB e a variável independente é a produtividade agrícola, conforme abaixo:

Tabela 2 – Impacto da produtividade agrícola no PIB e testes de validação

	PIB Brasil
Constante	-3.48e+11***
PA	13365.8***
R <sup>2</sup>	0.9603
R <sup>2</sup> Ajustado	0.9593
P-valor	0.0000***
Teste de autocorrelação (Breusch-Godfrey) (P-valor)	0.448
Teste de heterocedasticidade (White) (P-valor)	0.17687
Teste de normalidade dos resíduos (P-valor)	0.97383

Nota: A variável dependente considerada nesta etapa da análise é o Produto Interno Bruto PIB;

\* p<0,10; \*\* p<0,05; \*\*\* p<0,01.

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos resultados apresentados, constata-se que a produtividade agrícola impacta de forma positiva e altamente significativa no PIB do Brasil. A partir dos testes realizados, é possível observar que os resíduos são homocedásticos, há ausência de autocorrelação dos resíduos e os resíduos possuem distribuição normal, o que demonstra uma evidência positiva para a validade do modelo testado, corroborando os dados apresentados por Abbade

(2014). Sendo assim, de acordo com os resultados do modelo o aumento de uma tonelada de produtividade agrícola, aumenta o PIB em US\$ 13.365,00 dólares.

De acordo com o Cepea (2019), ainda que a participação da agropecuária na economia como um todo seja relativamente baixa (5% em 2017), destaca-se que o resultado positivo desse setor foi o grande responsável pelo crescimento do PIB nacional de 2017. Além disso, em 2017, o agronegócio brasileiro foi o grande impulsionador da economia nacional ao apresentar uma safra recorde de grãos que atingiu o patamar de 237,7 milhões de toneladas, o setor avançou 13% com relação a 2016, sendo o grande impulsionador do PIB nacional. Assim, o setor agrícola impacta a economia de forma positiva, pois o país é o maior produtor e exportador de café, açúcar, etanol de cana-de-açúcar e suco de laranja, liderando também o *ranking* das vendas externas de carne bovina, frango, soja e milho (IBGE, 2018).

Nascimento, Figueiredo e Miranda (2018) ao mensurar a participação das culturas de algodão, milho e soja no PIB do agronegócio do Estado do Mato Grosso, verificou que em 2007, o setor agrícola foi o que mais se destacou na economia do estado. Em relação às cadeias produtivas, a cultura de soja apresentou maior destaque diante das outras, com participação de 40,36% no PIB do agronegócio e 21,45% do PIB estadual, se consagrando como a cultura mais importante para geração de renda na economia do estado.

Para Marques *et al.* (2006), a produtividade agrícola garante o abastecimento dos centros urbanos e o excedente é exportado, gerando divisas e estabilidade econômica. Além disso, o meio rural é um dos grandes fornecedores de matéria-prima para o setor secundário, havendo toda uma interdependência de setores. Seu papel é fundamental no contexto econômico brasileiro, sustentando uma imensa cadeia produtiva que vai do campo à agroindústria. Diante disso, é possível verificar a importância da produtividade agrícola para o sistema econômico do país, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico dele, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

## **Considerações finais**

O crescimento brasileiro até 2014 se deu de maneira acentuada, decaindo em 2015. Em 2017 a economia volta a crescer novamente, e esse crescimento se deve, em grande parte, ao desenvolvimento do agronegócio, sobretudo da agricultura. Com relação aos fatores de produção apresentados no trabalho (uso de fertilizantes, área cultivada e investimento agrícola), é possível verificar que o Brasil apresentou crescimento do uso de fertilizantes ao longo dos anos, assim como aumento no investimento e na produtividade agrícola. Já com relação a área cultivada, é possível verificar que seu crescimento não foi considerável, em contrapartida a área agricultável apresentou crescimento significativo nos últimos anos.

Ao analisar os resultados obtidos pela estimação dos parâmetros do modelo utilizado, foi possível constatar que o melhor modelo a partir dos testes realizados para a estimação da produtividade agrícola é o Modelo 4, em que a variável dependente é a produtividade agrícola e as variáveis independentes são a área cultivada e o investimento agrícola. Por meio dessa estimação, foi possível verificar que ambas as variáveis independentes impactam de forma positiva e apresentam significância estatística a 1%. Além disso, na segunda parte do modelo, verificou-se que a produtividade agrícola contribui significativamente e impacta positivamente para o crescimento do PIB brasileiro.

Na primeira parte do modelo, os resultados demonstram que o modelo apresentado como melhor estimador dos parâmetros mostra que o investimento agrícola apresentou maior impacto diante da área cultivada. Isso se deve ao fato de que ao longo dos anos a área cultivada não apresentou um elevado crescimento e, por isso, para a produtividade agrícola a área cultiva não apresenta grande impacto, pois não houve variação na mesma medida que a utilização dos demais fatores.

Por fim, diante das limitações impostas, visto que o modelo não incorpora atividades de pecuária e a estimação de seus impactos, ficam lacunas para que outros pesquisadores desenvolvam trabalhos que estimem de maneira mais completa e eficiente a produtividade agrícola. Pois, os dados utilizados tornam o estudo pouco detalhista. Dessa forma, sugere-se novos estudos que possam apresentar de forma detalhada os fatores (terra, capital, trabalho) que impactam

significativamente o agronegócio brasileiro, já que este setor contribui significativamente para o crescimento e o desenvolvimento do País e, por isso, merece ser estudado de maneira mais aprofundada.

### **Referências**

- ABBADE, E. B. O papel do agronegócio brasileiro no seu desenvolvimento econômico. **GEPROS – Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v. 9, n. 3, p. 149-158, jul./set. 2014.
- BENEVIDES, A. A.; SILVA F. A.; MAYORGA F. D. O.; MESQUITA, K. H. C. **Produtividade total dos fatores e desenvolvimento do agronegócio brasileiro:** uma análise do Brasil em relação aos maiores países produtores agropecuários. Disponível em:  
[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=12&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwidwLvZvKDjAhVBH7kGHTQFALw4ChAWMAF6BAgBEAI&url=https%3A%2F%2Fwww.bnb.gov.br%2Fdocuments%2F160445%2F3572566%2FPRODUTIVIDADE%2BTOTAL%2BDOS%2BFA TORES%2BE%2BDESENVOLVIMENTO%2BDO%2BAGRONEG%25C3%2593CIO%2BBRASILEIRO.pdf%2Fc2f72748-0300-decb-ddb8-d605fdb5e8fc&usg=AOvVaw2gpGHTV785545j\\_ZXQNOJO](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=12&cad=rja&uact=8&v ed=2ahUKEwidwLvZvKDjAhVBH7kGHTQFALw4ChAWMAF6BAgBEAI&url=https%3A%2F%2Fwww.bnb.gov.br%2Fdocuments%2F160445%2F3572566%2FPRODUTIVIDADE%2BTOTAL%2BDOS%2BFA TORES%2BE%2BDESENVOLVIMENTO%2BDO%2BAGRONEG%25C3%2593CIO%2BBRASILEIRO.pdf%2Fc2f72748-0300-decb-ddb8-d605fdb5e8fc&usg=AOvVaw2gpGHTV785545j_ZXQNOJO). Acesso em: 6 jul. 2019.
- BRASIL. **Agropecuária é o setor com maior crescimento na última década.** Disponível em:  
<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/03/agropecuaria-e-o-setor-com-maior-crescimento-na-ultima-decada>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CAMPOS, A. C.; PAULA, N. A evolução da agropecuária brasileira nos anos 90. **Ind. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 177-199, fev. 2002.
- CEPEA. PIB-Agro/CEPEA: **Agronegócio favorece crescimento do PIB nacional e ajuda no controle da inflação.** Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-agronegocio-favorece-crescimento-do-pib-nacional-e-ajuda-no-controle-da-inflacao.aspx>. Acesso em: 20 maio 2019.
- COSTA, N. L.; SANTANA, A. C.; MATTOS C. A. C. Análise dos determinantes da produção agropecuária do Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 159-178, jun. 2015.
- EMBRAPA. **Soja em números.** Disponível em:  
<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS (FAO). 2019. Disponível em:  
<http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 20 maio 2019.
- FEIJÓ, R. L. C. **Economia agrícola e desenvolvimento rural.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- GASQUES, J. G. et al. Produtividade e crescimento: algumas comparações. In: ALVES, E. R. A.; SOUZA, G. S.; GOMES, E. G. **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil.** Brasília, DF: Embrapa, 2013.
- GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P. **Produtividade e fontes de crescimento da agricultura brasileira.** Disponível em:  
[https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo11\\_27.pdf](https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo11_27.pdf). Acesso em: 6 jul. 2019.
- GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; VALDES C.; BACCHI, M. R. P. **Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira:** análise dos dados dos censos agropecuários. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1188.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2019.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; VALDES C.; BACCHI, M. R. P. Produtividade da agricultura brasileira e os efeitos de algumas políticas. **Revista de Política Agrícola**, ano XXI, n. 3, jul./ago./set., 2012. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/248/208>. Acesso em: 6 jul. 2019.

GOMES, C. D. **Determinantes das vendas de fertilizantes para a soja no Brasil de 1988 a 2012**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – FGV, São Paulo, 2014. p. 56.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 jul. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura 2016**. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=2ahUEwjjy7vx46jjAhVtFLkGHdFOBLoQFjACegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F6216%2F11%2FCarta\\_Conjuntura\\_n30.pdf&usg=AOvVaw0gMynDxqE0INFiteVjOJtV](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=2ahUEwjjy7vx46jjAhVtFLkGHdFOBLoQFjACegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F6216%2F11%2FCarta_Conjuntura_n30.pdf&usg=AOvVaw0gMynDxqE0INFiteVjOJtV). Acesso em: 6 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agropecuária puxa o PIB de 2017**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Melhora da produtividade é responsável por 80 % do crescimento da agropecuária**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/melhora-da-produtividade-e-responsavel-por-80-do-crescimento-da-agropecuaria>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**: planejamento e políticas públicas, v. 1, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.

MARQUES, N. A. et al. Efeito da ampliação das exportações agropecuárias e agroindustriais na balança comercial e (re) distribuição da renda: uma análise de equilíbrio geral. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 413-435, jul./set. 2006.

NASCIMENTO, A. P. P.; FIGUEIREDO A. M. R.; MIRANDA, P. R. Dimensão do PIB do agronegócio na economia de Mato Grosso. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 903-930, mar. 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annabluem; FAPESP, 2007.

UNSD. United Nations Statistics Division. 2019. National Accounts Main Aggregates Database. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/snaama/Basic>. Acesso em: 20 maio 2019.

WOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução a econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

# 29

## Mulheres da Vila Maringá: geração de renda e autonomia

Milena Prevedello Rubin<sup>1</sup>

Isabela Marques Kumer<sup>2</sup>

Vitória Melo dos Santos<sup>3</sup>

Natália Funghetto Dapieve<sup>4</sup>

Vânia Medianeira Flores Costa<sup>5</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo relatar as atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Transformando vidas: geração de renda e trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social”, no período de 2014 a 2019. Com estas atividades, busca-se a inclusão socioeconômica das mulheres residentes na Vila Maringá, região periférica de Santa Maria/RS, por meio da realização de oficinas de capacitação; palestras e outras atividades, para a geração de renda e trabalho. Beneficia-se, assim, não só a família das mulheres, como promove maior autonomia, sociabilidade e inclusão social para as mulheres do projeto. Cabe salientar que o desenvolvimento ocorre a partir de uma metodologia participativa, em que primeiramente, são elencadas as demandas locais alicerçadas no diálogo com as mulheres e, posteriormente, realiza-se contato com possíveis voluntários e dar início ao desenvolvimento das atividades. Como resultados alcançados, o projeto tem contribuído no processo de capacitação e autonomia das mulheres, auxiliando no processo de independência financeira das integrantes do projeto, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das mulheres do projeto, moradoras na Vila Maringá.

**Palavras-chave:** Geração de trabalho e renda. Inclusão socioeconômica. Vulnerabilidade social. Gênero. Autonomia.

### Introdução

Desde os anos 50, segundo Guimarães (2018), houve no Brasil um intenso crescimento da população economicamente ativa e inserção das mulheres no

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria, RS, UFSM, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1830942071912892>. E-mail: milenaprevedl@gmail.com

<sup>2</sup> Graduação em andamento em Administração. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. Bolsista no <http://lattes.cnpq.br/6517880345029839>. E-mail: isa.belamarqueskumer@gmail.com

<sup>3</sup> Graduação em andamento em Administração. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5146965903498650>. E-mail: msvitória99@gmail.com

<sup>4</sup> Graduação em andamento em Administração. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3587320912710589>. E-mail: nataliadapieve10@gmail.com

<sup>5</sup> Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0180563343119839>. E-mail: vania.costa@ufsma.br

mercado de trabalho, o que resultou em várias implicações sociais, culturais e econômicas. No que se refere ao aspecto econômico, este está ligado às mudanças do mercado de trabalho nas últimas décadas, referente à adoção de novos modelos organizacionais na prestação de serviços, impulsionado pela consolidação do mercado financeiro, principalmente nos anos 80. A partir dos anos 90, no Brasil, conforme Maria e César (2008), ocorreu uma crescente inserção no mercado de trabalho no campo da informalidade, devido às propostas governamentais como o Plano Nacional de Formação Profissional e o Plano Nacional de Qualificação, bem como de organizações não governamentais para o enfrentamento do desemprego, da pobreza e exclusão social. Essas iniciativas possuem uma importância para a minimização dos efeitos econômicos e sociais decorrentes, além de contribuírem para o desenvolvimento da cidadania. De acordo com a teoria da empregabilidade/sustentabilidade, a realização de oficinas de capacitação para geração de renda é essencial para a inserção no mercado cada vez mais restrito de trabalho ou para o trabalho autônomo no chamado campo das políticas de inclusão social, como ação emergencial.

Silva e Gitahy (2006) já comentavam que este modelo que se consolidou nos anos 80, com uma organização de trabalho mais flexível, que permeia o processo de precarização, em contraponto a uma estabilização que denota maior envolvimento do sujeito no processo de trabalho. Estes aspectos têm privilegiado sobretudo trabalhadores masculinos de grandes empresas dos países do Norte e as mulheres pobres ocupam os pontos mais precarizados.

Com base no exposto, este artigo tem por objetivo realizar um relato de experiência acerca do projeto de extensão “Transformando vidas: geração de renda e trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social”, no período de 2014 a 2019. Este projeto de extensão visa à inclusão socioeconômica das mulheres pertencentes à Vila Maringá, região periférica da cidade de Santa Maria no centro do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da realização de oficinas de capacitação, palestras e outras atividades, para a geração de renda e trabalho. Além disso, cabe explicar que este projeto é uma parceria do departamento de Ciências Administrativas, professores e alunos do curso de Administração, Ciências Sociais e as Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria, que coordenam e são responsáveis pelas atividades no espaço

comunitário do Centro Social São Francisco, da Paróquia Nossa Senhora das Dores. Na sequência, para embasar este trabalho, no próximo tópico desenvolve-se um referencial teórico procurando contextualizar a relação entre gênero e trabalho e como este se relaciona com a vulnerabilidade e a realização de oficinas de geração de renda. Em seguida, apresenta-se a metodologia participativa utilizada e, por fim, os resultados e as atividades realizadas ao longo dos seis anos das atividades realizadas no projeto, complementados com alguns apontamentos e as considerações finais.

### **Gênero, vulnerabilidade e geração de renda**

No campo das ciências sociais, incorporam-se nas análises sobre desigualdade a articulação entre os “marcadores sociais da diferença”. São as teorias de reconhecimento e identidade que permeiam os debates acerca da diferenciação e constante ressemantização de categorias para compreender o processo de exclusão social de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, bem como esses indivíduos podem vir a desenvolver a autonomia. Destaca-se uma série de estudos que emergem a partir dos anos 1990, no cenário internacional, articulando a multiplicidade de pensar o outro sobretudo da categoria gênero ao campo social. Como categoria de análise “gênero” permite se distinguir da representação atribuída à diferenciação sexual, afastando-se de um determinismo biológico a ele relacionado. Insere-se, assim, a dimensão histórica e subjetiva das mulheres como agentes sociais para uma esfera estrutural. É o terreno sócio-histórico de análise ao qual os papéis sexuais foram delimitados, hierarquizados e conduzidos ao terreno das relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1995; MOUTINHO, 2014).

Rocha *et al.* (2017), ao analisarem o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), referente à população de mulheres durante o período de 2000 a 2010 no Brasil, constatam uma redução de 28% (0,450 para 0,324), ou seja, oscilando da alta vulnerabilidade social para média vulnerabilidade. Esse processo acompanhou a queda do IVS nas unidades federativas e nos municípios em geral. Já no critério Trabalho e Renda,<sup>6</sup> ligado à população de mulheres no IVS, é notável a inserção

---

<sup>6</sup> Rocha *et al.* Explica: “Essa dimensão é composta pelos seguintes indicadores, todos com mesmo peso no cálculo da dimensão: proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário-mínimo (de 2010); taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais

delas no mercado de trabalho e a ainda permanente desigualdade neste âmbito, uma vez que, apesar da redução de 34,08%, na qual acompanhou a redução de 35,79% para os homens. Rocha *et al.* (2017, p. 89) explicam que “a vulnerabilidade de mulheres no que se refere à dimensão Renda e Trabalho no Brasil ainda é considerada média (0,344) em contraposição à baixa vulnerabilidade dos homens (0,293)”. Essa inserção das mulheres no mercado de trabalho mudou a configuração das famílias, os filhos foram reduzidos e as mulheres alcançaram maior autonomia financeira, possuindo uma contribuição significativa na renda familiar. Entretanto, de acordo com Lages (2005) e Guimarães (2018), essa dimensão das transformações sociais e progressistas entre as relações de homens e mulheres são acessadas quase que exclusivamente a camadas socioeconomicamente privilegiadas.

O desafio para a promoção de geração de renda para mulheres, em situação de vulnerabilidade, ou seja, àquelas no qual diversas matrizes de opressões se interseccionam em suas trajetórias, perpassa a divisão sexual do trabalho entre o trabalho produtivo e reprodutivo nos lares familiares. Nesse sentido, a jornada de trabalho não se resume apenas à realizada no mercado de trabalho, corresponde também aquele trabalho desempenhado pela mulher e que não é remunerado: os afazeres domésticos e os cuidados com crianças, adoecidos e idosos. Este papel social que destina às mulheres para o privado, as conduz a uma dupla jornada, após a inserção na esfera empregatícia, pois o trabalho de reprodução social ainda é realizado majoritaria ou exclusivamente por elas (HITARA; KERGOAT, 2007; LEITE, 2017).

Dessa forma, como pontua Saldanha Marinho e Gonçalves (2015), ao realizarem um levantamento bibliográfico das estratégias de empoderamento feminino na América Latina, dos anos de 2000 a 2012, a geração de renda como estratégia de autonomia atrelada unicamente à questão financeira pode vir a tornar-se um problema quando não trabalhada conjuntamente a desigualdade de gênero existente na divisão sexual do trabalho. Ao focalizar-se apenas no papel que a mulher possui como agente da família ao prover renda para o lar,

---

de idade; percentual de pessoas com de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; percentual de pessoas em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo (de 2010) e dependente de idosos; taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade. Para informações sobre os indicadores que compõem as outras duas dimensões do IVS” (ROCHA *et al.*, 2007, p. 89).

pode vir a sobrecarregar sua condição, o que resultam na desistência da mesma e o retorno à vida doméstica.

Com base no exposto, cabe explicar que o projeto-base deste estudo visa à inclusão socioeconômica das mulheres residentes na Vila Maringá, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, considerando as especificidades locais para a realização das oficinas de capacitação, por meio de um permanente diálogo com as participantes, em busca de ações que contemplam a vivência e as demandas das mulheres participantes. Corroboram esta metodologia Rocha *et al.* (2017, p. 85), que comentam que, para a promoção de autonomia e empoderamento, é preciso criar condições para que as mulheres se insiram nos espaços de sociabilização e se percebam como agentes sociais “tanto no que se refere à eliminação das iniquidades e injustiças que prejudicam o seu bem-estar, assim como o reconhecimento de que seu bem-estar é também influenciado pela independência econômica e emancipação social”. Em razão disso, projetos de geração de renda atrelados às demandas locais buscando minimizar aspectos da exclusão social, são considerados estratégias para a autonomia feminina, visto que inserem as mulheres fora do âmbito privado e reconhecem sua liberdade de escolha, agenciamento e sociabilização.

## **Método**

Este relato está baseado nas atividades desenvolvidas num projeto de extensão que teve início no ano de 2014, e é formado por um grupo de alunos e professores da UFSM e outras Instituições de Ensino interessadas em contribuir para a inclusão socioeconômica das mulheres residentes na Vila Maringá. Cabe explicar que o complexo Maringá se situa na região periférica da Faixa Nova do bairro Camobi, em Santa Maria/RS, onde sua população em maior número possui baixa escolaridade, tendo completado apenas o Ensino Fundamental ou Médio incompleto. Em decorrência disso, e por outros fatores sociais, culturais e econômicos, os moradores residentes exercem em sua maioria trabalhos marginalizados socialmente, englobando: recicladores, diaristas, ajudantes de obra, serviços de pintura e limpeza. A atuação do projeto na Vila Maringá visa a contribuir para suprir as necessidades das famílias de baixa renda, como também

auxiliar na inserção das mulheres no mercado de trabalho, nas relações produtivas e no combate ao desemprego.

As atividades são desenvolvidas no Centro Social São Francisco, coordenado pelas Irmãs da congregação do Sagrado Coração de Maria, que conta com uma boa infraestrutura e encontram-se abertas para projetos que visem a contribuir com o desenvolvimento da comunidade local. O papel das Irmãs no projeto é fundamental para a realização e coordenação das atividades a serem desenvolvidas, bem como realizar a compra dos materiais a serem utilizados nas oficinas e o controle financeiro.

Para o desenvolvimento do projeto, busca-se uma metodologia participativa, que, primeiramente, elencada as demandas locais alicerçadas no diálogo com as mulheres, posto que as oficinas de capacitação devem ser realizadas com base em produtos e serviços que as mulheres gostariam de produzir para comercializar localmente ou ser comercializado por empresas associadas ao projeto de extensão. Após esta coleta de demandas, realizam-se contatos com os possíveis voluntários ligados aos cursos da UFSM, ou de outras IES e alunos da UFSM, bem como da comunidade externa que possam contribuir com a realização das atividades planejadas conjuntamente com as Irmãs, permitindo assim a definição dos dias e horários das atividades.

## **Resultados**

Neste item apresenta-se um relato das atividades realizadas no projeto, desde o seu início em 2014 até julho de 2019. Apresenta-se, primeiramente, no Quadro 1 uma síntese das atividades realizadas e depois é feito um detalhamento, com base neste quadro de como foram realizadas tais atividades, que visam a auxiliar no alcance do objetivo geral do projeto. O objetivo visa à possibilidade de geração de renda para a inclusão socioeconômica de mulheres em situações de vulnerabilidade social, da Vila Maringá de Santa Maria, RS. Foram realizadas diversas ações no período de 2014 a 2019.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas pelo projeto “Transformando vidas” (2014-2019)

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS					
2014	2015	2016	2017	2018	2019
Oficina de panetones	Palestra com psicóloga	Oficinas de arte-culinária: fabricação de panetones/ <i>cupcakes</i> e bolachas decoradas	Oficina de produção de trufas	Oficina de produção de brigadeiros gourmet	Oficina de confecção de acolchoado
Oficina de beleza	Workshop de alimentação saudável	Oficina de estética e beleza	Criação de uma identidade visual para o projeto	Oficina de produção de rosca frita	Produção de panos de prato artesanais
Oficina de <i>cupcakes</i> e bolachas	Planejamento de hortas urbanas	Workshop de alimentação saudável I	Oficinas de decorações de ambientes	Minicurso de aproveitamento integral de alimentos	-
-	-	Workshop de alimentação saudável II	Criação da <i>fanpage</i> do projeto no <i>facebook</i>	Palestra sobre plantas medicinais e temperos	-
-	-	Palestra com psicóloga	Evento de final de ano	Horta comunitária	-
-	-	Hortas urbanas	-	Visita e participação em eventos	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Cabe explicar que a primeira etapa do projeto foi a realização do planejamento das atividades, promovendo a interação de todos as partes envolvidas (Irmãs, mulheres, professora e bolsistas), a fim de identificar as áreas de interesse e em seguida planejar as atividades que seriam realizadas, para que fosse possível, por meio das atividades, gerar receita para essas mulheres. Freire e Shor (2011, p. 189), enfatizam que o empoderamento feminino perpassa uma educação libertadora, ou seja, esses autores afirmam que, para que isto aconteça, é necessário que ocorra “um processo político de classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação”. Ao refletir-se sobre este pensamento, percebe-se uma contextualização de forma mais ampla das questões sociais, que demandam de mudanças sociais impactantes em todos os seus aspectos, principalmente, no aspecto que envolve a questão da inclusão socioeconômica de mulheres mais pobres na sociedade em que vivem.

Para Paviani e Fontana (2009), a oficina é uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação, mas que inclua também a base teórica. No ano de 2014, foram ofertadas às integrantes do projeto algumas oficinas, no intuito de identificar alguma atividade com a qual as mulheres do projeto pudessesem identificar uma possível geração de renda. A primeira oficina ofertada foi a produção de Panetones, que contou com a orientação de uma professora de culinária, de uma Instituição Local de Cursos Profissionalizantes. A duração desta oficina foi de aproximadamente seis horas, com o objetivo de aprender a produzir e embalar o produto, cujos insumos e materiais para a fabricação foram disponibilizados pelas Irmãs parceiras no projeto e por outros voluntários.

Outra oficina realizada foi a de embelezamento, com foco em: maquiagem, manicure, pedicure e penteado, ministrada por profissionais da área, com o intuito de aumentar a autoestima das participantes, que teve duração de aproximadamente 6 horas. Ainda, em 2014, também ocorreu a oficina de Cupcakes e Bolachas, com duração aproximada de cinco horas, conduzida pela mesma professora de culinária da primeira oficina, que, além de ensinar a produzir, também instruiu as participantes a como realizar a apresentação dos produtos, a fim de fomentar a possibilidade de comercialização.

Paviani e Fontana (2009) explicam que são propostas tarefas, que incluem o planejamento de projetos de trabalhos, produção de produtos que possam ser vendidos e ser uma possível fonte de renda para essas mulheres, seguidas de uma reflexão crítica e de avaliação sobre a tarefas desenvolvidas. Em relação às limitações das atividades realizadas nas oficinas neste ano, foram enfrentadas dificuldades com a utilização do espaço para o projeto e a conciliação dos horários das participantes, algumas atividades programadas não ocorreram, como a oficina de decoração dos chinelos e o mapeamento de possíveis locais de comercialização dos produtos produzidos pelas mulheres do projeto. Cabe destacar que se observou que a realização das oficinas foi importante frente ao contexto em que estão inseridas estas mulheres, promovendo melhoria na autoestima, no comprometimento, na motivação, no trabalho em equipe e expectativas em relação ao seu futuro profissional e financeiro.

No ano de 2015, como detalha-se no Quadro 1, as participantes do projeto da Vila Maringá mostraram-se dispostas a continuar se qualificando, interessando-se em realizar novas oficinas (*artesanato, culinária, patchwork,*

entre outros) e procurar para este ano, efetivamente, realizar a comercialização dos produtos elaborados. Assim, no ano de 2015 foram feitas várias atividades: uma palestra com uma psicóloga, com uma duração aproximada de duas horas, quando foram abordadas questões sobre a família, seu papel e sua influência, a partir da vivência das mulheres. Nesta palestra, também teve o objetivo de auxiliar na compreensão das demandas familiares, visto que estas interferem no envolvimento das mulheres com o projeto. Outra atividade desse ano foi um *workshop* sobre alimentação saudável, em parceria com o projeto Cozinha Brasil, ofertado pelo SESI. Disponibilizou o espaço físico, insumos e a nutricionista. França (2005) já enfatizava, em seu estudo, que os projetos oferecidos em outras instituições, além de terem o mesmo compromisso com a proposta de geração de trabalho e renda, podem ser importantes parceiros para o desenvolvido nas Instituições de Ensino ou em outras organizações que visem a este tipo de objetivo.

Em 2015, cada Workshop teve aproximadamente seis horas de duração, tratando de alimentação saudável, funcionalidade dos alimentos e seus benefícios para a saúde, consumo consciente, redução dos desperdícios e aproveitamento integral de alimentos. Outra atividade realizada em 2015 foi o planejamento da horta urbana, que contou com a orientação técnica de um professor do CCR/UFSM, o qual ensinou desde a estrutura da horta até a preparação do solo, para definir o que seria plantado. Foram enfrentadas algumas dificuldades na implementação da horta urbana, como questões climáticas e a conciliação dos horários das participantes. Assim, não foi possível a construção da horta e a estruturação do modelo de venda dos produtos. França (2005) salientava que os projetos realizados possuem os princípios de trabalho em parceria, descentralização nas tomadas de decisão, troca de opiniões, colaborando para a autoestima e promoção de cidadania, gerando dinâmicas sociais, culturais e comerciais, a partir de valores da própria comunidade, a fim de propiciar às participantes novas oportunidades de aprendizados e de renda extra, corroborando o que também é preconizado no Projeto da Vila Maringá. No tocante à continuidade do projeto, as participantes mostraram-se dispostas a continuar se qualificando com o projeto oferecido pela UFSM, em 2016. O interesse é desenvolver novas oficinas de artesanato e culinária, com foco em

horta urbana e, efetivamente, comercializar os produtos elaborados com o mapeamento do local adequado para a venda.

No ano de 2016, foram realizadas oficinas de arte-culinária, com o objetivo de capacitação no processo de fabricação, embalagem e venda de panetones, *cupcakes* e bolachas decoradas, tendo em vista as datas festivas como apporte maior para sua comercialização. Nas oficinas de arte-culinária, as orientações dadas pela assessora compreendiam todos os elementos para a fabricação de alimentos como: o cuidado no uso de aventais, luvas e acessórios, o trato dos alimentos, a higienização dos materiais de uso, boas maneiras na cozinha, manuseio dos equipamentos e demais orientações necessárias. A oficina de fabricação de panetones teve duração de aproximadamente seis horas e foi realizada em duas etapas. No primeiro momento, a assessora explicou sobre o uso correto dos ingredientes, quantidades, sabores, materiais de uso, e explicações técnicas em que cada participante teve a oportunidade de fazer perguntas e tirar dúvidas, ou corrigir erros que detectaram em suas práticas culinárias.

No segundo momento, após a fabricação da massa e espera do tempo necessário, seguiram as orientações sobre o acondicionamento dos ingredientes restantes, a forma correta de embalagem, o cuidado com a apresentação ao consumidor final e estratégias de apresentação do produto. Todas as mulheres participantes puderam provar o resultado da receita e avaliá-la a partir do próprio produto confeccionado, bem como a qualidade alcançada.

A oficina de *cupcakes* também teve duração de aproximadamente seis horas, na qual foi explicado às participantes o funcionamento dos equipamentos, a higiene e o trato dos ingredientes mais integrados na dinâmica das oficinas, mantendo-se atentas a todas as orientações. Da mesma forma, a oficina de bolachas decoradas foi realizada com duração de seis horas e término da confecção, quando houve degustação e retomada dos passos da receita para esclarecimento de dúvidas.

Em 2016, ocorreu novamente uma oficina de beleza e estética, com o objetivo de oferecer às participantes, orientações, práticas e aprendizados sobre estética e beleza, bem como proporcionar espaço de cultivo à beleza estética das mulheres participantes. A oficina de beleza e estética foi realizada por um grupo de profissionais voluntárias sendo elas: manicure, cabeleireira e maquiadora.

Esta oficina, além de proporcionar a aprendizagem, também objetivou melhorar a autoestima das participantes e disponibilizar o acesso a um espaço pouco usual. A oficina durou aproximadamente seis horas, com horário alternado para cada participante.

Visando à condução participativa e colaborativa do projeto, buscaram-se profissionais de outras áreas, como psicologia e nutrição, que contribuíram para ampliar a participação de outros docentes e acadêmicos que não somente do curso de Administração. Nesse sentido, foram realizados dois workshops de alimentação saudável, por meio de parceria com o projeto “Cozinha Brasil” oferecido pelo Sesi. Este disponibilizou o espaço físico, os insumos e a profissional para as orientações. Cada oficina teve um total de seis horas de duração, direcionada principalmente para a importância da alimentação saudável e equilibrada, em que as participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre a pirâmide alimentar e suas implicações para a saúde e qualidade de vida e promover a discussão acerca das práticas de consumo consciente, redução dos desperdícios e aproveitamento integral de alimentos.

Já a palestra da psicóloga emergiu da necessidade de reflexão sobre as relações interpessoais cotidianas das mulheres. Nessa intervenção, a psicóloga palestrou sobre a relação com o(a) outro(a), a família, sua formação e transformação, seu papel e a importância de seus valores na contemporaneidade. O convite estendeu-se à família das participantes. No final foi aberto um espaço para questionamentos, com a duração de aproximadamente duas horas. De acordo com Farias *et al.* (2016), este tipo de iniciativa propicia aos participantes dos serviços de saúde mental a identificação de suas potencialidades, colaborando aos aspectos saudáveis do dia a dia. Por fim, no ano de 2016, iniciou-se o planejamento da horta urbana, unindo a possibilidade de integrar as ações direcionadas à geração de trabalho e renda, qualidade de vida e cuidado com o meio ambiente. Para que a horta fosse iniciada, foram feitas capacitações sobre hortas urbanas e hortas suspensas, tratamento com o solo e orientações de plantio, por um docente voluntário do Centro de Ciências Rurais, da UFSM, RS.

No ano de 2017, ministrou-se uma oficina de produção de trufas, na qual as participantes do projeto tiveram a oportunidade de aprender sobre o processo de produção e as maneiras de calcular os custos envolvidos na

fabricação de trufas, bem como o preço de venda final do produto. A oficina foi ministrada voluntariamente por uma aluna egressa do curso de Administração da UFSM, que possui uma empresa de doces e salgados. Ainda neste ano, foi criada uma identidade visual do projeto, tendo em vista a necessidade de divulgação tanto das atividades como dos produtos produzidos pelo grupo. O logotipo para o projeto foi criado com o auxílio de um acadêmico voluntário do projeto.

Em 2017, realizaram-se oficinas de decoração de ambientes, visando à reutilização de materiais recicláveis, que incluem latas de alumínio para a produção de flores de latinhas e a produção de tapetes, a partir de calças *jeans*. Foi criada uma *fanpage* do projeto no *facebook*, com o nome de usuário da página “Transformando vidas Maringá”, para a divulgação do projeto e das atividades realizadas. Para finalizar as atividades deste ano, fez-se um encontro onde participaram pessoas da comunidade local, alunos da UFSM e profissionais voluntários. Neste encontro, houve a entrega de 20 mochilas escolares para as crianças envolvidas no projeto e realizou-se uma reunião de análise das ações já realizadas, quando foi feito o planejamento do projeto para o ano de 2018, pelas próprias participantes.

Em síntese, o ano de 2017 foi marcado pelo foco em conjunto com as Irmãs e membros na construção de oficinas de artesanato em geral, como a produção de trufas, tapetes de calças *jeans* e flores feitas de latinha. Além disso, na *fanpage* no *facebook* para divulgação de pesquisa, que fazem parte do projeto, e a realização de inserção ao mercado de produtos como panos de pratos, colchas e almofadas, produzidos por essas mulheres, criou-se mais possibilidades e diversificação na geração de renda para essas participantes do projeto. Desse modo, a expectativa do projeto é expandir esta ação para mais famílias, procurando auxiliar na diminuição dos problemas de ordem socioeconômica da região. Constatou-se nesse ano a interação e a proximidade entre os alunos e docentes voluntários e a comunidade, contribuindo para melhor integralização e efetividade das atividades.

Cabe salientar que, em mais fechamento anual, as participantes do projeto se mostram dispostas a dar continuidade às atividades no ano de 2018 e ficou definido que as atividades deveriam ser direcionadas para trabalhar em quatro ações básicas: 1. horta comunitária; 2. oficinas de artesanato; 3. oficinas de

temáticas gerais; e 4. criação de um espaço para as crianças permanecerem enquanto as mães participam das atividades. Acredita-se que estas ações podem colaborar para estimular a geração de renda para essas participantes e suas famílias, contribuem para o aperfeiçoamento das habilidades já existentes.

Assim, em 2018, realizou-se uma oficina de produção de brigadeiros gourmet, na qual as participantes do projeto tiveram a oportunidade de aprender sobre o processo de produção, calcular os custos envolvidos na fabricação e o preço de venda final de brigadeiro. A oficina foi ministrada por uma empresária da área, que é aluna egressa do curso de Administração na UFSM. Outra oficina visou a ensinar a produção de rosca frita, sendo uma alternativa para a proposta de geração de renda, trabalho, noções de empreendedorismo e de mercado. No ano de 2018, realizou-se um minicurso de aproveitamento integral dos alimentos, em parceria com uma professora do curso de Nutrição, da Universidade Franciscana (UFN), com dicas de aproveitamento integral dos alimentos, limpeza e armazenamento dos mesmos e mais a produção de receitas nutritivas: o bolo salgado, a polenta nutritiva e o bolo de casca de banana.

Também se ministrou uma palestra sobre plantas medicinais e temperos, realizada em parceria com o projeto Mandala da UFSM, com o intuito informativo de conhecer um pouco mais sobre os benefícios para a nossa saúde e suas propriedades medicinais, a fim de promover a plantação de hortaliças, chás e temperos na horta comunitária. Esta atividade estimulou a retomada da horta comunitária e o efetivo plantio de legumes e verduras. Todo o material para a construção dos canteiros, bem como as mudas para o plantio, foi obtido com recursos da UFSM e da congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Com esta atividade, acredita-se que podem despertar nas participantes possibilidades de uma economia nas despesas e de contribuição para a disseminação do conceito de alimentação saudável, na medida em que torna alimentos como verduras e legumes acessíveis a esse público.

Em 2018, a bolsista e coordenadora do projeto participaram do XIX Salão de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Sessão 30, que compreendia atividades sobre Trabalho e Direitos Humanos, com o propósito de buscar novas ideias e novas ações para serem desenvolvidas no projeto em 2019. Fez-se um importante contato com o coordenador da

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRGS, com o objetivo de compreender como atuam as redes das cooperativas, quanto à capacitação técnica e autogestão dos empreendimentos, que auxiliarão para a elaboração dos objetivos futuros do projeto.

Além desse contato, visitou-se a Casa do Artesão de Porto Alegre, a fim de trazer novas ideias para as oficinas de artesanato e realizou-se uma reunião com a coordenadora do Programa Gaúcho de Artesanato, Marlene Garcia, quando surgiu a possibilidade de uma parceria na realização de oficinas de artesanato para o ano de 2019. Segundo Silva (2015), no que se refere ao artesanato, percebe-se que, por questões enraizadas, torna-se mais praticado por mulheres em seu lar. Denota-se, também, que essa atividade era inclusive incentivada pela Igreja, pois se constituía numa forma pedagógica colaborativa para a feminilidade. Devido a essa realidade, pode-se dizer que manteve o artesanato ‘vivo’. Por isso, ao comentar sobre essa atividade artística é, de certa forma, falar das mulheres.

Em síntese, o ano de 2018 foi marcado pelas seguintes oficinas de culinária/confeitoraria em geral, como a produção de brigadeiros gourmet, rosca frita, bolo salgado, a polenta nutritiva e o bolo de casca de banana, produzidos por essas mulheres, criando mais possibilidades e diversificação na geração de renda para essas participantes do projeto. Para 2019, a expectativa do projeto era expandir esta ação para mais famílias, contribuindo para amenizar os problemas de ordem socioeconômica das mulheres participantes, moradoras da Vila Maringá. Além disso, a interação mais próxima e compartilhada entre universidade e a comunidade, resultou na integralização de atividades desenvolvidas no projeto. Neste ano de 2019, ainda pretende-se trabalhar em quatro frentes: horta comunitária, oficinas de artesanato, culinária e oficinas de temáticas gerais. Acredita-se que o projeto vem colaborando para uma transformação positiva na estimulação e criando alternativas para uma possível geração de renda para essas participantes e suas famílias. Promove um aprendizado por meio do esclarecimento do conhecimento e da prática que favorece o desenvolvimento de habilidades entre os participantes, membros do grupo de pesquisa, professores e demais voluntários, o que resulta no desenvolvimento e fortalecimento das relações interpessoais e profissionais de todos os envolvidos com o projeto na Vila Maringá.

Cabe destacar que, no ano de 2019, já foram realizadas oficinas de capacitação a partir da demanda das mulheres, como a confecção de acolchoados que aconteceu nas terças, quartas e quintas, com duração de quatro horas cada. A oficina foi ministrada por uma senhora residente na própria Vila Maringá, que se utiliza da confecção de edredons, bordados e reutilização de materiais recicláveis, como trabalho e ocupação. Dos acolchoados, 10 foram entregues para o Abrigo Espírita Oscar Pithan, outros vendidos na comunidade da Maringá e outros doados para as próprias mulheres participantes. Cezar e Fantinel (2018) explicam que o artesanato criado pelas artesãs pode ser visto como uma forma de contribuição ao meio ambiente, já que utiliza materiais recicláveis e possibilita a transformação em algo novo, que pode ser utilizado novamente. Em 2019, já foram comercializados 40 panos de prato com motivos de Páscoa e, além disso, estão sendo feitas entrevistas individuais com as mulheres, para compreender o sentido dado ao projeto individualmente, por meio da história de vida e criação de fichas com os dados das mulheres participantes, para facilitar o contato com estas.

Como ações previstas para o segundo semestre de 2019, pretendia-se realizar a promoção de oficinas quanto ao uso de plantas medicinais e temperos. Percebe-se que o cultivo de ervas e plantas medicinais, segundo Silva *et al.* (2010), em cursos sobre esta temática, favorece o acesso a alimentos frescos em quantidade e qualidade, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. Também há pretensão que sejam ministrados cursos de artesanato, confecção de trufas e sabão, que acontecerão em parceria com as Irmãs que coordenam o Projeto Social na Paróquia, bem como rodas de conversas sobre questões que promovam a cidadania, a compreensão e a ajuda para a resolução das dificuldades no ambiente familiar e/ou social. Sempre é importante lembrar que é notável a disponibilidade das mulheres e o engajamento em trazer novas demandas de atividades a serem realizadas no projeto de extensão.

## **Considerações finais**

Este trabalho teve como objetivo relatar as atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Transformando vidas: geração de renda e trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social”, no período de 2014 a 2019.

Acredita-se que este objetivo foi alcançado em decorrência do que foi exposto. Percebe-se também que as oficinas de capacitação para a geração de renda estimulam as mulheres participantes a terem maior autonomia financeira e propiciam capacitação acerca de diversas questões. As atividades ligadas ao artesanato tiveram o intuito de promover o lado artístico-criativo de cada participante. No ramo alimentício fomentou sobre alimentação saudável, produção de doces, além da criação de hortas e seus cuidados. Ao se realizarem palestras com psicólogos, incorpora-se a preocupação com a saúde mental das mulheres participantes, com relação às questões como: maternidade, família, doenças, entre outras, como constituintes de suas trajetórias de vida. Ademais, de forma mais geral, as oficinas e *workshops* realizados, além de promoverem a autoestima, saúde, o bem-estar e a independência pessoal, buscaram criar elos e fazer com que as mulheres pudessem ter sua própria fonte de renda, a partir da venda dos próprios produtos, feitos de forma manual, com a lógica de influenciar positivamente o desenvolvimento das mulheres do projeto situado na Vila Maringá.

Entretanto, alguns problemas ainda são verificados e referentes à participação das mulheres no projeto em decorrência da indisponibilidade de horários resultante de diversas questões que permeiam sua organização familiar. Como já analisado no presente artigo (SILVA; GITAHY, 2006; HITARA; KERGOAT, 2007; LEITE, 2017), a divisão sexual do trabalho delimita, por meio da separação, os trabalhos de “homem” e os trabalhos de “mulher”, e aqueles hierarquicamente priorizados. Nesse sentido, os afazeres domésticos, o cuidado de crianças pequenas e outras atividades que permeiam a vida das, mulheres tornam-se impasses para o real engajamento no projeto de geração de renda para algumas, que nunca foram inseridas em uma lógica produtiva. Cabe então ao projeto analisar mais efetivamente a trajetória das mulheres e compreender a dinâmica social que envolve a Vila Maringá.

Por fim, destaca-se que uma das constantes dificuldades é referente à possibilidade de diversas demandas entre as participantes. Assim, a realização do planejamento sempre em conjunto com as Irmãs que coordenam as atividades do Centro Social visa à uma melhor compreensão das especificidades do local, possibilitando ações que sejam alternativas para uma maior autonomia financeira e social para as mulheres, a partir das atividades desenvolvidas no projeto, consolidando um elo entre as Instituições de Ensino Superior e a Sociedade.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

### **Referências**

- CEZAR, L. C.; FANTINEL, L. D. Entre um bom papo e um café se vende o artesanato: representações sociais em um centro de comercialização da economia solidária. **Brazilian Business Review**, v. 15, n. 5, p. 475-493, 2018.
- DE FARIAS, I. D. et al. Oficina terapêutica como expressão da subjetividade. **SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental**, Alcohol y Drogas, v. 12, n. 3, p. 147-153, 2016.
- FRANÇA, R. A. Design e artesanato: uma proposta social. **Revista Design em Foco**, Salvador, v. 2 n. 2, p. 9-15, jul./dez. 2005.
- FREIRE, P. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.
- GUIMARÃES, I. B. Dinâmicas de gênero, emprego e trabalho. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 243, p. 58-74, 2018.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- LAGES, S. R. C. Desafios do empreendedorismo feminino: uma reflexão sobre as dificuldades das mulheres pobres na condução de projetos geradores de renda. **Revista Estação Científica**, Juiz de Fora, 2005.
- LEITE, M. P. Gênero e trabalho no Brasil: os desafios da desigualdade. **Revista de Ciências do Trabalho**, Escola Dieese de Ciências do Trabalho, n. 8, p. 45-60, 2017.
- MAIA, L. V. S.; CESAR, T. F. Projetos de geração de renda, uma inserção informal no mercado, sobre possibilidades de inclusão social. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, 2008.
- MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201-248, 2014.
- PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Revista Conjectura**, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul (UCS), v. 14, n. 2, 2009.
- ROCHA, B. N. et al. A dimensão de gênero no índice de vulnerabilidade social (IVS): alguns apontamentos teóricos e analíticos. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, n. 16, p. 83-92, jan./jun. 2017.
- SALDANHA MARINHO, P. A.; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudios Sociales**, p. 80-90, 2016.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SILVA, N. S.; GITAHY, L. M. C. Gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil. **Cadernos de gênero e tecnologia**, v. 2, n. 8, 2006.
- SILVA, M. A. Abordagem sobre trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 55, p. 247-260, jan. /mar. 2015.
- SILVA, R. B. et al. Hortas domésticas: uma análise dos motivos para o cultivo de hortaliças em Cáceres-MT, Brasil. **Revista de Ciências Agro-Ambientais**, v. 8, n. 1, p. 69-81, 2010.

# 30

## Relação dos estilos de liderança dos gestores e o desempenho individual no trabalho dos colaboradores

Andrielle de Moraes Dias<sup>1</sup>

Suelen Cesar Lemos<sup>2</sup>

Thalles Vargas de Vargas<sup>3</sup>

Andressa Schaurich dos Santos<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo geral analisar como os estilos de liderança dos gestores se relacionam com o desempenho individual no trabalho dos colaboradores. Para tanto, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com abordagem predominantemente quantitativa. Para a coleta de dados foram utilizados três questionários divididos em três partes: Parte I – Dados pessoais e ocupacionais; Parte II – Estilos de Liderança, adaptado por Moscon (2013); e, Parte III – Desempenho no Trabalho, de Queiroga, Borges-Andrade e Coelho-Jr. (2015). O estudo foi realizado com uma amostra de 308 indivíduos, composta por trabalhadores da cidade de Santa Maria/RS, ocupantes de cargos vinculados a um superior hierárquico. A partir dos resultados, foi possível identificar que o estilo de liderança que melhor se relacionou com o desempenho individual no trabalho foi a Liderança Transacional. Na subdivisão de liderança transacional, o desempenho voltado para a tarefa foi o que apresentou um índice um pouco mais elevado de relação. Concluiu-se que existe relação entre os construtos de estilos de liderança e desempenho no trabalho, sendo esta correlação positiva.

**Palavras-chave:** Desempenho no trabalho. Estilos de liderança. Comportamento organizacional.

### Introdução

A discussão sobre liderança é um assunto que interessa aos que lideram e aos que são liderados. Geralmente, essa definição é entendida como a habilidade que uma pessoa tem de exercer comando sobre outras, sendo que o sucesso de uma organização depende da atuação do líder diante de situações adversas e o quanto é capaz de tomar decisões rápidas e iniciativas que promovem a estratégia principal da organização (MURRAY, 2012).

Vergara (2009), ao falar sobre liderança, aponta que, nos dias de hoje, espera-se de um gestor a capacidade de atuar frente a desafios em diversos meios organizacionais, inclusive no qual a ordem e desordem estão presentes.

<sup>1</sup> Acadêmica em Administração – FISMA. E-mail: andrimoraesdias@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Administração – FISMA. E-mail: suelenclemos93@gmail.com

<sup>3</sup> Pós-Graduando em Marketing Digital – Uniasselvi. E-mail: vthalles66@gmail.com

<sup>4</sup> Profª. Orientadora. Doutoranda em Administração – UFSM, RS. E-mail: andressa.santos@fisma.com.br

Para a autora, é importante que líderes e gestores possuam algumas características pessoais e técnicas que facilitem sua atuação como mentores de uma equipe.

Dentre as pesquisas sobre a temática “estilos de liderança” avançam os conceitos de dois tipos de liderança, sendo estas: transformacional e transacional. Dentro de um conceito de gerenciamento focado na supervisão, organização e no desempenho, a liderança transacional tem como principal característica um sistema de punição em contraste com recompensa. Já na liderança do tipo transformacional, a literatura aborda como o líder estabelece a essência da organização em conjunto com a cultura em que ela está inserida, ou seja, interliga a possível necessidade de mudança de cultura com o gerenciamento. Ambas as teorias compartilham algo em comum, a clara separação de quem lidera e quem é liderado, ou seja, líderes e subordinados (KLEIN JUNIOR, 2009).

Um fator indispensável para que os objetivos organizacionais sejam alcançados com êxito, segundo Bergamini (2012), é o desempenho individual do colaborador, que precisa ser condizente com a postura do seu influenciador o qual, por sua vez, tem a capacidade de ampliar a boa performance do liderado. Para Lucena (2004), o desempenho humano não é algo que possa estar desacompanhado do contexto organizacional cotidiano, uma vez que o enredo em que se vive é o principal responsável pelas questões ligadas ao desempenho individual.

Diante do exposto, definiu-se como problema de pesquisa: **De que forma os estilos de liderança dos gestores se relacionam com o desempenho individual no trabalho dos colaboradores?** Para tanto, delimitou-se como objetivo geral de pesquisa: “analisar como os estilos de liderança dos gestores se relacionam com o desempenho individual no trabalho dos colaboradores”. E, como objetivos específicos: a) caracterizar o perfil sociodemográfico dos pesquisados; b) identificar os estilos de liderança dos gestores, sob a perspectiva dos colaboradores; c) avaliar o grau de desempenho individual no trabalho dos colaboradores pesquisados; d) descrever a relação dos estilos de liderança com o desempenho individual no trabalho dos colaboradores.

Esse estudo torna-se importante para o meio organizacional, pois, segundo Rick e Castro (2017), sabendo como cada perfil de estilo de liderança contribui

para o desenvolvimento do colaborador, é possível explorar as características oportunas para maximizar o crescimento profissional do indivíduo dentro das empresas. Além disso, na visão de Queiroga (2009), a quantidade de pesquisas aplicadas com a temática de desempenho se fundamenta na relevância que tem esse assunto, no que tange ao alcance de metas e entrega dos resultados dos colaboradores com a organização.

Frente a esse contexto, na perspectiva de Coelho Junior e Andrade (2011), diferentes interpretações da relação dessas temáticas buscam esclarecer como os diversos fatores afetam a condição de desempenho individual no contexto organizacional, uma vez que este está relacionado à dedicação do indivíduo no cumprimento das metas e do objetivo previamente traçado por seu superior (líder), sendo que esse tem como principal função condicionar esse desfecho.

Assim, este estudo justifica-se a partir do ponto de vista teórico, como forma de contribuir com o avanço de pesquisas na área, quanto à melhor definição dos construtos de estilos de liderança e desempenho individual no trabalho. E, do ponto de vista prático, como forma de auxiliar as organizações bem como os indivíduos pesquisados, fornecendo subsídios que sirvam para a definição de práticas organizacionais e de estilos de liderança mais coerentes com o contexto ao qual estão inseridas.

## **Estilos de liderança**

Gestores possuem diferentes estilos para liderar, com focos em diferentes componentes do trabalho, podendo, assim, induzir comportamentos e resultados em seus liderados. Durante muito tempo abordou-se o tema em três principais estilos observados, o estilo de gerenciamento voltado para a tarefa, para os relacionamentos e para a situação (KLEIN JUNIOR, 2009).

Entretanto, o crescimento das pesquisas na área de liderança impulsionou o surgimento de novas abordagens, as quais possuem como principal objetivo relacionar o comportamento dos líderes em relação a seus subordinados. Para Avolio *et al.* (2003), mesmo que as particularidades específicas do líder induzam os grupos a determinados comportamentos, na verdade é a atuação e o gerenciamento do líder que determinará o resultado. Assim, com a evolução das pesquisas da área, atualmente fala-se em novos conceitos de estilo de liderança,

os quais propõem a integração dos aspectos comportamentais e a personalidade do indivíduo, buscando aproximar os estudos sobre liderança das últimas décadas, originando duas novas teorias: Transacional e Transformacional.

O modelo de liderança transacional, segundo Bass (2003), é aquele se que dá quando a relação está focada em termos contratuais explícitos e implícitos, no qual as atribuições da função são claras e expostas, juntamente com o código disciplinar e a estrutura de benefícios. Uma vez que todos possuem um preço para sua motivação, cabe ao líder a identificação dessas variáveis e, assim, exercer influência ao desempenho esperado de seus subordinados. São vistos como negociadores, e o comprometimento com os colaboradores é de curto prazo, considerando-se os interesses pessoais.

Já a liderança transformacional define-se como o relacionamento de influência mútua entre líderes e subordinado, no qual o interesse de ambos é levado em consideração. O centro do conceito é o interesse que o líder demonstra em estar mais presente na vida de seus liderados, dedicando parte do seu tempo em entender quais são suas ambições, metas pessoais, os problemas e objetivos (KENT; CROTTI; AZZIZ, 2001). Masood *et al.* (2006) expõem que o objetivo central é promover o engajamento, sendo que a liderança transformacional objetiva o engajamento dos indivíduos em busca de laços que aumentem o nível de motivação de líder e liderado. Assim, líderes e seguidores vão além de seus interesses próprios ou recompensas individuais, em direção ao bem da equipe e da organização.

Atualmente, tem se confirmado o fato de que o gestor necessita adequar seu comportamento a um contexto mais abrangente, considerando todas as variáveis, tanto nas já abordadas anteriormente como em qualquer outra em que é possível desenvolver uma relação líder/subordinado (SANTOS, 2015).

Masood *et al.* (2016) reforçam que diferentes comportamentos, por vezes, estão associados a organizações distintas, e no qual as variáveis organizacionais, como o próprio ambiente, o tamanho, modelos de estratégia, tecnologia e tipo de negócio, levam o líder a praticar determinado desempenho e relacionamento com os subordinados.

## **Desempenho individual no trabalho**

Conceitualmente, o desempenho representa o empenho do indivíduo em ações relacionadas ao cumprimento de objetivos e metas, porém, não é todo o tipo de comportamento manifestado pelo indivíduo que se traduz em desempenho, somente aquele que é relacionado às suas tarefas e atribuições, àquilo que é esperado para a execução de seu cargo (COELHO JUNIOR; ANDRADE, 2011). Ademais, esse determina-se baseado em como o executor da tarefa aplica seu conhecimento, sua habilidade e conduta no trabalho, o que resulta em determinado tipo de performance, que se reflete, positivamente, ou não, no resultado organizacional.

De acordo com Brandão (2009), dentro desta temática é possível apontar ao menos duas formas de avaliação de desempenho no trabalho, uma caracterizada como modelo que busca o desenvolvimento do recurso humano, que vai além, oferecendo acompanhamento do progresso do indivíduo, ou seja, voltado para a tarefa; e outro que caracteriza-se pela observação passiva de avaliação, como forma de controle e captação dos aspectos psicológicos e sociais do indivíduo ou da própria equipe, ou seja, voltado para o contexto.

Segundo Queiroga (2009), considerando as diferenças individuais do ser humano, busca-se distinguir quais indivíduos possuem melhor desempenho por meio de indicadores que relacionam habilidades, personalidade, aspectos motivacionais, assim como experiências profissionais. Parte-se de uma análise pontual de desempenho, que tem por finalidade mapear as situações em que o personagem apresenta melhor atuação, observando as particularidades da tarefa e o contexto organizacional, e, por fim, a apresentação do desempenho vinculado ao processo de ajuste, com o intuito de analisar como acontece o processo, monitorando a atividade quando o indivíduo executa a tarefa.

Sonnentag e Frese (2002) abordam o tema explicando que o desempenho no trabalho está propício a partir da atuação do colaborador no ambiente que ocupa, assim como a aplicação de suas habilidades e das competências, no contexto da tarefa desempenhada, gerando, então, resultados válidos e bom rendimento. Coelho Junio e Andrade (2011) reforçam que a análise do desempenho está vinculada a um composto de elementos no contexto

organizacional, em que o indivíduo está inserido e se relaciona com o resultado entregue, considerando as variáveis de custo, aproveitamento e execução.

Para Marschall *et al.* (2012), os líderes têm se conscientizado da importância dos colaboradores, não só para o crescimento organizacional, mas também para o crescimento de sua carreira profissional, compreendendo que quanto maior sua influência maior é seu compromisso com o outro, fazendo-se necessária a parceria com a equipe, no qual o bom desempenho do grupo requer o entendimento da particularidade de cada ser, promovendo o contentamento de ser visto, ouvido e compreendido no âmbito organizacional. Ainda segundo o autor, um grande desafio é conseguir alinhar os interesses pessoais com os interesses profissionais, transformando em conquistas para a organização.

## **Procedimentos metodológicos**

Buscando alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa se caracteriza como descritiva e a abordagem é predominantemente quantitativa. No que se refere ao caráter descritivo, de acordo com Triviños (2007), tem como principal objetivo informar o pesquisador sobre situações, fatos, ações ou comportamentos da população analisada, mapeando a distribuição de um fenômeno. Para Malhotra (2012), a pesquisa descritiva apresenta as características e percepções em relação a determinado fato ou objeto, bem como determina em que grau estão associadas às variáveis em estudo.

Quanto à abordagem quantitativa, para Oliveira (1999), é uma abordagem bastante utilizada em pesquisas, nas quais se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis. Além disso, segundo Vergara (2006), essa procura mensurar os dados e generalizar os resultados para a população estudada.

Diante do exposto, o presente estudo foi realizado com uma amostra de 308 indivíduos, na qual a população-alvo de estudo foi composta por trabalhadores da cidade de Santa Maria/RS, ocupantes de cargos vinculados a um superior hierárquico. Ressalta-se que foram assegurados a todos os participantes do estudo quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa, bem como foi garantida aos mesmos que a qualquer momento existe a possibilidade de retirar o seu consentimento de participação, sem penalização alguma. Logo, a participação foi facultativa. Também, garantiu-se a confidencialidade dos dados

pela pesquisadora e o sigilo da identidade dos participantes (os instrumentos foram identificados por números, não foram nomeados) no momento da publicação dos resultados.

Foram considerados como critérios de inclusão dos respondentes: desempenhar função/cargo em uma organização pública ou privada, vinculada a um superior hierárquico em Santa Maria/RS e consentir sua participação no estudo. Já para a exclusão foram utilizados os seguintes critérios: os profissionais que não exerciam atividade laboral em organização pública ou privada de Santa Maria/RS ou que não possuíam um hierárquico superior, bem como os que não consentiram sua participação.

Para a coleta de dados, foi utilizado um protocolo de pesquisa (questionário – Apêndice A) com itens fechados, composto por três partes: Parte I – Dados pessoais e ocupacionais; Parte II – Estilos de liderança; e Parte III – Desempenho no trabalho. A primeira parte do questionário (dados pessoais e ocupacionais) foi composta por questões com o intuito de obter dados de identificação dos respondentes, sendo estes: idade, sexo, escolaridade, estado civil, filhos, tempo de profissão/carreira, período de atuação na organização, responsabilidade pela manutenção da família e renda salarial.

Posteriormente, foi aplicado o MLQ *Form 6S* proposto por Bass e Avolio (1992 *apud* NORTHOUSE, 2004), traduzido e adaptado por Moscon (2013) para medir os estilos de liderança dos gestores. Essa escala é composta por 21 questões divididas, em sete fatores: dois transacionais, quatro transformacionais e um Ausência de liderança. No Quadro 1 apresentam-se tais fatores e os itens que compõem:

Quadro 1 – Escala de estilos de liderança

CONSTRUTOS	FATORES	ITENS
Transacional	Recompensa contingente	5, 12, 19
	Gerência pela exceção	6, 13, 20
Transformacional	Carisma ou influência idealizada	1, 8, 15
	Motivação inspiracional	2, 9, 16
	Estimulação intelectual	3, 10, 17
	Consideração individualizada	4, 11, 18
Ausência de liderança		7, 14, 21

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Por fim, foi aplicada a escala do desempenho no trabalho, desenvolvida por Queiroga, Andrade e Coelho Junior (2015). Essa é composta por 20 afirmações, integradas em duas dimensões: desempenho voltado para o contexto e desempenho voltado para a tarefa. No Quadro 2, expõe-se a distribuição dos itens da escala entre as dimensões.

Quadro 2 – Escala de desempenho no trabalho

DIMENSÃO	ITENS
Desempenho voltado para o contexto	4, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19
Desempenho voltado para a tarefa	1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 15, 20

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Tanto os estilos de liderança quanto o desempenho no trabalho foram avaliados por meio de uma escala Likert de cinco pontos, variando entre “1 = discordo totalmente” a “5 = concordo totalmente”. A análise dos dados foi realizada com o auxílio dos softwares *Microsoft Excel* versão 2010 e *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 23, na qual serão feitas análises descritivas (tabelas de frequências, medidas de tendência central e de dispersão e padronização das médias) e testes de correlação.

## Análise dos resultados

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa, diretamente relacionados com os objetivos propostos na introdução, assim como a discussão deles com base na literatura. Primeiramente, apresenta-se o perfil sociodemográficos dos respondentes. Na sequência, analisa-se a confiabilidade das escalas utilizadas no estudo, calculadas por meio do coeficiente *Alpha de Cronbach*. No terceiro e quarto item, evidenciam-se os níveis de liderança e desempenho no trabalho, respectivamente. E, por fim, apresenta-se a correlação entre os construtos.

### Caracterizações sociodemográficas da amostra

No intuito de responder ao primeiro objetivo específico do estudo, qual seja, descrever o perfil sociodemográfico dos colaboradores pesquisados, foram utilizadas tabelas de frequências e medidas descritivas. A partir da análise

realizada, pode-se analisar que a maioria dos respondentes pesquisados é do sexo feminino (56,8%), com idade 18 a 25 anos (50,6%), que possuem união estável (33,1%), com Ensino Superior completo (36,4%) e não possuem filhos (56,5%).

No que se refere a tempo de profissão, a maioria dos pesquisados atua até 3 anos (51%) bem como tempo de atuação na empresa de seis meses a um ano (50%). Com relação à renda, a maioria recebe entre um e soia salários-mínimos (56,2%) e são os principais responsáveis, mas recebem ajuda de outra pessoa (41,9%) na manutenção financeira da família.

### **Identificando os estilos de liderança**

Com o intuito de responder ao segundo objetivo específico do estudo, que foi o de identificar o estilo de liderança dos pesquisados, padronizaram-se os resultados das médias do construto, a fim de classificá-los em Baixo, Médio ou Alto. Na Tabela 1, apresenta-se tais resultados.

As médias apresentadas na Tabela 1 são consideradas, em grande parte, altas, demonstrando que os respondentes, na maioria, concordam com as afirmativas. Percebe-se que ambos os estilos de liderança apresentam médias muito próximas, sendo assim, entende-se que os respondentes possuem superiores hierárquicos que apresentam ambos tipos de liderança.

Como já foi apresentado anteriormente, o *líder transacional* caracteriza-se por aquele superior voltado para a tarefa, assim como no estabelecimento de regras e normas, com o propósito de satisfação das necessidades organizacionais, juntamente com as necessidades do indivíduo. Por sua vez, o *líder transformacional* está mais direcionado para a descentralização de poder, baseado na confiança, no autodesenvolvimento e na delegação de tarefas. Essa liderança é o único modelo que Bass (1985) classifica como o que proporciona um desempenho extraordinário e que busca elevar a consciência individual e da organização, possibilitando um alinhamento de perspectivas do indivíduo e da organização.

*A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Tabela 1 – Estatísticas dos estilos de liderança

Questões		Média	Desvio padrão
TRANSACIONAL – RECOMPENSA CONTINGENTE			
5	Meu superior imediato diz a mim e aos meus colegas o que fazer se quisermos ser recompensados pelo nosso trabalho.	3,79	1,419
12	Meu superior imediato reconhece/recompensa quando eu e meus colegas alcançamos as metas.	3,73	1,499
19	Meu superior imediato chama a atenção para o que eu e meus colegas podemos conseguir pelo que realizamos.	3,80	1,438
TRANSACIONAL – GERÊNCIA PELA EXCEÇÃO			
6	Meu superior imediato fica satisfeito quando os empregados atingem os padrões desejados.	4,00	1,357
13	Enquanto as coisas estiverem funcionando, meu superior imediato não tenta mudar nada.	3,67	1,478
20	Meu superior imediato diz os padrões que eu e meus colegas temos que saber para conduzir o nosso trabalho.	3,90	1,385
TRANSFORMACIONAL – CARISMA OU INFLUÊNCIA IDEALIZADA			
1	O meu superior imediato faz eu e meus colegas nos sentirmos bem ao seu lado.	3,90	1,470
8	Eu e meus colegas temos plena confiança em nosso superior imediato.	3,83	1,475
15	Eu e meus colegas sentimos orgulho de trabalhar com nosso superior imediato.	3,80	1,471
TRANSFORMACIONAL – MOTIVAÇÃO INSPIRACIONAL			
2	O meu superior imediato expressa com poucas palavras o que eu e meus colegas poderíamos e deveríamos fazer.	3,76	1,465
9	O meu superior imediato passa uma imagem empolgante sobre o que eu e meus colegas podemos fazer.	3,72	1,505
16	Meu superior imediato ajuda a mim e aos meus colegas a encontrarmos significado no nosso trabalho.	3,72	1,467
TRANSFORMACIONAL – ESTIMULAÇÃO INTELECTUAL			
3	O meu superior imediato faz com que eu e meus colegas pensemos sobre os antigos problemas de uma nova maneira.	3,83	1,387
10	O meu superior imediato proporciona a mim e aos meus colegas novas maneiras de olhar para as coisas problemáticas.	3,80	1,441
17	O meu superior imediato consegue que eu e meus colegas repensem ideias sobre as quais nós nunca havíamos questionado antes.	3,78	1,441
TRANSFORMACIONAL – CONSIDERAÇÃO INDIVIDUALIZADA			
4	O meu superior imediato ajuda no desenvolvimento meu e de meus colegas.	3,85	1,450
11	Meu superior imediato deixa que eu e meus colegas saibamos o que ele acha do que estamos fazendo.	3,84	1,403
18	Meu superior imediato dá atenção pessoal aos empregados que parecem rejeitados.	3,64	1,512
AUSENCIA DE LIDERANÇA			
7	O meu superior imediato se contenta em deixar que os empregados continuem trabalhando da mesma forma de sempre.	3,42	1,599
14	Não importa o que eu e meus colegas queremos fazer, está tudo bem para o nosso superior imediato.	3,36	1,639
21	Meu superior imediato pergunta a mim e aos meus colegas somente o que é absolutamente essencial.	3,79	1,419

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Achados encontrados na literatura que corroboram estes resultados afirmam que a presença de liderança transacional e transformacional na gestão são essenciais para tornar o desempenho de uma organização melhor e mais eficaz (MCGUIRE; KENNERLY, 2006). Santos (2005) aponta que os pesquisados em seu estudo consideravam na gestão de seus supervisores a importância da liderança mista, não somente transacional ou transformacional, mas sim ambas se manifestando no momento oportuno e, ainda, a baixa frequência para a ausência de liderança. Moscon (2013) também obteve resultados semelhantes, destacando que os pesquisados em relação aos seus superiores afirmam que os melhores líderes são os que possuem ao mesmo tempo características transacionais e transformacionais.

Visto as considerações da literatura, conclui-se que, na percepção da população pesquisada, ambos os estilos de liderança estão presentes no ambiente organizacional, cabendo ressaltar que os resultados da análise da Tabela 1 ratificam a abordagem da literatura em que Santos (2015) afirma que os estilos de liderança transacional e transformacional contribuem uma com a outra e não se apresentam como abordagens opostas.

### **Relação da síndrome de *Burnout* com as variáveis sociodemográficas dos acadêmicos**

Com o intuito de responder ao terceiro objetivo específico do estudo, que foi avaliar o grau de desempenho individual no trabalho dos colaboradores pesquisados, padronizaram-se os resultados das médias do construto, a fim de classificá-los em Baixo, Médio ou Alto. Na Tabela 2 apresentam-se tais resultados.

*A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Tabela 2 – Estatísticas do Desempenho Individual no Trabalho

	Questões	Média	Desvio padrão
<b>DESEMPENHO NO TRABALHO – TAREFA</b>			
<b>20</b>	Esforço-me para realizar as tarefas que me são destinadas.	4,33	1,450
<b>10</b>	Planejo ações de acordo com minhas tarefas e rotinas organizacionais.	4,23	1,441
<b>15</b>	Executo adequadamente as tarefas rotineiras.	4,28	1,471
<b>1</b>	Executo minhas tarefas dentro dos prazos previstos.	4,21	1,470
<b>9</b>	Planejo a execução do meu trabalho definindo ações, prazos e prioridades.	4,20	1,505
<b>2</b>	Executo adequadamente tarefas difíceis.	4,18	1,465
<b>3</b>	Executo meu trabalho levando em conta a estrutura e as políticas da organização.	4,18	1,387
<b>7</b>	Executo meu trabalho de acordo com o que é esperado pela organização.	4,18	1,599
<b>5</b>	Realizo meu trabalho com economia de recursos (material, financeiro e humano).	4,15	1,419
<b>10</b>	Planejo ações de acordo com minhas tarefas e rotinas organizacionais.	4,23	1,441
<b>DESEMPENHO NO TRABALHO – CONTEXTO</b>			
<b>16</b>	Utilizo meu conhecimento teórico/prático para realizar meu trabalho.	4,32	1,510
<b>19</b>	Aproveito oportunidades que possam melhorar meus resultados trabalho.	4,28	1,387
<b>14</b>	Soluciono dúvidas dos meus colegas quando solicitado.	4,28	1,639
<b>4</b>	A realização do meu trabalho contribui para o alcance da missão e no dos objetivos da organização.	4,27	1,450
<b>17</b>	Busco novas soluções para problemas que possam surgir no meu trabalho.	4,26	1,470
<b>8</b>	Contribuo com alternativas para a solução de problemas e a melhoria de processos da organização.	4,25	1,475
<b>18</b>	Executo minhas atribuições prevendo os seus resultados.	4,24	1,465
<b>6</b>	Procuro atualizar meus conhecimentos técnicos para realizar meu trabalho.	4,23	1,357
<b>11</b>	Estabeleço contato com outras pessoas ou equipes para atingir os objetivos organizacionais.	4,20	1,403
<b>12</b>	Tomo iniciativas para melhorar meus resultados no trabalho.	4,19	1,499
<b>13</b>	Adapto minha rotina as alterações das metas da organização.	4,17	1,478

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A análise da Tabela 2 foi desenvolvida seguindo os fundamentos teóricos que a diferenciam-se em duas perspectivas: o desempenho voltado para o contexto e o desempenho voltado para a tarefa.

Considera-se o desempenho como forma de estratégia diante do planejamento das ações organizacionais, o resultado é capaz de representar indicadores de produtividade satisfatórios, assim como a boa relação entre os líderes e os subordinados, principalmente no que tange ao planejamento e monitoramento do desempenho, ao clima e à satisfação no trabalho, assim como o nível de comprometimento e envolvimento com a organização (QUEIROGA; ANDRADE; COELHO JUNIOR, 2015).

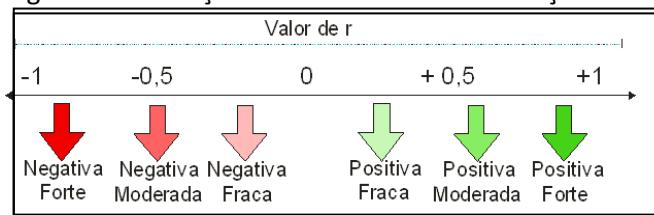
Verifica-se que a totalidade dos respondentes apresenta níveis altos de desempenho em ambas as perspectivas. Para as dimensões, observou-se que a média de desempenho voltado para o contexto de 4,24 foi levemente superior à do desempenho voltado para a tarefa com pontuação de 4,21, sendo ambas classificadas como altas. Segundo Sonnentag e Frese (2002) esse resultado mostra que os respondentes entendem que executam atividades que cooperam tanto em questões técnicas, quanto tarefas que envolvem o suporte organizacional, assim como em ambiente social e psicológico em que metas da organização são ambicionadas.

Entretanto, Tomazzoni (2017) ressalta a importância de considerar que o resultado do alto nível do desempenho pode estar relacionado à “desejabilidade social”, que consiste em o participante responder ao que espera que outrem responda em relação a seu comportamento e não responder conforme realmente o desempenha.

## Relação dos construtos

Com o propósito de responder ao último objetivo específico deste estudo, o qual corresponde a descrever a relação dos estilos de liderança no desempenho individual no trabalho dos colaboradores, os dados foram analisados por meio do coeficiente de Correlação de Pearson. Segundo Hair Jr. et al. (2007), essa correlação mede a força, a intensidade ou o grau de relação linear entre duas variáveis aleatórias, podendo variar de -1 a +1, conforme exposto na Figura 1.

Figura 1 – Avaliação do coeficiente de correlação



Fonte: Lopes et al. (2008, p. 140).

Diante de tais explicações, na Tabela 3 demonstram-se as relações resultantes entre as médias dos construtos estudados.

Tabela 3 – Matriz de correlação e significâncias

	Estilos de liderança	Desempenho individual no trabalho
Estilos de liderança	1	,813 **
Desempenho individual no trabalho	,813 **	1

Nota. \*\* A correlação é significativa no nível 0,01

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da correlação de Pearson, verificou-se que os estilos de liderança se relacionam positivamente com o desempenho individual no trabalho ( $r=.813$ ;  $p = 0,00$ ), demonstrando que existe relação positiva e forte entre os construtos. Na Tabela 4 apresentam-se as correlações entre as dimensões dos construtos.

Tabela 4 – Matriz de correlação e significâncias

	Liderança transaciona l	Liderança transformacional	Ausência de liderança	Desempenho voltado para o contexto	Desempenho voltado para a tarefa
Liderança transacional	1	,961**	,850**	,815**	,821**
Liderança transformacional	,961**	1	,857**	,806**	,808**
Ausência de liderança	,850**	,857**	1	,670**	,681**

Nota. \*\* A correlação é significativa no nível 0,01.

Fonte: Dados da pesquisa.

O estilo de liderança que se correlacionou mais fortemente com o desempenho individual no trabalho foi a *liderança transacional*, sendo que o desempenho voltado para a tarefa apresentou um índice um pouco mais elevado de relação ( $r=.821$ ;  $p = 0,00$ ), do que o desempenho voltado para o contexto ( $r=.815$ ;  $p = 0,00$ ). Apesar disso, a liderança transformacional também teve altos índices de correlação, com ambos os desempenhos, apresentando um  $r=.808$ ;  $p=.000$  para o desempenho voltado à tarefa e um  $r=.806$ ;  $p=.000$  para o desempenho voltado ao contexto.

Esses resultados demostram que, quanto melhor for avaliado o estilo de liderança, melhor será o desempenho individual no trabalho. No caso do estudo, principalmente no que tange ao desempenho voltando à tarefa, mostra-se a

forte relação entre liderança e desempenho, especialmente no caso da liderança transacional.

## **Considerações finais**

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a relação dos estilos de liderança com o desempenho individual no trabalho. Diante dos resultados, verificou-se que todos os objetivos propostos foram alcançados, respondendo assim à problemática da pesquisa. Conclui-se que existe relação entre os construtos de estilos de liderança e desempenho no trabalho, sendo esta correlação positiva e forte, no que tange à liderança transacional e que a presente pesquisa contribui com o aumento de investigações acerca dos assuntos abordados, assim como traz importantes contribuições para o meio científico.

Entretanto, este estudo apresenta algumas limitações. O fato de a pesquisa abordar aspectos comportamentais, e por serem utilizadas escalas para a sua verificação, o não permite que se façam inferências relativas a quanto tais atitudes se traduzem efetivamente no dia a dia dos pesquisados. Diante disso, sugere-se a realização de novas pesquisas aos temas aqui evidenciados, como forma de aprofundar os resultados encontrados.

Além disso, seria importante a inclusão de uma parte qualitativa à pesquisa, por meio de entrevistas com os pesquisados, para que assim o estudo possa traduzir com maior realidade o dia a dia dos respondentes. Por fim, espera-se que a realização deste estudo tenha contribuído para o meio científico, colaborando com o avanço de pesquisas na área do comportamento organizacional.

## **Referências**

- AVOLIO, B. J.; SOSIK, J. J.; JUNG, D. I.; BERSON, Y. Leadership models, methods, and applications. In: WEINER, I. B.; BORMAN, W. C.; ILGEN, D. R.; KLIMOSKI, R. J. (ed.). **Handbook of psychology: industrial and organizational psychology**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, 2003. v. 12.
- BASS, B. M.; AVOLIO, B.; JUNG, D.I.; BERSON, Y. Predicting unit performance by assessing transformational and transactional leadership. **Journal of Applied Psychology**, Washington, v. 88, n. 2, p. 207-218, Apr. 2003.
- BERGAMINI, C. W. **Competência: a chave do desempenho**. São Paulo: Atlas, 2012.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- BERGAMINI, C. W. Liderança: a administração do sentido. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, 1994.
- BRANDÃO, H. P. **Aprendizagem, contexto, competência e desempenho**: um estudo multinível. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- COELHO JUNIOR, F. A.; ANDRADE, J. E. B. Desempenho no trabalho: de onde viemos e para onde vamos? In: ENCONTRO DA ANPAD, 40., 2016, Costa do Sauípe. **Anais** [...]. Costa do Sauípe: ANPAD, 2016.
- COELHO JUNIOR, F. A.; BORGES ANDRADE, J. E. Discussão sobre algumas contribuições da modelagem multinível para a investigação de desempenho no trabalho. **Psico-USF**, Itatiba, v. 16, n. 2, p. 135-142, maio/ago. 2011.
- KLEIN JUNIOR, V. H. **Processo de liderança e maturidade em processos**, 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- KENT, T.; CROTTI, J.; AZZIZ, A. Four factors of transformational leadership behavior. **Leadership & Organization Development Journal**, Bradford, England, v. 22, n. 5, p. 221-229, abr. 2001.
- LUCENA, M. D. S. **Planejamento estratégico e gestão do desempenho para resultados**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MASOOD, S. A.; DANI, S. S.; BURNS, N. D.; BACKHOUSE, C. J. Transformational leadership and organizational culture: the situational strength perspective. **Journal of Engineering Manufacture**, London, v. 220, n. 6, p. 941-949, feb. 2006.
- MOSCON, D. C. B. **As relações entre liderança e estabelecimento de vínculos do trabalhador nas organizações**. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- MURRAY, K. **A linguagem dos líderes**: como os principais CEOs de grandes corporações mundiais se comunicam para inspirar, influenciar e obter resultados. São Paulo: Clio Editora, 2012.
- NORTHOUSE, P. G. **Leadership**: theory and practice. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.
- OLIVEIRA, M. **Um método para obtenção de indicadores visando a tomada de decisão na etapa de concepção do processo constitutivo**: a percepção dos principais intervenientes. 1999. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- QUEIROGA, F. **Seleção de pessoas e desempenho no trabalho**: um estudo sobre a validade preditiva dos testes de conhecimentos. Brasília: UnB, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- QUEIGORA, F.; ANDRADE, J. E. B.; COELHO JUNIOR, F. A. Desempenho no trabalho: escala de avaliação geral por meio de autopercepções. In: PUENTE PALACIOS, K.; PEIXOTO, A. L. A. (org.). **Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho**: um olhar a partir da psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- RICK, G. S.; CASTRO, R. R. S. **A influência do estilo de liderança exercido pelos gestores no desenvolvimento de suas equipes em uma empresa situada no Vale do Paranhana/RS**, 2017.

*A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

SANTOS, A. S. **Vínculos com a organização e os estilos de liderança: uma análise na equipe de enfermagem de instituições hospitalares.** 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2015.

SONNENTAG, S.; FRESE, M. Performance concepts and performance theory. In: SONNENTAG, S. (ed.). **Psychology management of individual performance.** Chichester: John Wiley & Sons, 2002.

TOMAZZONI, G. C. **Vínculos de comprometimento, entrincheiramento e consentimento do indivíduo com a organização:** explorando seus antecedentes e consequentes. Santa Maria: UFSM, 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S. Estrutura social e criação de empresas. **Revista de Administração**, v. 50, n. 4, out./nov./dez. 2015.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

# 31

## Competitividade das exportações brasileiras de carne de frango: uma análise empírica

Marcelo Schwalm Bender<sup>1</sup>

Johannes J. G. Schwertner<sup>2</sup>

Daniel Arruda Coronel<sup>3</sup>

**Resumo:** A carne de frango vem apresentando significativa participação na balança comercial brasileira. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar o grau de competitividade das exportações brasileiras de carne de frango, no período de 1999 a 2018. Para tal, foram utilizados os seguintes indicadores de comércio internacional: Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), Índice de Orientação Regional (IOR) e Taxa de Cobertura (TC). Os dados referentes ao Brasil foram coletados no sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro (COMEXSTAT). Os dados internacionais, de exportação mundial de carne de frango e das exportações mundiais totais, foram obtidos, respectivamente, através dos sites da *Food and Agriculture Organization Of the United Nations/FAO* e *The World Bank*. A partir do cálculo do primeiro índice mencionado, os resultados mostraram que a carne de frango apresentou vantagem comparativa revelada ( $IVCR > 0$ ), durante todo o período analisado. Acerca do IOR, verificou-se que as orientações das exportações estão direcionadas tanto para o Oriente Médio quanto para a Ásia, porém com uma leve redução ao longo do tempo para o Oriente Médio e uma redução mais expressiva quando se analisa a Ásia. A TC indicou uma cobertura das exportações da carne de frango brasileira, em relação ao volume importado durante todo o período de análise.

**Palavras-chave:** Comércio Internacional. Competitividade. Frango.

### Introdução

Segundo Krugman e Obstfeld (2005), os países participam do comércio internacional por dois motivos básicos. Primeiro, eles fazem comércio porque são diferentes uns dos outros, ou seja, cada país pode obter vantagens comparativas na produção de alguns bens, mas não na produção de todos, tornando, assim, o comércio internacional vantajoso para todos os países participantes. Segundo, os países fazem comércio para obter economias de

<sup>1</sup> Acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, RS (UFSM) e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq. <http://lattes.cnpq.br/8204095839893497>. E-mail: marcelobender98@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista de Iniciação Científica (FAPERGS/CNPq). E-mail: johanneschwertner@gmail.com

<sup>3</sup> Professor adjunto no Departamento de Economia e Relações Internacionais, com atuação como Docente Permanente nos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Gestão de Organizações Públicas, de Agronegócios e de Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista de Produtividade do CNPq. <http://lattes.cnpq.br/9265604274170933>. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br

escala na produção. Isto é, se cada país pode especializar-se nos bens em que é mais produtivo e deixar de produzir os bens em que a produtividade relativa é baixa, passando a importá-los de outros países, o país pode aumentar a capacidade produtiva dos bens em que é mais produtivo, obtendo, assim, economias de escala.

A cadeia de produção de carne de frango brasileira tem grande participação no comércio internacional. Os produtores brasileiros têm apostado na modernização da produção, aumentando, dessa forma, a capacidade produtiva. Tanto que o país já é o segundo colocado no *ranking* de produção de carne de frango, atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, lidera o *ranking* de exportação desta *commodity*, visto que a produção dos Estados Unidos é mais voltada para o mercado interno, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA 2018).

Em 2017, a produção brasileira de carne de frango foi de aproximadamente 13,05 milhões de toneladas, segundo o relatório da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) de 2018. Cerca de 34% dessa produção é destinada à exportação, o que torna o Brasil o maior exportador dessa *commodity*. Atrás do Brasil estão os Estados Unidos, a União Europeia, a Tailândia e a China, como maiores exportadores de carne de frango. E os maiores importadores são, respectivamente, Japão, Hong Kong, México, Arábia Saudita e União Europeia.

De acordo com dados da ABPA (2018), o Oriente Médio é um dos grandes importadores do frango brasileiro. Em 2018, importou do Brasil uma quantidade de frango equivalente a mais de 2 bilhões de dólares, valor que representa 21% de toda a importação brasileira para essa região, segundo dados do Ministério da Economia (2018).

Tendo em vista o papel de destaque brasileiro na exportação de carne de frango e a grande capacidade de ganhos nesse setor, constata-se a relevância da presente pesquisa para avaliar o quanto o país é competitivo neste setor, tendo como objetivo central a análise das exportações brasileiras para o Oriente Médio. Além disso, os resultados desta pesquisa poderão servir de subdídios para políticas agrícolas e de comércio exterior.

O presente artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção dois, tem-se o referencial teórico, que trata brevemente

sobre as teorias do comércio internacional; na seção seguinte, estão descritos os procedimentos metodológicos que irão conduzir esta pesquisa. Na quarta seção, são analisados e expostos os resultados encontrados neste estudo, e, por fim, são realizadas as considerações finais do trabalho, suas limitações e sugestões às próximas pesquisas.

## **Referencial teórico**

As relações comerciais entre as nações são fonte de estudo e pesquisa de diversas teorias. Neste contexto, as teorias de comércio internacional tentam explicar quais são os determinantes para o comércio entre países e se há benefícios para eles. Existem diferentes concepções com relação à importância e à contribuição do comércio internacional, e a seguir serão apresentadas algumas dessas teorias.

A análise clássica do comércio internacional começou com Adam Smith quando, em 1776, lançou a publicação *Pesquisas Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Adam Smith demonstrou que, por conta de cada país ser mais eficiente do que outros na produção de determinados bens, haveria uma tendência de cada um concentrar sua mão de obra na produção daquilo que faz com mais eficiência; assim, cada país venderia o seu excedente de produção para outros países e importaria todos os demais bens dos quais necessitaria (SMITH, 1985).

Buscando aperfeiçoar a teoria de Smith, David Ricardo (1817) desenvolveu a Teoria das Vantagens Comparativas, que busca explicar diferenças de produção e comércio entre duas nações diferentes, basando-se em um mesmo produto. A ideia central desta teoria é analisar qual dos países envolvidos possui um menor custo de oportunidade de um mesmo bem. Segundo Ricardo, o país não precisa possuir vantagem absoluta na produção de um bem para o comércio internacional ser justificado. Portanto, os dois países podem beneficiar-se com o comércio internacional.

Em 1933, os economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin desenvolveram a Teoria das Proporções dos Fatores. A ideia central desta teoria é a de que o comércio internacional é explicado pelos diferentes níveis de estoques relativos dos distintos fatores de produção entre os países, ou seja, eles

exportaram bens que utilizam fatores de produção abundantes no país e importaram bens que utilizam fatores de produção neles escassos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), também conhecido como Índice de Balassa, é uma medida de comparação para dados de exportação de um determinado país. Esse índice consiste em determinar os setores em que determinado país possui maior capacidade de exportação. Para determinar se um país possui uma posição forte em algum setor específico, é necessário comparar a participação das exportações deste setor com as exportações totais do país (BALASSA; NOLAND, 1989).

Ao prosseguir no desenvolvimento das teorias de comércio internacional, Porter (1989), tendo em vista os novos moldes de indústrias que se desenvolveram, contesta as teorias clássicas e cria a Teoria da Vantagem Competitiva das Nações. Esta teoria defende a necessidade de analisar, além da vantagem comparativa, a vantagem competitiva das nações, que se baseia no conceito de competição por mercados segmentados, diferenciação de produtos e grau tecnológico e economias de escala distintas. Portanto, a posição de cada país no comércio internacional depende em grande parte da produtividade dos fatores empregados na produção dos bens.

Nesse contexto, para Porter (1989), a produtividade é a melhor especificação de competitividade nacional. A partir desta análise, fica entendido que cada país deve especializar-se na produção dos bens em que suas indústrias são mais produtivas e deixar de produzir os bens que produz de maneira menos eficiente, passando a importá-los. Quando um país deixa de produzir bens que produz de maneira ineficiente, ele cria a possibilidade de deslocar os recursos que deixam de ser utilizados para setores mais produtivos, aumentando, assim, a produtividade da economia.

## **Metodologia**

A competitividade brasileira da carne de frango foi analisada no período de 1999 a 2018, por meio de três indicadores: o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), o Índice de Orientação Regional (IOR) e a Taxa de Cobertura (TC).

Utilizando como base a teoria internacional de vantagens comparativas de Ricardo, Balassa (1965) usou o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) para medir a competitividade de um país. Com o objetivo de corrigir os problemas de amplitudes assimétricas do IVCR, tem-se o IVCRS, com variação de -1 a 1, sendo que, de -1 a 0, o país apresenta desvantagens comparativas; quando 0, apresenta competitividade média dos demais exportadores; entre 0 e 1, apresenta vantagem comparativa revelada no produto, sendo que, quanto mais próximo a 1, maior a vantagem. Tal índice relaciona a participação do produto nas exportações do país em relação a outras regiões (FERNANDES ; VIEIRA FILHO, 2000). Nesse artigo, calcula-se a participação da carne de frango nas exportações brasileiras, comparando-as com as do restante do mundo.

$$IVCRS_{ik} = \frac{\frac{X_{ij}}{X_j} / \frac{X_{iz}}{X_z} - 1}{\frac{X_{ij}}{X_j} / \frac{X_{iz}}{X_z} + 1} \quad (1)$$

Em que:

$X_{ij}$  = representa o valor das exportações brasileiras de carne de frango;

$X_{iz}$  = representa o valor total das exportações brasileiras;

$X_j$  = valor total das exportações mundiais de carne de frango;

$X_z$  = valor total das exportações mundiais;

$i$  = exportações brasileiras;

$z$  = exportações mundiais; e

$j$  = carne de frango.

O segundo indicador consiste no Índice de Orientação Regional (IOR), apresentado por Yeats (1997) com o intuito de verificar os fluxos comerciais de determinadas regiões. O IOR pode ser expresso pela Equação 2:

$$IOR = \frac{\frac{X_{rj}}{X_{tr}}}{\frac{X_{oj}}{X_{to}}} \quad (2)$$

Em que:

$X_{rj}$  = valor das exportações brasileiras do produto j intrabloco;

$X_{tr}$  = valor total das exportações brasileiras intrabloco;

$X_{oj}$  = valor das exportações brasileiras do produto j extrabloco;

$X_{to}$  = valor total das exportações brasileiras extrabloco; e

$j$  = carne de frango.

Os valores encontrados no resultado do índice se situam entre zero e infinito, e, quanto maior o valor, maior é a fluxo de exportação do produto para

o país ou região que está sendo analisado. A existência de tendência de aumento ou de diminuição da orientação das exportações da *commodity* para determinado local é analisada olhando-se os resultados ao longo do período. Neste trabalho, foi analisada a orientação das exportações da carne de frango brasileiro para a Ásia (excluindo o Oriente Médio) e o Oriente Médio, de forma independente, devido à sua importância nas exportações de carnes brasileiras.

Por último, a taxa de cobertura das importações (TC) compara as exportações em relação às importações do produto. A equação mostra quantas vezes as exportações são maiores que as importações. Quando maior que a unidade, o produto contribui no superávit da balança comercial, ou seja, auxilia na entrada de divisas na economia. Quando menor que a unidade, as importações do produto são maiores que as exportações; logo contribui para um déficit na balança comercial.

A análise da Taxa de Cobertura (TC), em conjunto com o IVCR, identifica os pontos fracos e fortes das transações internacionais de determinado setor da economia ou da economia como um todo (GUTMAN; MIOTTI, 1998). Este indicador é o único dentre os utilizados que considera a perspectiva da importação, neste caso, da carne de frango. Devido a isso, a observação de dados referentes à importação contribuem para a análise da competitividade do produto. O índice é obtido através da Equação 3:

$$TC_i = X_{rj} / M_{rj} \quad (3)$$

Em que:

$X_{rj}$  = valor das exportações brasileiras do produto j;  
 $M_{rj}$  = valor das importações brasileiras do produto j.

## **Fonte de dados**

Para o cálculo dos indicadores, os dados referentes ao Brasil foram coletados no sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro (COMEXSTAT), o qual é baseado na declaração dos importadores e exportadores, extraído do SISCOMEX. Os dados internacionais, de exportação mundial de carne de frango e das exportações mundiais totais, foram obtidos, respectivamente, através do site da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) e *The World Bank*.

## Análise e discussão dos resultados

A análise e discussão dos resultados foi baseada na pesquisa das vantagens comparativas reveladas simétricas das exportações de carne de frango no Brasil em relação ao mundo, da orientação regional das exportações com destino ao Oriente Médio e à Ásia (excluindo Oriente Médio), e da Taxa de Cobertura, ou seja, da proporção de exportação e importação da carne de frango brasileira.

### **Análise do índice de vantagens comparativas reveladas simétricas (IVCRS)**

Como apresentado na Tabela 1, as exportações da carne de frango apresentaram vantagem comparativa revelada ( $IVCRS > 0$ ) durante todo o período analisado (1999 a 2016). Além disso, na maior parte do tempo, obteve-se resultado acima de 0,9, demonstrando uma forte vantagem comparativa em relação ao mercado mundial.

Tabela 1 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas das exportações brasileiras da carne de frango

Anos	IVCRS
1999	0,878
2000	0,869
2001	0,892
2002	0,905
2003	0,911
2004	0,929
2005	0,930
2006	0,926
2007	0,927
2008	0,928
2009	0,920
2010	0,918
2011	0,915
2012	0,916
2013	0,918
2014	0,922
2015	0,928
2016	0,927

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Os resultados observados na Tabela 1 devem-se, também, ao fato de o País possuir um setor avícola bem-estruturado. Segundo Garcia (2004), este setor desenvolveu-se decorrente do processo de reestruturação industrial, de melhorias nas técnicas de manejo, nutrição e sanidade das aves e de mudanças tecnológicas. Além disso, o país é um grande produtor dos principais componentes da ração de frango de corte: a soja e o milho. Isso significa custo com alimentação normalmente menor do que em outros países (FAO, 2019).

O Brasil atualmente é o maior exportador e um dos principais produtores de carne de frango (FAO, 2019). Pode-se atribuir esse desempenho, também, às vantagens comparativas naturais, como as condições edafoclimáticas. Além disso, segundo Rodrigues *et al.* (2014), o crescimento do setor de avicultura nacional deve-se também à exportação de carne de frango, que alavanca o crescimento e leva o setor a desenvolver e incorporar novas e melhores tecnologias, acarretando menores custos e preços e, consequentemente, aumento da competitividade.

Apesar do Brasil possuir um bom desempenho no comércio exterior de carne de frango, as exportações brasileiras desse produto estão sujeitas a diferentes exigências sanitárias e técnicas no mercado internacional. Tais exigências são ainda maiores, quando se trata de produtos exportados *in natura*, como, por exemplo, a carne de frango. Faria, Taconeli e Dias (2010) ressaltam as complicações para se adequar ao exigido por alguns mercados, quando se trata do mercado de carnes, dificultando o trabalho das empresas exportadoras destes produtos.

O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas calcula a exportação da carne de frango em relação ao mundo sem, entretanto, verificar para onde estão orientadas as exportações de determinada *commodity*.

### **Análise do índice de orientação regional (IOR)**

O Índice de Orientação Regional (IOR) possibilita a análise do fluxo das exportações de determinado produto, com o intuito de verificar se estão orientadas para determinados mercados. Neste trabalho, o produto analisado é a carne de frango, e as regiões escolhidas para o cálculo do Índice foram a Ásia (excluindo Oriente Médio) e o Oriente Médio, pois são os maiores importadores

do produto e, conjuntamente, tiveram participação em torno de 75% das importações da carne de frango brasileira de 2018 (COMEXSTAT, 2019).

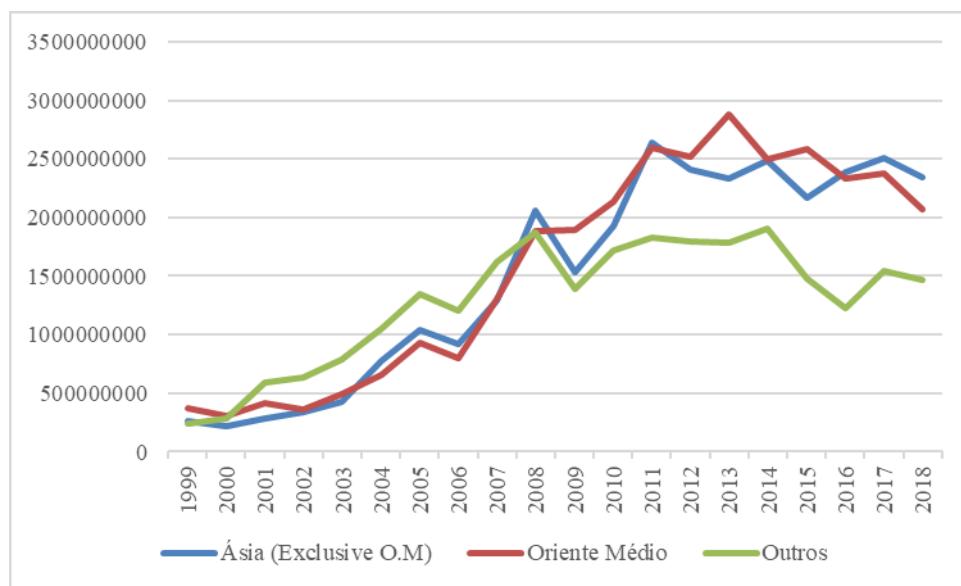
Tabela 2 – Índice de Orientação Regional de suco de carne de frango exportado para a Ásia (Exclusive Oriente Médio) e Oriente Médio

Anos	IOR Oriente Médio	IOR Ásia (Exclusive O.M)
1999	22,751	3,231
2000	24,282	2,909
2001	13,065	2,084
2002	9,182	1,990
2003	10,272	1,747
2004	9,075	2,536
2005	10,364	2,460
2006	8,624	2,570
2007	10,731	2,368
2008	11,270	2,325
2009	12,475	1,297
2010	10,639	1,286
2011	11,555	1,381
2012	12,044	1,226
2013	14,747	1,044
2014	11,685	1,158
2015	12,885	1,072
2016	11,126	1,330
2017	10,344	1,131
2018	12,783	1,039

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme apresentado na Tabela 2, verifica-se que as orientações das exportações estão direcionadas para ambos os blocos, porém com uma leve redução ao longo do tempo para o Oriente Médio e uma redução mais expressiva para a Ásia. Apesar do IOR estar decrescendo ao longo do tempo, houve uma tendência positiva nas exportações durante o período, como se pode verificar na Figura 1.

Figura 1 – Exportações brasileiras de carne de frango para a Ásia (excluindo Oriente Médio) e Oriente Médio em US\$



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

De 1999 a 2013, pode-se perceber uma rápida aceleração das exportações para ambos os blocos, que mantiveram seu padrão até 2018. Logo como foi possível observar, a redução do Índice de Orientação Regional não pode ser explicada por uma redução nas exportações, pois o que gerou tal resultado foi o aumento em valor das exportações brasileiras de outros bens para essas regiões, fazendo com que a carne de frango diminuisse sua proporção nas exportações totais do Brasil para a Ásia (Excluindo o Oriente Médio) e o Oriente Médio.

No bloco asiático, há uma concentração nas exportações em três principais países: China, Japão e Hong Kong, em ordem decrescente de importância nas exportações. Esses países representam 37,57% das exportações totais de carne de frango do Brasil e 94% das exportações do bloco (COMEXSTAT, 2019). O mesmo ocorre com o bloco do Oriente Médio, porém a concentração entre os países é menor, com predominância de Arábia Saudita e dos Emirados Árabes, que, juntos, concentram 62% das exportações do bloco e representam, para o Brasil, 22% das exportações totais do produto (COMEXSTAT, 2018).

Observa-se um fenômeno das últimas décadas, uma alteração no ambiente relacionado ao mercado internacional, com a diminuição das barreiras tradicionais ao comércio, como as tarifárias, e o crescimento de aplicação de

restrições não tarifárias, como as relacionadas às medidas técnicas e sanitárias (HEBLE *et al.*, 2007). Tais barreiras afetam significativamente o comércio internacional das carnes, e as mudanças das tarifas de blocos ou países podem ser responsáveis pelas mudanças dos fluxos de exportação.

### **Análise da taxa de cobertura (TC)**

Por último, a Taxa de Cobertura (TC) contribuiu principalmente por incluir dados referentes à importação, diferente dos indicadores anteriores. Assim, é possível verificar a contribuição que a carne de frango tem para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Tabela 3 – Taxa de Cobertura da carne de frango no Brasil

Anos	TC
1999	2434,58
2000	2472,18
2001	7792,97
2002	1652,62
2003	6019,48
2004	9613,11
2005	6881,63
2006	5065,87
2007	3328,31
2008	4025,55
2009	3639,96
2010	1958,03
2011	1011,41
2012	1162,45
2013	723,77
2014	611,23
2015	659,31
2016	977,92
2017	772,59
2018	542,02

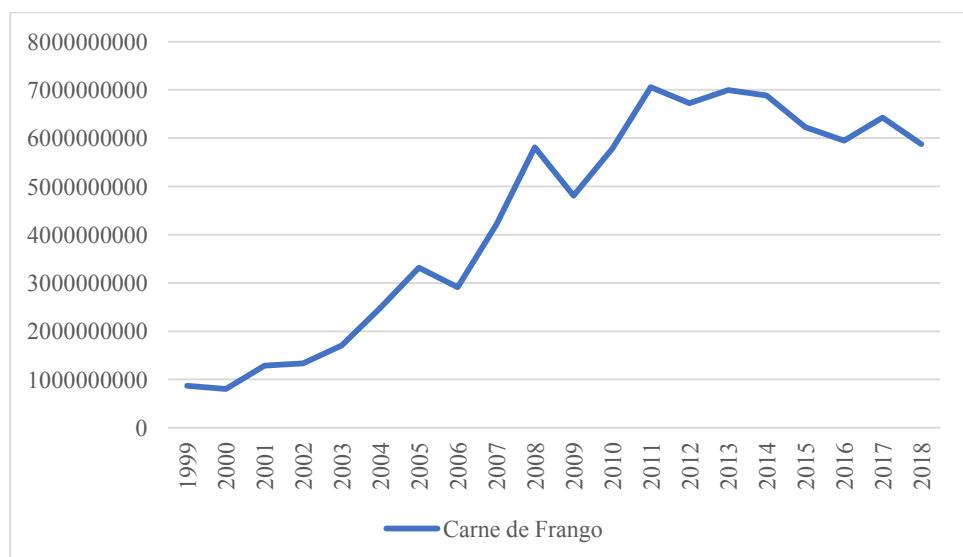
Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Conforme os resultados obtidos na Tabela 3, ao longo dos anos analisados, a taxa de cobertura foi superior a 1; logo as exportações foram superiores às importações, o que caracteriza uma contribuição do produto para uma balança

comercial positiva. Entretanto, é possível observar que, ao longo dos anos, a taxa de cobertura vem reduzindo devido ao aumento proporcionalmente maior da importação em relação à exportação.

Apesar da Taxa de Cobertura reduzir ao longo do tempo, houve um aumento das exportações no período analisado, conforme observado na Figura 2, ocorrido devido ao aumento da demanda mundial por carne de frango (FAOSTAT, 2019). Logo a redução da taxa de cobertura deve-se ao aumento proporcionalmente maior das importações do produto.

Figura 2 – Exportações brasileiras de carne de frango em US\$



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Para Triches *et al.* (2004), atribui-se o aumento do consumo de carne de frango a quatro razões principais: a substituição da carne vermelha, devido à maior preocupação com a saúde e com questões ambientais; os preços mais baixos em comparação com outras carnes, além do constante desenvolvimento de novas marcas e produtos; a aceitação da carne de frango por motivos regionais e religiosos; e, por último, os crescentes ganhos de produtividade devido a melhorias tecnológicas e economias de escala.

## **Considerações finais**

O Brasil conquistou lugar entre os mais importantes produtores de carne de frango e de maior exportador. Este trabalho visou a avaliar a competitividade do Brasil nas exportações de carne de frango entre 1999 e 2018, e, para isso, utilizou-se dos Índices de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica, de Orientação Regional e da Taxa de Cobertura.

O primeiro indicador, o IVCRS, apresentou vantagens comparativas reveladas para a carne de frango brasileira durante todo o período, na maior parte do tempo com valor acima de 0,9, o que demonstra um bom desempenho. Essa competitividade é possível, principalmente, devido às condições naturais do território brasileiro e sua competitividade também em outros dois importantes produtos para a carne de frango: o milho e a soja.

A partir do Índice de Orientação Regional, observou-se uma tendência decrescente de orientação, tanto para a Ásia (excluindo-se o Oriente Médio) como também para o Oriente Médio, apesar do crescente valor exportado para ambos os blocos. Os países que mais importam a carne de frango, em ordem decrescente de valor, são Arábia Saudita, China, Japão, Hong Kong, Emirados Árabes.

A análise da Taxa de Cobertura demonstrou superioridade das exportações brasileiras em relação às importações, no que tange à carne de frango; entretanto, deve-se observar a forte tendência decrescente. Apesar dessa tendência, tem-se um aumento das exportações ao longo do período estudado, gerado principalmente pelos preços baixos da carne de frango em relação às outras carnes e aos cuidados com a saúde.

Os indicadores utilizados no trabalho são estáticos e, portanto, têm suas limitações por desconsiderarem as distorções no mercado externo, como protecionismo, restrições tarifárias e não tarifárias, subsídios, variação no consumo interno, entre outros. Devido a isso, recomendam-se estudos relacionados à competição do setor, por meio de métodos que consigam simular cenários mais complexos, como os modelos de Equilíbrio Geral Computável e de Alocação Espacial.

## **Referências**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEINA ANIMAL (ABPA). **Relatório Anual**. 2018. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/storage/files/relatorio-anual-2018.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- BALASSA, B. Trade liberalization and revealed comparative advantage. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, n. 33, p. 99-123, 1965.
- BALASSA, B.; NOLAND, M. Revealed comparative advantage in Japan and the USA. **Journal of International Economic Integration**, 1989.
- COMEX STAT. **Exportação e importação**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/en/geral>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- FARIA, R. N.; TACONELI, C. A.; DIAS, C. T. S. Avaliação das exigências técnicas às exportações brasileiras de alimentos por árvores de classificação multivariadas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, p. 713-736, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v40n3/v40n3a08.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.
- FERNANDES, C. L. L.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Especialização e competitividade de Minas Gerais no mercado internacional: um estudo de indicadores de comércio exterior no período de 1992 a 1999. **CEDEPLAR**. 2000. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/CANDIDO.PDF>. Acesso em: 7 jun. 2019.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS-FAO. **FAOSTAT**. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 1º jun. 2019.
- GARCIA, L. A. F. **Economias de escala na produção de frangos de corte no Brasil**. 2004. 114 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GUTMAN, G.; MIOTTI, L. Exportaciones agroindustriales de América Latina y Caribe: especialización, competitividad y oportunidades comerciales en los mercados de la OCDE. In: HIDALGO, Á. B. Especialização e competitividade do Nordeste no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 29 (número especial), p. 491-515, 1998.
- HEBLE, M.; SHEPHERD, B.; WILSON, J. S. **Transparency and trade facilitation in the Asia-Pacific: estimating the gains from reforms**. Barton: Department of Foreign Affairs and Trade, 2007.
- KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson. Addison Wesley, 2005.
- PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- THE WORLD BANK . **Goods exports (BoP, current US\$)** Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.GSR.MRCH.CD?view=chart>. Acesso em: 1º de jun. 2019.
- TRICHES, D.; SIMAN, R. F.; CALDART, W. L. A cadeia produtiva da carne de frango da região da Serra gaúcha: uma análise da estrutura de produção e mercado. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá. **Anais** [...]. Cuiabá, MT: 2004. p. 1-19.
- YEATS, Alexander. Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements? **Policy, Planning and Research Working Paper** n. 1729, Washington: Banco Mundial, fev. 1997

# 32

## Migração recente em território de migrações históricas

Vania Beatriz Merlotti Herédia<sup>1</sup>  
Maria do Carmo Santos Gonçalves<sup>2</sup>  
Júlia Zeilmann Jaeger<sup>3</sup>  
Débora Kieling Pavan<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente estudo faz parte da pesquisa “Migrações no século XXI”, que está sendo realizada na Universidade de Caxias do Sul pelo Núcleo de Estudos Migratórios e pelo Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). A pesquisa trata dos dados de senegaleses que procuraram o CAM entre 2014-2017, com a finalidade de identificar as especificidades desse grupo migratório. A pesquisa acerca dos senegaleses ocorre desde 2012, e a Universidade tem tratado os dados referentes aos fluxos migratórios internacionais, acompanhando as mudanças nos perfis daqueles que chegam e que partem. É entendido por migração “a mobilidade espacial de uma dada população” (BECKER, 2010, p. 323). No estudo, o migrante é tratado como aquele que se desloca de um país para outro e é considerado sempre provisório. O estudo é descritivo, de natureza exploratória e apresenta os dados coletados no CAM, no período de 2014-2017 e de algumas entrevistas realizadas em 2017. Constatou-se que houve uma diminuição no número de migrantes que chegam à cidade a partir de 2016, sendo uma migração de cunho laboral. Os autores que dão sustentação teórica para o estudo são: Becker (2010), Sayad (1998), Zanfrini (2016), Trindade (2006). O estudo contribui para a compreensão do fenômeno migratório e de suas repercussões na sociedade.

**Palavras-chave:** Migrações recentes. Migrações internacionais. Senegaleses. Mobilidade espacial.

### Introdução

A cidade de Caxias do Sul historicamente absorveu mão de obra migrante. Essa característica a tornou uma cidade marcada por processos migratórios que nasceram desde a sua formação inicial, quando foi fundada por imigrantes italianos no século XIX. Cada fase do seu desenvolvimento econômico teve envolvimento com a chegada da mão de obra dos próprios distritos rurais, depois de outros municípios, mais tarde de estados da Federação, até a chegada da mão de obra de outros países.

<sup>1</sup> Doutora em História. Professora titular na Universidade de Caxias do Sul.

<http://lattes.cnpq.br/2028194865995189>. E-mail: vbmhered@ucs.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela PUCRS. Ex-coordenadora do CAM.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Serviço Social. Bolsista de Iniciação Científica -ProbiC- Fapergs

<http://lattes.cnpq.br/3289688902268883>. E-mail: jzjaeger@ucs.br

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica-PIBIC-CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/9594454961633291>. E-mail: dkpava1@ucs.br

A cidade de Caxias do Sul sempre teve uma vocação industrial, uma vez que desde a instalação do município em 1890 abrigou muitas oficinas e fábricas, que acabaram sendo mais tarde a sustentação do polo industrial. Até a Segunda Guerra Mundial, muitas de suas indústrias de transformação já possuíam capacidade industrial instalada e contribuíram para o desenvolvimento nacional, por meio da diversificação de seus produtos no mercado nacional.

Com o modelo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek de Oliveira, a modernização do parque industrial afetou a cidade, e algumas de suas indústrias cresceram e tornaram-se referência nacional, como o caso da indústria metalúrgica, da indústria mecânica, da indústria elétrica e da indústria química. A cidade cresceu e com ela as suas indústrias e, consequentemente, houve incremento da mão de obra necessária. A mão de obra migrante sempre esteve presente no crescimento industrial da cidade e mostra que soube se adaptar às exigências da cultura e do trabalho oferecido pela própria, como garantia da reprodução do capital.

Nesse contexto, a migração é entendida como um fenômeno demográfico que produz “[...] deslocamentos de pessoas no interno e entre regiões do mundo, que modificam de maneira irreversível a composição da população, tanto na sociedade de partida quanto naquela de chegada” (ZANFRINI, 2016, p. V). Esta autora estuda os impactos que os deslocamentos produzem nos contextos sociais que envolvem e diferenciam as migrações nacionais das internacionais, o que chama a atenção são os conceitos de fronteira, identidade e alteridade.

De acordo com Uebel e Ruckert (2017, p. 1), os motivos dos deslocamentos populacionais nas últimas três décadas são atribuídos “[...] especialmente pela própria transformação das relações e redes em nível internacional”. Os autores citam entre essas razões “[...] questões de conflitos civis e relacionados à etnia e religião (STERKENS; VERMEER, 2015), desastres naturais, condições econômicas e laborais como repercussões fomentadoras de tal processo em uma rede global”. Esses autores apontam que o Brasil

experimentou um primeiro boom imigratório a partir de 2010 com posterior declínio. Seguiu-se um segundo boom no biênio 2013-2014, muito acima das projeções estatísticas [...] No cômputo total do contingente de imigração no Brasil, os dados estatísticos analisados apontam que havia no

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

período de 2007 a 2014 um número de 1 milhão e 900 mil imigrantes- mais precisamente 1.900.044 cidadãos imigrados- no país, superando-se as cifras que então eram estimadas pelo próprio governo e pela imprensa na casa de 600 mil cidadãos imigrantes (2017, grifo nosso).

Uebel e Ruckert (2017) argumentam que as migrações internacionais assumem novos desenhos e dinâmicas e afetam uma série de países. Essas alterações, que decorrem da divisão internacional do trabalho, mostram as transformações nos diversos níveis, sejam eles internacionais, nacionais e locais. Nesse contexto,

o tema das migrações internacionais para o Brasil adquire importância crescente nos estudos de população no século XXI. De um lado, as migrações de longa distância redesenharam seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas destes imigrantes internacionais (2007, p. 1).

As mudanças que afetaram o cenário internacional no começo do século XXI mostraram alterações significativas no processo imigratório do Brasil. O País torna-se um destino atrativo de imigração, comprovado pelos dados estatísticos.<sup>5</sup> O primeiro *boom* no Brasil, em 2010, afeta o cenário dos fluxos imigratórios e o segundo *boom*, de 2013-2014 registra incremento de imigrantes no país, desde 1930 (UEBEL; RUCKERT, 2017).

Tabela 1 – Crescimento dos fluxos migratórios com direção ao Brasil

Continente	2000	2010	2014	Crescimento 2000-2010	Crescimento 2010-2014	Crescimento 2000-2014
África	3.726	10.536	15.554	182,77%	47,63%	317,44%
América Central e Caribe	1.519	5.194	39.256	241,94%	655,80%	2484,33%
América do Norte	9.029	81.216	48.115	799,50%	-40,76%	432,89%
América do Sul	41.605	107.795	274.827	159,09%	154,95%	560,56%
Ásia	14.334	81.058	196.518	465,49%	142,44%	1270,99%
Europa	21.671	139.497	555.938	543,70%	298,53%	2465,35%
Oceania	256	4.819	2.117	1782,42%	-56,07%	726,95%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Polícia Federal, Ministério do Trabalho e Emprego. Dados compilados e tabulados por Uebel, Ruckert, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11905?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2019.

<sup>5</sup> VER Uebel e Ruckert (2017) In: <https://journals.openedition.org/confins/11905?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2019. Os autores mostram o crescimento de imigrantes, principalmente da Europa para o Brasil. O caso dos africanos também é significativo. O crescimento dos fluxos migratórios em direção ao Brasil, de 200- 2014, está disponibilizado na Tabela 1, publicada por Uebel e Ruckert (2017).

Os dados mostram que o Brasil foi inserido na rota de migrações internacionais, o que evidencia a necessidade de estudos das redes migratórias e das regiões de destino. Quanto ao caso dos africanos, Urbel e Ruckert (2017) analisam que existem algumas aproximações na escolha pelo Brasil.

Além da proximidade linguística entre o Brasil e os países da costa oeste africana – onde em sua maioria se fala o português e o francês –, o que justifica este crescimento dos fluxos imigratórios de africanos é a formação das redes – facilitadas pelas ligações aéreas diretas com o Brasil. Estas redes de contatos se dão entre os próprios imigrantes, em grande parte com formação superior, conhecimento de mais de duas línguas, profissionais liberais e que buscam no Brasil um mix de atividade laboral com todas as garantias legais. As garantias trabalhistas legais são o principal atrativo, já que raramente existem de forma equânime em seus países de origem – além da oportunidade de ensino gratuito e ponto de partida para outros países posteriormente, como Estados Unidos e Canadá (2017).

O conceito de redes migratórias é necessário para verificar como se constituem e o papel que as redes<sup>6</sup> possuem em relação aos fluxos dos quais estamos tratando. Segundo Massey (1988), as redes migratórias são “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (MASSEY, 1988, p. 396 *apud* TRUZZI, 2008, p. 203).

Assis (2007), para caracterizar redes migratórias, utiliza as obras de Massey, Alarcon, Durand e Gonzalez, definindo redes como:

laços sociais que ligam as comunidades remetentes aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços unem migrantes e não-migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações em rede mais importantes são as baseadas em parentesco, amizade e origem comum, as quais são reforçadas por uma interação regular em associações voluntárias.

No caso da cidade de Caxias do Sul, que sempre foi um lugar de absorção de mão de obra migrante, devido ao polo industrial, apesar das repercussões da

---

<sup>6</sup> Segundo Truzzi (2008, p. 211), a análise “[...] por redes fornece ao investigador um instrumento objetivo para identificar conexões (relações ou laços) entre pontos (atores ou nós) no interior de um determinado sistema”.

comunidade em relação aos migrantes internacionais, revela situações ambíguas e contraditórias pela sociedade local. Apesar de existir acolhimento por parte de algumas instituições, por outro lado, a população migrante sofre situações claras de xenofobia e preconceitos raciais. É perceptível a diferença com a qual a comunidade trata as migrações internas das externas. As internas como necessárias e capazes de colaborar para o desenvolvimento econômico; as externas como problemáticas e passíveis sempre de questionamentos, enquanto representadas pela mão de obra negra, de cultura distinta, religião muçulmana e língua incompreensível.

### **Migrações atuais**

A presença de migrantes internacionais em territórios marcados pela migração histórica mostra as dificuldades que algumas sociedades enfrentam na compreensão do fenômeno migratório. Essa forma de ver aquele que “vem de fora”, como se no passado não tivesse havido migrações no local, mostra que os que chegam primeiro se sentem proprietários do território, da cultura que ele produz.

Segundo Elias e Scotson (1994), os estabelecidos são aqueles que chegam primeiro, e os que chegam depois nem sempre conseguem aceitação desses, e são aqueles que estão fora dela. O estudo feito por esses autores sobre uma comunidade da periferia urbana da Inglaterra mostra relações de poder exercidas sobre os membros de um grupo sobre outro, pelo critério do poder estabelecido. Na tentativa de responder a algumas questões, o estudo auxilia na compreensão de aspectos de poder, por meio das seguintes questões: “De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outro? Que meios utilizam eles para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos?” (ELIAS; SCOTSON, 1994, p. 20).

Os migrantes internacionais, principalmente os de origem africana, se encontram em situações de serem considerados os *outsiders*. O fato é que a integração é recente e nem sempre ocorre da forma mais adequada, o que representa mudança de cultura.

Zanfrini (2016) chama a atenção que as regras da migração são feitas pelo Estado e este tem uma “amnésia histórica”, quando esquece que já utilizou mão de obra migrante quando se constitui como nação. Esse mesmo esquecimento que a comunidade tem ao seu passado histórico, reproduzido quando não aceita aquele migrante que vem em busca de oportunidades de vida pelo trabalho. O esquecimento é uma forma de poder. A memória lembra o que quer ressaltar e o significado que quer atribuir a alguns fatos do passado.

Segundo PollaK (1992), a memória individual ou coletiva traz à tona, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente, mas também traz os acontecimentos que o autor chama “de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Essa questão da memória coletiva, numa região de migração coletiva, abre espaço para reforçar laços de identidade que nem sempre existiram, mas que são necessários para não perder a ideia do que aquilo representa.

No caso dos senegaleses, percebe-se uma forte integração no grupo que chegou a Caxias do Sul. O sentimento de solidariedade se faz presente, quando se fala do grupo, e, nesse sentido, constata-se que há uma rede social, construída por eles, que os integra em busca de soluções para questões comuns, como informações e encaminhamentos, recursos, remessas. Pelo lado dos habitantes da cidade, vê-se que há um esquecimento de sua história, que são descendentes de imigrantes, pelo fato de não se sensibilizarem com a causa da mobilidade, de não se colocarem no lugar dos imigrantes atuais, já que também tiveram um passado marcado pela imigração.

## **Senegaleses em Caxias do Sul**

Os senegaleses que chegaram a Caxias entre 2014-2017 possuem o seguinte perfil: são do sexo masculino na sua maioria, jovens e adultos, escolaridade média, casados e solteiros, desempregados em busca de trabalho. Os dados são preliminares e foram coletados no Centro de Atendimento ao Migrante na cidade de Caxias do Sul. O número de registros<sup>7</sup> é de 2.481 senegaleses. Os dados foram preenchidos no próprio CAM.

---

<sup>7</sup> O Núcleo de Estudos Migratórios da Universidade de Caxias do Sul desenvolve pesquisas no Centro de Atendimento aos Migrantes desde 1998. Os dados quantitativos fazem parte do Banco de Dados do CAM e as entrevistas foram realizadas em diversos lugares conforme preferência dos entrevistados.

*A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

Tabela 2 – Distribuição absoluta e percentual do sexo dos senegaleses cadastrados no banco do CAM, entre 2014-2017

GÊNERO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Masculino	2.451	98,7
Feminino	32	1,3
<b>TOTAL</b>	<b>2.481</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Migrações no Século XXI: desafios e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

As migrações laborais têm sido marcadas pela presença masculina. Os dados da Tabela 2 comprovam o que se encontra no senso comum sobre migrações laborais, ou seja, 98,7% de migrantes senegaleses são homens em relação a 1,3% de mulheres. O número de mulheres é muito reduzido e aponta que são os homens que migram na sua grande maioria, conforme padrão de diversos movimentos migratórios internacionais. No discurso dos senegaleses, os homens migram com o intuito de buscar melhores condições de vida, trabalho fora do Senegal e garantir que a sua família, no sentido amplo da palavra, seja mantida no Senegal.

Tabela 3 — Distribuição absoluta e percentual do estado civil dos senegaleses cadastrados no banco do CAM, entre 2014-2017

ESTADO CIVIL	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Solteiro	1.142	46,03
Casado	814	32,81
Separado/divorciado	28	1,13
Viúvo	1	0,04
Não informado	496	19,99
<b>TOTAL</b>	<b>2.481</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Migrações no Século XXI: desafios e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

O número de migrantes senegaleses solteiros é bem maior que os casados. Entretanto, como no Senegal é aceito o sistema de poligamia, implica que o migrante, além de ter uma esposa pode ter quantas puder sustentar. Nesse sentido, a tradição familiar é que o homem sustenta as esposas que possui e é provedor do grupo ao qual é responsável. O número de solteiros é de 46,07% o que significa quase metade da amostra. O número de separados, divorciados e viúvos é bastante reduzido. Segundo relato de um senegalês, a figura da mãe é muito importante na família. Existe um grande respeito e esse respeito é construído na família. *“lá no Senegal a gente sempre vai ter um respeito entre nós. Até nos ficarmos velhos, a nossa família vai ser responsável por nós, tipo, eu não posso fazer nada sem ligar para a minha mãe”* [Entrevista senegalês, 2017].<sup>8</sup> Essas normas fazem parte da cultura e, como são mantidas, passam de geração em geração.

Tabela 4 – Distribuição absoluta e percentual do grau de escolaridade dos senegaleses cadastrados no banco do CAM, entre 2014- 2017

GRAU DE ESCOLARIDADE	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Alfabetizado	50	2,02
Analfabeto	131	5,28
Ensino Fundamental incompleto	793	31,96
Ensino Fundamental completo	337	13,58
Médio incompleto	143	5,76
Médio completo	300	12,09
Superior incompleto	44	1,77
Superior completo	37	1,49
Não informado	646	26,04
<b>TOTAL</b>	<b>2.481</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa “Migrações no século XXI: desafios e perspectivas”. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

<sup>8</sup> As entrevistas ocorreram no ano de 2017, como parte da pesquisa dos senegaleses em Caxias do Sul, realizada pelo Núcleo de Estudos Migratórios da UCS. Foram realizadas (10) entrevistas com representantes do Poder Público e Privado e com senegaleses.

A escolaridade é uma característica importante nas migrações laborais. Ela representa a possibilidade de trabalho em setores mais qualificados e implica maiores oportunidades no jogo da oferta de trabalho. Chama a atenção que o número de analfabetos, no período em estudo, é de 5,28%, percentual bastante elevado para trabalho no Exterior. No seu polo contrário, o número de migrantes com curso superior completo é de 1,49%, e, incompleto de 1,77%, o que traduz a possibilidade de trabalho qualificado em alguns segmentos do mercado de trabalho.

Do conjunto dos migrantes senegaleses, a escolaridade que marca o grupo é de Ensino Fundamental incompleto, o que corresponde a 31,96%, 13,58% Ensino Fundamental completo, 12,09 Ensino Médio completo. Os dados mostram que mesmo que haja uma escolaridade no grupo de senegaleses, ela não garante que os trabalhos executados estejam localizados na informalidade, precários e em setores marcados pela insalubridade.

Tabela 5 – Distribuição absoluta e percentual por faixa etária dos senegaleses cadastrados no CAM, entre 2014-2017

FAIXA ETÁRIA	Frequência	
	Absoluta	Percentual
0-10	7	0,28
11 a 20 anos	71	2,86
De 21 a 30 anos	1310	52,80
De 31 a 40 anos	914	36,84
De 41 a 50 anos	144	5,80
Mais de 50 anos	31	1,25
Não informado	4	0,16
<b>TOTAL</b>	<b>2481</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa “Migrações no século XXI: desafios e perspectivas”. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

A maioria dos senegaleses encontra-se na faixa entre 21-30 anos, ou seja, 52,80% possuem de 20 anos a 30 anos; 36,84% localizam-se entre 31-40 anos; o que significa que são adultos jovens, tendo apenas 5,80% de senegaleses acima de 40 anos. Essa característica nas migrações internacionais é comum.

Normalmente, migra aquele que pode enfrentar situações mais complexas, com o compromisso de enviar recursos para os membros da família que permanecem no país de origem. Chama a atenção que acima de 50 anos os números são bastante reduzidos, e de idosos praticamente inexistentes.

Tabela 6 – Distribuição absoluta e percentual da situação de trabalho dos senegaleses cadastrados no banco do CAM, entre 2014-2017

<b>SITUAÇÃO DE TRABALHO</b>	<b>Frequência</b>	
	Absoluta	Percentual
Empregado regular	474	19,11
Empregado irregular	7	0,28
Desempregado	1243	50,10
Empregado em experiência	3	0,12
Estudante	1	0,04
Autônomo formal	20	0,81
Autônomo informal	39	1,57
Auxílio doença	2	0,08
Trabalho temporário	3	0,12
Não informado	689	27,77
<b>TOTAL</b>	<b>2481</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa “Migrações no século XXI: desafios e perspectivas”. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Proibic/Fapergs).

A Tabela 6 apresenta os dados da situação de trabalho que se encontravam os migrantes senegaleses quando procuraram o CAM. Os dados mostram que os migrantes, quando procuram o CAM, veem nesse serviço uma possibilidade de ajuda para o mundo do trabalho. Mesmo que não seja essa a missão do CAM, existe no imaginário dos migrantes essa possibilidade. O número de desempregados nessa amostra é de 50,10% e o número dos que possuem já emprego regular é de 19,11%. Alguns religiosos que acolheram migrantes relatam que a migração internacional oportunizou uma nova experiência sobre o acolhimento e a hospitalidade. Segundo um dos entrevistados, a experiência com migrantes

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

é uma bela oportunidade de vivermos, de fato, aqui e agora, aquela globalização da solidariedade. Eu acho que os senegaleses, os ganeses, os haitianos nos fizeram perceber o mundo. Nós estávamos muito voltados para a nossa realidade e essas pessoas nos abriram essa perspectiva de percebermos que o mundo está em constantes transformações, que existem situações-limite, e que estão chegando a nós. (Entrevista com religioso, 2017).

O estudo dos fluxos migratórios e das redes correspondentes permite entender condições de grupos que migraram, a partir do apoio das redes sociais. A pesquisa evidencia a necessidade de aprofundar o estudo das redes, na busca de identificar as condições que são estabelecidas para a colaboração, espontânea ou não.

### Referências

- AMBROSINI, M.; ABBATECOLA, E. **Migrazioni e società**: una rassegna di studi internazionali. Milano: Franco Angeli, 2009.
- AMBROSINI, M. **Sociologia delle migrazioni**. Bologna: Il Mulino, 2005.
- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. p. 1-34.
- ASSIS, G. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, Florianópolis, sep./dec., 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000300015&lng=en&nrm=iso&tlang=pt#nt20](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300015&lng=en&nrm=iso&tlang=pt#nt20). Acesso em: 1º set. 2019.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HERÉDIA, V. B. M. **Migrações internacionais**: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.
- HERÉDIA, V. B. M. **Memória e Identidade**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2007.
- MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, v. 14, p. 383-413, 1988. Disponível em: <https://u демог.berkeley.edu/~jrw/Biblio/Eprints/%20M-O/massey.1990.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.
- OLIVEIRA, A. T. et al. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N.L. (coord.). **Migrações internacionais**: herança XX Agenda XXI. Campinas: FNUAP, 1996. p. 227-238.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, São Paulo, May/Aug. 2006. Disponível em: [www.scielo.br/](http://www.scielo.br/). Acesso em: 30 jun. 2018.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.
- PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil, um país de imigração? **Revista Internacional em Língua Portuguesa – RILP**, n. 24, p. 65-96, 2011.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.
- RAMELLA, F. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, M.; OTERO, H. (org.). **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil, CEMLA – IEHS, p. 9-21, 1995.
- SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 212-244.
- TRINDADE, M. B. R. Recriação de identidades em contextos de migração. In: LUCENA, C. T.; GUSMÃO, N. M. M. (org.) **Discutindo identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006. p. 75-90.
- UERBEL, R. R.; RUCKERT, A. Aspectos gerais da dinâmica migratória no Brasil no século XXI. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 31, 2017.
- Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11905?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2019.
- ZANFRINI, L. **Introduzione alla sociologia delle migrazioni**. Roma: Laterza, 2016.

# 33

## Elaboração do programa de treinamento e desenvolvimento para novos funcionários da equipe comercial da empresa Alfa

Natália Funghetto Dapieve<sup>1</sup>

Martin Malfussi Vargas<sup>2</sup>

Vânia Medianeira Flores Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho teve o objetivo de elaborar um programa de treinamento e desenvolvimento para novos funcionários da área comercial da empresa Alfa, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Para atender a este objetivo, fez-se uma revisão bibliográfica e entrevistas individuais com os membros atuais da equipe comercial e diretores. Em um primeiro momento, realizou-se um diagnóstico de acordo com os principais pontos citados nas respostas dos entrevistados e documentos avaliados. Logo após, foi sugerida uma matriz de treinamento inicial que abordasse todos os conteúdos necessários para o início da carreira de um Novo Funcionário na empresa. No final, foram propostos indicadores para avaliação de todo o processo de treinamento, consolidando a prática sugerida.

**Palavras-chave:** Treinamento inicial. Novos funcionários. Equipe comercial.

### Introdução

O presente trabalho teve por objetivo elaborar um programa de treinamento e desenvolvimento para novos funcionários da área comercial da empresa Alfa, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. A área comercial, que também pode ser chamada de departamento comercial, tem o foco do estudo devido a sua complexidade de atuação e por este tipo de treinamento ser fundamental para os novos integrantes da equipe. A seguir, explana-se sobre a empresa, o seu ramo de atuação, bem como as suas atividades na cidade, e, por fim, um pouco sobre o parecer atual do departamento.

A empresa Alfa é uma companhia privada, que atua no segmento de comunicação e mídia, com diversos veículos (rádios, televisão, jornais e digital),

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS.

<http://lattes.cnpq.br/3587320912710589>. E-mail: nataliadapieve10@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Executivo de Negócios. E-mail: artinmalfussivargas@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Administração (UFBA). Professora associada ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS.

<http://lattes.cnpq.br/0180563343119839>. E-mail: vania.costa@ufsm.com

levando informação e entretenimento para as pessoas. Com atuação em todo o Rio Grande do Sul, a empresa impacta várias localidades do estado por meio dos seus canais de comunicação. Possui diversos setores, entre eles: financeiro, gestão de pessoas, crédito, cobrança, *marketing* e comercial, demais outros. Além dos mais comuns, existem departamentos específicos, que se caracterizam pela sua peculiaridade e formato de organização, como Operações Comerciais (OPEC), *field marketing* e produção, que neste caso se refere a toda parte de jornalismo.

Quando se trata da unidade estudada, foco deste trabalho, a mesma possui os setores administrativo, produção/jornalismo, técnico e comercial. Todos subordinados à gerência executiva, também presente na unidade. A área comercial conta com 10 pessoas em sua plenitude, e compõem-se por um gerente comercial, seis executivos de contas, um assistente comercial, um assistente de eventos e planejamento e um jovem aprendiz.

A área comercial é responsável pela geração de receita da unidade, garantindo a sua sustentabilidade financeira, a partir de venda de espaços de mídia nos veículos de comunicação da empresa. Os executivos de conta são os atores principais nesse processo, atuando como consultores de comunicação e mídia, e colocando-se como parceiros de negócio. Já os clientes responsáveis pela compra das soluções de mídia, apresentados pelos executivos, são, em sua maioria, gestores, empresários e empreendedores da cidade e da região. Nesse sentido, toda a equipe comercial é responsável pelo atendimento do mercado.

Como a maior parte da equipe comercial possui relacionamento externo à organização, bem como contato interno com diversas áreas, necessita-se de um conhecimento vasto sobre processos, características, pontos de contato e informações sobre a maioria dos veículos e seus departamentos. Esse conhecimento pode ser adquirido com experiência empírica dentro da organização, o que levaria muito tempo e um desperdício de dinheiro. E, como uma segunda opção, por meio de treinamentos focados no aprendizado inicial de um funcionário da área comercial.

Este estudo também pretende auxiliar a gestão da equipe comercial acerca do treinamento e desenvolvimento de novos funcionários da empresa, auxiliando-os com acesso ao conhecimento inicial requisitado para realizar suas devidas funções, posteriormente. Esse treinamento faz-se necessário em virtude

da complexidade e diversidade do trabalho a ser realizado, visto o seu segmento de atuação, o dinamismo de mercado em que se encontra, e principalmente, o grande relacionamento interno e externo que é exigido do funcionário.

Além destes fatos, a equipe comercial atua de maneira consultiva, com processos, padrões e conhecimentos adquiridos com experiência empírica e treinamentos de consultorias realizadas para a empresa. Assim, existe uma seara de conteúdos para serem aprendidos, que com um treinamento básico inicial, coloca o funcionário em condições seguras de realizar seu trabalho. Ressalta-se que, dentro do departamento comercial, há diferentes cargos, com distintas funções e este trabalho visa a uma padronização do treinamento inicial a todos, garantindo que a base do conhecimento seja difundida e, após isso, cada cargo possa se especializar na sua atuação.

Consolidando o exposto, o trabalho tem por objetivo elaborar um programa de treinamento e desenvolvimento para Novos Funcionários da equipe comercial da empresa Alfa localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. A fim de alcançar o objetivo principal, são determinados os seguintes objetivos específicos:

- a) levantar as necessidades de treinamento e desenvolvimento inicial para novos funcionários da equipe comercial;
- b) planejar as etapas do treinamento e desenvolvimento a ser realizado, bem como os responsáveis e assuntos que serão ministrados;
- c) organizar a ordem cronológica dos treinamentos e desenvolvimento; e
- d) sugerir métodos de avaliação e mensuração dos resultados, a fim de que o programa se estabeleça na plenitude.

Conforme apresentado anteriormente, o departamento comercial possui uma gama de informações a serem aprendidas e internalizadas logo no início da carreira de um novo funcionário. Tais informações são de grande importância para que o trabalho seja realizado de acordo com normas, regras e procedimentos da empresa. Dessa forma, acredita-se que, com o programa de treinamento, todas as informações técnicas que fazem parte do dia a dia da área comercial serão abordadas. Para aqueles que estão fora da companhia, talvez não tenham a dimensão de detalhes, nomenclaturas e regras, que se aprende com bastante erro e acerto, com tempo perdido em demasia em busca do

conhecimento, e que, no final, poderia ser resolvido com alguns treinamentos iniciais.

Com base no que foi apresentado, o presente estudo justifica-se por estruturar um treinamento inicial, auxiliando a gestão comercial sobre quais conteúdos deverão ser ministrados, quem será o responsável, quando ocorrerá e qual é o momento mais adequado para o funcionário ser exposto a tal aprendizado. Por meio dos resultados obtidos, é possível aferir que a diminuição do tempo de aprendizagem diminui drasticamente, quando aplicada a ferramenta adequadamente. O tempo médio era de um a dois meses de aprendizado, sem necessariamente mensurar o real proveito dos treinamentos. A partir da apresentação desse trabalho o tempo estimado é de doze dias, fazendo com que todo novo funcionário esteja apto para buscar e ter qualquer informação básica sobre a sua rotina de trabalho.

No final do trabalho proposto, acredita-se que a companhia terá um ganho de tempo e esforço dos seus funcionários. Para aqueles que já estão na empresa Alfa é um guia no momento de treinar um novo colega e, os funcionários que entrarem na companhia terão a oportunidade de participar de um programa com início, meio e fim, que dê acesso ao que é esperado pelo seu trabalho.

## **Área de gestão de pessoas**

Quando se trata de gestão de pessoas, existem diversas definições sobre essa área, até mesmo sobre a nomenclatura que a mesma deve receber, se Área de Gestão de Pessoas (AGP), Área de Recursos Humanos (ARH) ou outras. Barbieri (2016, p. 8) explica que existem três correntes que trazem conceitos e definições sobre a nomenclatura da área, são elas: a) gestão de pessoas, que segundo o autor “é um ‘advogado’ dos empregados e tem relação histórica com todas as correntes de pensamento e de ação social e com todos os movimentos sindicais trabalhistas”, ou seja, é a corrente que está preocupada com a assistência e o bom tratamento dos empregados; b) recursos humanos, referindo-se ao “[...] outro lado, visto como um sócio do negócio, um empreendedor, o qual deve cuidar dos ativos humanos da empresa. Esta mais voltado para reestruturar e obter resultados, realizando mudanças, *downsizing*, *outsourcing*, utilizando TI para racionalizar e simplificar”; e o enfoque mais

recente; c) gestão de capital humano, que une as duas correntes anteriores, combinando o cuidado com o empregado e a visão empreendedora do empresário. A definição de Gestão de Capital Humano é referenciada por Barbieri (2016, p. 9) como “[...] uma visão estratégica, cultural e comportamental mais acentuada da empresa e do negócio, envolvendo-se também com questões de planejamento, cultura organizacional, motivação, potencial, desempenho e desenvolvimento das pessoas”.

Corroborando o exposto, Chiavenato (2016a) argumenta que essa é uma área extremamente rica, fértil, dinâmica e mutável, e que lidar com pessoas faz parte dia a dia de qualquer empresa. Autores, como Chiavenato (2016a), Barbieri (2016) e Gil (2019), mencionam sobre as grandes transformações que a área de Gestão de Pessoas vem sofrendo ao longo dos tempos. Para Marras (2016, p. 23), “[...] o sistema de ARH, organicamente, compõe-se de um conjunto de subsistemas que respondem individualmente por cada uma das funções da GP”. Esses subsistemas, segundo o autor, podem dividir-se em: Recrutamento e Seleção (R&S); Treinamento e Desenvolvimento (T&D); Remuneração ou Cargos e Salários (C&S); Higiene e Segurança do Trabalho (HST); Departamento de Pessoal (DP); e Relações Trabalhistas (RT).

Para Gil (2019, p. 114), o Recrutamento “[...] consiste num processo que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização”. Segundo o autor, esse recrutamento pode ocorrer dentro da própria empresa, através de cartazes, por recomendação, agências de emprego, anúncios, ou outras maneiras que forem efetivas para a organização. A segunda fase desse processo é a Seleção, que, para o mesmo autor, visa a identificar as características dos candidatos captados no recrutamento. Para o autor, essa identificação ocorre por meio de entrevistas, testes, análise de currículo, entre outras.

O Departamento de Pessoal “[...] tem por objetivo efetivar todos os registros legais e necessários para a administração burocrática exigida pelas práticas administrativas e pelas legislações que regem a relação capital e trabalho” (MARRAS, 2016, p. 183). Para o autor, as duas principais funções deste subsistema são: a) admissões de novos empregados, que recebe toda a documentação do futuro funcionário e o registra na empresa; e b) demissões de empregados, que regula a situação do funcionário, verificando pendências,

retirando seu nome do quadro da empresa, e encerramento do seu contrato. As Relações Trabalhistas compõem outro subsistema, que são assim denominadas por

[...] responderem pelo planejamento e execução de programas relacionados à área trabalhista-sindical, bem como pela prestação de assessoria a todas as áreas da empresa, situadas em linha ou em staff, em questões referentes às políticas e diretrizes no campo das relações entre capital e trabalho e no correto cumprimento e interpretação de normas legais ligadas a esses cenários (CLT, leis complementares, acordões, convenções coletivas de trabalho e outro) (MARRAS, 2016, p. 231).

Sendo assim, a importância da área de GP deve ser ressaltada, bem como as suas diversas funções e atribuições. Neste trabalho, enfatiza-se o subsistema de treinamento e desenvolvimento, que se define no item a seguir.

### **Treinamento e desenvolvimento (T&D)**

Quando se trata de treinamento e desenvolvimento, Boog (1999, p.127) afirma que “[...] usando métodos mais ou menos sistemáticos, leva alguém a ser capaz de fazer algo que ele nunca fez antes, e fazê-lo sem a assistência de quem ensina”, ou seja, transferir o conhecimento de pessoa para pessoa, de maneira organizada e planejada.

Treinamento pode ser definido como “[...] o esforço planejado de uma empresa para facilitar o aprendizado de competências, conhecimentos, habilidades e comportamentos relacionados ao trabalho” (NOE, 2015, p. 20). Ou, ainda, como cita Marras (2016, p. 133) “[...] treinamento é um processo de assimilação cultural de curto prazo, cujo objetivo é repassar ou reciclar Conhecimentos, Habilidades ou Atitudes (CHA) relacionados diretamente à execução de tarefas ou à sua otimização no trabalho”. Barbieri (2016, p. 100) concorda com a afirmação quando cita que “[...] o treinamento é focado em conhecimentos, habilidades, competência e performance no exercício do cargo”.

A importância do treinamento, segundo Barbieri (2016), se deve ao fato de que as organizações estão inseridas num contexto de economia global, e o aperfeiçoamento dos funcionários deve ser um processo contínuo, garantindo competitividade para as empresas. O autor ainda comenta sobre a necessidade

de adequação das práticas de treinamento para cada organização, pois todas possuem necessidades e características diferentes.

Chiavenato (2016b, p. 39) explica que “[...] treinamento é educação institucionalizada, ou não, que visa a adaptar a pessoa para o exercício de determinada função ou para a execução de tarefa específica em determinada organização”. O mesmo autor pontua que o treinamento, atualmente, tem se limitado a questões mais técnicas e mecânicas, e por consequência, a níveis operacionais; por outro lado, o desenvolvimento se direciona para cargos gerenciais, com perspectivas de longo prazo e abordando temas mais genéricos. Já o desenvolvimento, segundo Noe,

[...] é semelhante ao treinamento, porém mais focado no futuro. Ele engloba tanto treinamento quanto educação formal, experiências de trabalho, contatos e avaliações de personalidade, habilidades e talentos que ajudem o funcionário a se preparar para futuros empregos ou funções (2015, p. 20).

Segundo Moreira (2007, p. 326), “[...] a responsabilidade do treinamento e desenvolvimento do novo profissional é sempre do gestor, tendo o apoio e o suporte das áreas específicas.”. Noe (2015, p. 73) reforça essa ideia quando afirma que as “[...] atividades de treinamento e desenvolvimento são oferecidas por instrutores, gerentes, consultores e funcionários especialistas”, fazendo com que estes tenham maior segurança e clareza no conteúdo abordado. O autor ressalta, ainda, que o sucesso do treinamento fica a cargo do ARH e suas funções; porém, há a necessidade de apropriação da responsabilidade do treinamento por parte de alguém, podendo ser dos gerentes, especialistas ou mesmo funcionários mais antigos e com maior experiência. Contudo, de acordo com Chiavenato (2016b, p. 39), “[...] nas empresas, é delegado geralmente ao nível do chefe imediato da pessoa com a qual ela está trabalhando ou mesmo por um colega de trabalho.”.

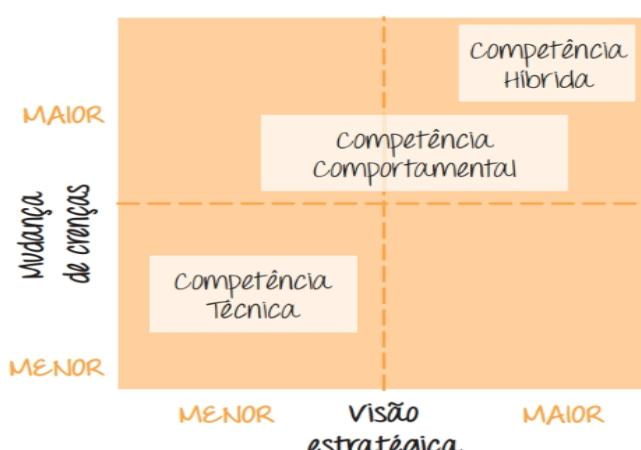
Todo o treinamento deve ser ministrado por responsáveis, fazendo que as competências sejam repassadas e aprendidas. Portanto, segundo Chiavenato (2016a, p. 218) define-se que “[...] a competência é o conjunto de habilidades e tecnologias aplicadas de maneira integrada e convergente.”. Madruga (2018, p. 13) divide os treinamentos por competências em três tipos: a) treinamento de competências técnicas, b) treinamento de competências comportamentais e, c)

treinamento de competências híbridas. O primeiro tipo, “[...] as competências técnicas, tem um papel fundamental por permitir que as pessoas utilizem melhor os mecanismos para aumentar sua eficiência e eficácia, podendo chegar à tão almejada efetividade”. Como esse tipo de treinamento possui uma verificação de resultado mais fácil, acaba sendo o que possui maior foco pelas organizações, contudo, ainda existem os outros dois tipos.

O segundo tipo, de acordo com Madruga (2018), é o treinamento para competências comportamentais, que “[...] significa modificar características e valores pessoais, o que, de fato, é uma tarefa árdua e de longo prazo, contudo comprovadamente possível”. E aproveita para citar alguns exemplos de desenvolvimento dessas competências como: autoconfiança, resolução de problemas, empatia, trabalho colaborativo, espírito de equipe, valorização das diferenças, entre outras.

O terceiro tipo apresentado por Madruga (2018, p. 16) é o treinamento de competências híbridas, que são “[...] capacitações que trazem para as pessoas novos conhecimentos, habilidades e atitudes, causando mudanças na forma de ver e sentir o mundo que as cerca e, assim, seguir adiante e galgar oportunidades profissionais e pessoais”. Essas competências, ou tipo de treinamento, são mais complexos, pois mesclam capacitação tanto da parte técnica como comportamental, potencializando os resultados dos indivíduos.

Figura 1 – As diferentes mudanças em crenças e visão estratégica ocasionadas por treinamentos em competências técnicas, comportamentais e híbridas



Fonte: Madruga (2018, p. 17).

Na Figura 1 ilustra-se o caminho das competências e seus respectivos possíveis treinamentos, que podem ser ofertados na organização. Na imagem, percebe-se que o nível das competências aumenta, bem como a contribuição para a empresa, resultando numa melhor visão estratégica e mudanças de crenças. Também observa-se, na Figura 1, que o primeiro nível a ser desenvolvido é o de competência técnica, passando pela comportamental, até chegar-se às competências híbridas. Assim, para que se realize o treinamento, existem algumas etapas a serem seguidas, que Moraes (2017) elenca como: definição das necessidades de treinamento, planejamento do programa, aplicação e execução e, por fim, a avaliação dos resultados obtidos a partir dos *feedbacks*.

## **Equipe comercial**

A equipe comercial – ou de vendas – é conceituada por meio do seu processo, que são as vendas. Para Castro (2018, p. 21), esse processo é constituído de sete passos, por meio dos quais os vendedores realizam as vendas. Esse autor comenta ainda que “[...] estes passos são os relacionados às vendas proativas (venda na qual o vendedor busca o cliente) e não à venda reativa (venda na qual o vendedor é procurado pelo cliente). Esta distinção é essencial porque o processo de vendas pressupõe um vendedor que busca negócios”.

Na Figura 2, exemplifica-se o processo de vendas citado por Castro (2018).

**Figura 2 – Processo de Vendas**



Fonte: Castro (2018, p. 21).

Para Moreira (2007), a equipe comercial é responsável por vender os produtos/serviços para o consumidor, obtendo resultados financeiros para a organização. Além disso, existem fatores a serem considerados no fluxo: os canais de comunicação, informando os potenciais clientes sobre os serviços/produtos, e o *feedback* do mercado sobre estes, fazendo com que a organização execute as correções necessárias para adequação da estratégia.

Com tantas atribuições e atividades, além de estar na maior parte do tempo frente a frente com clientes, o profissional de vendas necessita de treinamentos desde que entra na empresa. Por isso, Castro (2018, p. 195) afirma que os “[...] treinamentos em vendas são feitos com relação a características de produtos, dos clientes, da própria empresa, do mercado ou sobre técnicas de vendas”. Por outro lado, segundo Moreira (2007, p. 323), o treinamento possui um foco mais amplo, pois “[...] o que se busca é o desenvolvimento do profissional de vendas com o objetivo básico de prepará-lo e desenvolvê-lo constantemente para que melhor atue no mercado e atenda o cliente..

Portanto, a equipe comercial necessita de treinamento constante; como destaca Alvarez (2008), esses profissionais, antes de identificarem as necessidades dos clientes, precisam sanar as suas próprias, pois os vendedores possuem um papel fundamental dentro das empresas, sendo responsáveis pelo maior contato com o mercado e recebem diretamente o *feedback* deste.

## **Método**

A metodologia adotada no presente trabalho é a qualitativa, que segundo Takahashi (2013) se configura pela utilização de multimétodos de pesquisa, com o objetivo de entender os fenômenos humanos e sociais.

O procedimento técnico utilizado foi o de estudo de caso, que, segundo Cooper (2016, p. 168), é “[...] uma metodologia de pesquisa poderosa que combina entrevistas individuais e (às vezes) em grupo com análise de registros e observação”. Esse procedimento, de acordo com o autor, tem por consequência o relatório e a análise detalhada de uma organização ou processo específico. Escolheu-se tal metodologia já que o estudo em questão tem como foco um grupo específico, com número limitado de público-alvo, possibilitando o entendimento mais profundo sobre o contexto geral. Desta forma, se consegue

ter uma riqueza de detalhes maior, fazendo com a análise *a posteriori* seja mais qualificada.

Devido aos objetivos do trabalho, o método escolhido, a coleta de dados, se deu por meio de entrevistas individuais, que podem ser expressas como levantamento de informações, pela revisão bibliográfica e observação no ambiente de trabalho. O roteiro da entrevista focou-se na abordagem dos pontos relacionados ao treinamento e desenvolvimento antes deste trabalho, além do levantamento das necessidades para o programa de T&D. A área comercial da empresa Alfa foi o objeto de pesquisa, no qual os entrevistados foram o gerente comercial, executivos de conta e assistentes, além do gerente executivo. Todos os respondentes tiveram acesso e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de Confidencialidade. E, a observação no ambiente de trabalho ocorreu durante o período de estágio, de março a junho de 2019, geralmente entre das 8 horas e às 18 horas, por meio de coleta de informações através da vivência no cotidiano na organização.

Já a análise dos dados foi realizada a partir da transcrição das entrevistas, com a leitura e a construção do mapa de palavras e assuntos que mais foram ressaltados pelos entrevistados. Como meio principal de análise, a interpretação das falas possibilitou identificar os pontos críticos, bem como propostas para melhorá-los. Além desta, outra análise efetuada foi a documental, com entendimento e compreensão dos materiais disponíveis sobre treinamento e desenvolvimento dentro da área de estudo, na organização.

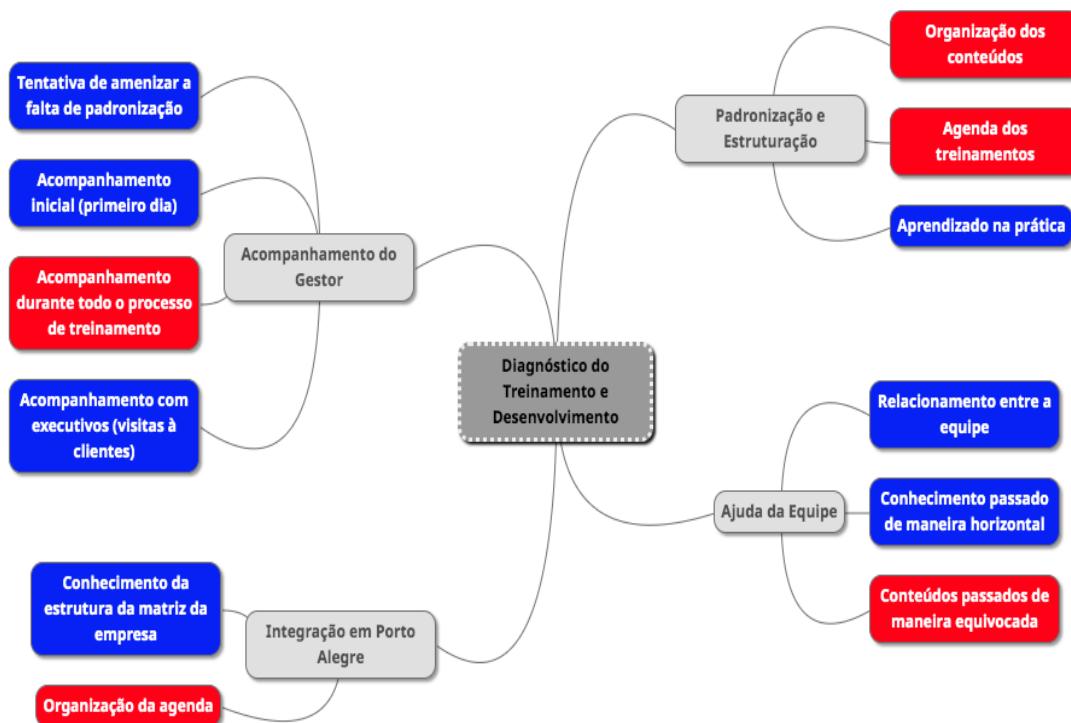
## **Apresentação e análise dos resultados**

O diagnóstico se deu por meio das entrevistas individuais realizadas no mês de maio. Os respondentes apresentaram diversos pontos de vista, e todos aqueles relevantes para este trabalho são expostos para elucidar o que deve ser melhorado, bem como o que já está consolidado como uma boa prática.

Nas entrevistas, os respondentes mostram questões positivas que já são realizadas nos treinamentos, e, por outro lado, destacam o que precisaria de melhoria e atenção para que o processo consiga atender as expectativas da organização e do novo funcionário. Aliada a isso, está a vivência e a experiência do estagiário, que permitiram uma análise mais aprofundada de cada ponto.

Para uma melhor visualização sobre os comentários dos entrevistados, na Figura 3 apresenta-se o mapa dos tópicos mais relevantes sobre o tema.

Figura 3 – Mapa de diagnóstico do treinamento e desenvolvimento



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Os pontos apresentados na Figura 3 foram divididos de acordo com a ocorrência e relevância para o estudo, ou seja, a Padronização e Estruturação do treinamento vem em primeiro lugar, seguidas do Acompanhamento do Gestor, em seguida a Ajuda da Equipe e, por último, a Integração em Porto Alegre. Cada ponto apresenta características positivas (azuis) e negativas (vermelhas), conforme as opiniões dos entrevistados.

A partir do exposto, a sugestão de melhoria divide-se entre a Matriz de Treinamento Inicial (MTI) e Indicadores de Avaliação do Treinamento. A MTI é, por essência, um roteiro a ser seguido por todo o novo funcionário, e serve como orientador para que o mesmo saiba com quem falar, e até quais conteúdos serão passados a ele. Para os responsáveis pelos treinamentos, a ferramenta serve como balizador de tempo necessário e quais conteúdos devem ser ministrados.

No final da explanação de toda a Matriz, sugerem-se indicadores de avaliação, com o objetivo de dar maior formalidade e gestão sobre o programa de treinamento, além da oportunidade da realização de ajustes e correções para os próximos funcionários, que entrarem na empresa.

### **Matriz de treinamento inicial (MTI)**

A matriz de treinamento inicial é uma ferramenta que possibilita à empresa e ao novo funcionário uma padronização e estruturação sobre o treinamento realizado. A sua estrutura visa a contemplar todos os conteúdos relevantes para quem entrar na organização. Ressalta-se que a MTI não é algo rígido e, ao longo do tempo, podem ser necessários ajustes e melhorias.

As informações são divididas no cabeçalho, tendo como base uma estrutura semelhante à matriz 5W2H, apresentando responsáveis, data, conteúdo, entre outros (Quadro 1).

Quadro 1 – Cabeçalho da MTI

Data	Área	Treinamento	Responsável	Conteúdos	Duração Aproximada	OK
------	------	-------------	-------------	-----------	--------------------	----

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

De acordo com o apresentado no Quadro 1, o cabeçalho é composto de: data sugerida para a realização do treinamento; área envolvida no treinamento em questão; título do treinamento; responsável por ministrar o conteúdo; descrição dos conteúdos; tempo aproximado de duração total; e um campo para o OK do ministrante, a ser preenchido com a sua rubrica ou assinatura, para verificação no final do processo.

A ordem dos treinamentos foi determinada de acordo com a linha de aprendizagem mais próxima da ideal. Contudo, nada impede que os treinamentos sofram alterações na sua disposição, mesmo que isso acarrete adequação das partes (funcionário e ministrantes).

No final da MTI são descritas as orientações para o novo funcionário, a fim de explicar o seu funcionamento, bem como o posicionamento da empresa a respeito da importância desse primeiro processo de treinamento. As informações contidas na MTI têm o intuito de dar clareza e segurança a todos

que entram na organização, e que, mesmo com a agenda tranquila, ainda haverá tempo para aprendizado, sendo a forma de trabalho transmitida aos poucos, para não ocorrer atropelos de informações e conhecimentos.

É importante mencionar que o responsável por ajustar, imprimir e entregar a MTI para todo o novo funcionário da equipe comercial é o gestor; caso o mesmo esteja indisponível, o assistente comercial pode realizar este trabalho.

### **Indicadores de avaliação de treinamento**

Os Indicadores de Avaliação de Treinamento são utilizados para mensurar o resultado do treinamento inicial com os novos funcionários, medindo o desempenho, a efetividade e gestão. De acordo com Noe (2015, p. 361), “[...] os indicadores do treinamento referem-se às medidas que a empresa utiliza para avaliar os programas de treinamento. A avaliação do treinamento é o processo de reunir os resultados necessários para determinar se o treinamento é eficaz”.

Dessa forma sugerem-se três indicadores para o processo de treinamento inicial com novos funcionários da equipe comercial, são eles: Tempo de Execução dos Treinamentos; Satisfação com o Treinamento; e Avaliação de Competências pelo gestor.

O indicador de Execução dos Treinamentos visa a mensurar a realização de todos os treinamentos previstos dentro do período estipulado, ou seja, que todos os treinamentos aconteçam nos dias previstos. Tal indicador tem como fundamento a “Taxa de Cumprimento da Meta de T&D” (MADRUGA, 2018, p. 243). Assim, o cálculo do indicador é medido a partir da equação entre o tempo de realização dos treinamentos e o tempo previsto para a realização dos treinamentos, vezes 100. A meta para esse indicador é de 100%, pois demonstrase o total de dias que está sendo respeitado ou não. Caso haja divergências no atingimento da meta, o número de dias da MTI deve ser revisto, para que se tenha coerência entre o tempo total do treinamento inicial padrão e o que está sendo executado.

### **Satisfação com o treinamento**

O indicador de Satisfação com o Treinamento, de acordo com Madruga (2018, p. 245), tem como premissa “[...] mensurar qual foi a satisfação dos

treinando no final da capacitação realizada quanto aos quesitos instrutor, infraestrutura, material didático, pertinência, carga horária, etc.” Para o preenchimento do indicador, a fórmula prevista deve ser obtida a partir da ficha de avaliação do treinamento, preenchida pelo novo funcionário a respeito da satisfação do mesmo quanto aos instrutores, conteúdo, a estrutura, os materiais e o tempo de duração, etc., conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Ficha de avaliação do treinamento

Variáveis	Avaliação										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Satisfação quanto a (à) (ao):											
Conhecimento e domínio sobre o conteúdo dos instrutores											
Didática dos instrutores em repassar o conteúdo											
Entendimento e compreensão dos conteúdos para a rotina de trabalho											
Organização dos conteúdos											
Estrutura física (salas, projetor, quadro, etc.) adequada											
Acesso aos materiais (vídeos, apresentações, sites, logins)											
Materiais atualizados e dispostos de maneira correta, com fácil compreensão											
Tempo total de duração do treinamento											
Geral											
Observações, críticas ou comentários											

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

De acordo com o exposto no Quadro 2, o indicador de Satisfação com o Treinamento possui desmembramentos que podem ser úteis para futuras correções e ajustes. A mensuração de todo o indicador leva à gestão um olhar sobre os principais fatores que podem estar em descompasso no treinamento inicial de um novo funcionário da equipe comercial.

## **Avaliação de competências pelo gestor**

O último indicador sugerido tem um cunho qualitativo, pois, apesar da importância dos números, a avaliação do gestor auxilia no momento de planejar e executar o treinamento inicial. Portanto, a Avaliação de Competências pelo gestor é feita pelo gerente comercial a respeito do novo funcionário, levando em consideração as competências técnicas que o mesmo pode desenvolver.

As competências técnicas, de acordo com Madruga (2018), são as que necessitam de menor mudança de crenças e visão estratégica, portanto são as primeiras que devem ser aprendidas pelo Novo Funcionário. Para direcionar a avaliação do gestor, no Quadro 3 expõe-se as competências técnicas que devem ser verificadas.

Quadro 3 – Ficha de avaliação das competências técnicas do novo funcionário

Itens avaliados	Avaliação			
	Não desenvolvida	Em desenvolvimento	Desenvolvida	Observações
O novo funcionário demonstra conhecimento dos veículos da empresa Alfa com atuação local				
O novo funcionário demonstra conhecimento sobre todos os veículos da empresa				
O novo funcionário utiliza as ferramentas comerciais				
O Novo Funcionário conhece e pratica a política comercial				
O novo funcionário conhece e pratica a venda consultiva				
O novo funcionário conhece as práticas de OPEC				
O Novo Funcionário conhece as práticas de <i>marketing</i>				
O novo funcionário demonstra conhecimento das normas, práticas de desenvolvimento e competências da empresa				

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No Quadro 3 apresentam-se todas as avaliações possíveis (não desenvolvida, em desenvolvimento, desenvolvida e observações), para que o

gestor possa verificar se o novo funcionário demonstra, em todas as suas atitudes e abordagens, conhecimentos sobre o que foi repassado durante o treinamento ao mesmo.

## **Considerações finais**

Este estudo teve como objetivo principal elaborar um programa de treinamento e desenvolvimento para novos funcionários da área comercial da empresa Alfa, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. E, para tanto, definiram-se quatro objetivos específicos que, se atingidos, fariam com que toda a proposta do trabalho fosse alcançada.

Por meio da análise bibliográfica de todos os autores citados neste relatório, bem como a pesquisa aprofundada sobre a organização, através da sua rotina de trabalho, convivência com outros funcionários, além de uma experiência de quase três anos de trabalho do autor na empresa Alfa, fizeram com que o processo para este estudo fosse mais fácil. A definição do tema envolveu necessidade da empresa, em que o estagiário pudesse realmente colaborar com o seu estudo. Ainda, a construção do trabalho foi sendo construída a partir de *feedback* entre os gestores da organização e membros da equipe comercial.

As falas dos entrevistados auxiliaram na construção do mapa de tópicos mais relevantes sobre o tema central e, a partir dali, demonstraram-se os quatro pontos principais: a Padronização do Treinamento, o Acompanhamento do Gestor, a Ajuda da Equipe e Integração. Dessa forma, atingiu-se o primeiro objetivo específico, de levantamento das necessidades para o treinamento de um Novo Funcionário da equipe comercial.

Após o diagnóstico, elaborou-se a Matriz de Treinamento Inicial (MTI), contemplando todos os tópicos necessários para o aprendizado de quem entrar na área comercial da empresa. A ferramenta MTI foi disponibilizada para a empresa, como forma de auxiliar no planejamento e na execução dos treinamentos para novos funcionários. Dentro dessa matriz, há diversas informações, conteúdos e áreas abordadas. No Quadro 4 apresentam-se as etapas resumidas da MTI para uma visualização sintética.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Quadro 4 – MTI sintetizada

Data	Área	Treinamento
1º dia	Institucional	Integração
		Office 365
		Apresentação da empresa
2º dia	Comercial	Apresentação do comercial
		TV
		Rádio A
3º dia	Comercial	Rádio B
		TV
		Rádio A
		Rádio B
4º dia	Comercial	Rotinas comerciais
		Jornal A
5º dia	Comercial	Jornal B
		Ferramentas comerciais
6º dia	Comercial	Política comercial
		Venda consultiva
		OPEC Rádio A
		OPEC Rádio B
		OPEC digital
7º dia	OPEC	OPEC jornais
		OPEC TV
10º dia	Marketing	Marketing
11º dia	Gestão	Desenvolvimento
12º dia	Gestão	Conclusão

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A partir da conclusão da MTI e utilização da mesma por parte da empresa, foram alcançados os próximos dois objetivos específicos: planejar e organizar o treinamento para novos funcionários.

Com a exposição dos indicadores, atingiu-se o último objetivo específico, que era justamente sugerir métodos de avaliação e mensuração dos resultados do novo modelo de treinamento para novos funcionários. Portanto, a partir desse momento, todo o objetivo geral do presente estudo é atingido.

Este trabalho poderá ser melhor explorado em abordar outras questões e sugerir ainda mais melhorias. Dessa forma, sugere-se a realização de dois outros

trabalhos. O primeiro sobre a efetividade do treinamento aqui proposto, depois de um tempo de realização, e a segunda sugestão de trabalho refere-se a como integrar esse processo com todo o formato de gestão da empresa Alfa.

#### **Referências**

ALVAREZ, F. **Gestão eficaz de equipe de vendas:** venda mais adequando sua equipe aos clientes. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARBIERI, U. **Gestão de pessoas nas organizações:** conceitos básicos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2016.

BOOG, G. **Manual de treinamento e desenvolvimento** ABTD. 3. ed. São Paulo: Pearson Markron Books, 1999.

CASTRO, L. **Administração de vendas:** planejamento, estratégia e gestão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CHIAVENATO, I. **Administração de recursos humanos:** fundamentos básicos. 8. ed. Rev. e Atual. Barueri, SP: Manole, 2016a.

CHIAVENATO, I. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos:** como incrementar talentos na empresa. 8. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2016b.

COOPER, D. **Métodos de pesquisa em administração.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas:** enfoque nos papéis estratégicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MADRUGA, R. **Treinamento e desenvolvimento com foco em educação corporativa.** São Paulo: Saraiva, 2018.

MORAES, M. **Treinamento e desenvolvimento:** educação corporativa: para as áreas de saúde, segurança do trabalho e recursos humanos. São Paulo: Érica, 2011.

MARRAS, J. **Administração de recursos humanos:** do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MOREIRA, J. **Administração de vendas.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NOE, RAYMOND. **Treinamento e desenvolvimento de pessoas:** teoria e prática. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

TAKAHASHI, A. **Pesquisa qualitativa em administração:** fundamentos, métodos e usos no Brasil. São Paulo: Atlas, 2013.

# 34

## O protecionismo no setor de bebidas e tabaco: uma simulação aplicada com o modelo de equilíbrio geral

Mosár Leandro Ness<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o impacto da importação entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina e o restante do Mundo, destacando as regiões específicas dos Estados Unidos, da China e da União Econômica Europeia. A construção da simulação que é utilizada no modelo de equilíbrio geral computável (EGC) – *Global Trade Analysis Project (GTAP)* será adotada uma estrutura de mercado de competição perfeita e retornos constantes de escala. Os resultados revelam que a adoção de uma política protecionista, que limite as importações no segmento de bebidas e tabaco, não foi benéfica para o Brasil, já que o mesmo teve uma piora nos efeitos alocativos, termos de troca e efeito líquido.

**Palavras-chaves:** Brasil. China. União Europeia. GTAP.

### Introdução

Ao longo dos últimos 60 anos, a economia mundial experimentou um intenso processo de transformação em suas estruturas institucionais e de produção. Nesse período, sistemas econômicos desapareceram, uma nova ordem econômica internacional surgiu com a intensificação do processo de globalização, e os países passaram a conviver com crises e momentos de expansão que possuem características distintas de momentos anteriores (KOSE *et al.*, 2003, 2005).

A nova ordem econômica mundial interpõem às nações a necessidade de maior nível de integração entre as economias. O caso da América Latina se torna emblemático; de acordo Bonne *et al.* (2018), países como Chile e Colômbia vem formando Acordos Preferenciais de Comércio (APC), com diversos países e blocos. Enquanto isso, o Brasil se mantém atrelado à rigidez do Mercosul, que proíbe APC entre seus membros, se as mesmas não forem referendadas por todos os países-membros. O prejuízo se torna claro; há isolamento desses em relação ao comércio mundial.

Wonnacott (1994) justificou que o comércio internacional pode ser uma força desestabilizadora por dois motivos. De um lado, as variações de preços ocorridas em mercados de bens internacionais, como o petróleo, podem originar

---

<sup>1</sup> Doutorando de Economia Internacional- PPGE/UNISINOS.  
<http://lattes.cnpq.br/1637009666710303>. E-mail: mlness@ucs.br

um choque de oferta interno provocando uma crise e em seguida uma depressão. De outro lado, as fases de expansão de um país podem influenciar positivamente outro país que mantenha relações comerciais, já que as exportações tendem a ser influenciadas positivamente. De forma inversa, se as exportações apresentam-se aumentando a renda do país de origem, as importações podem diminuir as flutuações. Se de um lado enquanto as exportações apresentam um efeito multiplicador sobre o produto e a renda, de outro lado as importações tornam-se estabilizadoras por representar um vazamento estabilizador que flui do fluxo de absorção interna. Nesse caso, quanto maior for a propensão marginal a importar, menor será o multiplicador, e o produto nacional seria mais estável. Os contrastes do comércio internacional tornam-se, portanto, plausíveis na medida em que o livre fluxo de capitais e produtos entre países tende a tornar os mercados mais perfeitos e complementares.

A maioria dos trabalhos que se referem a ciclos econômicos abordam o comportamento das economias industrializadas, em específico os países do G7. De uma forma geral, os resultados apontam para redução do nível de volatilidade e, com isso, uma suavização do comportamento dos ciclos econômicos. Já em relação ao ambiente econômico, observou-se que a influência dos choques internacionais diminui comparativamente no período 1980 a 1990, em relação ao que era verificado na década de 1960. A razão para esse fato se encontra no aumento do volume de comércio e na integração entre os países mais industrializados. Alguns estudos evidenciaram que o aumento do volume de comércio intrarregional, especialmente na forma de comércio intraindústria, foi um importante fator a explicar o grau de sincronia no ciclo dos negócios, em especial na Ásia e na Europa (SHIN; WANG, 2003; BÖWER; GUILLEMINEAU, 2006).

Mas, se, por um lado, há uma harmonização em termos do comportamento das economias do G7, de outro, o impacto de choques estruturais demonstra ter uma capacidade de se irradiar de forma rápida e afetar todas as demais economias provocando distúrbios de alta intensidade nas flutuações dos sistemas econômicos (KOSE *et al.*, 2005). A integração entre países desenvolvidos e emergentes, intensificada a partir de 2001, também suscitou a ideia de pesquisar os movimentos cíclicos de outras regiões

(MENDOZA, 1995; CORREA, 2003; CORREA *et al.*, 2004; KOSE, 2008), que indicam a existência de características semelhantes quanto ao movimento dos agregados econômicos.

Outro ponto importante é a identificação dos fatores externos que são comuns a esses países ou, então, se um choque em um país tem o poder de afetar o ciclo nos demais. Tal observação pode ajudar a compreender se a natureza de choques externos afeta de maneira comum o ciclo entre as diferentes economias. Dentre os motivos apontados para se estudar a existência de fatores regionais comuns, está o fato de que a posição geograficamente próxima entre esses contribui para aumentar a probabilidade de que sejam afetados pelos choques regionais, como, por exemplo, aqueles relacionados ao clima.

A história econômica da América Latina mostra que, desde o início da década de 1980, diversas reformas estruturais, políticas e institucionais foram implementadas nos países que formam o continente. Nesse caso, destaque para o Chile e México, que intensificaram seu processo de integração comercial; promoveram mudanças no mercado financeiro interno e permitiram a entrada de capitais; no Brasil, com a estabilização monetária de meados da década de 1990, a maior transparência nos dados do setor público dentre outras. Apesar dos avanços, há momentos em que foi possível identificar alguns retrocessos, em especial na Argentina, com o *default* de dívida no início da década de 2000.

A contribuição deste artigo é identificar e analisar os efeitos sobre a produção, o comércio e bem-estar, considerando a adoção de elevação da tarifa de importação entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina e o restante do mundo, destacando as regiões específicas dos Estados Unidos, da China e União Econômica Europeia. A construção das simulações que são utilizadas no modelo de equilíbrio geral computável (EGC) – *Global Trade Analysis Project (GTAP)* será adotada uma estrutura de mercado de competição perfeita e retornos constantes de escala. Uma das características interessantes na utilização desses modelos, refere-se à possibilidade de criação de inúmeros cenários.

O presente artigo é organizado da seguinte forma: a segunda seção apresenta uma breve revisão teórica sobre a integração latino-americana e a literatura que trata do modelo de equilíbrio geral computável (EGC) – *Global Trade Analysis Project (GTAP)*. Ainda nessa seção, é feita uma breve descrição da

produção de uva e vinho no Brasil. Na terceira seção, é apresentada a metodologia referente aos modelos de equilíbrio geral. Na quarta seção, são analisados os resultados obtidos por meio do modelo de Equilíbrio Geral Computável, suas simulações. Por fim, na quinta seção são feitas as considerações finais deste estudo.

## **Fundamentação teórica**

O interesse do tema integração econômica vem dominando a discussão ao longo dos últimos anos. A partir da década de 1990, esse assunto se amplificou em razão da necessidade de ajuste por parte das economias ao novo cenário econômico mundial. Embora ele já tenha sido alvo de diferentes correntes de pensamento, não se pode afirmar que esteja esgotado, mesmo porque sempre que um setor da economia se sinta acossado pela concorrência estrangeira, é retomada a ideia de proteção, seja pela imposição de uma tarifa, quota ou outro mecanismo de restrição às importações.

De acordo com Braga (2003), o argumento para proteção da indústria local, reside no fato de buscar-se eliminar a dependência externa, também conhecido como substituição de importações. A literatura a respeito do tema considera esse movimento como ineficiente, já que ele impede a economia de captar os benefícios do livre-comércio. Entre os argumentos contrários destaca-se o fato de o processo negligenciar os ganhos da exploração das vantagens comparativas, a não identificação da indústria que trabalha com rendimentos de escala e a origem desse, se é na mão de obra ou no capital. Existe também o fato de que a política de incentivos seja direcionada por outros fatores que não a eficiência econômica. É sabido também que as tarifas que reduzem as importações limitam a possibilidade de exportações, envolvendo a economia em um circuito fechado de proteção, baixa produtividade o que limita o crescimento econômico.

Como visto, o processo puro de substituição de importações pode ser nocivo ao crescimento econômico; no entanto, Braga (2003) argumenta que, mesmo a liberalização comercial é controversa, já que não existe por parte da sociedade o consenso de que essa medida seria benéfica. Dissemina-se na sociedade uma visão negativa, da liberalização comercial, grupos de interesse tratam de descharacterizar a proposta, enfatizando somente os efeitos negativos.

Todavia, as resistências são amenizadas, quando o processo de liberalização comercial é concomitante ao movimento de reestruturação produtiva. Surge então a proposta de uma integração econômica inclusiva, que teria por objetivo atenuar a vulnerabilidade externa dos países envolvidos com aumento das alternativas de exportação. Fica claro, portanto, que a vulnerabilidade não poderia ser superada dentro do processo de substituição arbitrário, que não contribua para a criação de uma indústria eficiente.

Para Morais *et al.* (2018), ao comentar sobre o comércio entre países, se referiu às ondas no processo de integração. A primeira onda se fundamenta nos trabalhos dos economistas estruturalistas latino-americanos, sendo os mesmos favoráveis a uma integração do tipo Sul-Sul. Os ganhos seriam equilibrados e ajudariam os países desenvolvidos a superaram as dificuldades, se industrializarem e ampliar o mercado de fatores de produção. A mesma corrente estruturalista revela as assimetrias na distribuição dos ganhos, quando o comércio é feito Norte-Sul. Nesse caso, os ganhos do comércio tendem a beneficiar os países do Norte em função dos termos de troca que os beneficiariam. De acordo com os estruturalistas, uma das formas de corrigir o problema seria a criação de APCs, já possibilitaria a ampliação da escala de produção em razão do aumento do tamanho do mercado.

A segunda onda, de acordo com Morais *et al.* (2018), seria uma resposta que os países dariam à crescente sofisticação do comércio Sul-Sul, já que estaria ocorrendo a intensificação da relação capital e trabalho qualificado nessa corrente. O contraponto seria a possibilidade criada quando do comércio Norte-Sul, de se transferir tecnologia por meio desse fluxo. A corrente pessimista, aponta o legado que o processo de substituição de importações, seria o responsável pelo excesso de produção destinada a atender países de renda mais baixa, o atraso decorreria da baixa qualidade da produção. O que levaria a um estrangulamento futuro dos mercados. De acordo com essa corrente de pensamento, o ideal para os países do Sul seria a prática do multilateralismo comercial; assim o leque de opções seria ampliado.

Segundo Bonne *et al.* (2018) o Mercosul tem como objetivo a consolidação da integração política, econômica e social entre seus membros. Pretende fortalecer e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população dos países-membro. A integração foi planejada em três fases: 1) redução das tarifas

intrabloco, 1991 a 1994; 2) criação de uma tarifa externa comum (TEC), 1995 a 2005; e 3) eliminação das barreiras à livre-circulação dos fatores de produção a partir de 2006. Todavia, o que se observa é que nenhuma das fases foi totalmente completada. Tão pouco, o Mercosul se tornou uma Zona de Livre-Comércio (ZLC). De acordo com o *General Agreement on Tariffs Trade* (GATT), um APC será considerado ZLC se, no mínimo, 80,0% dos bens transacionados entre os países-membro, forem livres de qualquer tarifa. Outro ponto relevante reside no fato de maior autonomia, por parte de cada país-membro, na condução da política comercial, com a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC).

Ainda de acordo com Bonne *et al.* (2018), não houve uma convergência de todos os produtos para a TEC; foram registradas exceções nos segmentos de: Tecnologia da informação e telecomunicações, açúcar e produtos automotivos. Dos 300 produtos inicialmente permitidos de se manter na lista de exceções, o Brasil manteve 2.053, o Uruguai 2.900, o Paraguai 2.555 e a Argentina com 2.236 produtos, lograram o efeito de fragilizar as relações intrabloco, tanto em termos de ausência de regras de origem, quanto em termos de segurança de acesso ao mercado do bloco. O Mercosul se caracteriza, portanto, não como uma ZLC, mas como uma união aduaneira incompleta. Assim, a integração passa pela estabilidade macroeconômica na região e pela vontade dos Estados nacionais privilegiarem o desenvolvimento do bloco.

No extremo oposto, observa-se uma proliferação pelo mundo de APCs, em parte devido à demora, por parte da Organização Mundial do Comércio (WTO, 2016) em finalizar a Rodada de Doha. China, União Europeia e os demais países asiáticos em 2014 já somavam 121 APCs. Na América Latina, no Chile e México têm 39 acordos, de acordo com Bonne *et al.* (2018). Uma das razões do aumento no número de acordos, refere-se à necessidade de criar regras transparentes que estimulem o comércio internacional e gerem um grau de previsibilidade maior. A prioridade passa a ser a expansão do comércio internacional, amparada na redução ou eliminação das tarifas, harmonização de regras fitossanitárias, que sirvam de estímulo ao mesmo.

Morais *et al.* (2018) comentaram que, a partir dos anos 90, houve um aumento do número de APCs entre os países do Hemisfério Sul. Com isso, ocorreu um aumento do número de estudos visando a identificar o aumento de

bem-estar, a partir desses acordos. Venables (2003 *apud* Morais *et al.*, 2018) concluiu que os ganhos advindos de APCs, entre países em desenvolvimento, tendem a ser maiores para os países que são mais desenvolvidos. A razão se encontra no tipo de produto que é comercializado; de maneira geral são bens industrializados com maior valor agregado. Uma vez estando inserido no acordo, ocorre o que se chama de desvio de comércio, em relação aos países do Norte.

Com o objetivo de avaliar os efeitos sistêmicos de uma redução tarifária total entre o Brasil e outros países da América, Perobelli *et al.* (2018) utilizaram o modelo do *Global Trade Analysis Project* (GTAP) – versão 9, calibrado para o ano de 2011. O trabalho visa a dar continuidade à discussão sobre posicionamento estratégico brasileiro no contexto internacional, e busca avaliar a integração com mercados ainda pouco explorados. Os resultados obtidos apontaram em duas direções, a primeira revela um aumento da demanda doméstica brasileira em setores tradicionais no contexto de comércio internacional do País, como pecuária e alimentos processados. A segunda revelou indícios de aumento da demanda no setor de serviços, o que a juízo dos autores do estudo é positivo para a economia brasileira, já que denotaria uma possível diversificação e o aumento de valor agregado dos setores que compõem o setor exportador brasileiro.

Schunke e Azevedo (2016) avaliaram o possível impacto de uma integração econômica entre Brasil, União Europeia e BRICS, considerando a agregação por intensidade tecnológica para os setores de tabaco e bebidas. O recorte temporal correspondeu ao período de 1991-2011. Os resultados revelaram melhoria dos termos de troca dos produtos primários do Brasil, além de aumentar o nível de bem-estar. Nos setores específicos pesquisados, tabaco e bebidas, ocorreu na simulação um aumento das exportações em ambos os cenários; todavia, no bloco econômico dos Brics os ganhos, nesse segmento, foram significativos.

Os modelos de EGC apresentam uma gama de aplicações, o estudo de Ferreira Filho e Horridge (2006), sobre os níveis de pobreza distribuição de renda no Brasil, foi aplicado com Microssimulação estático, calibrado com os dados da PNAD 2001. Sua base de dados distinguiu na estrutura 112.055 domicílios e 263.938 adultos, 42 atividades produtivas, 52 produtos, e 27 regiões. Tendo por objetivo verificar o impacto das mudanças tarifárias e seus reflexos sobre o nível

de pobreza no país, revelaram, de maneira geral, pouco significativo na redução dessa na sociedade brasileira.

A metodologia EGC pode ser utilizada não somente para simular alterações na estrutura do comércio entre dois países e seus desdobramentos. Akahori e Yamamoto (2017) avaliaram o impacto ambiental advindo da formação da Área de Livre-Comércio da Ásia-Pacífico. Por meio de simulações pode-se observar qual seria o nível de emissão de gases e suas implicações sobre o “efeito estufa” nos países signatários do acordo. A remoção completa das tarifas de importação levou a um incremento no nível de atividade e, consequentemente, uma elevação da emissão de gás carbônico (CO<sub>2</sub>), tanto em nível regional quanto em nível mundial.

Ao analisar o impacto da criação da ALCA e o aprofundamento do MERCOSUL, Azevedo e Feijó (2010) simularam dois cenários, o primeiro entre seu período de criação 1995 e sua consolidação em 2016 com a implantação de uma Zona de Livre-comércio. A segunda simulação, refere-se ao estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum para o MERCOSUL. A conclusão é que em ambas as propostas o Brasil se beneficiaria com ganhos de bem-estar, sendo que esses seriam marginalmente superiores, com a inserção do país na ALCA em detrimento do MERCOSUL.

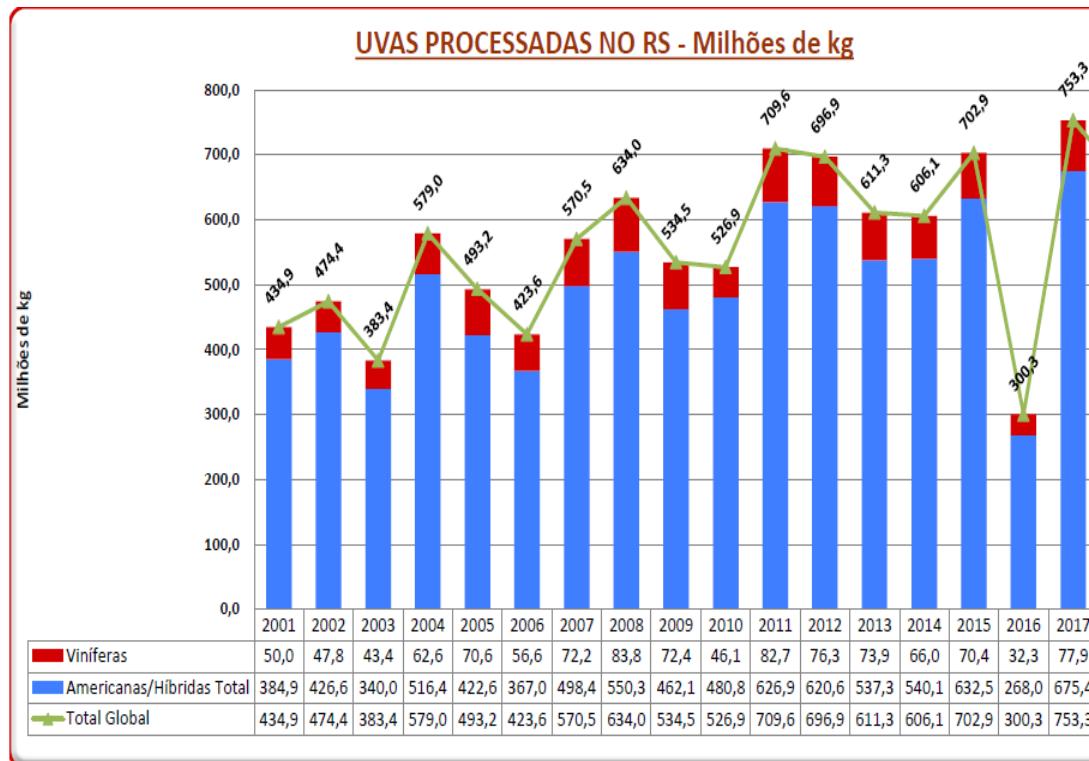
## **A produção e comercialização de produtos de baixa tecnologia**

As mudanças ocorridas na estrutura produtiva mundial interpõe a seus atores a constante reavaliação dos meios e métodos de produção. De acordo com Caldart, Triches e Siman (2004), o estudo das cadeias produtivas permite identificar suas potencialidades e deficiências. A avaliação visa a revelar os aspectos competitivos, as vantagens comparativas, os estrangulamentos setoriais e a necessidade da manutenção do dinamismo.

O Estado do Rio Grande do Sul destaca-se no cenário nacional como produtor de mais de 90,0% dos vinhos e espumantes comercializados no País. Mello (2004) revela que a maior parte da produção é voltada para o vinho, comum, situação que vem se alterando com a especialização da produção. A razão para esse fato decorre da demanda. O Brasil não tem tradição no consumo de vinho apenas 1,5 litros *per capita*, enquanto o de cerveja é de

aproximadamente 50 litros *per capita* ao ano. Essa situação condiciona a produção de uvas em um tipo de varietal mais comum. A Figura 1 abaixo apresenta a produção de uvas no Brasil.

Figura 1 – Produção de uvas no período 2001 a 2018



Fonte: IBRAVIN/MAPA/SEAPI-RS/ Cadastro vinícola.

Na Figura 1 se pode observar que a produção total aumentou entre 2001 e 2018, passando de 434,9 milhões de quilos para 663,20 milhões de quilos, o que corresponde a uma variação de 52,5% no período. A produção da uva tipo americana/híbrida corresponde à maior parte; em 2002 foram produzidas 384,9 milhões de quilos, já em 2018 a produção atingiu 597,7 milhões de quilos, um incremento de 55,3%. A participação dessa no total da produção em 2002 era de 88,5%; em 2018 passou para 90,1%. O que responde em parte à orientação da produção de vinhos comuns. Por outro lado, a produção de uvas viníferas representava 11,5% em 2002, caindo para 9,9% em 2018. Essa queda também revela a orientação da produção de vinhos, para aqueles de menor valor agregado.

Quadro 1 – Produção de vinhos e derivados no Brasil entre 2006 e 2018

Ano	Vinhos viníferas	Vinhos comuns	Outros derivados da uva e do vinho	TOTAL
2006	32,12	185,08	59,13	276,33
2007	43,18	275,25	70,89	389,32
2008	47,33	287,44	93,19	427,97
2009	39,90	205,42	96,50	341,82
2010	27,85	195,25	98,96	321,21
2011	52,20	258,73	151,15	461,07
2012	48,60	213,10	167,28	428,98
2013	48,40	197,90	125,15	371,45
2014	38,46	196,07	140,19	374,72
2015	39,20	210,30	193,00	442,50
2016	20,60	86,41	93,72	200,73
2017	49,31	254,15	181,98	485,44
2018	38,71	218,38	160,67	417,75

Fonte: IBRAVIN/MAPA/SEAPI-RS/ Cadastro vinícola.

O Quadro 1 apresenta a produção de vinhos no Brasil. Como se pode observar, a produção de vinhos está orientada para produtos com baixo valor agregado. No entanto, a partir de 2011 se observa um aumento na produção de outros derivados da uva e do vinho. Nesse grupo se encontra a produção de sucos e espumantes, que vem crescendo. No tocante aos espumantes, a qualidade deles vem aumentando ano a ano, fato que tem colaborado para aumentar a demanda. Segundo Ibravin (2019), o maior volume de importações se concentra nesse mesmo segmento de vinhos espumantes. Já em relação aos sucos, o consumo desses vem ganhando espaço na população, por ser um alimento natural e com baixo teor de açúcar e sódio.

O fato de o Brasil apresentar uma baixa produção de vinhos finos, tem suscitado junto aos produtores a ideia de criação de um mecanismo que sirva de proteção do mercado aos importados e estímulo ao aumento da produção doméstica e de dentro do Mercosul. Cabe, portanto, aqui avaliar se uma política de proteção surtiria o efeito desejado ou não. Na próxima seção, será apresentada a metodologia que envolve os modelos de equilíbrio geral computável.

## Metodologia

A presente seção apresenta a metodologia dos Modelos de Equilíbrio Geral Computável (EGC), além de sua agregação regional e setorial pretendida. O

estudo aqui pretende simular a criação de barreira tarifária que envolva o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai no seguimento de bebidas e tabaco. A ideia é a de verificar qual o impacto da elevação tarifária, em especial sobre o setor de bebidas. A simulação será efetuada com a base de dados da versão 9 do GTAP, que tem como referência o ano de 2011. Nessa simulação o choque correspondeu a zerar as tarifas de importação entre os países do bloco e uma elevação de 35,0% sobre as tarifas de importação para os demais países do restante do mundo. O método numérico utilizado foi de Gragg, a fim de minimizar as possíveis distorções ele associou-se ao método linear de Johansen (HERTEL, 1997).

O EGC pode apresentar diferentes configurações e tamanhos, em geral simulam alterações sobre a demanda e oferta, nível de investimento, fatores de mercado, volume de exportações, importações e arrecadação de impostos. Conforme Schunke (2016) explicou, os modelos podem apresentar-se de forma padrão, um único período, ou singular, plurianual. O modelo padrão tem por característica ser estático, assim se pode comparar cenários antes e depois do choque, mas não é possível observar o processo de ajustamento entre os choques. A mudança intertemporal pode ser percebida, a médio prazo, à medida que se alterem os fatores de produção, e seja repetido o choque, o efeito será delineamento do caminho de expansão, que pode revelar a mudança ocorrida. Assim teremos a resposta sobre a mudanças de salários e rendas de capital, que não irão alterar a resposta sobre produtividade ou a taxa de acumulação de capital.

O modelo de EGC, segundo Azevedo (2008), utiliza uma estrutura de ninho dividida em partes. Na primeira parte, temos a função de produção que assume a condição de substitibilidade zero entre os fatores primários de produção e os insumos intermediários. Nesse caso replica a ideia de Leontief. Na segunda parte, o mix ótimo dos fatores primários torna-se independente dos preços dos fatores intermediários; por outro lado, o mix ótimo de insumos intermediários não varia com os preços dos fatores primários. Assim, tanto os insumos importados quanto os domésticos são diferenciados e discriminados quanto à origem. Assim, as firmas tendem a, inicialmente, determinar o mix ótimo de insumos domésticos e importados, para só então decidir a origem das

importações. Por fim, no nível mais baixo se assume que a elasticidade de substituição será constante entre os insumos importados de diferentes origens.

Conforme Hertel (1997) explicou com relação à função utilidade, existem quatro parâmetros que são: a elasticidade de substituição entre a produção e o consumo; a elasticidade de transformação, que revela o nível de mobilidade dos fatores primários entre os diferentes setores; a flexibilidade de alocação dos investimentos regionais e, por fim, a elasticidade de demanda do consumidor.

### **Agregação setorial e regional**

O presente estudo considera uma agregação setorial composta por sete setores, com destaque para bebidas e tabaco, já as demais permaneceram iguais. O filtro integra os 57 setores que compõem os 57 setores da versão 9 da base de dados do GTAP. Já a agregação regional se divide em oito regiões: Brasil, União Europeia, Paraguai, Uruguai, Argentina, China, Estados Unidos e restante do mundo. O intuito dessa agregação setorial e regional é o de investigar o impacto de uma barreira tarifária entre os países do Mercosul e as demais regiões, com destaque especial para a produção de Bebidas e Tabaco. Os dados setoriais foram agregados conforme classificação de intensidade tecnológica, obedecendo aos critérios da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1984).

De acordo com Schunke (2016), ao comentar a classificação feita pela OCDE para bebidas e tabaco, ela se enquadram no segmento de baixa tecnologia. No contexto deste estudo, ele se encontra em separado dos demais setores, já que se objetiva verificar o impacto que uma tarifa mais elevada provocaria em termos agregados sobre o setor e sobre a economia. Especificamente pretende-se investigar o setor vitivinícola, em razão de sua importância relativa para a região nordeste do estado e para o País.

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

Quadro 2 – Agregação regional e setorial

<b>Agregação regional</b>
* Brasil
* União Europeia (UE28): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia
* Paraguai
* Uruguai
* Argentina
* China
* Estados Unidos
* Restante do mundo: Austrália, Nova Zelândia, restante da Oceania, Japão, Coreia, Taiwan, restante do Leste asiático, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, restante do Sudeste da Ásia, Bangladesh, Sri Lanka, restante do Sul da Rússia, Índia, África do Sul Indonésia, Turquia. Ásia, Canadá, México, restante do Norte da América, Colômbia, Peru, Venezuela, restante do Pacto Andino, Chile, da América do Sul, América Central, da ALCA, Resto do Caribe, Suíça, da Associação Europeia de Livre-Comércio, da Europa, Albânia, da antiga União Soviética, do Oriente Médio, Marrocos, Tunísia, da América do Norte, Botswana, do Sul africano, Malaui, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe, Resto da SADC, Madagascar, Uganda, Resto da África Subsaariana.
<b>Agregação setorial</b>
* Bebidas e tabacos
* Primários: arroz, trigo, cereal, frutas, vegetais, oleaginosas, cana-de-açúcar, açúcar de beterraba, fibras e outras culturas, animais vivos, produtos de origem animal, leite e lá, carnes, óleos e gorduras, laticínios, arroz processado, açúcar, silvicultura, pescados, óleos, carvão e gás.
* Baixa Tecnologia: outros produtos alimentícios processados, têxteis, vestuário e artigos em couro, madeira, papel, borracha e minerais.
* Média-Baixa Tecnologia: produtos de metais, metais ferrosos, gás, petróleo e carvão.
* Média-Alta Tecnologia: veículos motorizados, peças automotivas e equipamentos de transporte, produtos químicos, plásticos.
* Alta Tecnologia: máquinas, equipamento eletrônicos e outros equipamentos, outras manufaturas.
* Serviços: eletricidade, distribuição de gás, água, construção, comércio, transporte marítimo, aéreo e outros, comunicação, serviços financeiros, seguros, serviços para negócios, recreação, administração pública, defesa, saúde e educação e habitação.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no software GTAP 9.0.

## Cenário

Para este estudo se admite apenas um único cenário, que é a elevação tarifária, como medida protecionista aos países-membro do Mercosul, em relação ao restante do mundo. A medida em estudo atingiria apenas o setor de

Bebidas e Tabaco, e teria por objetivo a proteção do mercado local, com vistas ao fortalecimento setorial, a fim de criar condições futuras de competitividade.

A simulação eliminou as tarifas de importação, somente de Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina e adotou uma alíquota de 35,0% sobre os produtos importados de fora do bloco, de acordo com a base de dados da 9ª versão do GTAP, que se refere ao ano de 2011.

Tabela 1 – Variação das tarifas de importação para bebidas e tabaco

País	União Europeia	China	Estado Unidos	Restante do mundo	Média
Brasil	37,88	37,68	37,68	61,03	43,57
Paraguai	40,00	38,39	38,20	66,85	45,86
Uruguai	41,29	37,41	43,84	49,18	42,93
Argentina	38,38	37,08	37,90	61,51	43,72
Média	39,39	37,64	39,41	59,64	44,02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do GTAP V9.

A Tabela 1 acima revela o efeito líquido de uma elevação tarifária da ordem de 35,0% sobre bebidas e tabaco. Conforme pode-se observar, o restante do mundo, em média, é o mais atingido pela medida, com um impacto de 59,64%. Por região discriminada é seguido pelos Estados Unidos com 39,41%, União Europeia com 39,39% e China com 37,64%. Dentre os importadores, Estados Unidos e União Europeia são os mais atingidos. Já em termos de protecionismo, o Paraguai apresenta o maior efeito líquido, com uma alíquota de 45,86%, seguido pela Argentina 43,72%, ambos acima da média global, que ficou em 44,02%. Na parte de baixo, porém, não menos protecionista, o Uruguai apresentou uma tarifa de 43,72% seguido do Brasil com 43,57%. Como se observa, o efeito de uma elevação tarifária apresentou-se em média superior à própria medida; o resultado, embora esperado, revela que o encadeamento setorial leva a uma apreciação tarifária.

## **Resultados e discussão**

A presente seção traz os resultados da simulação sobre a produção, o comércio internacional e o bem-estar dos países e das regiões envolvidos neste estudo, com ênfase no Brasil e no setor de bebidas e tabaco.

## **Impacto da proteção tarifária sobre o comércio do Brasil**

O protecionismo, comprovadamente, nem sempre apresenta os melhores resultados, quando comparado ao livre-comércio. A decisão de impor uma barreira tarifária para proteger um setor pode, eventualmente, provocar a falsa sensação de ganho, mas, como se observa na Tabela 2, os resultados dos demais setores revelaram queda, somente o setor beneficiado apresentou movimento de alta.

Tabela 2 – Variação da Produção Doméstica (%)

Setores	Brasil	UE	Paraguai	Uruguai	Argentina	China	USA	Restante do mundo
B_t	<b>0,6</b>	<b>-0,03</b>	<b>1,45</b>	<b>3,12</b>	<b>0,62</b>	<b>0</b>	<b>-0,09</b>	<b>-0,03</b>
Primários	-0,02	0	-0,07	-0,16	-0,03	0	0	0
Baixa	0,01	0	-0,03	-0,33	-0,01	0	0	0
Média baixa	-0,02	0	-0,05	-0,17	-0,02	0	0	0
Média alta	-0,02	0	-0,14	-0,34	-0,05	0	0	0
Alta	-0,02	0	-0,15	-0,33	-0,04	0	0	0
Serviços	0	0	0	0,01	0	0	0	0
CGDS	0,01	0	0,04	0,23	0,03	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do GTAP V9.

O objetivo da imposição de uma tarifa de importação diferenciada é o de estimular o setor que está sendo protegido, para que possa se desenvolver sem a concorrência estrangeira. Na simulação realizada, esse fato também foi observado. A Tabela 2 acima revela que a produção doméstica de bebidas e tabaco se elevou nos quatro países do bloco em detrimento dos demais. A maior elevação estimada na produção ocorreu no Uruguai onde atingiu 3,12%, o que corresponde a um aumento de mais de U\$ 42,5 milhões, seguido do Paraguai com 1,45% ou U\$ 23,0 milhões, Argentina 0,62%, o que corresponde aproximadamente a U\$ 74,4 milhões, e o Brasil com 0,60%, que representou um aumento de produção da ordem de mais de U\$ 230 milhões. Nesse segmento, a produção da União Europeia decresceu -0,03% ou, aproximadamente, U\$ -122,5 milhões, os Estados Unidos com -0,09%, o que corresponde a U\$ -127,5 milhões, e a China teve um comportamento em termos percentuais pequeno em valores; o decréscimo foi de U\$ 750,0 mil, o que denota sua pequena participação nesse

## A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos

segmento. Já o impacto sobre o restante do mundo foi apenas marginal, com uma variação negativa de -0,03%, em valores a queda foi de U\$ -91,0 milhões.

Tabela 3 – Variação no volume de exportações do Brasil (%)

Setores	Brasil	UE	Paraguai	Uruguai	Argentina	China	USA	Restante do mundo
B_t	<b>0,6</b>	<b>-0,03</b>	<b>1,45</b>	<b>3,12</b>	<b>0,62</b>	<b>0</b>	<b>-0,09</b>	<b>-0,03</b>
Primários	-0,02	0	-0,07	-0,16	-0,03	0	0	0
Baixa	0,01	0	-0,03	-0,33	-0,01	0	0	0
Média baixa	-0,02	0	-0,05	-0,17	-0,02	0	0	0
Média alta	-0,02	0	-0,14	-0,34	-0,05	0	0	0
Alta	-0,02	0	-0,15	-0,33	-0,04	0	0	0
Serviços	0	0	0	0,01	0	0	0	0
CGDS	0,01	0	0,04	0,23	0,03	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do GTAP V9.

O volume de exportações brasileiras com a adoção da tarifa elevada, apresentou um comportamento conforme o esperado. O setor de bebidas e tabaco foi o que apresentou resultados positivos em detrimento dos demais setores. As exportações dentro do bloco ficaram acima dos 10,0%. A maior alta foi da Argentina com 16,32%, seguida do Uruguai com 14,58% e do Paraguai com 11,32%. Já os países que foram alvo da imposição da tarifa apresentaram queda na exportação, a União Europeia recusou -0,31%, a China -0,32% e o restante do mundo o recuo foi de -0,31%. O Brasil ainda viu recuar suas exportações para essas regiões de produtos primários -0,06%, baixa -0,04%, média baixa e média alta com -0,06%, respectivamente, alta -0,09% e serviços -0,04%. De maneira geral, fica claro que a política protecionista funciona para o setor-alvo, em detrimento dos demais.

Tabela 4 – Variação percentual e no valor de Exportações do Brasil, antes e após acordo

Setores	Variação %	Pré-simulação U\$	Pós-simulação U\$	Mudança em U\$
B_t	0,38	2.019,85	2.027,51	7,67
Primários	-0,08	123.589,08	123.494,33	- 94,75
Baixa	-0,09	36.199,74	36.166,61	- 33,14
Média baixa	-0,07	28.809,58	28.788,24	- 21,34
Média alta	-0,08	37.905,45	37.875,09	- 30,36
Alta	-0,11	17.070,04	17.050,49	- 19,55
Serviços	-0,08	31.846,63	31.821,60	- 25,03

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do GTAP V9.

A Tabela 4 apresenta as exportações agregadas do Brasil para outras regiões; pode-se observar que a política protecionista representou um incremento ao setor beneficiado da ordem de U\$ 7,67 milhões. Já as perdas relacionadas atingiram indistintamente os demais. O setor que seria mais penalizado, em termos absolutos, o de bens primários sofreria uma queda de quase U\$ 95,0 milhões. Já em termos percentuais, a maior seria no setor de alta tecnologia com -0,11%.

## Bem-estar

De acordo com Azevedo e Feijó (2010), as mudanças no bem-estar não estão restritas às mudanças alocativas, mas também incluem mudanças nos termos de troca e no preço relativo da poupança e do investimento.

Tabela 5 – Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de US\$)

Regiões	Efeitos alocativos	Termos de troca	Efeito I-S	Efeito total
1 Brasil	-95,37	36,92	-0,98	-59,43
2 União Europeia	-23,1	-27,22	0,22	-50,1
3 Paraguai	-4,22	2,77	1,24	-0,21
4 Uruguai	3,35	10,02	1,28	14,66
5 Argentina	2,81	15,27	-3,54	14,55
6 China	-1,98	-7,43	4,91	-4,5
7 Estados Unidos	-3,48	-28,06	-12,07	-43,6
8 Restante do mundo	-16,47	-2,28	8,95	-9,81
Total	-138,45	0	0	-138,45

Fonte: Elaboração própria com base dados do GTAP V9.

A Tabela 5 apresenta os resultados que contribuem para a variação no nível de bem-estar. No caso brasileiro, a adoção da política protecionista, se aplicada, lograria efeito de reduzir o nível de bem-estar na economia, já que seu resultado foi negativo em U\$ -59,43 bilhões. Em parte, o resultado se deve à variação dos efeitos alocativos de U\$ -95,37 bilhões, somada ao efeito líquido da poupança e investimento que variou U\$ -980,0 milhões. Ela foi amenizada pela melhora dos termos de troca, que foi de U\$ 36,92 bilhões. É bem verdade que outras regiões também registraram o mesmo efeito, a União Europeia recuou U\$ -50,1 bilhões, os Estados Unidos com U\$ -43,6 bilhões, a China com U\$ -4,5 bilhões, o Paraguai recuou menos U\$ -210,0 milhões. Por fim, o restante do

mundo registrou uma queda de U\$ -9,81 bilhões em termos globais e o recuo pode ser considerado pequeno.

Por outro lado, dois países apresentariam efeito total positivo, Uruguai com U\$ 14,66 bilhões e Argentina com U\$ 14,55 bilhões. O Uruguai que tem forte tradição na indústria de bebidas, apresentou melhoria nos efeitos alocativos de U\$ 3,35 bilhões, que, somada às melhorias dos termos de troca de U\$ 10,02 bilhões e do efeito líquido da poupança e investimento de U\$ 1,28 bilhões, revelaram que a política protecionista foi benéfica ao Uruguai. Já o caso argentino segue na mesma direção, porém com pequena variação. O efeito alocativo foi positivo de U\$ 2,81 bilhões, a melhoria dos termos de troca apresentou um incremento maior do que o Uruguai e chegou a U\$ 15,27 bilhões. No entanto, o resultado líquido da poupança foi negativo de U\$ -3,54 bilhões.

Os resultados aqui apresentados reforçam a ideia de que uma política protecionista causaria uma perda de eficiência alocativa, com uma piora nos termos de troca. Tais efeitos combinados contribuem para uma redução do nível de poupança e investimento. Evidenciou-se, também, que os países que apresentam uma vantagem comparativa, na produção do bem, beneficiam-se do protecionismo.

## **Considerações finais**

A integração econômica mundial, ocorrida a partir da década de 90, tornou-se um fato em escala global que atingiu de forma indiscriminada muitos países e em diferentes setores. De maneira geral, os benefícios do livre-comércio se espalharam e trouxeram consigo a elevação do nível de renda e bem-estar nesses países. Todavia, alguns setores não conseguiram se adaptar a essa nova ordem. O segmento da uva e do vinho brasileiro é um exemplo de setor tradicional que vem tentando se modernizar e alterar seu mix de produção para produtos com valor agregado mais elevado. A produção de vinhos finos e espumantes é um exemplo dessa tentativa de ajuste. Acossado pelas importações, o setor sofre na tentativa de sobreviver. Por ser um segmento de baixa tecnologia e combinar um modo de produção tradicional, poderia ser beneficiado com a adoção de uma política protecionista, como forma de dar

sustentação ao mesmo, criando, mesmo que artificialmente, condições de sobrevivência e no futuro expansão.

O presente trabalho de pesquisa teve por objetivo simular a adoção de uma política protecionista sobre o setor de bebidas e tabaco. A hipótese é de que a proteção sobre o setor resultaria em melhorias sobre a produção, comercialização e o bem-estar. O primeiro passo foi a agregação regional em oito áreas distintas, com um conjunto de quatro países sem tarifa de importação, já os demais, que compreenderiam as quatro regiões restantes, sofreriam uma tarifa de importação de 35,0%. Os quatro países salvaguardados seriam Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Os resultados sobre a produção doméstica revelaram que a maior elevação estimada na produção ocorreu no Uruguai que atingiu 3,12%, o que corresponde a um aumento de mais de U\$ 42,5 milhões, seguido do Paraguai com 1,45% ou U\$ 23,0 milhões, Argentina 0,62% o que corresponde aproximadamente a U\$ 74,4 milhões, e o Brasil com 0,60%, que representou um aumento de produção da ordem de mais de U\$ 230 milhões. Já os resultados sobre o volume de exportações revelaram que o setor de bebidas e tabaco, alvo da política protecionista, foi o que apresentou resultados positivos em detrimento dos demais setores. As exportações dentro do bloco ficaram acima dos 10,0%. A maior alta foi da Argentina com 16,32%, seguida do Uruguai com 14,58% e do Paraguai com 11,32%.

Com relação ao nível de bem-estar, os resultados para o caso brasileiro logrou efeito de reduzir o nível de bem-estar na economia, já que seu resultado foi negativo em U\$ -59,43 bilhões. Em parte, o resultado se deve à variação dos efeitos alocativos de U\$ -95,37 bilhões somada ao efeito líquido da poupança e investimento que variou U\$ -980,0 milhões. O Uruguai e a Argentina apresentaram efeitos líquidos positivos. Logo a política protecionista para esses países foi positiva. Já o Paraguai também apresentou resultados líquidos negativos.

Em resposta ao problema de pesquisa, podemos afirmar que a adoção de uma política protecionista que limite as importações no segmento de bebidas e tabaco não foi benéfica para o Brasil, já que ele teve uma piora nos efeitos alocativos, nos termos de troca e no efeito líquido.

Embora este trabalho tenha atingido seus objetivos, salienta-se que a pesquisa não termina aqui; para um estudo futuro, propõe-se estudar uma nova configuração regional que contemple os principais países exportadores de vinho para o Brasil, dividido em dois cenários: o primeiro segue a linha protecionista, o segundo simula a adoção de um acordo preferencial de comércio, que zere a tarifa de importação.

#### **Referências**

- AZEVEDO, A. F. Z. MERCOSUL: o impacto da liberalização preferencial e as perspectivas para a união aduaneira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 167-196, 2008.
- AZEVEDO, A. F. Z.; FEIJÓ, F. T. Análise empírica do impacto econômico da ALCA e da consolidação do MERCOSUL sobre o Brasil. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 36, n. 2, p. 119-149, 2010.
- BONNE, S. B.; AZEVEDO, A. F. Z.; FEISTEL, P. R. Alternativas para o Brasil ao Mercosul: uma avaliação por meio de um modelo de equilíbrio geral computável. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 12, n. 3, p. 337-363, 2018.
- BÖWER, U.; GUILLEMINEAU, C. Determinants of business cycle synchronization across Euro area countries. **ECB working paper**, n. 587, 2006.
- CALDART, W. L.; TRICHES, D.; SIMAN, R. F. Identificação e análise da cadeia produtiva da uva e do vinho na região da Serra gaúcha. **Texto para Discussão, IPES-UCS**, n. 005, 26p., mar. 2004.
- CORREA, A. S. Ciclos internacionais de negócios: uma análise de mudança de regime Markoviano para Brasil, Argentina Estados Unidos. Brasília, Banco Central do Brasil. **Texto para Discussão**, n. 88, 2004.
- CORREA, A. S. Diferenças e semelhanças entre países da América Latina: uma análise de Markov Switching para os ciclos econômicos de Brasil e Argentina. Brasília, Banco Central do Brasil. **Texto para Discussão**, n. 80, 36p., 2003.
- GLOBAL TRADE ANALYSIS PROJECT (GTAP). Disponível em: <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/> /data bases/v9/default.asp. Acesso em: 25 jul. 2019.
- HERTEL, T. **Global trade analysis: modeling and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO (IBRAVIN). Disponível em: <https://www.ibravin.org.br/Dados-Estatisticos>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- KOSE, M. A.; OTROK, C.; WHITEMAN, C. H. International business cycles: world, region, and country-specific factors. **The American Economic Review**, Nova York, ed. 93, v. 4, 2003a.
- KOSE, M. A.; OTROK, C.; WHITEMAN, C. H. Understanding the evolution of world business cycles. **Press for IMF Working Paper**, Nova York, v. 8, n. 61, 2005.
- KOSE, M. A.; OTROK, C.; PRASAD, E. S. Global business cycles: convergence or decoupling? Cambridge, **NBER**, 2008. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w14292>. Acesso em: 26 jul. 2019.

## *A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos*

KOSE, M. A.; PRASAD, E. S.; TERRONES, M. E. Volatility and comovement in a globalized world economy: an empirical exploration. **Press for IMF Working Paper**, Nova York, v. 3, n. 246, 2003b.

MELLO, L. M. R. Tendência de consumo e perspectivas do mercado de vinhos no Brasil. **Texto para Discussão**, EMBRAPA, 2003. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/535736/tendencia-de-consumo-e-perspectivas-do-mercado-de-vinhos-no-brasil+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 27 jul. 2019.

MENDOZA, E. The terms of trade, the real exchange rate, and economic fluctuations. **International Economic Review**, n. 36, p. 101-137, 1995.

MORAIS, M. D.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A. O Brasil e a integração com as Américas: comércio sul-sul e sul-norte. **Revista Estudios Económicos**, v. XXXV, n. 70, p. 27-56, jan./jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Agricultural Outlook**, 1984. Disponível em: <http://www.stats.oecd.org/>. Acesso em: 5 maio 2019.

SCHUNKE, J. C.; AZEVEDO, A. F. Z. Análise da integração do Brasil-União Europeia-BRICS através de um modelo de equilíbrio geral. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2016.

SHIN, K.; WANG, Y. Trade integration and business cycle synchronization in East Asia. **Asian Economic Papers**, v. 2, n. 3, p. 1-20, 2003. Disponível em: <http://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/asep.2003.2.3.1>. Acesso em: 10 maio 2019.

VENABLES, T. Winners and losers from regional integration agreements. **Economic Journal**, v. 113, n. 490, p. 747-761, 2003.

WONNACOTT, P.; WONNACOTT, R. **Economia**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). Disponível em: [https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S005.aspx](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S005.aspx). Acesso em: 15 maio 2019.

